

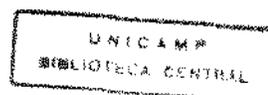
PEDRO FERNANDO CUNHA DE ALMEIDA

O PROCESSO DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
ENTRE 1930 E 1955

*Este exemplar corresponde  
ao original da Tese defendida  
por Pedro Fernando Cunha de  
Almeida em 13/12/93 e enviada  
pelo Prof. Dr. Wilson Gonçalves  
CPS/IEE, 13/12/93*

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da Univer-  
sidade Estadual de Campinas

1993



10/10/10

Para a Lísia,  
desde sempre,  
a companheira insubstituível,  
e para o Gabriel,  
meu filho e  
meu melhor amigo.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação se fez com o apoio de instituições e de pessoas, às quais sou muito agradecido. Neste sentido, cito a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emmanuel Heuser que me propiciou as condições institucionais para elaborar o presente trabalho. Destaco também o CNPq e a FAPERGS pelo auxílio financeiro que me foi prestado.

No que se refere às pessoas, agradeço inicialmente ao Professor Wilson Cano, <sup>1997-</sup> que, no desempenho de sua função de orientador, revelou afinco, sabedoria e amizade.

Por suas leituras e sugestões, agradeço ao Rubens Soares de Lima, ao Enéas Costa de Souza, à Anete Jalfin, à Maria Lúcia Carvalho, à Maria Cristina Passos, à Clarisse Castilhos, ao Ronaldo Herrlein Jr., à Maria Lucrecia Calandro, e ao Luiz Roberto Targa. A este último, devo um também um agradecimento

especial por suas sugestões relativas à estruturação desta dissertação.

À Alessandra Martins, ao Carlos Peukert, e ao Liderau Marques Jr., sou grato pelo trabalho de organização e digitação dos dados referentes à exportações sul-riograndenses.

Finalmente, minha gratidão, se volta para a Lísia, minha mulher, e para o Gabriel, meu filho. À primeira, porque, movida pelo afeto, datilografou boa parte do presente trabalho. Aos dois, pelo amor que sempre me dedicaram, o qual foi especialmente importante na empreitada que acabo de realizar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - O CONCEITO DE DINÂMICA DE EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICA.....</b>	<b>18</b>
<b>Seção 1.1 - Elementos do Processo Nacional de Acumulação Integrantes do Conceito de Dinâmica de Expansão Industrial Periférica.....</b>	<b>19</b>
<b>Item 1.1.1 - A Dinâmica Interdepartamental.....</b>	<b>20</b>
<b>Sub-item 1.1.1.1 - A Primeira Formulação do Significado de Dinâmica Interdepartamental.....</b>	<b>21</b>
<b>Sub-item 1.1.1.2 - A Requalificação do Significado de Dinâmica Interdepartamental.....</b>	<b>27</b>
<b>Item 1.1.2 - O Processo de Periferização Intranacional.....</b>	<b>38</b>
<b>Sub-item 1.1.2.1 - A Dinâmica Interdepartamental e a Economia Regional.....</b>	<b>40</b>
<b>Sub-item 1.1.2.2 - O Significado do Processo de Periferização Intranacional.....</b>	<b>44</b>
<b>Seção 1.2- A Descrição do Conceito de Dinâmica de Expansão Industrial Periférica .....</b>	<b>56</b>

Item 1.2.1 - A Indústria Regional e sua Dinâmica de Expansão no Contexto do Movimento Nacional de Acumulação.....	58
Item 1.2.2 - As Especificidades da Dinâmica de Expansão Industrial nas Economias Regionais Cêntricas e Periféricas.....	60
Sub-item 1.2.2.1 - A Dinâmica de Expansão Industrial Cêntrica.....	60
Sub-item 1.2.2.2 - A Dinâmica de Expansão Industrial Periférica.....	65

**CAPÍTULO II - A CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICO NO BRASIL ENTRE 1930 E 1955.....75**

**Seção 2.1 - O Padrão Nacional de Acumulação no Brasil de 1930 a 1955: a industrialização restringida.....79**

**Item 2.1.1 - O Significado da Industrialização Restringida.....79**

**Item 2.1.2 - A Dinâmica Interdepartamental na Industrialização Restringida.....93**

**Seção 2.2 - O Processo de Periferização Intranacional na Industrialização Restringida.....126**

**Item 2.2.1 - A Posição Cêntrica ou Periférica que Assumiram as Diversas Economias Regionais no Transcurso da Industrialização Restringida Brasileira.....127**

<b>Item 2.2.2</b> - A Integração do Mercado Brasileiro e o Processo de Periferização Intranacional na Industrialização Restringida.....	148
<b>Seção 2.3</b> - O Processo de Expansão das Indústrias Regionais Periféricas Brasileiras entre 1930 e 1955.....	174

<b>CAPÍTULO III</b> - AS RAZÕES DA INSUFICIÊNCIA DA CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICO NO BRASIL ENTRE 1930 E 1955 PARA A ABORDAGEM DO CASO DA INDÚSTRIA GAÚCHA NO MESMO PERÍODO E O SUPORTE ANALÍTICO PARA A SUPERACÃO DA MESMA INSUFICIÊNCIA.....	187
---	-----

<b>Seção 3.1</b> - A Indústria Gaúcha ao Início da Década de 1930 e sua Posição Periférica na Industrialização Restringida Brasileira.....	191
--	-----

<b>Seção 3.2</b> - A Especificação dos Vínculos com a Industrialização Restringida Brasileira.....	205
--	-----

<b>Item 3.2.1</b> - A Industrialização Restringida Brasileira e as Exportações Inter-regionais Sul-riograndenses.....	211
---	-----

<b>Item 3.2.2</b> - As Exportações Inter-regionais Gaúchas e o Crescimento Industrial no Rio Grande do Sul.....	218
---	-----

<b>Seção 3.3</b> - Os Aspectos Particulares do Crescimento e da Diversificação Industriais Gaúchas no Período Estudado.....	227
---	-----

<b>Item 3.3.1 - O Crescimento Industrial Sul-riograndense entre 1930 e 1955.....</b>	<b>229</b>
<b>Item 3.3.2 - A Diversificação da Indústria Gaúcha no Transcurso da Industrialização Restringida Brasileira.....</b>	<b>233</b>

<b>CONCLUSÕES - A DESCRIÇÃO INTEGRADA DO PROCESSO DE EXPANSÃO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1930 E 1955 NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA BRASILEIRA.....</b>	<b>256</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA EM GERAL.....</b>	<b>273</b>
--	------------

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo a caracterização do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Vem de longa data a tradição de estudar o desenvolvimento industrial sul-rio-grandense. De um lado, esta tradição se justifica pelo grau alcançado no Rio Grande do Sul por tal desenvolvimento. De outro, a mesma tradição tem origem na convicção, muito forte no passado, de que a expansão industrial se constituiria na condição suficiente para a superação dos problemas sociais que, de forma progressiva, se impuseram no Rio Grande do Sul, assim como em todo o Brasil, à medida em que a urbanização avançava.

Hoje se reconhece que, por si só, o desenvolvimento da indústria é insuficiente para garantir a melhoria das condições de vida da população em geral. Não obstante, não há como negar que a expansão industrial, sem se consubstanciar em condição suficiente, é requisito indispensável da elevação do nível de vida da sociedade.

Por isto, no decorrer do tempo, o desenvolvimento industrial sul-rio-grandense foi examinado em muitos estudos feitos especialmente sobre a indústria gaúcha ou naqueles dedicados ao conjunto da economia regional do Rio Grande do Sul.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Como exemplos dos trabalhos e dos estudos a que se está referindo se pode citar: ACCURSO (1982, originalmente publicado em 1960 pelo IEPE/UFRGS, Porto Alegre); Accurso, Candal, Veras (1965); Carrion Júnior (1981); Costa, Passos (1987); FEE (1978); Castan, Targa, coord. (1983); Lagemann

Dentre estes estudos que incluem o exame do desenvolvimento industrial sul-rio-grandense, uma parcela importante de trabalhos se dedicou a examinar, em seu todo ou apenas em parte, o período abordado nesta dissertação, as duas décadas e meia que se iniciaram em 1930.

Tais trabalhos, através da discussão neles contida, prestaram grande contribuição para a elucidação das características do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Contudo, como é sabido, nos mesmos trabalhos, a vinculação entre a economia sul-rio-grandense e a economia nacional era tratada de forma vaga e imprecisa. Do tratamento vago e impreciso resultava muitas vezes que as atividades econômicas no Rio Grande do Sul eram vistas como se constituíssem elas próprias uma economia nacional. Desta maneira, embora isto nunca tenha sido explicitado formalmente, a análise era levada a cabo como se a economia regional do Rio Grande do Sul, existindo exteriormente à economia brasileira, a ela se vinculasse de forma similar a que subexiste entre duas economias nacionais.

---

(1978); Ohlweiler (1982, publicado originalmente em 1959 na Revista Brasiliense, Porto Alegre); Roche (1969); Singer (1977); Tejo (1982, publicado originalmente em Província de São Pedro, Porto Alegre, 1941). Além dos trabalhos citados, há um considerável conjunto de artigos elaborados na década de oitenta relativos à questão regional publicados principalmente na Revista Ensaios FEE e no Informativo do Economista (editado pela Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul). Nestes artigos, diversos autores - entre eles Cláudio Einloft, Enéas Costa de Souza, Luís Roberto Pecoits Targa, Nelson Castan e Rubens Soares de Lima - travam um interessante debate no qual a problemática da expansão industrial gaúcha tem um destacado lugar.

O tratamento referido no parágrafo anterior induzia à não percepção da importância contida em importante fato da história econômica brasileira para o estudo da evolução econômica sul-rio-grandense. Este fato é o relativo à integração do mercado nacional durante a década de 1930 promovida sob o ímpeto do desenvolvimento capitalista então prevalecente no País. Com a integração do mercado nacional, as diversas economias regionais no Brasil - até então só escassamente vinculadas umas às outras - vincularam-se de forma a constituir a unidade da economia brasileira. Na medida em que a mesma unidade se constituiu, a expansão das indústrias e das economias regionais no Brasil se submeteu ao movimento de acumulação de capital que se processava a nível nacional.

Por isto, se pode dizer que - ao adotarem para o estudo da economia regional do Rio Grande do Sul um procedimento analítico que, na prática, correspondia a vê-la como se fosse uma economia nacional - as análises relativas ao período em estudo nesta dissertação perdiam importante de vista importante dimensão do desenvolvimento sul-rio-grandense.

Para captar esta dimensão, a presente dissertação ao empreender a caracterização do processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955, confere destacado papel explicativo à vinculação que o mesmo processo mantinha com o movimento de acumulação de capital a nível nacional. Isto permite definir mais precisamente os

objetivos desta dissertação. Através dela, se pretende descrever o processo de expansão industrial sul-rio-grandense no período apontado como um processo contido no movimento de acumulação de capital que concomitantemente se impunha em nível nacional.

É muito útil para tornar mais claros os objetivos desta dissertação dizer que se pretende descrever o processo de expansão industrial sul-rio-grandense como um processo contido no movimento de acumulação de capital que se impunha em nível nacional. É muito útil mas não é suficiente.

Para alcançar a clareza que se considera suficiente, é necessário fazer duas observações adicionais. A primeira observação é a de que o movimento de acumulação de capital a nível nacional vigente no Brasil entre 1930 e 1955 - no qual a economia e a indústria regionais sul-rio-grandenses se inseriam - era um movimento concreto, possuidor de uma forma específica, a forma da industrialização restringida.<sup>2</sup> A esta forma específica do movimento nacional de acumulação de capital de correspondia, como se sabe, particular dinâmica departamental. Desta dinâmica departamental, conforme se pretende demonstrar, derivavam específicos processos de periferização intranacional e de expansão industrial periférica, cujo significado se pretende descrever neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Se utiliza este termo na acepção desenvolvida em Mello (1984, p.97-122) e em Tavares (1986, p.100-116).

A segunda observação, complementar à primeira, é a de que, como também se pretende deixar claro, a economia e a indústria gaúchas, por seu restrito desenvolvimento capitalista, não podiam mais que ocupar posição periférica no movimento nacional de acumulação de capital então vigente no Brasil.

Isto posto, pode se enunciar claramente o objetivo desta dissertação. Este objetivo é o de caracterizar o processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 enquanto um processo que assumia posição periférica no particular movimento nacional de acumulação de capital vigente no Brasil durante o período estudado, a industrialização restringida brasileira.

Para tanto o mesmo processo é descrito através de três patamares diferenciados de abstração. O primeiro patamar de abstração, apresentado no capítulo inicial, é o consubstanciado no próprio conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Este conceito é construído para dar conta dos traços essenciais dos processos de crescimento e diversificação das industriais regionais que, como a do Rio Grande do Sul no período estudado, se caracterizam por estruturas produtivas pouco diversificadas, isto é, incapazes de levar a cabo a produção de grande parte mercadorias necessárias à reprodução capitalista, especialmente aquelas destinadas a servirem como meios de produção.

O capítulo seguinte apresenta o segundo patamar de abstração da abordagem ao processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Este segundo patamar é alcançado pelo enriquecimento do patamar anterior, enriquecimento este que se obtém através da consideração das imposições derivadas das peculiaridades da industrialização restringida brasileira. Com o referido enriquecimento, dispõe-se de uma segunda visão do processo industrial gaúcho entre 1930 e 1955. Esta visão toma a forma da caracterização genérica da expansão das indústrias periféricas brasileiras no período apontado. Com a mesma visão, se obtém considerável avanço na aproximação às características concretas do desenvolvimento do capital industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Não obstante, o segundo patamar de abstração com o qual se descreve o processo de expansão industrial sul-riograndense nos vinte e cinco anos aludidos, justamente por seu caráter genérico, não contém a especificidade que é preciso alcançar. Para construir o suporte analítico necessário à superação da inespecificidade do segundo patamar de abstração, elaborou-se um terceiro capítulo. Neste capítulo, inicialmente, são discutidas as questões relativas às condições materiais resultantes do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul no período precedente a 1930, as quais impuseram a posição periférica que coube à economia e à indústria gaúcha no movimento nacional de acumulação de capital durante o período

estudado; na seqüência, o mesmo capítulo apresenta uma descrição que confere especificidade descritiva e comprovação empírica à proposição de que a indústria gaúcha se vinculava de forma periférica ao avanço da industrialização restringida brasileira; por fim, o terceiro capítulo é encerrado com uma avaliação do processo estudado que tem o sentido de verificar as potencialidades e os limites do mesmo processo para promover a expansão industrial e, mesmo, para superar a posição periférica que lhe coube ao início dos anos trinta.

O terceiro e último patamar de abstração de abordagem ao processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 se condensa nas conclusões desta dissertação. Em tais conclusões, o processo em estudo é caracterizado através de uma descrição integrada que reúne as contribuições disponíveis no conceito de dinâmica de expansão industrial periférica, na caracterização genérica desta dinâmica durante a industrialização restringida brasileira e nas considerações de caráter específico a respeito da economia e da indústria sul-rio-grandense.

Finalizando esta introdução, explicita-se desde já os autores nos quais, de forma mais destacada, foi se buscar apoio teórico para a elaboração da presente dissertação. De Marx, Keynes e Kalecki, se originaram as principais idéias subjacentes no trabalho no que diz respeito à reprodução do capital e à dinâmica capitalista. De João Manuel C. de Mello e de Maria da Conceição Tavares, provém os conteúdos

relativos à industrialização restringida e à dinâmica departamental a ela subjacente. De Wilson Cano, advém a inspiração relativa à periferização intranacional no Brasil correspondente à industrialização restringida. Por fim, do trabalho "Vinte e Cinco Anos de Economia Gaúcha" (volume 4) e dos artigos que, posteriormente, na década de oitenta, se ocuparam da questão regional do Rio Grande do Sul se extraiu a concepção da inserção na economia nacional das economias regionais.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O CONCEITO DE DINÂMICA DE EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICA

Conforme estabelecido na introdução desta dissertação, o objetivo deste capítulo é o de construir o conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Este conceito deverá dar conta dos traços essenciais dos processos de crescimento e diversificação das estruturas produtivas industriais sediadas em economias regionais periféricas de economias nacionais capitalistas em que se impõe o estabelecimento de relações centro/periferia. A construção do referido conceito se embasará na relação entre o movimento de acumulação de capital a nível nacional e estas mesmas estruturas. Além disto, convém não esquecer, o conceito em questão consubstanciará o primeiro patamar de abstração da abordagem que se realiza neste trabalho ao processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

#### 1.1 - Elementos do Processo Nacional de Acumulação Integrantes do Conceito de Dinâmica de Expansão Industrial Periférica

A construção do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica - primeiro nível da abordagem do movimento de crescimento e diversificação da indústria gaúcha no período em estudo - é levada a cabo através das duas seções que compõem este capítulo. Com a primeira delas, objetiva-se precisar o significado dos dois processos que, extraídos analiticamente do movimento nacional de acumulação

de capital, constituem elementos indispensáveis à elaboração do conceito que se quer construir. São tais elementos, a dinâmica interdepartamental e o processo de periferação intranacional. A segunda seção, embasando-se na primeira, visa culminar com o atendimento dos objetivos do presente capítulo ao empreender a descrição propriamente dita do conceito em questão.

#### 1.1.1 - A Dinâmica Interdepartamental

Este item tem por finalidade explicitar o significado atribuído neste trabalho à dinâmica interdepartamental, primeiro elemento do processo nacional de acumulação de capital integrante do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Para tanto, são dados dois passos, cada um deles apresentando uma formulação dos traços essenciais da referida dinâmica. Em ambos, ela é apresentada como o elemento do processo nacional de acumulação que garante a reprodução material da sociedade capitalista em que vigora o dito processo. Na primeira formulação, contudo, a dinâmica interdepartamental aparece constituída exclusivamente pelas relações de interdependência que unem os diversos segmentos produtivos integrantes da sociedade em questão. Desta primeira formulação, resulta uma descrição do significado de dinâmica interdepartamental que, apesar de útil, é ainda incompleta. Por isto, o segundo passo consiste de uma formulação para a

dinâmica interdepartamental que a requalifica, completando-a com a noção de hierarquização resultante das relações de liderança que se estabelecem entre os diversos segmentos da produção social. Desta forma, a dinâmica interdepartamental resultará descrita como o elemento do processo nacional de acumulação que garante a reprodução de uma sociedade capitalista através da interação das relações de interdependência e de liderança que vinculam os segmentos produtivos desta sociedade.<sup>9</sup>

#### 1.1.1.1- A Primeira Formulação do Significado de Dinâmica Interdepartamental

A formulação do significado de dinâmica interdepartamental tem necessariamente que iniciar-se por sua inserção no processo nacional de acumulação. Este último, se define como o processo através qual se viabiliza e se impõe globalmente a valorização do capital em uma sociedade nacional organizada em moldes capitalistas. Mantidas as suas características essenciais, este processo se concretiza através de múltiplas formas específicas que dependem das peculiaridades da sociedade em que ele toma corpo. Estas peculiaridades dizem respeito a) às relações de forças entre as diversas classes sociais e a sua solução no que se refere à distribuição de rendas; b) às relações com o capital externo; c) às características do Estado, em

<sup>9</sup> Ver Souza (1983).

especial aquelas referidas à definição das relações formais intercapitalistas e entre o capital e o trabalho, bem como as relacionadas às áreas e às formas da intervenção estatal reguladora ou promotora da atividade capitalista; d) às características do financiamento corrente e de longo prazo da economia; e) às formas e ao grau de avanço do processo de absorção de tecnologia; e f) à dimensão e à diversificação da estrutura produtiva.

Condicionado por este conjunto de peculiaridades, o processo nacional de acumulação ganha especificidade, configurando-se em um particular padrão nacional de acumulação de capital, do qual é elemento constitutivo a dinâmica interdepartamental.

O entendimento do significado de dinâmica interdepartamental principia pela aceitação de que qualquer sociedade para reproduzir-se necessita repor recorrentemente tanto os meios de produção quanto meios de consumo que constituem a base material da existência social. Também a reprodução das sociedades capitalistas exige a constante recriação dos meios referidos, embora, neste caso, a motivação para tal recriação esteja submetida à obtenção do lucro.

Por garantir a reprodução material das sociedades capitalistas, as atividades produtivas nelas integradas constituem um todo, o todo composto pela gestação das condições materiais da existência social, também denominado de todo econômico ou economia nacional. Este todo, contudo,

não é um todo homogêneo, monolítico, compondo-se da produção de meios de produção e da produção de meios de consumo. As atividades que dão base à produção destas duas categorias de meios materiais diferenciam-se, negam-se, pelas funções diversas que exercem no processo de reprodução da sociedade capitalista. Neste sentido, as referidas atividades compõem as partes do todo econômico, nele se articulando e compondo sua unidade.<sup>4</sup>

A cada uma das partes deste todo, dá-se o nome de seção ou departamento: o departamento produtor de meios de produção (departamento I) e o departamento produtor de meios de consumo (departamento II).<sup>5</sup> Por sua vez, cada um destes departamentos é composto por um conjunto variado de ramos. Constituem um ramo as atividades produtivas destinadas à produção de bens cuja finalidade é a satisfação de uma mesma necessidade do consumo produtivo ou improdutivo.

A atividade conjunta dos departamentos da produção social - as partes constitutivas do todo econômico - supre este todo da globalidade dos meios materiais de que o mesmo necessita para reproduzir-se através da

<sup>4</sup> Conforme Targa (1982; 1984, p.162).

<sup>5</sup> A tradição de conceber o processo de reprodução material das sociedades capitalistas através da divisão da produção social em seções ou departamentos tem origem nos esquemas de reprodução de Marx. Este autor utilizou estes esquemas como forma de mostrar "(...) as condições de possibilidade de equilíbrio entre a produção e a realização da mais valia (...)". Conforme Tavares (1975). Contudo, em sua obra, os referidos esquemas não foram utilizados para estudar sistematicamente a dinâmica interdepartamental das economias capitalistas.

interdependência que vincula mutuamente os referidos departamentos. As necessidades de meios de consumo para a efetivação da produção do departamento produtor de bens de produção são providas pela atividade no departamento II. A recíproca é verdadeira. As exigências de meios de produção para as atividades produtivas no departamento de bens de consumo são satisfeitas com os produtos elaborados pelo departamento I.

Mais do que isto, com a referida interdependência, a produção levada a cabo em cada um dos departamentos produção social submete-se à coerência da reprodução do todo econômico. De um lado, esta coerência é garantida na medida em que o conjunto das necessidades materiais de reprodução do todo econômico se expressa nos volumes absolutos e relativos dos mercados que se antepõem aos diversos departamentos e ramos produtivos. De outro, a aludida coerência é validada porque a concorrência intercapitalista se encarrega de impor que a determinação dos níveis correntes de produção e a alocação de capitais entre os diferentes segmentos produtivos sejam compatíveis com os ditos mercados. Desta forma, a interdependência que envolve os departamentos e ramos da produção social impõe a estruturação dos segmentos produtivos que adere às necessidades globais de reprodução capitalista.

No entanto, a interdependência dos departamentos da produção social, descrita nos parágrafos anteriores, contém mais do que a viabilização do suprimento das

condições materiais de existência de uma economia nacional; contém também a racionalidade global da tendência das sociedades capitalistas para produzir movimentos de expansão ou, mesmo, de retração. Se os capitalistas do departamento I, desejando maximizar seus lucros, aumentam (diminuem) a atividade produtiva em seus estabelecimentos, ocorre um acréscimo (decrécimo) das necessidades de mercadorias oriundas do departamento II que se expressa na ampliação (retração) do mercado para bens de consumo. Em resposta às maiores (menores) possibilidades de vendas, os capitalistas do departamento II, também pelo desejo de maximização de seus lucros, são induzidos a aumentar (diminuir) sua produção. Em consequência, é gestada nova expansão (redução) do mercado, agora envolvendo bens de produção. Por isto, da reação do departamento II ao estímulo inicial oriundo da produção de bens de produção, resulta nova expansão do departamento I. Assim, pode se instalar um processo circular de gestação de estímulos entre os departamentos da produção social cujo resultado final é o contínuo crescimento (decrécimo) da atividade econômica global. É claro que este mesmo processo pode ter início no departamento produtor de bens de consumo, com iguais resultados no que diz respeito ao nível global da atividade econômica.

Neste contexto, o conjunto das decisões privadas tomadas com a finalidade de maximização dos lucros impõe à sociedade capitalista um movimento que reproduz

incessantemente os meios de que a mesma necessita para reproduzir-se. A este movimento dá-se o nome de dinâmica interdepartamental. A dinâmica interdepartamental é, assim, concebida nesta primeira formulação como o movimento condicionado à obtenção dos lucros que as relações de interdependência dos departamentos e ramos produtivos de uma economia capitalista impõem a esta economia, garantindo a reprodução material da sociedade que constitui o substrato do referido movimento. é neste sentido que se pode dizer que a dinâmica interdepartamental é elemento constitutivo do padrão nacional de acumulação.

Assim, à totalidade das relações interdepartamentais deve-se a imposição dos processos circulares de gestação de estímulos que resultam na reprodução das sociedades capitalistas. Não obstante, é imperioso reconhecer, também as relações intradepartamentais geram processos circulares de estimulação da atividade econômica dos ramos que envolvem. Por exemplo, no interior do departamento I, normalmente ocorrem trocas entre os ramos que elaboram equipamentos e aqueles que produzem matérias primas para tais equipamentos. Também nestes caso, se estabelece a mútua estimulação dos ramos abrangidos. Exemplo similar poderia ser pensado para o caso do departamento II envolvendo bens de consumo. Contudo, enquanto relações adstritas a um mesmo departamento, não possuem a capacidade de envolver a globalidade das necessidades materiais da expansão de uma economia nacional,

atributo indispensável à dinâmica de expansão de qualquer sociedade.

#### 1.1.1.2- A Requalificação do Significado de Dinâmica Interdepartamental

O conceito de dinâmica interdepartamental até aqui descrito assume importância fundamental no decorrer deste trabalho, mas, à sua utilização, são imprescindíveis pelo menos duas qualificações. A primeira, de caráter formal, diz respeito às razões da adoção de um esquema departamental que contém três e não dois departamentos da produção social. A segunda, de caráter teórico, se refere, na verdade, a uma redefinição do que se entende por dinâmica interdepartamental. Tal redefinição passa pela absorção dos conceito(s) de liderança (e de subordinação) os quais descrevem as posições específicas que assumem os departamentos ou ramos da produção social no contexto desta dinâmica, requalificando-a.

Na verdade, o recurso analítico da divisão da produção social em apenas dois departamentos tem se revelado insuficiente para captar determinadas especificidades do movimento das economias capitalistas no século XX. Estas especificidades dizem respeito à importância que assumiram as atividades de produção de bens de consumo na dinâmica interdepartamental das economias capitalistas contemporâneas. Para captá-las, muitos autores, desde a

década de 1930, tem adotado, em seus trabalhos, esquemas de reprodução que abrangem três departamentos. Com os esquemas de três departamentos, tornou-se possível introduzir na análise da dinâmica interdepartamental as influências sobre a mesma que exercem outros integrantes da demanda de consumo que não aquela realizada pelos trabalhadores.

Esta tradição se iniciou com Michal Kalecki que, dentre outros aspectos, procurou mostrar a importância que assumiram a produção e a demanda por bens de consumo realizada pela classe capitalista para a definição da parcela efetivamente ocupada do aparato produtivo de que dispõem as sociedades capitalistas contemporâneas. Para chegar aos seus objetivos, Kalecki concebeu a economia capitalista composta por três departamentos da produção final: \* o departamento produtor de bens de capital (departamento I), o departamento produtor de bens de consumo para capitalistas (departamento II) e o departamento produtor de bens de consumo para trabalhadores (departamento III).<sup>7</sup>

No exame da economia brasileira, os esquemas de três departamentos foram utilizados pela primeira vez por Maria da Conceição Tavares. A divisão departamental

---

\* Diferentemente de Marx, que inclui toda a produção intermediária no departamento produtor de meios de produção, Kalecki concebeu os departamentos da produção social como verticalmente integrados. De acordo com esta concepção, a produção intermediária é distribuída pelos departamentos nos quais constitui matéria prima.

<sup>7</sup> Ver por exemplo Kalecki (1977a; 1977b; 1983).

utilizada por esta autora é bastante semelhante à de Kalecki. A maior diferença consiste na abrangência do departamento II que, além da demanda de bens de consumo da classe capitalista, passou a incluir a demanda pelos mesmos bens originada nos estratos mais elevados de outras classes sociais.

Embora a divisão departamental seja semelhante, os objetivos dos dois autores foram bastantes diferentes. Distinguindo-se de Kalecki, Conceição fez uso dos esquemas de três departamentos para realizar análises que tinham por finalidade, não só revelar a especificidade da dinâmica departamental brasileira relativamente à que prevalece nas economias avançadas, mas, também, para mostrar as transformações que ocorreram ao nível da referida dinâmica à medida em que, no decorrer do tempo, alterou-se substantivamente o padrão nacional de acumulação de capital.<sup>8</sup>

A capacidade de tais análises para descrever e explicar os traços mais importantes da dinâmica interdepartamental brasileira se constitui na razão fundamental para adoção neste trabalho dos esquemas de reprodução nelas constantes. Com esta adoção, foi possível, através das mediações que se descreve neste e no próximo capítulo, integrar ao conceito de dinâmica de expansão industrial periférica as conclusões a que aquelas análises chegaram. Desta maneira, a caracterização do processo de

<sup>8</sup> Ver a respeito, Tavares (1975, p.59; 1986, cap. 3).

expansão e de diversificação da indústria gaúcha que se pretende realizar neste trabalho resultará condicionada pelas referidas conclusões.

A segunda qualificação imprescindível à utilização neste trabalho do conceito de dinâmica interdepartamental, como se disse, se constitui de uma redefinição da referida dinâmica. Esta redefinição passa pela consideração das relações de liderança (e de subordinação) que, em conjunto com as relações de interdependência, conformam a unidade global da reprodução capitalista. Tal redefinição é necessária porque completa o desenho do primeiro dos elementos integrantes do conceito de dinâmica de expansão das economias regionais periféricas. Mas ela é indispensável também para que se possa entender as especificidades do processo brasileiro de acumulação de capital no período em estudo, destacado condicionante da expansão industrial gaúcha entre 1930 e 1955.

Já foi dito que a dinâmica interdepartamental se constitui a partir das relações de interdependência que unem departamentos e ramos produtivos no movimento da reprodução material de uma sociedade capitalista. Assim constituída, a dinâmica interdepartamental é responsável pela racionalidade global dos movimentos de expansão e de retração de tais sociedades. Não obstante isto, a dinâmica interdepartamental não contém apenas relações de interdependência mas, também, relações de liderança.

Entende-se por liderança a capacidade que possuem determinados departamentos ou ramos produtivos de uma economia para gerar estímulos que, difundidos via interdependência departamental, se constituem na origem das alterações do nível ou da velocidade de expansão da produção dos demais departamentos ou ramos desta mesma economia. Aos primeiros segmentos denomina-se de departamentos ou ramos líderes, em oposição aos demais, aos quais se costuma chamar de departamentos ou ramos subordinados.

Os referidos estímulos em que as relações de liderança tomam forma tem sua razão de ser na relativa autonomia que subsiste na determinação dos patamares de produção dos segmentos que assumem a posição de liderança interdepartamental. Com isto, se que dizer que o nível da atividade econômica nestes segmentos possui significativa liberdade diante das imposições que lhe advém das relações de interdependência intrínsecas ao movimento da economia nacional.

Por sua vez, a aludida autonomia relativa se deve a determinados vínculos que os departamentos e ramos líderes estabelecem no processo de expansão capitalista em que estão inseridos. Estes vínculos podem estar referidos às características gerais do processo de acumulação de capital ou ainda às peculiaridades de um específico padrão de acumulação capitalista.

Como exemplo da relativa autonomia referida às características gerais do processo de acumulação de capital, cita-se as oscilações do nível de produção do departamento produtor de bens de capital em decorrência da constante reavaliação pelos integrantes da classe capitalista de suas decisões no tocante à inversão produtiva. Como é sabido, tais decisões derivam do comportamento muitas vezes instável da lucratividade esperada das novas inversões, o que corresponde a dizer que a produção de bens de capital tem uma evolução que, em importante grau, independe do nível de atividade dos segmentos produtivos que lhe constituem os mercados. Desta maneira, em muitas situações, a produção destes bens tende a oscilar de forma relativamente autônoma frente ao nível de produção dos demais departamentos ou ramos produtivos.

Mas o movimento relativamente autônomo dos diferentes departamentos e ramos produtivos também pode ter origem nos vínculos que os mesmos estabelecem com mecanismos que são peculiares do padrão de acumulação vigente. Mais especificamente, nestes casos, a autonomia relativa resulta da potencialidade material que dispõem os departamentos ou ramos líderes para expandir (retrair) sua produção em razão das características que assumem, em um específico movimento global da economia, o processo distributivo; as relações intercapitalistas - incluídas aí as relações com o capital externo; a estrutura e as formas de atuação do Estado; os instrumentos destinados ao

financiamento corrente e de longo prazo; o processo de gestação, absorção e difusão de novas tecnologias; e os níveis pretéritos de expansão e diversificação da estrutura produtiva nacional.

Pelo exposto, pode se compreender que a autonomia relativa a que se está fazendo referência não é inerente às qualidades materiais de qualquer segmento da produção social mas é um atributo das relações que determinados segmentos produtivos, considerada sua materialidade, estabelecem no movimento global de acumulação de capital. Por isto, tal autonomia é conferida aos diferentes departamentos e ramos dependendo das especificidades do padrão de acumulação vigente.

Não sendo inerente a nenhum segmento da economia nacional, a capacidade de expansão autônoma, quando atribuída a qualquer um destes segmentos, não o é perenemente. Pelo contrário, é algo que, com freqüência, se esgota e só se recompõe em outros departamentos ou ramos da produção social. O esgotamento tanto pode se dever a uma imposição de caráter cíclico quanto à superação das especificidades do padrão de acumulação que outorgam capacidade de liderança a um dado departamento ou ramo da produção social. Isto confere fugacidade ao atributo de liderança e instabilidade ao movimento expansivo da economia.

Mesmo que se reconheça que a capacidade de liderança não é um atributo inerente a qualquer dos

departamentos ou ramos de uma economia nacional é preciso dizer que, via de regra, esta capacidade tem sido depositada nos segmentos industriais que compõem as economias nacionais. Mais especificamente, a capacidade de liderança de que se fala, dependendo do caso, tem recaído sobre um dos dois conjuntos seguintes de segmentos produtivos tipicamente industriais: os ramos produtores de meios de produção - que materializam a acumulação produtiva - e aqueles voltados para a elaboração de bens que consubstanciam a generalização da produção de bens de consumo urbano.\* Esta observação é de particular importância para este trabalho que trata da dinâmica de expansão industrial das economias regionais periféricas e será utilizada quando do tratamento da referida dinâmica.

Uma vez dadas as condições que permitem a um departamento ou ramo produtivo expandir (retrair) de forma relativamente autônoma a sua produção, a partir dele se impõe a liderança, através das trocas intra ou interdepartamentais. Da expansão (retração) dos ramos líderes, resulta o movimento expansivo (depressivo) dos ramos subordinados. Isto é, no processo de expansão

---

\* Estas idéias não são novas na literatura econômica, se aproximando mais ou menos intensamente das emitidas por autores que trataram da acumulação capitalista nos países avançados ou de industrialização retardatária. No primeiro caso, se poderia incluir por exemplo Keynes, Kalecki e Steindl. No segundo, tomando como exemplo autores que trataram da economia brasileira, pode-se citar Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, João Manuel C. de Mello e muitos outros que se dedicaram ao tema da industrialização.

(retração) da economia, fica constituída uma hierarquia que estabelece a primazia dos ramos líderes diante dos subordinados. Assim, ante a consideração das relações de liderança, torna-se necessário introduzir novo componente na descrição anteriormente feita da racionalidade da tendência global de expansão ou de retração que é conferida às economias capitalistas pela interdependência dos seus segmentos produtivos. Este novo componente é o da hierarquização que se estabelece entre os departamentos e ramos da produção social. Tendo-se presente tal hierarquização, torna-se claro que os movimentos de expansão e retração das economias capitalistas tem suas origens determinadas pelos movimentos autônomos dos ramos líderes.

Contudo, é preciso ter presente que, no processo de reprodução das condições materiais da sociedade capitalista, as relações de liderança e interdependência atuam concomitantemente, produzindo efeitos que ora se acumulam, ora se opõem, num movimento global que se sobrepõe a todos os segmentos da economia, inclusive os segmentos líderes. Se estes últimos, a partir de sua autonomia relativa para o crescimento, expandem significativamente sua produção, a difusão dos estímulos daí derivados impõe o acréscimo da atividade dos segmentos subordinados. O maior nível de atividade daí resultante gera, através das relações de interdependência, impulsos recorrentes à continuidade do movimento expansivo. Este

movimento expansivo envolve também os segmentos líderes, submetendo-os. Desta forma, os efeitos da interdependência se somam aos que continuam sendo gestados pela autonomia relativa dos departamentos e ramos líderes. Não é difícil entender que a acumulação dos efeitos de liderança e interdependência poderia ser mostrada para o caso da retração econômica.

Mas o efeito da concomitância destas relações, por vezes, ao contrário de acumularem-se, opõem-se, produzindo modificações de sentido do movimento da economia. Se a produção social se encontra em decréscimo, a malha econômica é povoada por estímulos de interdependência que induzem os diferentes departamentos e ramos à retração. Se, além disto, pelas razões mais diversas, neste contexto se instaura, em oposição, a tendência autônoma de recuperação da produção dos segmentos líderes, as relações de interdependência vão aos poucos trocando o sentido dos estímulos que distribuem para, finalmente, generalizar-se o processo de recuperação que envolve todos os ramos e departamentos da economia nacional. A tendência de recuperação do nível de atividade, inicialmente de caráter exclusivamente autônomo, é reforçada com a expansão dos mercados de que dependem os ramos departamentos e ramos líderes. Via relações de interdependência, o processo de recuperação econômica iniciado nos ramos líderes, ao generalizar-se, envolve-os e a eles se impõe tal qual faz com os segmentos subordinados. Também não é difícil entender

que a oposição das relações de liderança e de interdependência pode transformar o movimento ascensional da economia em um movimento que signifique a redução do nível de atividades.

Esta segunda qualificação ao conceito de dinâmica interdepartamental permite descrevê-la através de mais adequada conceituação. De acordo com a primeira formulação apresentada para referida dinâmica, a mesma aparece constituída exclusivamente pelas relações de interdependência. Como se viu, essas relações conferem à dinâmica interdepartamental não só os atributos de suficiência e de coerência no suprimento dos bens materiais necessários à reprodução capitalista, mas também o do estabelecimento de estímulos intra e interdepartamentais que se consubstanciam na racionalidade global dos movimentos de expansão e retração do capital a nível nacional. Com a nova descrição, que integra as relações de liderança à primeira formulação, é procedido um avanço conceitual. O mérito de tal avanço consiste em permitir a percepção de que, através das relações de liderança, a dinâmica interdepartamental constitui uma particular hierarquia entre os departamentos e ramos da produção social que se impõe a cada padrão de acumulação de capital. Através desta hierarquia são definidos os segmentos que se constituem na origem dos movimentos de acréscimo e de retração da atividade econômica global e aqueles que desempenham papel subordinado nos referidos movimentos. Assim, a dinâmica interdepartamental

contém, não só os atributos que lhe conferem as relações de interdependência, mas também a hierarquização que se origina nas relações de liderança.

A conceituação de dinâmica interdepartamental que se acaba de apresentar, como já se fez referência, é de grande importância para este trabalho. Isto não só porque a mesma é elemento indispensável do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica que se quer construir. A sua importância decorre também da possibilidade que ela oferece para a caracterização da dinâmica interdepartamental vigente em uma dada economia nacional em um determinado período - no caso do presente trabalho, a dinâmica departamental da industrialização restringida no Brasil - a partir dos departamentos e ramos que nela assumem a posição de liderança. Com tal caracterização torna-se possível pensar as especificidades do ambiente gestado pela acumulação de capital a nível nacional, ambiente este em que tem curso o processo de expansão das indústrias regionais periféricas.

#### 1.1.2 - O Processo de Periferização Intranacional

Com o objetivo de dar continuidade à explicitação dos elementos integrantes do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica, foca-se, neste item, o processo de periferização intranacional. A consideração do dito processo se justifica pela descrição que o mesmo permite fazer dos vínculos que integram as economias

regionais periféricas e, também, seus segmentos industriais ao movimento nacional de acumulação de capital. Por esta razão, o significado que se atribui ao processo de periferização constitui a meta que se persegue neste item. Atingida esta meta, se terá dado mais um importante passo para a consecução do objetivo central deste capítulo, o da conceituação de dinâmica de expansão industrial periférica.

A abordagem ao significado de tal processo é feita através de dois momentos: o primeiro consiste na definição que se adota para economia regional, a qual é analiticamente derivada da espacialização da dinâmica interdepartamental que organiza o movimento expansivo da economia nacional; o segundo momento, tendo como base a definição apresentada no primeiro, culmina com a descrição do processo de periferização.

Para realizar a abordagem referida do processo de periferização intranacional se faz duas suposições básicas. A primeira consiste na presunção de uma sociedade nacional capitalista suficientemente desenvolvida para conter um único processo de reprodução das condições materiais de sua existência, ou seja, um processo de reprodução material que se imponha nacionalmente. A presunção de tal processo de reprodução corresponde a admitir a existência de uma única dinâmica interdepartamental que organize todos os capitais integrantes da mesma sociedade em departamentos e ramos da produção social, independentemente da região em que os mesmos se situam. Para que isto ocorra, é necessário que a

competição intercapitalista tenha avançado suficientemente para integrar os capitais das diferentes regiões ao referido processo de reprodução ou, dito de outra forma, é preciso que a integração do mercado nacional tenha atingido significativo desenvolvimento. A presunção de uma única dinâmica interdepartamental vigente a nível nacional constitui elemento essencial da definição de economia regional aqui apresentada.

A segunda suposição implícita na descrição do processo de periferização intranacional consubstancia-se na hipótese de que são grandes as diferenças do desenvolvimento capitalista entre as diversas economias regionais que compõem a economia nacional. Tais diferenças se expressam sobretudo no grau de diversificação de cada uma das estruturas produtivas sediadas regionalmente. A hipótese em questão é de grande importância para este trabalho na medida em que ela permite conceber a partição alternativa do processo nacional de acumulação nos conjuntos de economias regionais que constituem o centro dinâmico da acumulação de capital e a periferia da economia nacional. São também as diferenças inter-regionais de desenvolvimento capitalista que permitem explicar a posição particular que ocupam as diversas economias regionais enquanto integrantes do centro dinâmico ou da periferia da economia nacional.

#### 1.1.2.1 - Dinâmica Interdepartamental e Economia Regional

Para chegar à definição de economia regional<sup>10</sup> como uma derivação da dinâmica interdepartamental a nível nacional recorre-se à suposição antes referida da vigência de um único processo nacional de acumulação. Válida esta suposição, o todo econômico se impõe nacionalmente. Por isto, as partes deste todo - seus departamentos e ramos - bem como a própria dinâmica departamental a ele subjacente têm caráter nacional.

Se a unidade da reprodução capitalista se impõe nacionalmente, no movimento de expansão do capital a nível regional não há um todo constituído. Sem todo, não há partes. Por isto, neste caso, inexistem ramos, departamentos e dinâmica departamental ao nível das economias regionais. *Strictu sensu*, se quer pode ser dito que existam economias regionais quando o mercado nacional se encontra integrado.

Não existindo departamentos e ramos da produção regional, há segmentos ou frações dos departamentos e ramos da economia nacional instalados nas diferentes regiões. Desta forma, o que se costuma chamar de economia regional é, na verdade, um conjunto regionalmente sediado de segmentos das partes que compõem a economia nacional.<sup>11</sup> Neste sentido, a economia regional não contém unidade de

---

<sup>10</sup> A definição que neste item se apresenta para economia regional deve ser entendida parte do esforço de aperfeiçoamento conceitual que se realiza a partir de FEE (1978), Almeida, Lima (1983); Almeida (1989); Souza (1983; 1984); Targa (1984; 1989).

<sup>11</sup> Ver Almeida (1989) e Targa (1989).

movimento, não constitui o todo econômico e nem tem lógica própria de expansão. Mais precisamente, as economias regionais devem ser concebidas enquanto manifestações da espacialização da dinâmica interdepartamental a nível nacional.

Mas o significado de economia regional não é integralmente captado através da espacialização da dinâmica interdepartamental que se impõe à economia nacional. É necessário considerar que as economias regionais são constituídas também pela coesão que une as atividades produtivas delas integrantes. A dita coesão é a que, se opondo à completa integração do mercado nacional, deriva da preferência pelas transações locais em função dos custos adicionais que se impõem ao comércio inter-regional. Dentre os custos a que se está referindo, destacam-se os relativos ao transporte de mercadorias, aos sistemas de tributação inter-regional e aos investimentos necessários para competir nacionalmente.

É certo que, à medida em que avança a acumulação a nível nacional, os custos referidos têm sua importância diminuída. Pouco a pouco, a acumulação capitalista vai aumentando a capacidade dos capitais para competir nacionalmente, melhoram os sistemas de transportes e, via de regra, se impõe a tendência da superação das barreiras inter-regionais de caráter fiscal. Com isto, aprofunda-se a integração do mercado nacional e torna-se menor a coesão que caracteriza as economias regionais. Não obstante, atingido

certo nível de redução dos custos específicos do comércio inter-regional, torna-se difícil obter ganhos adicionais no mesmo sentido. Por isto, comparativamente às demais, as transações inter-regionais tendem a se manter mais onerosas, preservando a coesão que une as atividades produtivas de uma economia regional.

À aceitação da coesão a que se está referindo, corresponde admitir que as relações de interdependência e de liderança da dinâmica departamental tem maior validade no âmbito intra-regional do que fora dele. Dito de outro modo, os estímulos para o crescimento (ou retração) derivados das relações departamentais se impõem de maneira mais decisiva nos limites da economia regional em que eles têm origem e de forma menos aguda no restante da economia nacional. Desta maneira, constitui-se em cada economia regional, sob a forma de um específico mercado a ela vinculado, um particular ambiente de estimulação à expansão econômica que depende de sua capacidade para gestação dos referidos estímulos.

Assim, como se disse, não é suficiente conceituar a economia regional como a atividade produtiva que, levada a cabo em determinada porção do território nacional, é composta pelo conjunto de segmentos que o mesmo sedia das partes que compõem a economia nacional. Além disso, é preciso considerar a coesão que, em oposição à dinâmica interdepartamental, une as atividades produtivas contidas em cada uma das economias regionais, propiciando-lhes

específico ambiente de estimulação, que as individualizam perante às suas congêneres na economia nacional.

#### 1.1.2.2 - O Significado do Processo de Periferização Intranacional

Definido o sentido que se atribui para as economias regionais, pode-se passar ao segundo momento integrante do presente item: a descrição do significado do processo de periferização intranacional. Este processo e a já discutida dinâmica departamental vigente a nível nacional constituem, como se disse, os dois processos que analiticamente se deve extrair do movimento nacional de acumulação para levar a cabo a construção do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica.

A descrição que se realiza do processo de periferização intranacional se apóia nas duas suposições básicas anunciadas ao início deste item: a) a presunção de uma sociedade nacional capitalista suficientemente desenvolvida para comportar um processo de reprodução material que se imponha nacionalmente; e b) a hipótese da existência de grande diferenciação no que tange ao desenvolvimento capitalista contido nas várias economias regionais que integram a economia nacional. Esta última suposição se faz necessária na medida em que é a diferenciação inter-regional de desenvolvimento capitalista que impõe ao movimento nacional de acumulação a forma do

processo de periferização intra-nacional que se quer descrever.

Para atingir o objetivo deste sub-item - descrever o significado do processo de periferização intranacional -, dois passos são necessários. O primeiro deles destina-se a explicitar o procedimento metodológico da adoção de uma partição alternativa do todo econômico. Tal partição cinde a economia nacional em dois agrupamentos de economias regionais - o centro dinâmico da acumulação de capital e a periferia da economia nacional. Com base na partição adotada, o segundo passo efetiva a descrição do processo de periferização intranacional. Nesta descrição, o processo de periferização é tido como a forma particular que assume o movimento nacional de acumulação em que as economias regionais, compondo o centro dinâmico ou a periferia nacional, relacionam-se, de maneira hierarquizada, constituindo o referido movimento.

O primeiro passo da descrição do processo de periferização consiste na adoção de uma partição alternativa do todo econômico que leve em consideração os já aludidos desníveis regionais de desenvolvimento capitalista. Tal procedimento, como ficará claro nas páginas seguintes, é requisito indispensável para a compreensão do processo que se objetiva descrever.

Assim, para atender este requisito de compreensão, postula-se que o processo de periferização intranacional constitui, como partes do todo econômico, dois conjuntos de

economias regionais: de um lado, o centro dinâmico da acumulação de capital e, de outro, a periferia da economia nacional.

De acordo com esta postulação, o centro dinâmico da acumulação de capital é formado pelo conjunto de economias regionais portadoras de significativo grau de desenvolvimento capitalista. Este desenvolvimento, pelas razões expostas na seqüência deste texto, lhes propicia intensa capacitação para dar origem aos estímulos circulares que viabilizam a dinâmica departamental a nível nacional. Já a periferia da economia nacional constitui-se de economias regionais onde a acumulação de capital não avançou em grau importante, o que as incapacita para assumir destacado papel na gestação dos estímulos circulares referidos.

Para deixar clara a relação entre as duas partições citadas - em departamentos, de um lado, e em centro dinâmico e periferia de outro -, é preciso realçar o fato de a partição centro/periferia embasar-se no conceito de economia regional anteriormente desenvolvido. Na medida que as economias regionais são concebidas como expressões da espacialização da dinâmica interdepartamental a nível nacional, pode-se dizer que, com a partição centro/periferia e com o processo de periferização que a mesma permite caracterizar, não se nega a validade da referida dinâmica. Ao contrário, afirma-se que a tal processo, está subjacente o da dinâmica interdepartamental. A proposição recíproca é também verdadeira na medida em que ambos processos expressam

facetas diversas do mesmo movimento nacional de acumulação. Assim, a partição centro/periferia se apóia na divisão da produção social nos departamentos e ramos que a compõem, superando-a, entretanto, enquanto instrumento capaz de descrever o processo de periferização intranacional.

Dito isto, o avanço na descrição do processo de periferização exige definir mais claramente as partes que compõem tal processo.

Se disse antes que as economias regionais integram o centro dinâmico da acumulação ou a periferia nacional de acordo com a capacidade de estimulação departamental que possuem, capacidade esta que é maior ou menor dependendo do grau de desenvolvimento capitalista que caracteriza tais economias. No entanto, como se pretende mostrar nos próximos parágrafos, é mais preciso falar que a maior ou menor capacitação para a estimulação departamental se deve ao grau de integração da estrutura produtiva regional que o referido desenvolvimento capitalista foi capaz de produzir.

Por estrutura produtiva de uma economia regional se entende o conjunto formado pelo capital aplicado nas unidades empresariais, pela força de trabalho assalariável, pelo recursos naturais e pelos investimentos em infraestrutura básica com que pode contar tal economia regional. A seu turno, por grau de integração da estrutura produtiva da mesma economia, se quer referir à intensidade da diversificação alcançada pelo aparato produtivo regional. Isto é, através do termo grau de integração, se deseja

dispor de um conceito que esteja referido à potencialidade material de tais estruturas produtivas para prover a diversidade dos meios necessários à continuidade do processo de produção a que dão base.

Neste sentido, um elevado grau de integração de uma economia regional não significa só intensa diversificação de sua estrutura produtiva; exprime também grande potencialidade para suprir o processo de reprodução social dos meios materiais que lhe são necessários.<sup>12</sup> Isto quer dizer que a estrutura produtiva de uma região só alcança elevado grau de integração quando os capitais que dela fazem parte integram a maioria dos ramos que compõem a economia nacional, sejam estes ramos líderes ou subordinados.<sup>13</sup>

Suposto um elevado grau de integração de uma economia regional, o efetivo suprimento dos meios necessários para a reprodução capitalista no âmbito da mesma economia se dá através de bens preferencialmente nela produzidos. Este suprimento, é claro, se viabiliza por meio

<sup>12</sup> Na verdade, tal potencialidade decorre não só do grau de integração das estruturas produtivas regionais mas também de sua dimensão. Não entanto, um grau elevado de integração já pressupõe uma estrutura produtiva de grande porte. Isto porque muitos dos ramos que devem fazer parte de uma estrutura produtiva integrada, especialmente os mais complexos do departamento de meios de produção, exigem, para a sua implantação, mercados industriais e infra-estrutura que só se verificam, ao nível regional quando a estrutura produtiva já atingiu avantajado volume. Assim, dizer que a estrutura produtiva de uma região conta com elevado grau de integração é supor também que ela dispõe de dimensão significativa.

<sup>13</sup> A respeito do significado de liderança e subordinação, ver o sub-item 1.1.1.2 desta dissertação.

um intenso movimento de trocas intra e interdepartamentais, que se expressam no volume e no dinamismo do mercado regional. Em vista da potencialidade material para embasar tal movimento de trocas, nas economias regionais integradas, as decisões privadas relativas ao nível da produção e de acumulação produtiva fazem proliferar, sob a forma de mercados crescentes, os estímulos interdepartamentais necessários ao crescimento da produção capitalista.

Desta forma, as economias regionais que, em consequência de um intenso desenvolvimento capitalista, contam com uma estrutura produtiva muito integrada, dispõem também de relativa independência para originar os estímulos que dão substância aos movimentos expansivos da dinâmica interdepartamental a nível nacional.<sup>14</sup> Por isto, estas economias regionais cumprem os requisitos necessários para compor o centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital.

Posição diferente ocupam as economias regionais cujas estruturas produtivas, em função de seu exíguo

<sup>14</sup> Frisa-se que, com o termo **relativa independência** (ou, **relativa autonomia**, forma mais adiante utilizada para indicar o mesmo fenômeno) das economias regionais cêntricas, sob nenhuma hipótese, se está fazendo alusão a qualquer movimento de desvinculação inter-regional ou de esmaecimento do caráter nacional do processo de acumulação de capital no Brasil. Pelo contrário, é idéia que perpassa toda esta dissertação a de que, a desde os anos trinta deste século, tem lugar no País um intenso e duradouro processo de integração do mercado nacional. Este processo, ao ter curso, reforça recorrentemente a unidade de reprodução capitalista a nível nacional. Contudo, isto não impede que as economias regionais cêntricas, na forma explicitadas no presente item, concentrem os estímulos que dão forma à dinâmica interdepartamental que se impõe nacionalmente.

desenvolvimento capitalista, se caracterizem por reduzido grau de integração. Em vista de tal grau de integração, estas economias não têm a suficiente potencialidade para produzir parte importante dos meios materiais utilizados em seu processo produtivo. Em correspondência a isto, se impõe uma capacitação comparativamente pequena para conter trocas interdepartamentais.

Como regra geral, se pode dizer que a pequena capacitação das economias regionais pouco integradas para conter trocas interdepartamentais se deve, sobretudo, à escassa presença, característica nestas economias, dos ramos integrantes do departamento produtor de meios de produção. Em vista desta escassa presença, elevada proporção do excedente social necessariamente toma a forma útil de meios de consumo, de difícil acumulação produtiva. Se a maior parte do excedente de uma economia regional é formado por mercadorias cuja forma útil obstaculiza sua acumulação produtiva, é claro que se oporão dificuldades quase intransponíveis para a realização de tais mercadorias nos mercados constituídos pelos capitalistas instalados nestas economias e pelos trabalhadores por eles empregados. Por isto, as economias regionais pouco integradas são fortemente dependentes das aquisições efetivadas por outras economias regionais, pelo exterior ou ainda pelo Estado.

Assim se vê que, do ponto de vista do seu processo de crescimento, as economias regionais pouco integradas se colocam em posição diametralmente oposta às

que fazem parte do centro dinâmico da acumulação de capital. Diferentemente destas últimas, as economias regionais pouco integradas são incapazes de participar da produção nacional de grande parte dos meios materiais de que necessitam para dar continuidade à acumulação regional; por isto mesmo, não reúnem os atributos materiais necessários para, através das trocas interdepartamentais, gerar os mercados de que a acumulação regional necessita para ter curso. Desta maneira, as economias regionais pouco integradas constituem a periferia da economia nacional.

Contudo, os significados que são atribuídos às partes do todo econômico - o conjunto das economias regionais periféricas e o centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional - só ficam mais claros com a descrição da unidade de movimento constituída pela relação que tais partes mantêm entre si, relação esta que constitui o próprio processo de periferização intranacional, cuja exposição constitui o passo final a ser dado no presente subitem.

O conjunto das economias regionais que compõem o centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional, pelas razões expostas, é capaz de dar origem à estimulação mútua das atividades econômicas nele contidas, o que se expressa no volume e no dinamismo do mercado regional. Mas, ainda assim, por mais integradas que sejam as estruturas de produção deste conjunto de economias, proporção significativa do suprimento de meios materiais de que as

mesmas necessitam para reproduzir-se procede das economias regionais periféricas.

Dentre as razões para tanto, se encontram não só as insuficiências sempre existentes no aparato produtivo do centro dinâmico da acumulação de capital mas também determinadas potencialidades de competição vigentes ao nível das economias regionais que compõem a periferia da economia nacional. Estas potencialidades incluem as capacitações particulares algumas vezes desenvolvidas no âmbito das economias periféricas e, sobretudo, as vantagens de ordem natural de que dispõem tais economias para produzir certos tipos específicos de bens - normalmente oriundos da agropecuária e da extrativa mineral ou vegetal. De qualquer forma, o importante a destacar é que, não obstante o elevado grau de integração característico do processo produtivo no centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional, sua continuidade é garantida mediante o concurso das atividades produtivas realizadas nas economias periféricas.

Por sua vez, como também já se fez referência, o exíguo grau de diversificação do conjunto das economias regionais periféricas confere a este conjunto muito pequenas possibilidades para efetivar um movimento expansivo com base na mútua estimulação dos segmentos produtivos que as mesmas contém. Contudo, a insuficiência para a auto-estimulação é superada pelos mercados consubstanciados nas necessidades de suprimento material sentidas no conjunto das economias

regionais que integram o centro dinâmico da acumulação a nível nacional. Isto quer dizer que as economias regionais periféricas, inseridas que são no contexto da relação centro/periferia, têm seus movimentos de expansão em grande parte submetidos hierarquicamente aos estímulos originados no referido centro dinâmico.

As mercadorias envolvidas nos estímulos referidos no parágrafo anterior, pelo menos nos estágios iniciais da implantação industrial, tendem a ter origem primária. De um lado, a predominância dos bens de origem primária se deve à escassa diversificação das estruturas produtivas periféricas, principalmente quando se trate de economias regionais em que a implantação industrial somente alcançou pequeno desenvolvimento. De outro, mesmo quando a diversificação periférica já avançou mais significativamente, a predominância aludida se origina nas dificuldades usualmente sentidas pelos capitais pertencentes às economias regionais periféricas para competir em nível nacional nos ramos industriais em que a produção das matérias primas não dependa das características regionais de ordem natural.

Assim estimuladas, as economias regionais da periferia nacional expandem seus processos produtivos. Mas uma expansão desta forma determinada só pode de fato se efetivar se tais economias contarem com o fornecimento das mercadorias - especialmente meios de produção - que não podem produzir dada a exigüidade de diversificação que as

caracteriza. Em outras palavras, a expansão estimulada a partir do centro dinâmico da acumulação de capital se viabiliza através de um elevado coeficiente de importações. Tais importações são financiadas pelas vendas de mercadorias às outras regiões do país ou ao mercado internacional. Desta forma, se viabiliza nas economias regionais periféricas tanto os mercados quanto os suprimentos de bens materiais de que a mesma necessita para expandir-se e não é capaz de produzir.

Na descrição da unidade centro/periferia, é importante destacar ainda um ponto. Este ponto diz respeito aos mercados das economias regionais periféricas absorvidos pelos capitais instalados no centro dinâmico da acumulação. Neste sentido, pode-se dizer que, dadas as barreiras que normalmente se impõem ao comércio internacional, as importações que a periferia nacional tem necessidade de realizar para dar curso ao seu processo de crescimento tendem a efetivar-se preponderantemente através de aquisições realizadas no centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. Em consequência, a estimulação da periferia nacional acaba por viabilizar a gestação de mercados que constituem possibilidades adicionais de expansão para os capitais instalados no centro dinâmico.

Assim, a relação entre o centro dinâmico da acumulação e a periferia de uma economia nacional - ou o processo de periferização que nela ocorre - integra, de

forma hierarquizada, as partes que constituem o todo econômico.

Com a dita relação, o centro dinâmico da acumulação de capital garante o suprimento dos meios materiais - meios de consumo não transformados e matérias primas - que, apesar de seu elevado nível de integração, não produz. Além disto, a mesma relação lhe propicia mercados adicionais àqueles gerados pelo processo de auto-estimulação de seus segmentos produtivos. Estes mercados adicionais são os derivados da estimulação das economias periféricas em decorrência dos movimentos de expansão no centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.

Já para as economias regionais periféricas, a relação centro/periferia significa a viabilização do fornecimento dos meios materiais - especialmente os meios de produção - que, sendo necessários à continuidade do seu processo de produção, sua malha produtiva não tem capacidade de produzir. Mas, além disto, a relação em foco propicia para estas mesmas economias a impulsão à expansão econômica que elas não tem condição de gerar, hierarquizando-as relativamente ao centro dinâmico da acumulação de capital.

Desta forma, o processo de periferização intranacional une e hierarquiza os dois conjuntos de economias regionais que constituem as partes da economia nacional em um único movimento de expansão. Este movimento é capaz de propiciar, não só os meios de consumo e de produção mas, também, a impulsão de que necessita o processo

de reprodução material a nível nacional para ter continuidade.

## 1.2 - A Descrição do Conceito de Dinâmica de Expansão Industrial Periférica

Esta seção, arrematando os desenvolvimentos apresentados no presente capítulo, tem por objetivo concluir a construção do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Isto é feito a partir da conceituação apresentada na seção anterior relativa à dinâmica interdepartamental e à periferização da economia nacional, processos descritos como integrantes do movimento nacional de acumulação de capital.

No sentido de justificar o aludido objetivo, não é demais relembrar o estabelecido ao início deste capítulo. A construção do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica se explica pelo tratamento que ele permite dar ao objeto de estudo da presente dissertação, o processo de expansão da indústria do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Através deste conceito, tal processo é apreendido em patamares diferenciados de abstração. O primeiro dos aludidos patamares se alcança nesta seção com o próprio conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Isto porque o mesmo conceito descreve as características essenciais do processo de crescimento e diversificação dos segmentos industriais localizados na periferia de uma

economia nacional, como é o caso dos segmentos industriais gaúchos.<sup>15</sup> Attingido tal patamar de abstração, o tratamento que se dispensa ao processo de desenvolvimento do capital industrial no Rio Grande do Sul tem continuidade nos capítulos seguintes. Nestes capítulos, através de movimentos sucessivos, se empreende a absorção das características concretas da expansão industrial periférica no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Para atingir o seu objetivo, a presente seção é composta de dois itens. No primeiro, são apresentadas as definições de indústria regional e de sua dinâmica de expansão. Já no segundo, se busca descrever as peculiaridades que as mesmas assumem no caso das economias regionais integrantes do centro dinâmico de acumulação de capital e daquelas que formam a periferia do movimento nacional de acumulação. Agindo desta forma, se chega a uma conceituação do processo de expansão e diversificação industrial periférica que deriva da dinâmica interdepartamental e do processo de periferização

---

<sup>15</sup> Por características essenciais do processo de crescimento e diversificação dos segmentos industriais localizados na periferia de uma economia nacional, refere-se àquelas que derivam da própria relação centro/periferia. Neste sentido, se adverte que, em algumas passagens deste capítulo, são abstraídos traços importantes que o processo em questão assumiu historicamente no Rio Grande do Sul ou, mesmo no Brasil. Dentre estes traços, se destacam não só os que derivam da influência exercida pelo Estado mas também aquela que tem origem no comércio exterior. Na medida em que a abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul for sendo desenvolvida no decorrer desta dissertação, tais traços vão sendo paulatinamente tratados.

intranacional, facetas do movimento de reprodução do capital a nível nacional.

#### 1.2.1 - A Indústria Regional e sua Dinâmica de Expansão no Contexto do Movimento Nacional de Acumulação

Em certo sentido, pode-se dizer que a indústria regional não é mais do que uma fração específica da economia regional que a contém: a fração envolvida com a produção industrial. Por isto, também é certo afirmar que, como a economia regional, a indústria nela contida é igualmente composta por um conjunto de segmentos dos ramos da economia nacional, não constituindo um todo econômico e nem possuindo lógica própria de expansão. Neste sentido, também a indústria regional deve ser concebida como uma manifestação da espacialização da dinâmica departamental a nível nacional.

Mas é preciso ressaltar que, ainda que as indústrias regionais não constituam todos econômicos nem tenham lógica própria de expansão, são portadoras de importantes peculiaridades materiais que influenciam decisivamente na definição de seu processo de crescimento e diversificação ou, dito de outra forma, de sua dinâmica de expansão. Por isto se assume que a conceituação das indústrias regionais não pode se esgotar na sua caracterização como um conjunto indiferenciado de segmentos da economia nacional, mas deve levar em consideração também

as condições materiais específicas que individualizam a sua dinâmica de expansão relativamente à que tem lugar nas demais economias regionais que integram a economia nacional.

Isto significa dizer que a indústria regional, além de ser vista como uma expressão da dinâmica interdepartamental vigente a nível nacional, deve ser considerada como a atividade produtiva levada a cabo por um específico conjunto de empreendimentos industriais regionalmente sediados. A especificidade do dito conjunto refere-se tanto ao volume de capital que os mesmos mobilizam quanto à forma em que este capital se distribui entre os múltiplos capitais individuais e entre os diversos ramos da economia nacional. Além disto, deve-se ter presente que a indústria regional é uma atividade produtiva que ocorre apoiada também sobre o capital envolvido com a produção primária e terciária, a força de trabalho assalariável, os recursos naturais e os investimentos em infra-estrutura. Finalmente, não se pode deixar de considerar a particular de estimulação departamental vigente na economia regional em que a referida indústria se localiza. Esta particular estimulação, se bem que seja fortemente determinada pela dinâmica interdepartamental que vige nacionalmente, é, como se viu, definido também pelo grau de diversificação que possui a estrutura produtiva regional.

Assim, a indústria de uma economia regional é a atividade industrial contida nesta economia, atividade esta que, referida à espacialização da dinâmica departamental a

nível nacional e apoiada em específica estrutura produtiva, se caracteriza por particular processo de crescimento e diversificação. Este processo é neste trabalho denominado de dinâmica de expansão das indústrias regionais. Por isto, pode-se dizer que a dinâmica de expansão das indústrias regionais é o movimento que estas mesmas indústrias realizam no sentido de sua expansão e diversificação, o qual, ao mesmo tempo em que consiste em uma manifestação da espacialização da dinâmica departamental a nível nacional, assume sua especificidade através da influência que advém das características materiais de sua estrutura produtiva.

#### 1.2.2 - As Especificidades da Dinâmica de Expansão Industrial nas Economias Regionais Cêntricas e Periféricas

Isto posto, pode-se executar o último passo em direção ao estabelecimento do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Este passo que organiza o presente item, dividindo-o em dois subitens, consiste em captar a especificidade da dinâmica de expansão industrial nas economias regionais cêntricas e nas economias regionais periféricas que integram a economia nacional.

##### 1.2.2.1 - A Dinâmica de Expansão Industrial Cêntrica

No caso das indústrias regionais componentes do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional, a dinâmica de expansão industrial se embasa numa estrutura produtiva que supõe um importante desenvolvimento capitalista pretérito: o conjunto dos capitais regionalmente instalados - especialmente os localizados nos segmentos industriais - dispõe de significativo porte e diversificação que abrange a maior parte dos ramos líderes e subordinados da economia nacional; o assalariamento é generalizado; e a infra-estrutura urbana e de produção é desenvolvida.

Nestas condições, a dinâmica de expansão industrial das economias regionais cêntricas se constitui num processo relativamente autônomo de expansão e diversificação produtivas.<sup>14</sup> Isto não só porque, de uma maneira geral, os recursos materiais necessários para tanto estão presentes nas economias regionais que formam o centro dinâmico da acumulação de capital. A relativa autonomia existe também e principalmente porque, como se disse, destas mesmas economias, fazem parte segmentos industriais que integram os ramos líderes do movimento nacional de acumulação. Estes ramos, se viu anteriormente, são capazes

---

<sup>14</sup> Também aqui se chama a atenção para o fato de que, com a expressão **processo relativamente autônomo** não se quer referir qualquer tipo de desvinculação inter-regional ou de esmaecimento do caráter nacional do processo de acumulação de capital a nível nacional no Brasil. Como se disse em nota de rodapé anterior, desde o início dos anos trinta deste século, a economia brasileira se envolveu em um intenso e duradouro processo de integração do mercado nacional, que, de uma maneira cada vez mais profunda, une suas economias regionais no movimento nacional de acumulação de capital.

de dar origem a movimentos de expansão (retração) que envolvem não só os ramos subordinados mas também a totalidade dos segmentos produtivos.<sup>17</sup>

Por isto, as economias regionais que contém em proporção significativa os segmentos destes ramos contam com uma particular forma de expansão e diversificação industrial. Uma vez tomadas as decisões privadas e/ou públicas que determinam o crescimento relativamente autônomo da produção dos segmentos líderes - por exemplo, decisões que digam respeito a inversões destinadas ao crescimento da capacidade produtiva industrial ou ao aumento da disponibilidade de infra-estrutura bem como à difusão de novos padrões de consumo - se generalizam estímulos que, através das relações de interdependência, envolvem os demais ramos produtivos.

Estes estímulos departamentais, dada a coesão que constitui as economias regionais, privilegiam o espaço regional em que o crescimento relativamente autônomo tem lugar, as economias regionais cêntricas. Desta forma, a estimulação departamental se expressa no crescimento do mercado regional cêntrico, com o que se viabiliza a realização da produção em expansão.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> A respeito da posição assumida neste trabalho relativamente à importância das relações de liderança e do papel que nelas assumem os segmentos industriais, ver o sub-item 1.1.1.2 "A Requalificação do Significado do Conceito de Dinâmica Interdepartamental".

<sup>18</sup> Sobre a coesão constitutiva das economias regionais, ver nesta dissertação, o sub-item 1.1.2.1 - "A Dinâmica Interdepartamental e a Economia Regional".

é claro no entanto que um tal processo não fica restrito às economias regionais que a ele dão início se é verdadeira a suposição de um mercado nacional integrado. Em primeiro lugar porque, mesmo privilegiando os empreendimentos locais, as possibilidades de realização oferecidas pelas economias regionais em que o dito processo é gerado envolvem também as atividades produtivas das economias periféricas, induzindo sua produção ao crescimento. Em segundo porque a recorrência do movimento de expansão da capacidade produtiva, implícita na dinâmica que se descreve, se traduz, obrigatoriamente, no transbordamento do mercado regional. Com este transbordamento, as demais economias regionais, dentre as quais as periféricas, ficam sujeitas à constante intensificação da concorrência intercapitalista em seus mercados. A este ponto se retorna nos parágrafos seguintes quando for abordada a dinâmica de expansão industrial periférica.

Por sua vez, o já referido crescimento do mercado regional das economias cêntricas tem como resultado a rápida acumulação de fundos que tornam viáveis novas inversões na infra-estrutura e no aparato produtivo regionais, especialmente o que se dedica à produção industrial. Estas novas inversões, nas condições de diversificação das estruturas produtivas características do centro dinâmico, ocasionam impulsos adicionais ao crescimento da produção industrial e dos demais segmentos produtivos. Desta forma, a partir da expansão relativamente

autônoma de alguns segmentos líderes do setor secundário localizados no centro dinâmico, se impõe, sobretudo na economia regional que deu origem à dita expansão, um processo de generalizada estimulação departamental.

Como se vê, a dinâmica de expansão industrial das economias que compõem o centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional constitui a forma particular que assume o processo de crescimento e diversificação da produção industrial em tais economias. Nestes casos, o crescimento e a diversificação industriais têm, como causa primordial, a estimulação departamental oriunda dos movimentos relativamente autônomos de expansão (de retração) realizados pelos segmentos industriais que, sediados nestas economias, constituem frações dos ramos líderes do movimento nacional de acumulação. Envolvida em tal processo de crescimento e diversificação, a produção dos demais segmentos produtivos das economias regionais cêntricas é também levada à expansão e à diferenciação internas. É claro que, como se viu na primeira seção deste capítulo, o movimento expansivo (depressivo) iniciado pelos segmentos líderes acaba, através das relações de interdependência, também envolvendo estes segmentos, de forma a realimentar a dinâmica de expansão industrial.

Mas é preciso destacar que o processo em questão não envolve apenas a produção corrente dos segmentos direta ou indiretamente por ele englobados. A dinâmica de expansão industrial das economias regionais cêntricas também

viabiliza e induz, como se viu, à expansão e à diversificação das inversões regionais, sejam estas inversões realizadas nos segmentos produtivos - industriais ou não - ou na infra-estrutura urbana e de produção. Desta forma, se uma estrutura produtiva integrada é o pré-requisito da dinâmica de expansão industrial característica das economias regionais cêntricas, esta dinâmica, por sua vez, envolve tais estruturas produtivas num processo que as tornam progressivamente maiores e mais diversificadas, reforçando os atributos materiais que conferem a tais economias a capacidade de realizar, de forma relativamente independente, movimentos expansivos como o que se acaba de descrever.

#### 1.2.2.2 - A Dinâmica de Expansão Industrial Periférica

A caracterização que a seguir se empreende da dinâmica de expansão industrial nas economias regionais periféricas tem como pré-requisito a descrição apresentada dos traços essenciais do mesmo processo nas economias regionais cêntricas. Isto não só porque a dita descrição serve de contraste à exposição do movimento de expansão e diversificação industrial na periferia da economia nacional. A descrição a que se está referindo é imprescindível sobretudo porque não é possível entender a dinâmica industrial periférica em toda a sua extensão se não estão explícitas as relações que a mesma dinâmica mantém com

processo de crescimento e diversificação industrial das economias regionais cêntricas.

Diferentemente do que ocorre no centro dinâmico da acumulação de capital, o processo de crescimento e diversificação industrial nas economias regionais periféricas se apóia em estruturas produtivas que, retratando o exíguo desenvolvimento capitalista regional, dispõem de um restrito grau de integração, o qual se expressa principalmente na escassa presença dos ramos industriais líderes do processo nacional de acumulação.

Estruturas produtivas assim caracterizadas não podem reproduzir a dinâmica de expansão industrial das economias regionais cêntricas. A impossibilidade de reproduzir a dinâmica de industrial cêntrica é especialmente verdadeira no que diz respeito à autonomia relativa para a expansão e diversificação do processo produtivo. Isto porque a pouco expressiva presença dos ramos industriais líderes impede que, na periferia nacional, seja gestado um processo de auto-estimulação como o que consubstancia a dinâmica de expansão industrial das economias regionais integrantes do centro de acumulação de capital a nível nacional.

Incapacitadas para dar origem à estimulação departamental, as indústrias regionais periféricas viabilizam seu processo de expansão e diversificação através

do vínculo que estabelecem com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.<sup>1\*</sup>

O crescimento das economias regionais cêntricas corresponde ao acréscimo das importações que as mesmas necessitam realizar junto as economias periféricas. Este acréscimo em muitas situações acaba por induzir direta e indiretamente a indústria da periferia nacional à expansão e à diversificação de sua produção. As indústrias regionais periféricas são diretamente induzidas a expandir e a diversificar sua produção quando atendem as necessidades crescentemente sentidas no centro dinâmico de produtos industrializados. De maneira diversa, a indução indireta se dá via acréscimo do próprio mercado regional periférico em que se situa a indústria que tem sua produção aumentada. Este acréscimo decorre do aumento demanda de bens de consumo e de produção na periferia implícito no incremento da atividade produtiva destinada às exportações para o centro dinâmico de produtos oriundos da agro-pecuária. Pode-se ainda falar em crescimento indiretamente induzido da indústria de uma economia regional periférica quando este crescimento deriva do acréscimo das exportações para outras economias regionais periféricas, acréscimo este, por sua

---

<sup>1\*</sup> É claro que, concretamente, o processo de expansão das indústrias regionais periféricas muitas vezes se vincula também ao mercado internacional ou ao exercício da política econômica. Não obstante, na conceituação que, neste item, se faz do referido processo se deseja defini-lo exclusivamente pela relação que lhe é essencial: a relação centro/periferia.

vez, vinculado à expansão no centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.

Não obstante, é preciso dizer que, dada a exígua diversificação industrial que caracteriza as economias regionais periféricas, as exportações inter-regionais de tais economias tendem a concentrar-se em produtos primários. Por isto, na periferia, a estimulação industrial ocorre principalmente de forma indireta através dos vínculos estabelecidos com a expansão do centro dinâmico pelas exportações de produtos primários ao próprio centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital ou às demais economias regionais periféricas.

Em cada uma das economias regionais periféricas, a expansão do mercado assim descrita pode levar a um mais ou menos intenso processo de crescimento e diversificação industrial. A intensidade do referido processo será maior ou menor dependendo, de um lado, do volume e da aceleração de suas vendas inter-regionais e, de outro, da potencialidade material que dispõe a estrutura industrial da mesma economia para absorver os estímulos que derivam do incremento de seu mercado. Esta potencialidade, por sua vez, alcança níveis progressivamente mais elevados à medida em que é mais diversificada a estrutura produtiva regional ou, dito de outra forma, que seu aparato produtivo se encontra mais preparado para produzir uma proporção maior dos meios materiais exigidos para a continuidade da expansão periférica.

Contudo, é importante não perder de vista que o exíguo grau de integração das economias regionais periféricas se expressa não só na incapacidade de sua estrutura produtiva industrial para justificar um processo de estimulação relativamente autônomo, mas também na reduzida potencialidade para produzir os meios materiais - especialmente os meios de produção - envolvidos no crescimento da economia regional a que dão base. Assim, a expansão industrial periférica para viabilizar-se necessita de consideráveis volumes de importações de meios de produção que advém do centro dinâmico de acumulação de capital a nível nacional ou do mercado internacional.

Desta forma, pode-se concluir que a dinâmica de expansão industrial periférica, dada a exígua diversificação da estrutura produtiva que lhe dá base, assume uma forma que difere da que tem curso nas economias regionais cênicas. De um lado, a dinâmica de expansão das indústrias regionais periféricas caracterizam-se frente à que ocorre com as indústrias do centro dinâmico pela necessidade da importação elevada proporção dos meios de produção envolvidos no movimento de expansão de diversificação industrial. De outro, a dinâmica de expansão das indústrias regionais cênicas e periféricas se diferenciam pela origem dos estímulos que as levam ao crescimento e à diversificação. As indústrias regionais cênicas são impelidas para crescimento e para a diversificação pela estimulação departamental derivada das trocas realizadas ao

nível regional. Já as indústrias regionais periféricas, diferentemente, são estimuladas através do vínculo que estabelecem as economias regionais que as sediam com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional por intermédio das exportações inter-regionais.

Finalmente cabe observar que as estruturas produtivas das indústrias regionais periféricas podem sofrer significativa transformação tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Não obstante, a transformação a que está referindo, na grande maioria dos casos, tem limites muito estreitos, quando se tem em mente o necessário para tornar integrada uma estrutura produtiva originalmente periférica.

Os limites referidos se devem às dificuldades de implantação a nível regional de segmentos dos ramos industriais líderes do processo nacional de acumulação. De um lado, estas dificuldades expressam os próprios limites da acumulação capitalista periférica para a gestação de capitais que disponham do porte e da tecnologia necessários para adentrar em tais ramos. Ainda no que diz respeito aos próprios limites da acumulação capitalista periférica, sobressaem dificuldades para promover a complementação industrial e a base de infra-estrutura de produção exigidas para a localização de empreendimentos como os que normalmente compõem os ramos líderes do processo nacional de acumulação.

De outro lado, os limites da transformação das estruturas produtivas periféricas no sentido de as mesmas absorverem segmentos dos ramos líderes da acumulação de capital e, com isto, tornarem-se, estruturas integradas, são impostos pelas barreiras à entrada que representam os capitais dos ramos líderes previamente instalados no centro dinâmico da acumulação de capital.<sup>20</sup> Estes capitais, normalmente de grande porte, operam com plantas industriais avançadas tecnologicamente e capacitadas para escalas de produção que lhes propiciam custos reduzidos de operação. Além disto, as escalas de produção são propositadamente dimensionadas de forma a propiciar significativo grau de ociosidade no mercado nacional, objetivando desestimular a entradas de novos capitais.

É claro que estas barreiras se opõem a novas inversões seja na periferia nacional ou no centro dinâmico da acumulação de capital. No entanto, na periferia elas produzem efeitos mais intensos, já que o desenvolvimento capitalista nela vigente - expresso no porte dos capitais, nas possibilidades locais de complementação industrial, no fornecimento de serviços típicos da infra-estrutura de

---

<sup>20</sup> Wilson Cano, tratando dos problemas aludidos neste parágrafo cunhou a expressão "efeitos de bloqueio", querendo referir-se às dificuldades que desenvolvimento capitalista prévio das economias regionais cêntricas impunha à integração das estruturas produtivas regionais periféricas. Ver a este respeito, Cano (1985), p. 191 e segs).

produção, na dimensão da força de trabalho assalariável e etc. - apresenta menor potencialidade para superá-las. <sup>21</sup>

Assim, pode-se concluir que a dinâmica de expansão industrial periférica contém duas tendências antagônicas no que diz respeito à viabilidade de a mesma redundar em um elevado grau de integração da estrutura produtiva que lhe dá suporte. De um lado, a própria estimulação departamental desde o centro dinâmico da acumulação de capital induz a uma expansão industrial que tende a modificações da estrutura produtiva periférica capaz de transformá-la não só do ponto de vista quantitativo mas, também, qualitativo. Neste sentido, a vinculação periférica à expansão do centro dinâmico de acumulação de capital consubstancia a tendência da homogeneização do espaço nacional. De outro lado, no entanto, a mesma relação centro/periferia, - através das barreiras à entrada de novos capitais nos ramos líderes

---

<sup>21</sup> Há situações concretas em que, apesar do restrito desenvolvimento capitalista, nas economias regionais periféricas, são realizadas inversões cujas exigências - de porte dos capitais envolvidos, do suprimento dos equipamentos e insumos exigidos, e da infra-estrutura urbana e de transportes necessária - ultrapassam em muito às possibilidades materiais das mesmas economias. Em alguns casos, tais inversões se referem a investimentos que competirão com estabelecimentos industriais implantados no centro dinâmico - no caso brasileiro, servem de exemplos, a instalação dos pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul. A inversão em grandes explorações minerais localizadas na periferia também ocorre. Não obstante, predominam nas decisões que originam as inversões referidas os interesses do Estado, e/ou, em alguns casos, de grandes capitais no contexto nacional ou, ainda, internacional. Contudo, pelo menos na história brasileira, não se pode referir o caso de uma economia regional que tenha superado sua condição periférica em razão de inversões como as que se fazendo alusão.

preexistentes no centro dinâmico da economia nacional - e as limitações do desenvolvimento capitalista regional periférico obstaculizam a transformação qualitativa das estruturas produtivas periféricas. Ao fazê-lo, operam na direção da diferenciação progressiva das estruturas produtivas cênicas e periféricas e, com isto, da própria preservação da relação centro/periferia.

A princípio não se pode determinar qual das duas tendências se tornará predominante, sendo necessários estudos particularizados para a descrição dos resultados efetivos da dinâmica de expansão nas diferentes economias regionais periféricas. Contudo, a experiência tem demonstrado que a transformação das estruturas produtivas periféricas em direção à efetiva integração do processo de produção só ocorre em muito poucos casos e, ainda assim, de forma extremamente lenta.

Com isto, se considera atingido o objetivo central deste capítulo, a construção do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Este conceito tem por finalidade constituir-se no primeiro patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial gaúcho entre 1930 e 1955 realizada nesta dissertação. Este patamar de abstração, por sua vez, embora seja capaz de mostrar os traços essenciais do objeto em estudo, é, com certeza, insuficiente. As insuficiências residem exatamente na não consideração das peculiaridades assumidas pelo processo de expansão e diversificação industrial no Rio Grande do Sul no

período em questão, características estas indispensáveis para uma aproximação mais efetiva do processo real que se quer descrever. Superar tais insuficiências de consideração das peculiaridades do processo em estudo, consiste nos objetivos assumidos nos próximos capítulos e na conclusão deste trabalho.

CAPÍTULO SEGUNDO

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICO  
NO BRASIL ENTRE 1930 E 1955

No capítulo primeiro desta dissertação, tratou-se de construir o conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. A construção do referido conceito foi empreendida partindo-se de dois elementos que analiticamente se pode extrair do movimento nacional de acumulação de capital: a dinâmica interdepartamental e o processo de periferização intranacional.

Com base na explicitação do significado de dinâmica interdepartamental - a qual possibilita a percepção de como o movimento de reprodução das sociedades capitalistas é gerado a partir da inter-relação das partes constitutivas da totalidade econômica, os departamentos da produção social -, derivou-se as noções de economia e de indústria regionais, explicitando sua hierarquia conceitual no movimento de reprodução capitalista a nível nacional.

Já a especificação do processo de periferização intranacional permitiu mostrar como o movimento nacional de acumulação de capital pode ser também recomposto a partir da inter-relação de dois tipos de economias regionais que, muitas vezes, integram o referido movimento: as economias regionais cêntricas e as economias regionais periféricas. Da explicitação do entendimento que, neste trabalho, se reserva para as economias regionais periféricas, viabilizou-se a conceituação de indústria regional periférica e de sua dinâmica de expansão.

Como se deixou claro na oportunidade, o esforço de conceituação empreendido no primeiro capítulo teve por

finalidade resultar numa abordagem inicial do objeto de estudo desta dissertação, o processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Esta abordagem, é claro, abstraía tanto o significado e as peculiaridades assumidas pelo processo nacional de acumulação de capital no Brasil no período em estudo quanto as características da indústria sul-rio-grandense no mesmo período. Por isto, a referida abordagem, apesar de dispor de grande utilidade para a explicitação dos traços essenciais do movimento industrial a ser estudado, aproxima-se insuficientemente de suas características concretas.

O presente capítulo dedica-se a introduzir na análise até aqui realizada a consideração do significado e das peculiaridades do processo nacional de acumulação então vigente no Brasil, superando parte das insuficiências referidas no parágrafo anterior. Assim procedendo, será possível tornar perceptível a singularidade da influência que o mesmo processo exerceu na conformação da dinâmica de expansão industrial periférica no Brasil de 1930 e 1955. Ao fazê-lo, atingir-se-á o objetivo central do presente capítulo: a caracterização genérica do processo de expansão industrial periférico no Brasil nas duas décadas e meia citadas.

Com esta caracterização, se disporá de uma segunda abordagem do movimento de expansão do capital industrial no Rio Grande do Sul que, relativamente à primeira, terá seu grau de abstração reduzido. Não obstante, mesmo nesta

segunda abordagem, pode-se adiantar, o grau de abstração prevalecente permanecerá excessivamente elevado, dada a ausência, que, nela se verifica, da consideração dos traços que caracterizavam a indústria sul-rio-grandense no período estudado.

Para a consecução dos objetivos deste segundo capítulo - introduzir, na análise até aqui realizada, a consideração do significado e das peculiaridades do processo nacional de acumulação vigente no Brasil durante o período em estudo -, foi necessária a sua divisão em três seções. Enquanto as duas primeiras seções têm um caráter eminentemente instrumental, a última delas culmina com a consecução dos objetivos pretendidos.

No sentido do parágrafo anterior, a seção inicial apoia-se na literatura atinente ao assunto para, de um lado, absorver o significado da industrialização restringida brasileira - forma assumida pelo movimento nacional de acumulação no Brasil entre 1930 e 1955 - e, de outro, recuperar as especificidades atribuídas à dinâmica departamental a ela subjacente. Já a segunda seção, preocupando-se com os aspectos espaciais do movimento nacional de acumulação, dedica-se à descrição do processo de periferização intranacional subjacente ao mesmo movimento. Finalmente, a terceira seção, apoiada sobre as duas primeiras, empreende a caracterização dos traços gerais do movimento de expansão e diversificação do capital industrial nas economias regionais periféricas brasileiras nos dois

decênios posteriores a 1930, atingindo os objetivos a que se propõe o presente capítulo.

## 2.1 - O Padrão Nacional de Acumulação no Brasil de 1930 a 1955: a industrialização Restringida

Esta seção, como se disse, tem por objetivos a) absorver o significado da industrialização restringida, forma particular assumida pelo movimento nacional de acumulação de capital no Brasil do início da década de trinta aos meados da década de cinquenta e b) descrever as especificidades da dinâmica departamental subjacente ao mesmo movimento.

Os objetivos pretendidos para esta seção impuseram a divisão da mesma em dois itens. Enquanto o primeiro deles trata da aludida recuperação do significado da industrialização restringida, o segundo dedica-se ao tratamento das especificidades dela decorrentes relativas à dinâmica departamental que se impôs no Brasil no período em estudo.

### 2.1.1 - O significado da Industrialização Restringida

A partir dos primeiros anos da quarta década deste século, o movimento nacional de expansão capitalista no Brasil assumiu nova forma, a forma de um novo padrão de

acumulação de capital, conhecido como a industrialização restringida.

Como será visto, a descrição do significado da industrialização restringida é de fundamental importância para o entendimento das especificidades da dinâmica departamental e do processo de periferização intranacional ocorrido no Brasil nas duas décadas e meia que se seguiram a 1930. Por sua vez, estas mesmas especificidades são de consideração indispensável para entendimento dos processos de expansão industrial periférica no Brasil entre 1930 e 1955 que se pretende caracterizar neste capítulo. Assim, o objetivo deste item, a descrição do significado que assumiu a industrialização restringida no Brasil, constitui um importante passo da exposição empreendida nesta dissertação.

Para cumprir os objetivos do presente item, explicita-se inicialmente o que se entende por um processo de industrialização em geral; posteriormente descreve-se os traços peculiares deste processo para o caso brasileiro entre 1930 e 1955.

Como primeira aproximação, pode-se dizer que o processo de industrialização se caracteriza por constituir o padrão nacional de acumulação de capital em que um ou mais segmentos industriais assumem a posição de liderança na dinâmica departamental que estabelece as bases materiais deste mesmo padrão. Foi visto em "A Requalificação do Significado de Dinâmica Interdepartamental" (sub-item 1.1.1.2 do presente trabalho), que a posição de liderança

assumida por determinados segmentos produtivos se justifica pela capacidade de que dispõem os mesmos para realizar movimentos relativamente autônomos de expansão (retração) de sua produção corrente e, assim, originar estímulos que, via relações de interdependência, envolvem o conjunto dos segmentos produtivos da economia nacional. Por isto, entende-se que a industrialização é o padrão nacional de acumulação de capital em que os níveis correntes da atividade produtiva da economia nacional são determinados por uma dinâmica departamental cuja liderança é exercida por um ou mais segmentos industriais.

No entanto, o significado da industrialização não se restringe à expansão corrente da economia nacional. Isto porque, ao atingir-se determinado grau de utilização do aparato produtivo, a continuidade da expansão econômica impõe o crescimento e a diversificação deste aparato, os quais são alcançados através de inversões que envolvem não só o parque industrial, mas também os empreendimentos agrícolas, a infra-estrutura básica e as instalações prestadoras de serviços urbanos. Ao serem realizadas, estas inversões, além de propiciarem o crescimento e a diversificação da capacidade produtiva nacional, impõem impulsos departamentais que se adicionam aos preexistentes, expandindo o mercado interno e realimentando a expansão da produção corrente. Desta forma, no movimento constituído pela industrialização, a expansão corrente da produção e as

transformações do aparato produtivo influenciam-se mútua e recorrentemente.

Assim, a industrialização pode ser conceituada como o padrão nacional de acumulação de capital em que um ou mais segmentos industriais assumem a posição de liderança na dinâmica departamental, a qual não só viabiliza o suprimento dos meios de consumo e de produção envolvidos na reprodução social e expande e diversifica o aparato produtivo mas, também, gera os mercados necessários para tanto.

Não é difícil entender que o exíguo desenvolvimento capitalista alcançado no Brasil até o final dos anos vinte do corrente século - expresso nos reduzidos volumes do capital acumulado e da força de trabalho assalariada, na pouco difundida disponibilidade dos serviços e da infra-estrutura necessários à vida urbana e ao crescimento da produção social e, especialmente, no escasso grau de integração da estrutura produtiva - impedia que se produzisse no País um movimento de acumulação de capital embasado na dinâmica departamental característica da industrialização que ocorria havia muitas décadas nos países avançados.

O impedimento se impunha porque a referida exigüidade do desenvolvimento capitalista não viabilizava o suprimento de grande parte dos recursos materiais indispensáveis àquela dinâmica departamental, o que era especialmente verdadeiro para os casos dos meios de produção cuja elaboração fosse mais exigente em capital e tecnologia.

O suprimento com base na produção interna encontrava óbvios limites na singela estrutura produtiva até então implantada no Brasil. Além disto, a alternativa representada pelas importações encontraria barreiras quase intransponíveis na insuficiente captação de recursos externos que a própria exigüidade do avanço capitalista no Brasil era capaz de justificar.

Esta exigüidade era, aliás, era responsável também pela impossibilidade de a acumulação capitalista a nível nacional se efetivar através de um movimento de auto-estimulação departamental que se consubstanciasse no crescimento dos mercados exigidos pela expansão capitalista correspondente àquela dinâmica departamental. Isto porque, se era restrita a diversificação do aparato produtivo, de pequena monta eram as trocas departamentais possíveis, o que impunha que grande parte da produção tivesse que se dirigir aos mercados externos para viabilizar sua realização. Dito de outra forma, a expansão da produção interna era incapaz de gerar os mercados necessários à sua expansão.

Em síntese, utilizando a forma de expressão adotada no primeiro capítulo deste trabalho, a expansão capitalista ocorrida no Brasil até o final dos anos vinte deste século não podia se embasar na dinâmica departamental anteriormente descrita já que o desenvolvimento do capital até então alcançado no Brasil era incapaz de prover, em grau mínimo, dois dos atributos essenciais desta dinâmica: o atributo da suficiência dos meios materiais necessários à

reprodução capitalista e o atributo da expansão do mercado interno embasado nos estímulos derivados das trocas departamentais.<sup>22</sup>

Por isto, até 1930, a expansão capitalista no Brasil dependeu primordialmente do vínculo estabelecido via exportações com outras economias nacionais. Através deste vínculo, superava-se a incapacidade de gestar o crescimento do mercado interno, viabilizando-se a realização e o crescimento da produção social que o aparato produtivo nacional tinha condições de empreender; além disto, a vinculação que as exportações estabeleciam com o exterior tornavam viáveis as aquisições dos meios de produção não produzidos internamente, possibilitando com isto o próprio crescimento e a diversificação do aparato produtivo existente.

Nos primeiros anos da década de 30, no entanto, o movimento nacional de acumulação no Brasil teve sua forma substantivamente alterada, transmutando-se na industrialização restringida, a qual vigorou até meados da década de 1950. A viabilidade da transformação se assentou na ocorrência concomitante de três fatores fundamentais: o não desprezível grau de diversificação alcançado pelo aparato produtivo nacional como consequência das inversões realizadas principalmente no decorrer da segunda e terceira décadas deste século; a debilitação da concorrência

<sup>22</sup> Ver a este respeito, o item 1.1.1 - "A Dinâmica Interdepartamental", integrante do capítulo primeiro deste trabalho.

estrangeira durante o longo período de tempo que compreendeu a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial; e a política econômica então vigente, que atuava no sentido de impedir a queda da demanda efetiva, reservava os escassos recursos externos para a diversificação do aparato produtivo e ensaiava os primeiros passos da intervenção estatal na esfera dos insumos de uso generalizado, indispensáveis à expansão industrial.

Com base nestes fatores, ao início dos anos 30, o dinamismo da expansão capitalista no Brasil foi transferida para o processo de industrialização; isto é, implantou-se uma dinâmica departamental<sup>23</sup> que não só promovia a expansão do mercado interno mas também, em proporções crescentes, supria o processo de reprodução social dos meios de produção que a ele eram necessários. Contudo, a industrialização brasileira diferenciou-se significativamente da que ocorreu nos países avançados, contendo a especificidade que justifica o nome de industrialização restringida.

O ponto central da diferença residia outra vez na exigüidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, se traduzindo a mesma na incapacidade de o referido movimento gerar um departamento produtor de meios de produção avançado a ponto de garantir, em última instância, a reprodução material da sociedade brasileira.

---

<sup>23</sup> O significado e as condições de viabilidade de tal dinâmica são tratados com maior detalhe no próximo item deste trabalho.

Nos processos de industrialização característicos dos países avançados, coerentemente com o seu grau de desenvolvimento capitalista, sempre esteve presente um departamento produtor de meios de produção capaz de viabilizar a reprodução expansiva e a diversificação das condições materiais da existência social, em especial aquelas que dizem respeito ao aparato produtivo. Diferentemente, no Brasil, como também nos demais países latino-americanos, a industrialização, nos casos em que ocorreu, contou com um departamento produtor de meios de produção de restrita dimensão e que, via-de-regra, não comportava muito de seus ramos, em particular aqueles cuja implantação exigisse um desenvolvimento capitalista semelhante ao dos países avançados.

As razões de a industrialização latino-americana não poder contar com um desenvolvido departamento produtor de meios de produção relacionam-se, de um lado, às especificidades das economias que lhe deram origem - as economias capitalistas exportadoras nacionais<sup>24</sup> - e, de outro, ao considerável desenvolvimento da produção de meios

---

<sup>24</sup> Entende-se por economias exportadoras capitalistas nacionais as economias nacionais em que generalizou-se o assalariamento da força de trabalho mas o desenvolvimento capitalista não é suficiente para ultrapassar a expansão embasada nas exportações de produtos primários. Este tipo de economia corresponde à economia brasileira do período que vai, aproximadamente, da abolição da escravidão aos primeiros anos da década de 1930. Ver a respeito Mello (1984, cap. 1).

de produção então vigente nas nações avançadas quando teve início a industrialização na América Latina.<sup>25</sup>

Partindo de economias exportadoras capitalistas nacionais, a industrialização latino-americana se iniciou assentada em peculiar estrutura produtiva. A peculiaridade referida reside justamente naquilo que é uma das características mais importantes das economias exportadoras capitalistas que conseguiram alcançar o estágio de acumulação de capital embasado na industrialização: significativa dimensão e diversificação da produção industrial de meios de consumo concomitantemente a uma grande dificuldade para implantar os segmentos pesados da produção de meios de produção, por exemplo, a grande siderurgia, a mecânica pesada e etc...

Foi o próprio crescimento de tais economias que gerou a diversificação da atividade produtiva interna, abrangendo a produção agrícola, as indústrias de bens de consumo popular,<sup>26</sup> a construção civil e as atividades

---

<sup>25</sup> "É necessário convir que (...) a industrialização na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais e, por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída" (MELLO, 1984, p. 98).

<sup>26</sup> No caso brasileiro, a indústria têxtil e de alimentação, pelo volume do emprego, da produção e do capital aplicado, representavam o vetor mais importante da produção destinada ao consumo popular até 1930. Além disto, deve-se destacar que era na produção Têxtil que residia a maior intensidade de capital.

terciárias, dentre as quais se destacam o comércio, os bancos, os transportes e a administração pública .

Além disto, a expansão capitalista exportadora fazia desenvolver também a indústria de bens de produção, mas nela o progresso era bem menor. A participação de tal indústria no conjunto das atividades industriais era reduzida e os ramos de produção envolvidos, os leves.

A escassa difusão dos segmentos mais complexos da produção de meios de produção nas economias latino-americanas pelo menos até meados do presente século se deveu às dificuldades que encontravam estas economias, de reduzido desenvolvimento capitalista, para fazer frente às exigências que se antepunham para a implantação dos mesmos segmentos. Ocorre que, desde a Segunda Revolução Industrial, se tinham produzido importantes modificações da estrutura produtiva dos ramos de meios de produção das economias avançadas. Estas modificações se consubstanciaram em consideráveis economias de escala, as quais, por sua vez, supunham elevadas dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Dado que o processo competitivo já se estabelecera a nível internacional, os ramos referidos não poderiam ser, desde então, implantados nas economias em que a indústria era recente se não enquanto portadores da tecnologia e da escala alcançadas nas economias mais avançadas.

Dessa forma, a implantação de boa parte dos ramos de meios de produção - destacadamente de seus segmentos de maior exigência de capital e tecnologia - passou a

representar, para as economias que iniciavam seu processo de industrialização, significativas descontinuidades tecnológicas e de concentração e mobilização de capital, descontinuidades estas cuja superação exigiam um desenvolvimento capitalista inexistente na América Latina.<sup>27</sup>

Contudo, apesar das restrições relativas à implantação dos ramos muito exigentes em capital e tecnologia, o desenvolvimento da produção de meios leves de produção em alguns países latino-americanos já era significativo ao final do terceiro decênio deste século. No caso brasileiro, no final da década de 1920, este processo se encontrava muito adiantado. Em 1930, entre outras, haviam no Brasil instalações industriais dedicadas à produção de aços <sup>28</sup>, de cimento <sup>29</sup>, de fibras químicas, de motores e aparelhos elétricos e de maquinaria para as indústrias têxteis, do açúcar e da mineração. As inversões

<sup>27</sup> "(...) a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como um mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente." (MELLO, 1984, p. 118)

<sup>28</sup> Os primeiros empreendimentos industriais siderúrgicos no Brasil implantaram a pequena indústria do aço. O exemplo mais representativo destes empreendimentos é o caso da Companhia Belgo-Mineira, formada através da associação da Associação da Companhia Siderúrgica Mineira com o grupo belga Acières Réunies Burbach-Eich-Dudelange (ARBED).

<sup>29</sup> A produção industrial de cimento no Brasil se inicia com a Companhia Brasileira de Cimento Portland, empresa organizada em 1924 por capitais canadenses e norte-americanos.

correspondentes a estas instalações foram levadas a cabo por capitais nacionais e estrangeiros, sendo que houve larga predominância destes últimos nos casos em que se exigiam maiores volumes de capital e tecnologia não difundida.<sup>20</sup>

Assim, se produziu no Brasil até o final dos anos vinte uma estrutura produtiva que avançava através da expansão e da diversificação da produção de bens de consumo, além de adentrar na implantação dos ramos leves da produção de bens de produção.

Na medida em que crescia e se diversificava a produção de bens de consumo e, especialmente, começava a se tornar importante o departamento produtor de meios de produção, elevava-se, paulatinamente, a proporção dos recursos materiais utilizados no processo de expansão capitalista que tinham origem na produção interna. Com isto, propiciava-se uma crescente potencialidade para as trocas interdepartamentais que caracterizam a industrialização.

Desta forma, o movimento de expansão e de diversificação do aparato produtivo correspondente à acumulação de capital embasada no vínculo com o crescimento de outras economias nacionais gestou as condições materiais necessárias ao início da industrialização no Brasil na década de trinta.<sup>21</sup> Contudo, esta industrialização tinha um

<sup>20</sup> As informações contidas neste parágrafo foram extraídas de Cano (1977, p. 223-225) e de Aureliano (1981, p.44- 49).

<sup>21</sup> "A instalação [na década de vinte] do núcleo embrionário de um setor produtor de meios de produção conduz a uma **relativa autonomização do capital industrial** frente ao capital mercantil, configurando assim um desdobramento do capital em suas formas superiores que **tende a romper com os**

caráter restringido, dadas as dificuldades antes referidas para a implantação dos ramos pesados do departamento produtor de meios de produção, caráter restringido este que se expressava nos estreitos limites que a capacidade para importar lhe impunha.

Foi esta estrutura produtiva que viabilizou o intenso crescimento interno da produção industrial brasileira de bens de consumo popular durante a (e apesar da) crise da economia internacional dos anos trinta, a qual significou para o Brasil uma drástica queda de sua capacidade para importar. Este crescimento, que se viabilizou através da política econômica então vigente e da proteção à concorrência estrangeira decorrente da própria redução da capacidade brasileira de pagamentos, para se viabilizar, apoiava-se, em parte, na oferta interna de meios de produção que o aparato produtivo já era capaz de empreender.

Disto derivou o estabelecimento de um processo nacional de acumulação de capital com não desprezível grau de autodeterminação, o qual se justificava não só pela já significativa capacidade interna para produzir os meios materiais necessários à reprodução social como também pela expansão do mercado interno na qual se consubstanciava a

---

**limites do padrão de acumulação mercantil exportador.** Parece pois que o movimento de acumulação gera sua própria negação, na medida em que, impulsionando a instalação de um setor produtor de meios de produção engendra as condições para que a reprodução ampliada esteja endogenamente determinada. (AURELIANO, 1991, p. 91 e 92) (grifos meus)

generalização das trocas intra e interdepartamentais. Configurou-se, assim, a partir dos anos trinta no Brasil, um processo de industrialização, embasando-se a acumulação de capital na dinâmica do crescimento da produção de bens de consumo e de parte crescente dos meios de produção.

É justamente este o significado da industrialização restringida no Brasil. De um lado, o processo de expansão capitalista alcançara um estágio em que a diversificação produtiva permitia a reprodução da força de trabalho e de parcelas crescentes do capital constante num movimento endógeno de acumulação de capital.<sup>92</sup> De outro, as insuficiências técnicas e financeiras do capital no Brasil impediam que se implantasse o núcleo da produção pesada de equipamentos e de insumos de uso generalizado e mantinham a acumulação de capital a nível nacional muito dependente do fornecimento externo. Assim, havia industrialização no Brasil, mas esta industrialização era restringida por sua base técnica e financeira.<sup>93</sup>

<sup>92</sup> "Neste período de industrialização [de 1933 a 1955] pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores que permitem identificar **uma nova dinâmica de crescimento**. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o principal determinante da demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento". (TAVARES, 1986, p. 103)

<sup>93</sup> "(...) porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um

### 2.1.2 - A Dinâmica Interdepartamental na Industrialização Restringida

Este item serve-se do anterior para empreender uma caracterização da dinâmica departamental vigente no Brasil durante a industrialização restringida brasileira.

A dita caracterização tem grande importância no desenrolar deste capítulo. Isto porque, sendo a dinâmica departamental, como se viu no capítulo anterior, elemento definidor dos movimentos de expansão industrial periférica, as peculiaridades de tais movimentos só podem ser entendidas a partir da especificidade da dinâmica departamental que os contém. Desta forma, o objetivo deste item se justifica na medida em que as peculiaridades do processo de expansão industrial periférico no Brasil entre 1930 e 1955 só podem ser captadas através do embasamento que se obtém na caracterização da dinâmica departamental integrante da industrialização restringida.

Para levar a cabo a caracterização pretendida, o presente item trata de especificar as relações de liderança e de subordinação que constituíram a dinâmica departamental brasileira no período em exame. A especificação das ditas

---

**movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras são insuficientes para que se implante, num só golpe, o núcleo fundamental da indústria de produção(...)** (MELLO, 1984, p. 110)

relações foi realizada pela explicitação das posições que nelas assumiram os departamentos da economia nacional enquanto segmentos líderes ou subordinados. Nesta especificação, a política econômica brasileira exerce fundamental função explicativa: isto é, se deseja descrever a influência decisiva que a política econômica praticada no período de 1930 a 1955 exerceu no sentido de viabilizar e definir as relações departamentais que constituíram a industrialização restringida.

Para tanto, utilizar-se-á do recurso de abordar a dita política em função dos problemas que a mesma pretendia atacar e dos resultados por ela obtidos, dedicando-se especial atenção aos aspectos referentes às relações departamentais que se quer descrever.

Nesta abordagem da política econômica, dividir-se-á o período em estudo em dois sub-períodos. O primeiro, tendo como marco inicial a Revolução de 1930, se encerra em 1938. Neste sub-período, a economia brasileira foi além de definir solução para os problemas de realização que advieram da crise econômica que se impôs ao final dos anos vinte - na qual as dificuldades relacionadas à cafeicultura devem ser destacadas como as de importância maior. Além da referida solução, a economia brasileira empreendeu rápida recuperação da atividade produtiva, levando a indústria nacional - com grande capacidade ociosa ao início da década de trinta - a níveis muito elevados de ocupação.

O segundo sub-período vai de 1939 - início da II Guerra Mundial - a 1955 - último ano antes da superação no Brasil da industrialização restringida pela industrialização pesada. Entre 1939 e 1955, a política econômica enfrentou dificuldades diferentes das que prevaleceram entre 1930 e 1938. No segundo sub-período, a acumulação de capital encontrava obstáculo justamente porque - apoiada em uma estrutura produtiva em que os segmentos pesados da produção meios de produção estavam escassamente representados - era muito elevado o grau de utilização da capacidade produtiva industrial. <sup>34</sup> Por isto, a inflação era crescente e, a partir de 1945, com o fim das restrições para importar impostas pela II Guerra, constante era a ameaça de crises cambiais.

A especificação das relações departamentais que se impuseram entre 1930 e 1938 não pode iniciar-se sem o

---

<sup>34</sup> A periodização descrita foi pensada a partir do que sugere Celso Furtado referindo-se às situações radicalmente diversas enfrentadas pela política econômica antes e depois do início da II Guerra Mundial. A este respeito, o autor se expressa da seguinte forma: "A política seguida durante os anos da guerra foi, na essência idêntica a que se havia adotado imediatamente após a crise. Teve (...) consequências totalmente distintas, pois as situações eram radicalmente diversas. [Assim, como no começo da década de trinta,] (...) criava-se o fluxo de poder de compra dentro da economia sem uma contrapartida na oferta de bens e serviços. (...) [No entanto, no] (...) começo dos trinta, este poder de compra novo tomava o lugar automaticamente de outro que minguava, (...) a procura externa (...). Desta forma, evitava-se que se reduzisse o grau de utilização da capacidade produtiva ligada ao mercado interno. A situação que agora [durante os anos da guerra] prevalecia era totalmente diversa. Partia-se de uma conjuntura em que a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava intensamente utilizada." Furtado (1980, p. 206).

reconhecimento do fato de que, durante a década de 1930, a agricultura de exportação - que até então reunia os segmentos líderes da economia brasileira - foi incapaz de engendrar a expansão dos mercados que viabilizavam a acumulação capitalista no Brasil.

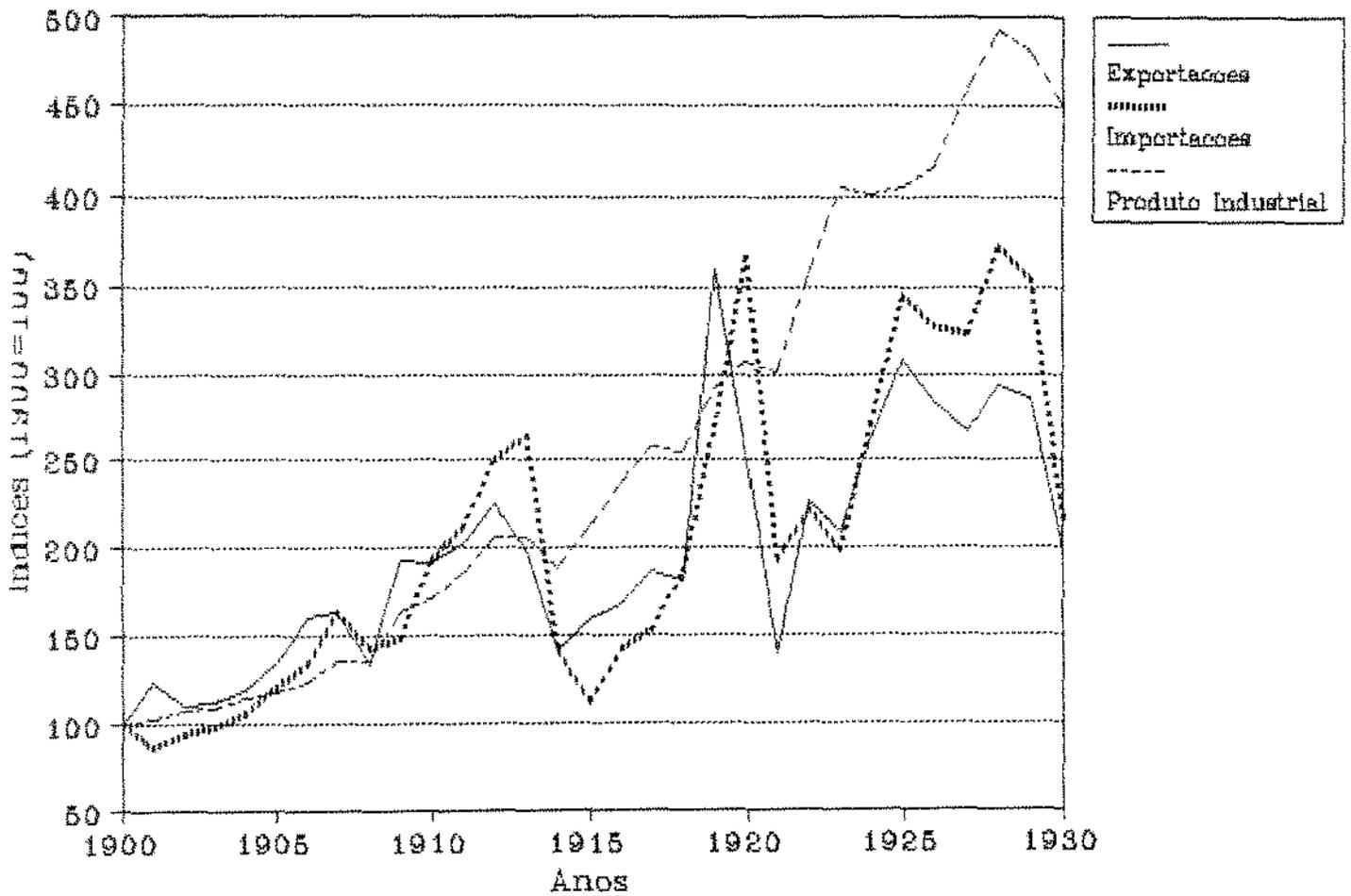
Como se pode ver no Gráfico II - 1, as vendas externas brasileiras caíram rapidamente a partir de 1928, atingindo em 1932 um patamar que não alcançava a quarenta por cento do verificado no primeiro ano. No restante da década de 1930, as vendas externas do Brasil oscilaram significativamente, sem contudo atingir os 75% do nível inicial.

Contudo, o nível interno da demanda efetiva expandia-se com rapidez, refletindo-se na evolução da produção industrial empreendida no Brasil, a qual, como se sabe, era precipuamente dirigida para o mercado nacional. Ultrapassados os anos entre 1928 e 1932 - em que o produto industrial brasileiro retraiu-se em aproximadamente 6,4% - a indústria no Brasil passou a evoluir com elevada aceleração. Entre 1932 e 1938, a taxa média anual de expansão industrial no Brasil foi de 10,1%.

A expansão da demanda interna e o conseqüente crescimento do produto industrial brasileiro durante a década de trinta em grande parte devem ser explicados pela política econômica então praticada. Esta política correspondia a poderosos interesses, os quais envolviam, pelo menos, os cafeicultores e os bancos que lhes

GRÁFICO II-1.A

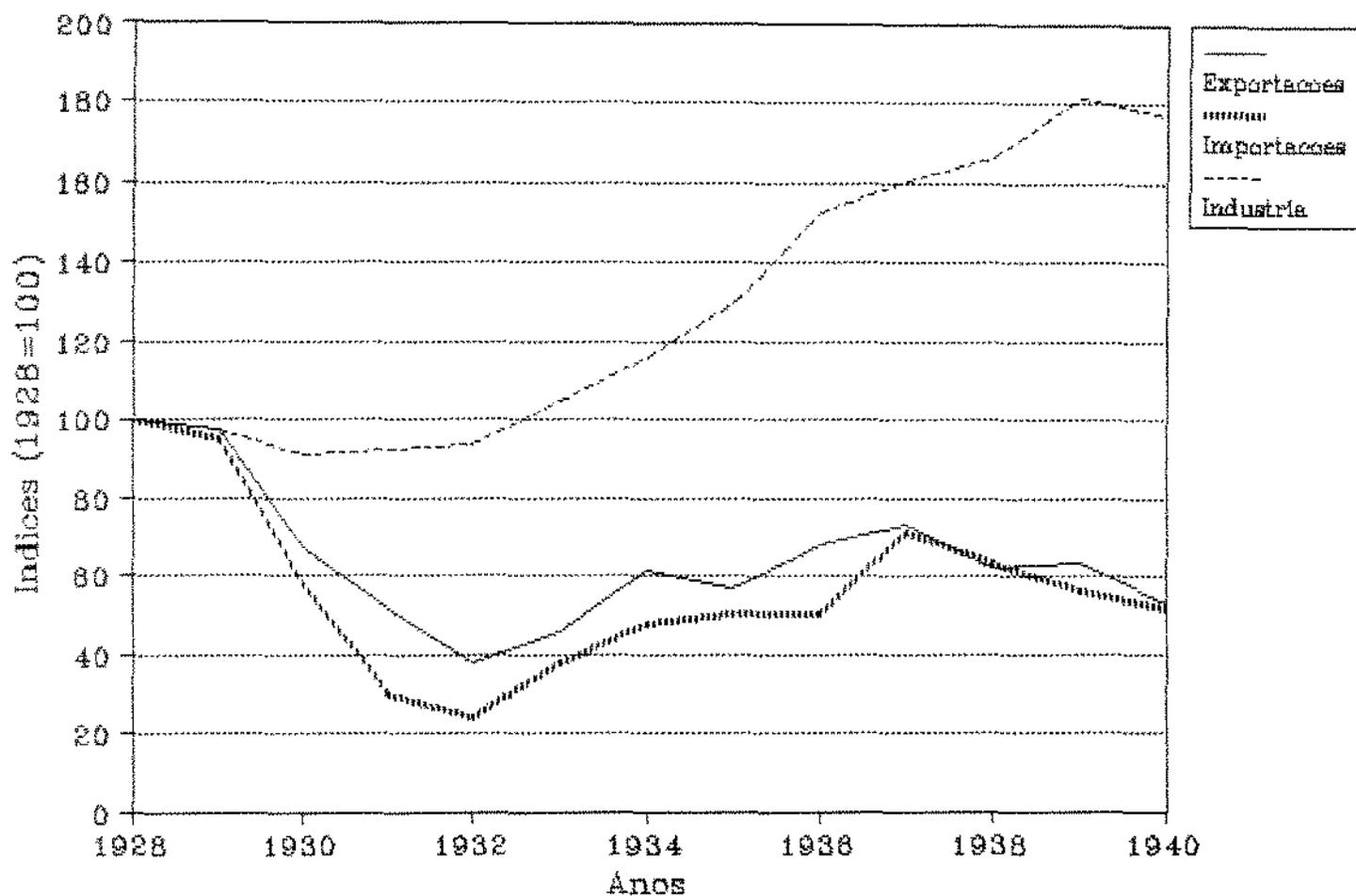
## Comercio Exterior e Industria no Brasil 1900 a 1930



FONTE: TABELA II-1.A

GRÁFICO II - 1.B

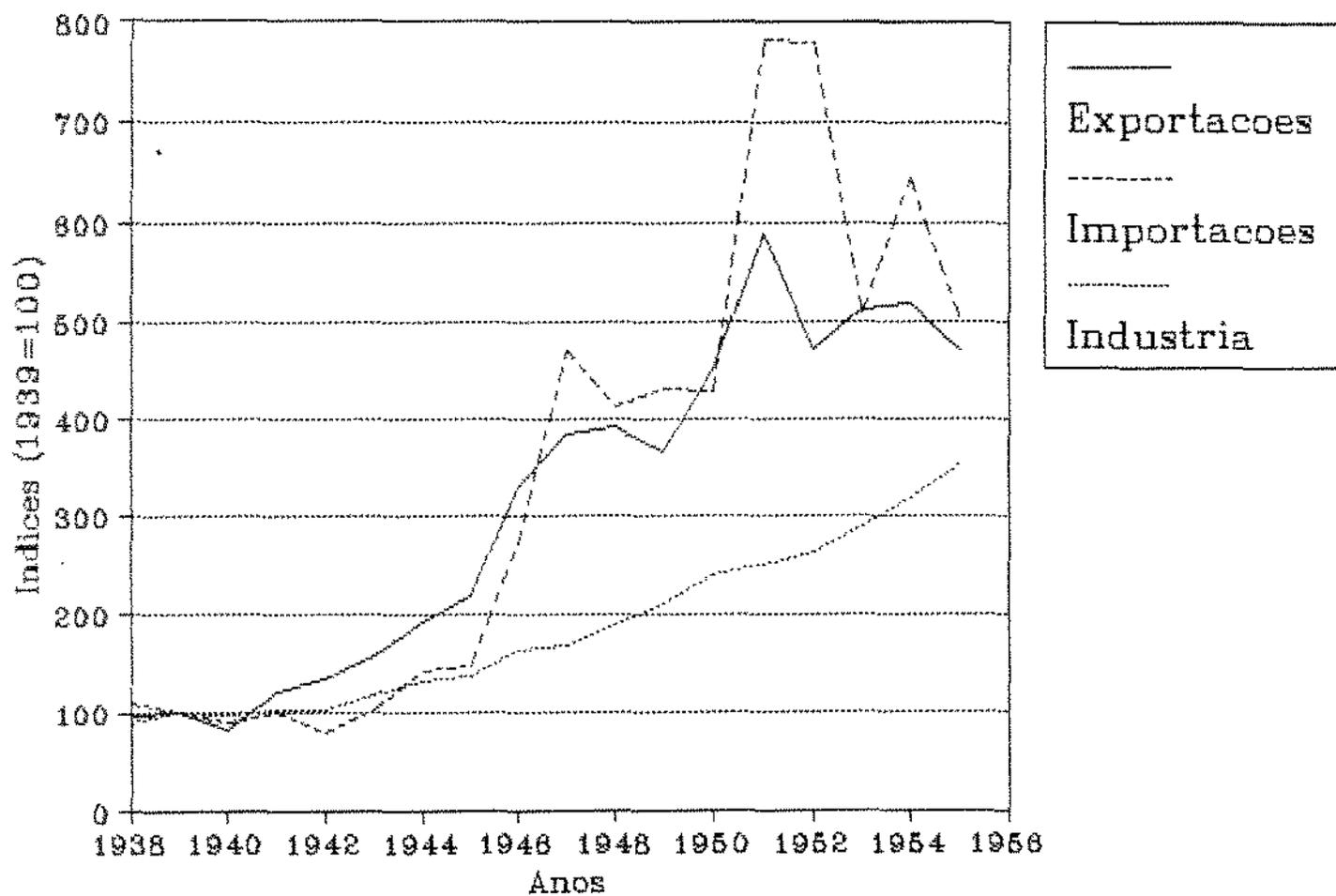
## Comercio Exterior e Industria no Brasil 1928 a 1940



FONTE: TABELA II-1.B

GRÁFICO II - 1.C

### Comercio Exterior e Industria no Brasil 1938 a 1955



FONTE: TABELA II - 1.C

TABELA II-1.A

COMÉRCIO EXTERNO E PRODUTO INTERNO BRUTO, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA NO  
BRASIL DE 1900 A 1930

ANO	Índices (1900=100)				
	Exportações	Importações	Produto Interno Bruto	Produto Industrial	Produto Agrícola
	(*)	(*)	(**)	(**)	(**)
1900	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1901	122,7	86,0	111,7	102,7	115,9
1902	109,7	93,5	119,5	106,3	126,7
1903	111,2	97,7	120,1	109,1	125,5
1904	118,6	104,7	120,7	114,5	124,2
1905	134,1	121,1	123,5	117,3	125,6
1906	160,1	133,7	129,1	123,6	130,7
1907	163,4	163,1	147,0	134,5	152,0
1908	133,3	143,0	132,4	134,5	131,8
1909	192,1	149,5	146,3	163,5	139,0
1910	190,6	193,4	157,0	170,7	145,5
1911	201,6	212,4	157,7	186,1	134,6
1912	225,4	251,0	174,4	206,0	149,6
1913	197,8	263,1	177,2	206,0	152,9
1914	141,8	140,4	179,5	188,1	163,1
1915	159,3	110,7	177,3	212,3	161,7
1916	167,1	142,6	185,1	236,5	168,5
1917	186,2	152,5	195,1	257,1	174,5
1918	180,9	186,4	199,0	254,3	179,8
1919	360,2	269,6	210,7	291,9	177,4
1920	253,2	367,1	232,0	307,1	201,2
1921	139,1	193,4	236,4	301,6	209,4
1922	227,1	222,6	254,9	358,3	210,5
1923	208,8	199,7	276,8	403,9	218,7
1924	262,2	271,8	280,7	401,4	220,9
1925	308,3	345,5	280,7	405,8	213,8
1926	284,2	326,5	295,3	415,6	220,7
1927	267,5	322,5	327,2	460,5	244,5
1928	294,0	373,8	364,8	492,7	289,5
1929	285,6	353,6	368,8	481,9	290,3
1930	198,1	216,8	361,1	449,6	273,8

FONTE: ABREU, Marcelo. (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo Estatístico, Col. 1,2,3,7 e 8.

(\*) índices calculados a partir do fluxo das exportações e das importações brasileiras em dólares no período indicado.

(\*\*) índices calculados a partir das taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, do Produto Industrial e do Produto Agrícola Brasileiro no período indicado.

TABELA II-1.8

COMÉRCIO EXTERNO E PRODUTO INTERNO BRUTO, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA NO  
BRASIL DE 1928 A 1940

ANO	Índices (1928=100)				
	Exportações	Importações	Produto Interno Bruto	Produto Industrial	Produto Agrícola
	(*)	(*)	(**)	(**)	(**)
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	97,2	94,6	101,1	97,9	100,3
1930	67,4	58,0	99,0	91,2	101,5
1931	51,5	30,0	95,7	92,3	95,1
1932	37,9	23,9	99,8	93,6	100,8
1933	45,7	38,1	108,7	104,6	112,9
1934	61,8	47,5	118,7	116,2	119,9
1935	56,9	50,5	122,3	130,0	116,9
1936	67,7	50,5	137,1	152,4	128,0
1937	73,2	71,8	143,4	160,6	128,2
1938	62,1	63,4	149,8	166,6	133,5
1939	63,3	56,1	153,6	182,1	130,5
1940	53,2	51,6	152,0	177,1	128,1

FONTE: ABREU, Marcelo. (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1989-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo Estatístico. Col. 1,2,3,7 e 8.

(\*) índices calculados a partir do fluxo das exportações e das importações brasileiras em dólares no período indicado.

(\*\*) índices calculados a partir das taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, do Produto Industrial e do Produto Agrícola Brasileiros no período indicado.

TABELA II-1.C

COMÉRCIO EXTERNO E PRODUTO INTERNO BRUTO, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA NO  
BRASIL DE 1938 A 1955

ANO	Índices (1939=100)				
	Exportações	Importações	Produto Interno Bruto	Produto Industrial	Produto Agrícola
	(*)	(*)	(**)	(**)	(**)
1938	96,1	113,0	97,5	91,5	102,3
1939	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1940	84,0	92,0	99,0	97,3	98,2
1941	122,6	102,0	103,8	103,5	104,3
1942	136,7	81,3	101,0	104,9	99,7
1943	157,6	104,0	109,5	117,1	107,0
1944	173,5	142,3	118,0	131,9	109,6
1945	218,4	147,8	121,7	139,1	107,2
1946	328,4	272,3	135,8	164,8	116,2
1947	385,7	470,7	139,0	170,3	117,0
1948	374,4	414,7	152,6	191,2	125,1
1949	366,7	434,0	164,3	212,2	130,8
1950	453,1	428,1	175,5	239,1	132,7
1951	590,4	780,4	184,1	251,9	133,6
1952	472,1	780,0	197,7	266,0	145,8
1953	513,4	511,8	207,0	290,7	146,1
1954	519,4	646,1	223,2	317,7	157,5
1955	473,1	503,7	242,7	353,0	169,7

FONTE: ABREU, Marcelo. (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1939-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo Estatístico, Col. 1, 2, 3, 7 e 8).

(\*) índices calculados a partir do fluxo das exportações e das importações brasileiras em dólares no período indicado.

(\*\*) índices calculados a partir das taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, do Produto Industrial e do Produto Agrícola Brasileiro no período indicado.

financiavam. Por isto se justifica que o eixo mais importante de tal política estivesse referido à sustentação dos preços internacionais do café.<sup>35</sup>

Estes preços, quando medidos em libras-ouro, a partir de 1928 iniciaram um rápido movimento de queda que perdurou até pelo menos 1939,<sup>36</sup> em razão dos excedentes de café gestados pela sobreacumulação de capital ocorrida na economia cafeeira na década de 1920 e pela redução

---

<sup>35</sup> Na opinião de Celso Furtado, a política econômica a que se está fazendo referência objetivava proteger os interesses dos cafeicultores. Tinha também um caráter fortemente anticíclico, do qual, no entanto, não se tinha consciência. "Consideremos mais detidamente as conseqüências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira seguida, com o objetivo explícito de proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos remuneradores para a maioria dos produtores, estava-se na realidade, mantendo o nível de emprego da economia exportadora e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno.

.....  
 Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha se quer preconizado em qualquer dos países industrializados". Furtado (1980, p.190-192). Análises posteriores, no entanto, postulam que a política econômica em questão, praticada que era em uma "situação de crise de hegemonia aberta", visava abranger interesses muito mais amplos. Veja-se, por exemplo, o que propõe Liana Aureliano: "(...) o Estado tratou de implementar uma política monetária francamente expansionista, que servia a todos, à indústria, ao comércio, à agricultura de mercado interno e aos bancos." Aureliano (1981, p.116).

<sup>36</sup> No que diz respeito aos preços do café exportado pelo Brasil de 1928 a 1939, pode-se dizer que os mesmos, apresentados, em moeda estrangeira, uma evolução que justifica a divisão do período em três fases. A primeira, de 1928 a 1931, corresponde a uma intensa queda da cotação internacional do café brasileiro até um patamar correspondente a 30 ou 40% dos preços praticados em 1928. Neste patamar, as referidas cotações permaneceram até 1934, configurando a segunda fase. De 1934 até 1939, desenhou-se a última fase, com preços do café sendo rebaixados para cerca de 20% do nível observado em 1928. Conforme IBGE, (1990, p. 350, tab. n. 6.43).

generalizada do comércio internacional no contexto da Grande Depressão.<sup>37</sup>

A redução dos preços do café em moeda estrangeira se traduzia em uma situação de grande risco de insolvência para parte significativa dos cafeicultores e dos bancos envolvidos em seu financiamento, além de tornar muito problemática a administração cambial do País. Os interesses envolvidos gestaram as condições políticas para a implementação de medidas tendentes à sustentação dos preços do café no mercado internacional.

Estas medidas, vigorando entre 1931 e 1944, corporificaram-se principalmente na estocagem e/ou na destruição de parcela substantiva da produção cafeeira adquirida pelo governo federal. Com a estocagem e a destruição referidas, pretendia-se que a oferta de café no mercado internacional realizada pelo Brasil - responsável no início da década de 1930 por quase 70% da produção mundial do produto - fosse reduzida sensivelmente, evitando assim a continuidade da queda de seus preços. Os volumes das aquisições governamentais e da destruição de café foram realmente muito grandes. No que se refere às aquisições pode-se dizer que, pelo menos em 1931 e 1933, elas se situaram em um patamar superior a 5% do produto líquido brasileiro.<sup>38</sup> Já a destruição do produto, atingiu, entre 1931 e 1944, a mais de 78 milhões de sacas, volume

---

<sup>37</sup> Ver Cano (1985, p.184).

<sup>38</sup> Ver Furtado (1980, p. 192 e 193).

correspondente a 2,6 vezes à safra brasileira de 1933, a maior obtida até 1959.<sup>39</sup>

Em parte, a política de sustentação de preços do café foi financiada por impostos especificamente estabelecidos para este fim. Em junho de 1931, a exportação do produto foi taxada em 20%, devendo o pagamento ser realizado em espécie. Contudo, em curto espaço de tempo, o mesmo imposto passou a ser devido em moeda estrangeira, à proporção de 10 shillings (logo depois 15 shillings) por saca exportada. Não obstante, é muito importante frisar, a maior parte do financiamento teve origem no crédito e no déficit públicos, desempenhando o Banco do Brasil destacado papel como fornecedor de recursos.<sup>40</sup>

Porém, apesar do volume da produção destruída, a política de sustentação de preços internacionais do café só foi capaz de impedir que a queda das divisas oriundas de suas exportações alcançasse níveis ainda mais alarmantes do que de fato ocorreu: como se pode reparar no Gráfico II - 2, em 1939, por exemplo, as receitas com as exportações de café não atingiam a 22% do nível de 1928. Uma tal queda ocorreu mesmo que as quantidades exportadas tenham se mantido relativamente constantes durante o período.

---

<sup>39</sup> Ver Cano (1985, p.171); IBGE (1990 p. 329, tab. 6.14); Abreu (1989a, p. 79).

<sup>40</sup> Em 1931/32 e em 1933/34, por exemplo, o financiamento da safra cafeeira contou com recursos que em 52% provieram de operações de crédito e em 48% da arrecadação de impostos. Esta informação é de Silber apud Cano (1985, p. 172). Ver também a este respeito, além de Cano (1985, p.171 e segs.); Aureliano (1981, p.108-123) e Fishlow (1972, p. 28 e 29).

## Gráfico II - 2

No entanto, as situações da cafeicultura e, mais importante, da própria economia brasileira entre 1930 e 1938 só podem ser melhor entendidas mediante a consideração dos efeitos internos que decorreram da crise e da política econômica para combatê-la.

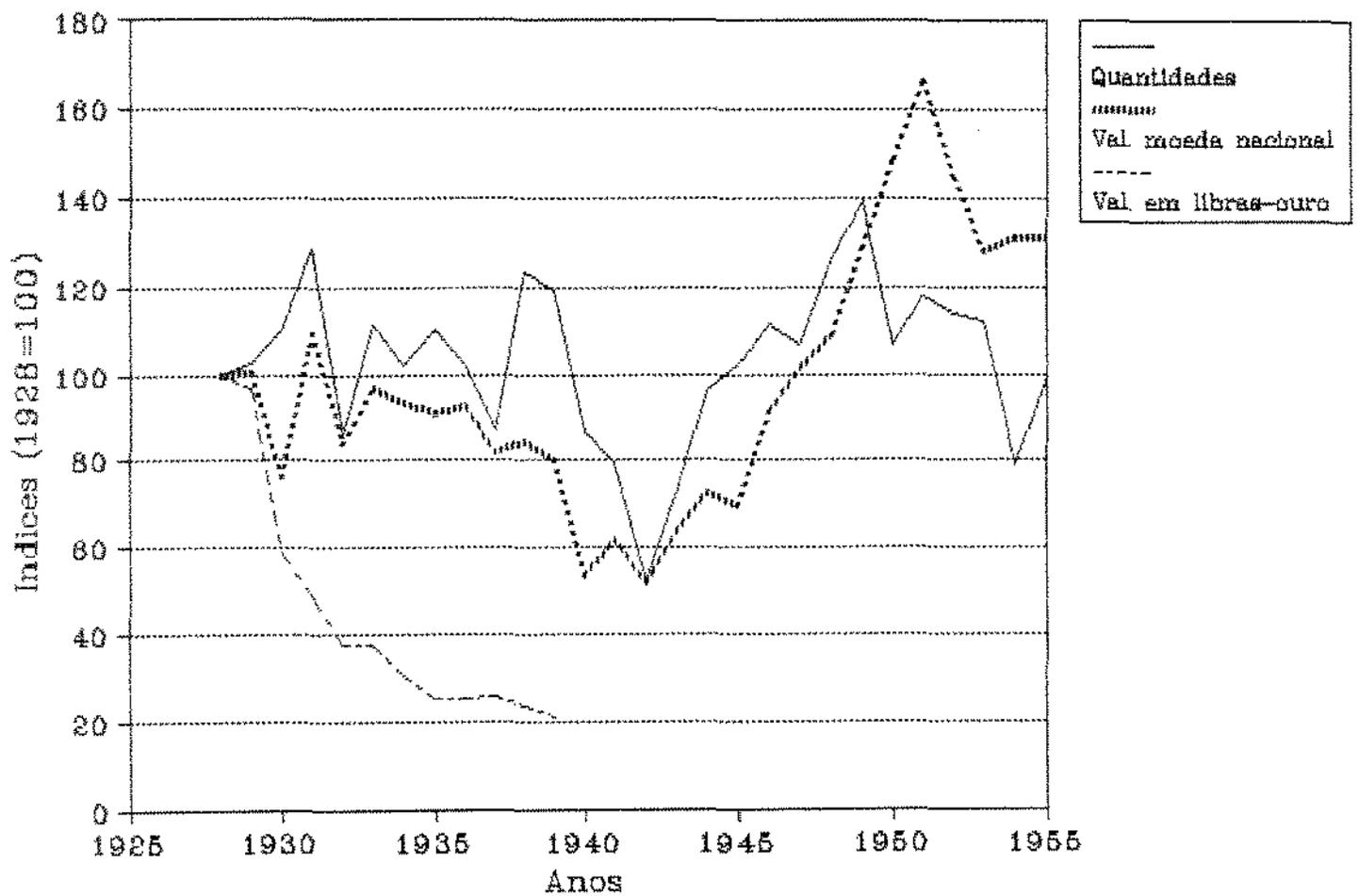
Primeiramente, deve-se entender que, de forma coerente com a atitude governamental implícita na política de sustentação de preços do café, expandiam-se os meios de pagamentos e alargava-se o déficit público, conforme se pode ver nas tabelas II.2 e II.3. Na primeira destas tabelas, verifica-se que, no período entre 1930 e 1938, os meios de pagamentos no Brasil tiveram um crescimento mais intenso do que o observado com o produto industrial, resultando daí sensível elevação dos coeficientes de liquidez da economia. Já a tabela II.3, corrobora a tese de que a despesa da União crescia de acordo com a intenção de dar substância à política de sustentação de preços do café. Com o auxílio desta tese se pode entender que os gastos da União tenham aumentado rapidamente durante toda a década de 1930 em termos reais, ao contrário de se reduzirem buscando eliminar os significativos déficits originados por ocasião da diminuição de receita verificada nos primeiros anos da crise.\*

---

\* Nem só à política de sustentação de preços do café deve ser creditado o incremento do déficit público. Em 1932, por exemplo, os gastos da União foram elevados substantivamente com a revolução em São Paulo e com o auxílio prestado ao Nordeste por ocasião da seca que lá tinha curso. Conforme

GRÁFICO II - 2

### Evolução das Exportações Brasileiras de Café: 1928 a 1955



FONTE: TABELAS II - 5

TABELA 11-2

MEIOS DE PAGAMENTOS NO BRASIL DE 1928 A 1955 A PREÇOS CONSTANTES DE 1928

ANO	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO(1928=100)			DO COEFICIENTE DE LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO	
	MEIOS DE PAGAMENTO (1)	PIB (2)	PRODUTO INDUSTRIAL (3)	PIB % (4)=(1)/(2)	PRODUTO INDUSTRIAL % (5)=(1)/(3)
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	97,8	101,1	97,8	96,8	100,0
1930	95,2	99,0	91,2	96,2	104,4
1931	124,0	95,7	92,3	129,6	134,3
1932	143,3	99,8	93,6	143,6	153,1
1933	144,6	108,7	104,6	133,0	138,3
1934	154,7	118,7	116,2	130,3	133,1
1935	154,3	122,3	130,0	126,2	118,7
1936	169,0	137,1	152,4	123,3	110,9
1937	171,5	143,4	160,6	119,6	106,8
1938	202,0	149,8	166,6	134,8	121,3
1939	189,7	153,6	182,1	123,5	104,2
1940	180,9	152,0	177,1	119,0	102,1
1941	209,0	159,5	188,5	131,0	110,9
1942	221,9	155,2	191,1	143,0	116,1
1943	292,1	168,4	216,9	173,5	134,6
1944	303,0	181,2	240,1	167,3	126,2
1945	313,7	187,0	253,3	167,8	123,8
1946	301,7	208,7	300,2	144,6	100,5
1947	271,6	213,7	310,1	127,1	87,6
1948	276,0	234,4	348,2	117,8	79,3
1949	300,3	252,4	386,6	119,0	77,7
1950	361,3	269,6	435,6	134,0	62,9
1951	355,2	282,8	458,7	125,6	77,4
1952	374,9	303,5	484,4	123,6	77,4
1953	393,3	317,7	529,5	123,8	74,3
1954	382,6	342,5	578,7	111,7	66,1
1955	398,3	372,6	643,0	106,9	62,0

FONTE: IBGE(1990). Estatísticas históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. p.177, tab. 5.2; p.537-539, tab. 10.2.

ABREU, Marcelo.(1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo Estatístico, Col. 1,2).

NOTA:

(1) índices de evolução do valor real dos meios de pagamento - M1, corrigidos pelo Deflator implícito do PIB.

TABELA 11-3

INDICADORES DA EVOLUÇÃO REAL DA RECEITA, DA DESPESA E DO SUPERAVIT DA  
UNIÃO ENTRE 1928 E 1955 NO BRASIL.

ANO	ÍNDICES REAIS (1) (1928=100)			SUPERAVIT PERCENTUAL RELATIVO A	
	DA RECEITA	DA DESPESA	DO SUPERAVIT	RECEITA	DESPESA
1928	100,0	100,0	100,0	8,9	9,8
1929	112,3	114,4	91,5	7,3	7,9
1930	89,6	147,3	-496,9	-49,6	-33,2
1931	105,0	134,7	-196,8	-16,8	-14,4
1932	103,3	185,3	-731,1	-63,3	-38,8
1933	125,2	158,2	-210,9	-15,1	-13,1
1934	142,8	189,9	-336,1	-21,1	-17,4
1935	147,3	170,6	-90,3	-8,5	-5,2
1936	166,5	188,6	-58,7	-3,2	-3,1
1937	168,4	221,3	-370,3	-19,7	-16,4
1938	182,9	245,2	-450,7	-22,1	-18,1
1939	175,3	219,9	-278,6	-14,2	-12,4
1940	174,8	220,2	-287,0	-14,7	-12,8
1941	158,9	208,8	-348,6	-19,6	-16,4
1942	147,9	213,4	-517,9	-31,3	-23,9
1943	157,7	189,2	-162,4	-9,2	-8,4
1944	177,0	196,6	-22,7	-1,1	-1,1
1945	184,8	225,8	-232,8	-11,3	-10,1
1946	211,1	284,6	-536,8	-22,8	-18,5
1947	231,9	246,1	86,6	3,3	3,5
1948	243,0	266,8	0,6	0,0	0,0
1949	254,0	322,7	-445,1	-15,7	-13,6
1950	231,9	311,2	-574,9	-22,2	-18,2
1951	300,4	296,0	345,0	10,3	11,5
1952	295,9	300,9	245,1	7,4	8,0
1953	280,6	332,1	-242,7	-7,7	-7,2
1954	315,2	366,4	-205,2	-5,8	-5,5
1955	307,6	384,0	-470,2	-13,8	-12,0

FONTES: IBGE(1990). Estatísticas históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, p.616 e 617, tab. 12.1; p.177, tab. 5.2; p.118, tab. 4.15.

(1) Preços corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Assim, a política econômica brasileira entre os anos 1930 e 1938, ao invés de submeter-se ao que recomendaria o receituário ortodoxo, expandia o déficit público e os meios de pagamento, induzindo a demanda efetiva ao crescimento.

Além disto, não se pode deixar de considerar o comportamento da taxa de câmbio. Como se disse, a situação de crise do final dos anos vinte acarretou para a economia brasileira da década de trinta problemas cambiais de grande monta, dos quais derivaram uma drástica redução da capacidade para importar e, daí, uma tendência de intensa desvalorização cambial. Esta tendência, aliás, longe de ser combatida, foi em muito reforçada pela política de sustentação de preços do café, a qual - se consubstanciando na expansão do déficit público e dos meios de pagamentos - induzia a renda interna, a procura por bens importados e a demanda por moedas estrangeiras a um rápido crescimento. Dados, de um lado, a intensidade da demanda por divisas e, de outro, o reduzido nível e a inelasticidade de sua oferta,

---

Ministério da Fazenda apud Aureliano (1981, p. 120 e 121). Não obstante, como mostra Wilson Cano, a importância da revolução paulista e do auxílio prestado ao Nordeste não podem ser superestimados enquanto fatores causadores do déficit de 1932. Neste sentido, Cano argumenta que o "(...) o déficit de 1932, de fato, é o maior de todo o período [1929 a 1934], mas dele se retirando os gastos com a revolução paulista de 1932 e com as secas do Nordeste (...) ainda assim o déficit restante é cerca de quatro vezes maior que o de 1928". Ainda de acordo com Cano, o ano de 1928 constitui um adequado padrão de comparação por se tratar de um período de "normalidade" e não de crise, como seria o caso dos anos pertencentes à década de trinta. Conforme Cano (1985, p. 173).

a taxa de câmbio mais duplicou a preços constantes no período de 1928 a 1939, conforme pode ser visto na Tabela II.4.<sup>42</sup>

Por esta razão, as receitas das exportações de café, quando mensuradas a preços constantes em moeda nacional, registraram durante o período mencionado uma queda bem inferior do que a que se verifica quando se tem em conta as exportações em moeda estrangeira. (Tabela II-5) Adicionando-se a isto as receitas que a cafeicultura obteve diretamente de suas operações com o Governo Federal, pode-se dizer que as vendas de café tenham sido reduzidas em montantes reais muito menores do que os que se efetivariam na ausência da política econômica descrita.<sup>43</sup> Diminuiu-se assim o risco de insolvência que ameaçava os cafeicultores e os bancos em muito comprometidos com seu financiamento.<sup>44</sup>

Através da diminuição dos riscos de insolvência que punham em xeque a cafeicultura e o setor bancário

<sup>42</sup> Ver Furtado (1980, p. 188).

<sup>43</sup> Para evitar que a manutenção das receitas obtidas pela cafeicultura em moeda nacional redundasse na continuidade das plantações de café, agravando ainda mais os problemas de excesso de oferta do produto, criou-se, em 1931, o imposto que taxava as novas plantações a razão de 1 mil-réis por pé de café plantado por um período de 5 anos.

<sup>44</sup> A situação dos cafeicultores e dos bancos que lhes financiavam foi abrandada também pela Lei de Reajustamento Econômico de dezembro de 1933. Esta lei, beneficiando produtores rurais em situação de insolvência, reduziu em 50% suas dívidas contraídas junto ao setor bancário e estabeleceu um prazo de dez anos para o pagamento do saldo remanescente. Já os bancos receberam, como compensação pela redução de seus créditos incobráveis, títulos emitidos pelo governo federal vencíveis em trinta anos que rendiam 5% a. a. a título de juros. Conforme Abreu (1989a, p. 79) e Fausto (1989, p.105-106).

TABELA II-4

EVOLUÇÃO REAL DAS TAXAS DE CÂMBIO NO  
BRASIL ENTRE 1928 A 1955 (\*)

ÍNDICES DAS TAXAS DE CÂMBIO (MOEDA NACIONAL POR DÓLAR)		
ANO	LIVRES (**)	OFICIAIS (**)
1928	100,0	-
1929	106,2	-
1930	-	131,2
1931	-	228,8
1932	-	222,2
1933	-	204,3
1934	222,5	183,2
1935	251,4	171,9
1936	244,5	167,7
1937	207,8	148,0
1938	-	221,6
1939	236,9	204,8
1940	228,9	191,9
1941	206,7	174,1
1942	176,9	149,8
1943	151,7	128,5
1944	125,7	106,5
1945	108,7	92,0
1946	94,5	80,4
1947	-	63,6
1948	-	77,7
1949	-	71,2
1950	-	60,1
1951	-	55,0
1952	-	48,3
1953	-	...
1954	-	...
1955	-	...

FONTES: ABREU, Marcelo, (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo Estatístico, Col. 5, 31 e 32).

(\*) Correção do valor nominal das taxas de câmbio pelo Deflator Implícito do PIB.

(\*\*) Taxa do câmbio livre de 1928=100.

(...) Nestes anos as taxas de câmbio oficiais foram múltiplas.

TABELA II-5

ÍNDICES DAS QUANTIDADES, DOS PREÇOS E DO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ  
ENTRE 1928 E 1955

(1928 = 100)

ANO	ÍNDICES REFERENTES A									
	QUANT.		PREÇOS EM		TOTAIS EM				CAMBIO	
	MOEDA NACIONAL		LIBRAS-DOURO		MOEDA NACIONAL		LIBRAS-DOURO			
	VALORES NOM.	VALORES CONST. (*)	VALORES NOM.	VALORES CONST. (*)	VALORES NOM.	VALORES CONST. (*)	VALORES NOM.	VALORES CONST. (*)	VALORES NOM.	VALORES CONST. (*)
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	102,9	93,8	97,3	93,9	96,5	100,1	96,6	99,9	103,6	
1930	110,1	58,4	69,2	53,6	64,3	76,2	59,1	108,9	128,9	
1931	128,6	64,3	85,3	38,0	82,6	109,7	48,9	168,9	224,3	
1932	86,0	74,7	97,7	43,8	64,2	84,0	37,6	170,6	223,1	
1933	111,4	64,9	86,6	33,7	72,3	96,5	37,5	192,5	257,0	
1934	101,9	73,0	91,8	30,3	74,4	93,5	30,9	240,9	302,7	
1935	110,4	68,8	82,4	22,6	75,9	91,0	24,9	304,6	365,3	
1936	102,2	76,9	90,7	25,0	78,6	92,7	25,5	307,9	363,2	
1937	87,3	87,0	93,8	29,4	76,0	81,9	25,7	296,3	319,3	
1938	123,3	65,6	68,5	18,8	60,8	84,5	23,2	348,0	363,6	
1939	118,9	66,2	67,8	18,0	78,7	80,5	21,4	368,2	377,0	
1940	86,8	64,5	61,9	...	56,0	53,7	...	...	...	
1941	79,6	89,2	77,7	...	71,0	61,8	...	...	...	
1942	52,4	132,0	98,9	...	69,2	51,8	...	...	...	
1943	72,8	135,5	87,0	...	98,7	63,4	...	...	...	
1944	96,2	142,0	75,6	...	136,6	72,7	...	...	...	
1945	102,1	146,9	68,0	...	150,0	69,4	...	...	...	
1946	111,7	203,0	82,1	...	226,8	91,7	...	...	...	
1947	106,8	255,6	94,8	...	273,0	101,3	...	...	...	
1948	126,0	252,0	86,4	...	317,5	108,9	...	...	...	
1949	139,5	292,9	92,0	...	408,8	128,4	...	...	...	
1950	106,9	524,0	139,1	...	560,0	148,6	...	...	...	
1951	117,8	581,0	141,1	...	684,7	166,2	...	...	...	
1952	114,0	593,5	126,6	...	676,4	144,3	...	...	...	
1953	112,1	681,3	114,4	...	763,8	128,2	...	...	...	
1954	78,7	1110,7	166,8	...	873,6	131,2	...	...	...	
1955	98,7	1083,5	132,7	...	1069,1	130,9	...	...	...	

FONTES: IBGE(1990). Estatísticas históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. p.350, tab. 6.43; p.177, tab. 3.2.

(\*) - Valores corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

(...) - Valores desconhecidos

brasileiros e da expansão da demanda interna, a política econômica propiciava as condições do rápido crescimento industrial. Estas condições eram ainda mais favoráveis na medida em que a desvalorização cambial da década de trinta proporcionava à indústria um nível de proteção à concorrência estrangeira bastante elevado.<sup>45</sup> Esta proteção

<sup>45</sup> é preciso lembrar ainda que em 1934 no Brasil se empreendeu uma reforma tarifária "(...) pela qual o número de mercadorias tributadas teve um aumento de 827 itens, abrangendo ao todo 1897 itens(...). Todavia, a maioria dos direitos era ainda específica e as taxas *ad valorem* foram reduzidas." Suzigan (1973, p. 340). A reforma tributária em questão impunha efeitos divergentes sobre a indústria brasileira. De um lado, por sua maior abrangência e pelo mais alto nível das tarifas específicas, diminuía a capacidade de competição estrangeira. De outro - tanto porque houve redução das taxas *ad valorem* como porque, dada a recorrente desvalorização da moeda brasileira, as taxas específicas tenderam, no tempo, a se contraírem relativamente ao valor das mercadorias importadas - reduzia o grau de proteção à indústria no Brasil. No que se refere às taxas específicas, impostas sobre a maioria dos bens taxados na importação, assim se expressou Roberto Simonsen: "A última reforma tarifária, em 1934, foi elaborada com tais diretrizes [com caráter nitidamente protecionista] em relação às principais indústrias estabelecidas no País. (...) Infelizmente, porém, as tarifas foram fixadas em mil-réis, moeda que é reconhecidamente instável, diminuindo portanto, continuamente, a proporção entre o valor dos direitos e valor das mercadorias em seu país de origem. Simonsen apud Aureliano (1981, p. 131 e 132). De qualquer forma, de acordo com Marcelo Abreu, a "(...) reforma de 1934 resultou em um aumento da tarifa específica agregada da ordem de 15% (...)" e, mesmo com a redução ocorrida após 1935 com o grau de proteção, este nunca esteve abaixo do nível de 1928. Abreu (1989a, p. 86). Não se deve esquecer, no entanto, que, da restrita capacidade a importar que dispunha o Brasil durante os anos trinta ou das dificuldades impostas pela II Guerra Mundial, derivavam grandes dificuldades às importações que prevaleceram durante quase todo o período correspondente à industrialização restringida brasileira. Isto, por si, só diminui muito a importância do sistema tarifário no que diz respeito a proteção da indústria interna. Desta forma, se pode dizer que, complementarmente às políticas monetária, fiscal e cambial, a reforma tributária de 1934, foi fator de indução da expansão industrial brasileira na década de trinta.

era de tal ordem que a produção industrial brasileira se expandia não só com o crescimento da demanda interna mas também realizando rápida substituição de importações, o que ocorria principalmente nos ramos produtores de bens consumo não durável.

Desta forma, a produção de bens de consumo não durável - que ao início dos anos trinta já contava com significativo parque industrial instalado no Brasil dadas as relativamente reduzidas exigências de capital, de tecnologia e de complementaridade industrial que se impunham para a sua implantação - crescia rapidamente em função dos estímulos oriundos da expansão da demanda interna e da proteção à concorrência estrangeira derivados da política econômica.↵↵

---

↵↵ Entre 1930 e 1939, os ramos industriais brasileiros componentes da indústria de bens de consumo não durável expandiram sua produção às seguintes taxas geométricas de crescimento anual:

Ramos	Taxas de Crescimento 1930/39
Têxtil	13,3%
Chapéus	6,3%
Calçados	6,1%
Couros e Peles	8,4%
Fumo	3,9%
Bebidas	4,3%
Papel	18,4%
Mobiliário	19,2%
Alimentos	2,5%
Editorial e Gráfica	3,2%

Fonte: IBGE (1990). Estatísticas históricas do Brasil. 2.

ed. Rio de Janeiro. p. 384, t.7.4.

Em vista disto, a capacidade ociosa, que no começo da década prevalecia nos ramos produtores de tais bens, foi absorvida em curto período de tempo.

Impulsionada pela produção de bens de consumo não duráveis, se expandia ainda com maior rapidez a atividade produtiva dedicada aos meios de produção, apesar das dificuldades discutidas na seção anterior referentes à implantação dos ramos produtores destes meios no contexto da industrialização restringida. Na verdade, contudo, a regra geral era a de que os empreendimentos destinados a produzir meios de produção que então se implantavam no Brasil eram menos exigentes de capital e tecnologia que os pertencentes aos mais tecnificados ramos da produção de bens de consumo não duráveis, dos quais o ramo têxtil é o melhor exemplo. Além disto, deve-se reconhecer que entre os referidos empreendimentos preponderavam os dedicados à produção de bens intermediários, sendo de menção indispensável os casos do cimento e da siderurgia, cujas produções foram respectivamente multiplicadas no período 1931/39 por 4,2 e por 5,3 vezes.<sup>47</sup> Não obstante, também a produção de bens leves de capital tomava impulso, assumindo importância cada vez maior.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Ver IBGE (1990, p.384, t.7.4).

<sup>48</sup> As indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável que, em 1919, representavam tão somente 1,57% da indústria de transformação brasileira, aumentaram sua participação para 4,66% em 1939 e 6,68% em 1949. Conforme Cano (1985, p.95-96, t. 5).

De qualquer forma, a estrutura produtiva, impulsionada pela expansão da produção de bens de consumo não durável, tornava-se crescentemente complexa, com o que progrediam rapidamente o estabelecimento de relações interdepartamentais e a estimulação da economia nacional para o crescimento.

A crescente complexidade da estrutura produtiva da economia brasileira significava a possibilidade de produzir internamente frações cada vez maiores do montante de meios de consumo e, especialmente, de produção necessários ao processo de reprodução do capital vigente no Brasil. Esta possibilidade, por sua vez, deveria encontrar expressão na redução do coeficiente de importações da economia brasileira, o que, de fato ocorreu, como se pode observar no Gráfico II - 3 e na Tabela II - 6.

É claro que a dramática queda do valor das exportações brasileiras na década de trinta, reduzindo com igual intensidade a capacidade para importar, importaria ela própria a diminuição das aquisições do Brasil no mercado internacional. Mantido constante o coeficiente de importações, e o que a isso a grosso modo corresponde, preservada a estrutura produtiva consonante ao referido coeficiente, a renda nacional deveria reduzir-se em proporção similar. Contudo, não foi isto o que se observou entre 1930 e 1938. Enquanto as importações mantiveram-se em um patamar muito reduzido relativamente ao que prevalecera ao final da década de vinte, o produto interno expandiu-se

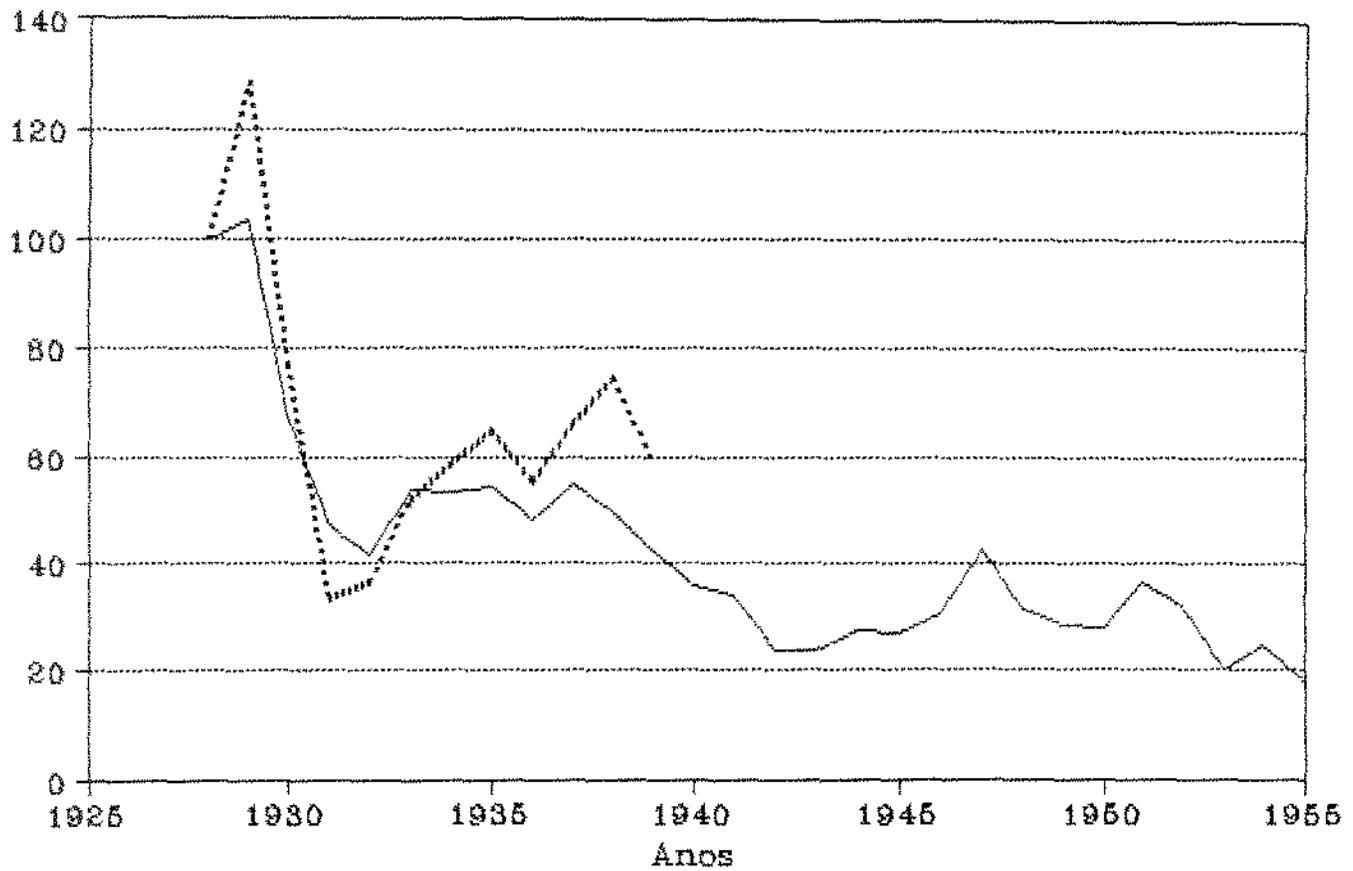
em 50% e o produto industrial em 66,6%. Isto só pode ocorrer na medida em que, fruto de importante complexificação da estrutura produtiva no Brasil, reduziu-se significativamente o coeficiente de importações da economia brasileira. Desta forma, a crescente complexidade da estrutura produtiva brasileira no período posterior a 1930 integra a explicação da viabilidade do crescimento industrial ocorrido no Brasil concomitantemente ao baixo nível de importações que então era possível.

Contudo, o crescimento da produção e a complexificação da estrutura produtiva industrial ocorriam, como se viu no item anterior, no contexto de um processo restringido de industrialização. Dito de outra forma, a expansão e a diversificação industriais apoiavam-se sobre um desenvolvimento capitalista que era técnica e financeiramente insuficiente para justificar a produção de parte significativa dos meios de produção a elas necessários, especialmente aqueles de maiores exigências de capital e tecnologia. Por isto, a expansão da acumulação industrial, apesar da diminuição da importância relativa das importações, ainda exigia volumes proporcionalmente muito elevados de aquisições no exterior, as quais teriam que ser financiadas com a escassa capacidade para importar característica da década de trinta.

Para garantir uma utilização minimamente adequada do potencial de compras externas, em março de 1931, o Decreto 19.739, vigente até 1937, estabeleceu a proibição da

GRÁFICO II.3

### Índice do Coeficiente das Importações da Indústria no Brasil de 1928 a 1955



— das Import. Totais ..... das Import. de BK

FONTE: TABELA II.6

TABELA 11-6

ÍNDICES DOS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA  
BRASILEIRA ENTRE 1928 E 1955.

ANOS	ÍNDICES (1928=100)				
	DO PROD.	DAS IMP.	DAS IMP.	DOS COEFICIENTES	
	INDUSTRIAL	TOTAIS	DE BK	DAS IMP.	DAS IMP.
	(1)	(2)	(3)	TOTAIS (4) = (2)/(1)%	DE BK (5) (3)/(1)%
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	97,8	100,9	125,5	103,2	128,3
1930	91,2	61,9	70,3	67,8	77,1
1931	92,3	43,5	30,8	47,1	33,4
1932	93,6	39,1	34,1	41,7	36,4
1933	104,6	56,5	54,5	54,0	52,1
1934	116,2	62,0	67,6	53,3	58,2
1935	130,0	71,1	84,5	54,6	65,0
1936	152,4	73,3	84,4	48,1	55,4
1937	160,6	88,1	105,7	54,9	65,8
1938	166,6	82,8	124,3	49,7	74,6
1939	182,1	77,1	106,4	42,3	58,5
1940	177,1	63,3	...	35,7	...
1941	188,5	64,1	...	34,0	...
1942	191,1	45,2	...	23,6	...
1943	216,9	50,9	...	23,5	...
1944	240,1	65,5	...	27,3	...
1945	253,3	68,2	...	26,9	...
1946	300,2	90,7	...	30,2	...
1947	310,1	133,1	...	42,9	...
1948	348,2	109,4	...	31,4	...
1949	386,6	109,9	...	28,4	...
1950	435,6	120,3	...	27,6	...
1951	458,7	167,3	...	36,5	...
1952	484,4	154,8	...	32,0	...
1953	529,5	106,8	...	20,2	...
1954	578,7	143,6	...	24,8	...
1955	643,0	113,9	...	17,7	...

FONTE: IBGE(1990). Estatísticas históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. p.385, tab. 7.6.

(1) e (2) ABREU, Marcelo.(1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, p.387 e 414. (Anexo Estatístico, Col. 2.25).

NOTA: (...) - Valores desconhecidos

importação de máquinas e equipamentos para os principais ramos produtores de bens de consumo não durável,<sup>49</sup> os quais apresentavam elevado grau de ociosidade desde o final da década anterior. Dentre estes ramos, se encontrava o ramo têxtil, o mais importante segmento industrial brasileiro da época.<sup>50</sup>

A medida trouxe, pelo menos, três importantes conseqüências. A primeira foi a de contribuir para a elevação da rentabilidade esperada nos ramos atingidos pela proibição em referência. Ao dificultar a retomada dos investimentos nestes ramos por ocasião da recuperação econômica iniciada em 1931, o Decreto 19.739 colaborava para a elevação do grau de utilização da capacidade instalada dos mesmo ramos. Desta forma, tornava as novas inversões progressivamente mais rentáveis nos ramos produtores de bens de consumo não duráveis.

A segunda conseqüência da proibição da importação de máquinas e equipamentos produtores de bens de consumo não durável foi a de reservar os exíguos recursos externos para a aquisição no exterior de meios de produção necessários à implantação e, mesmo, ao funcionamento de empreendimentos

<sup>49</sup> Ver Mello (1984, p.109-110); Cano (1985, p.194) e Aureliano (1981, p. 131).

<sup>50</sup> Contudo, não obstante a proibição estabelecida pelo Decreto 19.739, não cessaram totalmente as referidas importações. As aquisições no exterior de máquinas para o setor têxtil realizadas pelo estado de São Paulo entre 1934 e 1937 foram correspondentes a 70% do elevado volume médio do período 1920 a 1925. Para o restante do Brasil, a mesma proporção foi de 55%. Conforme Cano (1985, p. 77, nota de pé de p. número 7).

dedicados à produção de bens de consumo intermediário e, também, de bens leves de capital.<sup>52</sup>

Por fim, a terceira consequência - intimamente relacionada às duas anteriores - diz respeito ao impulso que o referido decreto causava no sentido da aceleração das trocas inter e intradepartamentais no seio da economia brasileira. O crescimento da atividade produtiva nos ramos de bens de consumo não duráveis resultava na expansão do mercado interno de meios de produção utilizados pelos mesmos ramos. Estes meios contudo tinham sua importação proibida. Reservava-se assim aos empreendimentos instalados no Brasil o expansivo mercado de meios de produção destinados ao processo produtivo de bens de consumo não durável. Além disto, as empresas que se dispusessem a produzir tais meios de produção poderiam contar com os recursos externos poupados pelo decreto em questão para a importação das máquinas e equipamentos industriais que lhes fossem necessários. Por isto, crescentemente, as atividades produtoras de bens de consumo não duráveis se utilizavam da produção nacional de insumos e, também, de equipamentos leves, induzindo-a à expansão. Esta produção, por sua vez, ao ser incrementada, aumentava a oferta de emprego e, com

---

<sup>52</sup> A Tabela II.6 permite verificar que, entre 1931 e 1938, o nível das importações brasileiras de bens de capital expandiu-se à taxa de 22,1% a.a., depois de se ter reduzido a menos de 1/3 do patamar alcançado em 1928. No mesmo período, as importações totais brasileiras cresceram à taxa média anual de 9,6%. Isto corrobora a tese de que se destinava proporções progressivamente maiores da capacidade para importar para a aquisição de máquinas e equipamentos.

isto, a demanda de bens de consumo não duráveis. Configurava-se, desta forma, um ambiente em que se tornavam cada vez mais importantes as relações departamentais.

Assim, a política econômica brasileira entre 1930 e 1938, utilizando-se de instrumentos caráter fiscal, monetário e cambial, não só impediu a insolvência generalizada da cafeicultura e dos bancos comprometidos com seu financiamento, mas também - "intencionalmente" ou não - manteve elevada a demanda efetiva interna, protegeu da concorrência externa os capitais industriais dedicados à produção de bens de consumo não durável e, na medida do possível, reservou divisas para a diversificação do parque industrial brasileiro.

Desta forma, pode-se argumentar que a política econômica brasileira entre 1930 e 1938, pelo menos sob dois aspectos decisivos, contribuiu para o estabelecimento da dinâmica departamental implícita na industrialização restringida.

O primeiro destes aspectos refere-se ao fato de a dita política ter conferido ao departamento produtor de bens de consumo não durável a capacidade de expandir sua produção de forma relativamente autônoma ao nível de atividade dos demais departamentos da economia nacional, transformando-o no departamento líder da dinâmica departamental brasileira daquele período. A capacidade da produção de bens consumo não durável para expandir-se autonomamente vinculava-se à política econômica pelas oportunidades que esta lhe

propiciava ao consubstanciar-se na expansão monetária, no déficit público e na desvalorização cambial: enquanto os dois primeiros expandiam o mercado interno, a elevação da taxa de câmbio produzia uma proteção à concorrência estrangeira<sup>52</sup> de tal ordem que induzia a uma rápida substituição de importações.<sup>53</sup>

Apoiados na política econômica, os empreendimentos industriais integrantes dos ramos produtores de bens de consumo não durável expandiram de forma relativamente autônoma sua produção e, via relações de interdependência, estimularam a atividade produtiva nos ramos industriais de bens consumo intermediário e de capital, na construção civil, nos serviços e etc... A generalização dos impulsos iniciais, também via relações de interdependência, acabou por envolver os segmentos líderes, realimentando a sua expansão.

O segundo aspecto sob o qual a política econômica entre 1930 e 1938 contribuiu decisivamente para o

---

<sup>52</sup> é importante não esquecer que, como foi visto anteriormente, a concorrência estrangeira, em grande, era refreada pela restrita capacidade para importar a que estava submetida a economia brasileira na década de trinta.

<sup>53</sup> Estes mesmos fatores não eram capazes de justificar o crescimento autônomo da produção de meios de produção, dadas as restrições - de capital, de tecnologia e de complementaridade industrial - que o caráter restringido da industrialização brasileira apunha à implantação da produção pesada de matérias primas, máquinas e equipamentos. Isto quer dizer que, em última instância, a produção de meios de produção continuava dependente dos mercados gerados pelo departamento produtor de bens não duráveis de consumo e da capacidade para importar derivada da agricultura de exportação, não podendo, por isto, assumir a posição de liderança departamental.

estabelecimento da dinâmica departamental da industrialização restringida diz respeito ao considerável estímulo que ela propiciou ao progresso da integração da malha industrial no sentido do desenvolvimento dos ramos produtores de meios de produção que, naquela dinâmica assumiam um papel subordinado.

O estímulo derivava não só da expansão dos mercados de bens de consumo intermediário e de capital implícita no crescimento dos ramos produtores de meios de consumo mas, também, dos efeitos causados pela rápida desvalorização cambial em marcha e pela já referida proibição de importação de máquinas e equipamentos destinados a produzir bens de consumo não durável. Assim como para a atividade produtiva dos demais segmentos da economia, a desvalorização cambial representava, para a produção de meios de produção, o barateamento de seus produtos diante dos bens importados. Já a proibição da importação de máquinas e equipamentos produtores de bens consumo não durável tinha efeitos específicos sobre os ramos dedicados à elaboração de meios de produção. De um lado, representava o estabelecimento da reserva do mercado dos bens cuja importação estava proibida para as empresas instaladas no País; de outro, destinava para estas empresas parcela substantiva dos exíguos recursos externos de que dispunha a economia brasileira para importações.

Assim, graças à política econômica adotada na década de trinta - na medida do que era possível a um

processo de industrialização restringida e na intensidade permitida pela disponibilidade dos recursos externos - os ramos produtores de meios de produção expandiam e diversificavam sua capacidade produtiva de forma subsidiária ao crescimento relativamente autônomo da produção de bens de consumo não durável. Definiam-se desta forma as relações de liderança e de subordinação da economia brasileira.

é preciso ter claro contudo que a expansão viabilizada por estas relações não tendia, necessariamente, a uma superação das insuficiências técnicas e financeiras do capital que permitisse, através da internalização da produção pesada de meios de produção, ultrapassar o estágio da industrialização restringida, cujo significado se recuperou na primeira seção deste capítulo.

Isto posto, conforme anunciado ao início deste item, passa-se à análise da influência da política econômica sobre a viabilidade e as características das relações departamentais que constituíram a industrialização restringida em seu segundo sub-período, o de 1939 a 1955.

Já a partir dos últimos anos da década de trinta se colocava para a política econômica brasileira uma problemática diferenciada da que até então prevalecera. O déficit público (Tabela II - 3), a inversão e o consumo internos se encontravam em níveis elevados; as exportações, impulsionadas por seus preços,<sup>54</sup> iniciaram um rápido

<sup>54</sup> Depois de oscilarem entre 48 e 65 por cento do nível de 1928, os preços médios em dólares das exportações brasileiras entre 1939 e 1955 elevaram-se, aproximadamente,

movimento de expansão (Tabela II - 1); e as importações foram ainda mais restringidas pelas dificuldades de fornecimento e de transportes das mercadorias oriundas dos países avançados ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial (Tabela II - 6). Tudo isto se traduzia em um nível da demanda interna excessivamente elevado para os potenciais de produção e de importação então existentes no Brasil, que tomava as formas da superutilização da capacidade produtiva industrial e da inflação. Além disto, uma vez terminada a guerra, à superutilização da capacidade produtiva e à inflação, se adicionou a ameaça de novas crises cambiais impostas pelo crescimento explosivo das importações.

Diante deste novo quadro, a política econômica dos dezesseis anos que se iniciaram em 1939, tal qual a do subperíodo anterior, atuou no sentido de preservar a expansão industrial.<sup>75</sup> Desde já deve-se dizer a respeito que, não obstante as dificuldades apontadas no parágrafo anterior, a política econômica foi bem sucedida. Esta afirmação se justifica plenamente diante das taxas de crescimento do produto interno bruto e industrial entre 1939 e 1955. Enquanto o primeiro elevou-se, em média, a 5,7% anualmente, o segundo foi incrementado à taxa geométrica anual de 8,2%.

---

em 750%, enquanto que os preços das importações subiram ao redor de 210%. Estes dados foram calculados a partir das taxas de variação dos preços em dólares das exportações e das importações brasileiras, publicadas em Abreu (1989).

<sup>75</sup> Constituiu exceção, o período correspondente ao Governo Dutra, especialmente em seus dois primeiros anos, no qual foi tentada uma política econômica de caráter liberal. A respeito ver Vianna (1989, p. 105-122).

Para tanto, os meios de pagamentos continuaram a expandir-se em termos reais, se bem que, a partir de 1945, a uma velocidade inferior à do produto industrial, dada a necessidade de conter o crescimento do nível geral de preços (Tabela II.2). Na maior parte do período, a política fiscal foi deficitária em função do crescente volume de problemas que exigiam solução do Estado em uma sociedade que se industrializava e se urbanizava rapidamente (Tabela II - 3).

Neste sentido, o déficit público - juntamente com os empréstimos externos -, dentre outras rubricas, financiava a inversão estatal na produção de insumos industriais de uso generalizado. É o caso da produção de minério de ferro, através da Companhia do Vale do Rio Doce, de barriha e soda cáustica, via Companhia Nacional de Alcalis, de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional e de Aços Especiais pela Acesita. Por isto, a política fiscal não só constituía um impulso do ponto de vista da demanda efetiva como também contribuía para fazer avançar a diversificação industrial que então tinha curso no País.

De qualquer forma, em conjunto, as política monetária e fiscal permitiram e, mesmo, induziram a uma expansão controlada da demanda interna.

Já à política cambial, especialmente nos anos que se sucederam a 1945, coube o destacado papel de compatibilizar o estímulo a um rápido crescimento industrial em condições de superutilização da capacidade produtiva com o combate ao processo inflacionário, que na década de

quarenta se tornou muito intenso, e com a administração do fluxo divisas internacionais.<sup>54</sup>

Em linhas gerais, a política cambial referida se apoiava sobre dois instrumentos básicos: o congelamento da taxa nominal de câmbio e o controle do volume total e da composição da pauta de importações realizadas pelo País.

O congelamento nominal da taxa de câmbio, vigorando entre 1938 e 1952<sup>55</sup> concomitantemente à rápida elevação dos preços dos produtos importados, impedia que a elevação em moeda nacional dos custos industriais com mercadorias importadas se consubstanciasse em poderoso mecanismo de propagação inflacionária. Além disto, o mesmo congelamento, na medida em que a inflação média do período ascendia a um patamar superior a 10% anuais, resultou na intensa valorização cambial descrita pela Tabela II.4.<sup>56</sup> Com

---

<sup>54</sup> Conforme, Serra (1982, p.21).

<sup>55</sup> Na verdade, durante o período de 1938 a 1952, ocorreram diversas oscilações com a taxa nominal de câmbio que, contudo, eram muito pequenas frente às variações do nível geral de preços. Em 1937, a moeda nacional foi significativamente desvalorizada, passando a taxa oficial de câmbio de 11,4 para 17,6 cruzeiros por dólar em 1938. A partir de 1938, as variações nominais da taxa de câmbio que se efetivaram foram, em conjunto, diminutas relativamente à inflação. Em 1939, foi reduzida para 16,6 cruzeiros por dólar, nível em permaneceu até 1944. Em 1945, reduziu-se em 1 centavo. Finalmente, em 1947 e 1948, elevou-se, respectivamente, para 18,7 e 18,8 cruzeiros por dólar. Conforme Abreu (1989, p.387-414, col. 32).

<sup>56</sup> Para Celso Furtado, tendendo a moeda brasileira à valorização em decorrência dos superávits comerciais que se impuseram na década de quarenta, o congelamento da taxa nominal de câmbio protegia os exportadores de uma queda ainda maior de suas receitas reais e o setor manufatureiro, da intensificação da concorrência externa. Por isto, segundo o autor, exportadores e produtores ligados ao mercado interno se aliavam a favor da fixação governamental da taxa

esta valorização, transferia-se para a produção destinada ao mercado interno e, especialmente, para indústria, o incremento da rentabilidade oriundo da expansão dos preços das exportações brasileiras,<sup>89</sup> compostas em sua maioria por produtos agrícolas; a valorização cambial, ao mesmo tempo, diminuía em termos reais as receitas dos exportadores e os custos das mercadorias importadas, dentre elas as matérias primas e as máquinas e equipamentos industriais.

Na verdade, a valorização da moeda nacional, uma vez superadas as dificuldades de importações derivadas da Segunda Guerra Mundial, não constituiria um estímulo à expansão industrial não fosse o controle das importações, segundo instrumento básico da política cambial que então se praticava. Na ausência de tal controle, se imporiam, além da crise cambial, o fortalecimento da concorrência externa e o debilitamento da produção industrial brasileira.

Para realizar os referidos controles das importações, duas formas foram adotadas.<sup>90</sup> A primeira, vigente entre 1948 e 1952, consistia no contingenciamento das importações imposto pela exigência de licenças prévias para importar liberadas de acordo com as prioridades governamentais da época, as quais se traduziam em uma violenta discriminação contra a importação de bens não

---

nominal de câmbio a um nível elevado. Conforme Furtado (1980 p. 205).

<sup>89</sup> Conforme Furtado (1980, p. 220-222).

<sup>90</sup> Ver a respeito, por exemplo, Tavares (1972, p. 67-73) e Vianna (1989, p. 108-114 e 138-144).

duráveis de consumo.<sup>41</sup> Deste modo, foi possível, não só conter as importações totais em um nível adequado à disponibilidade de divisas, mas, também, destinar a capacidade aquisitiva externa para a continuidade e o aprofundamento do processo de substituição de importações de bens de consumo.

A segunda forma de controle das importações foi estabelecida pela Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC em 09 de outubro de 1953. Esta instrução, além de estabelecer o monopólio cambial, determinou que as divisas para importações seriam adquiridas pelo regime de leilões de câmbio em bolsa de fundos públicos do País. Obedecendo à Instrução 70, os leilões eram organizados, separadamente, segundo a essencialidade dos bens a serem importados em cinco categorias distintas, estabelecendo as autoridades monetárias a oferta de divisas para cada uma das delas.

Em vista disto, para cada uma de tais categorias, estabelecia-se um ágio a ser pago ao Banco do Brasil cujo nível dependia, de um lado, da oferta de divisas liberadas pelas autoridades monetárias e, de outro, da demanda de importações correspondentes à categoria em questão. Assim, através da Instrução 70, controlava-se o volume total das importações, usando para isto o nível de divisas liberadas e a desvalorização cambial implícita no ágio dos leilões de câmbio. Também a composição da pauta de importações foi

<sup>41</sup> Conforme Tavares (1972, p. 71).

controlada por este expediente, discriminando-se, como no período de 1948 a 1952, contra as importações de bens de consumo. Não obstante, a Instrução 70 foi utilizada também para tornar mais cara em moeda nacional a importação de uma série de produtos industriais básicos e matérias primas, estimulando a produção interna dos mesmos.<sup>62</sup>

Assim, se até 1945, a valorização cambial da década de quarenta e do início dos anos cinquenta vigorou concomitantemente às restrições à importação causadas pelo conflito mundial, de 1948 em diante, esteve combinada à contenção das importações impostas pela política econômica. Desta forma, foi assegurado o necessário equilíbrio cambial.

Além disto, a contenção em referência não atuava de maneira uniforme sobre todas as importações, discriminando violentamente contra as aquisições externas de mercadorias não duráveis de consumo e, a partir de 1953, também contra as compras no exterior de produtos industriais básicos e matérias primas cuja internalização da produção então se julgava possível. Por isto, pode-se dizer que, de maneira similar ao que ocorreu entre 1930 e 1937, no pós-guerra, reservava-se os exíguos recursos externos para a aquisição de matérias primas e bens de capital ainda não produzidas internamente. No entanto, nos anos posteriores ao fim do conflito mundial, à reserva de divisas adicionava-se uma intensa valorização cambial que, reduzindo o custos real

---

<sup>62</sup> Conforme Tavares (1972, p. 71).

das mercadorias importadas, aumentava rentabilidade da produção industrial destinada ao mercado interno.

Pode-se desta forma concluir que, entre 1939 e 1955, a política econômica, além de atuar no sentido de manter a solvência cambial do País, contribuiu decisivamente para a expansão industrial. Iguamente ao acontecido na década de trinta, manteve elevada a demanda interna, protegeu a indústria de bens de consumo não durável da concorrência externa e destinou pelo menos parte das escassas divisas externas para a diversificação do parque industrial brasileiro. No sentido de promover a diversificação industrial, a política econômica brasileira assumiu também a forma da inversão pública nos segmentos de produção de insumos industriais de uso generalizado.

Além disto, nos anos quarenta, aproveitando-se das possibilidades criadas pela elevação dos preços dos produtos exportados, a política econômica deu um passo adiante ao combinar o controle das importações à valorização cambial. Com esta combinação, obtinha-se duas vantagens adicionais. A primeira delas referia-se à eliminação dos impulsos inflacionários que derivavam da elevação nominal da taxa de câmbio. A segunda vantagem consistia na elevação da rentabilidade esperada das inversões realizadas com equipamentos importados ou que, em sua operação, fosse prevista a utilização de matérias primas adquiridas no exterior. A elevação da rentabilidade esperada decorria, é claro, da redução de custos reais dos equipamentos e

matérias primas importados ocasionada pela própria valorização cambial.

A dinâmica departamental inaugurada na década de trinta foi, assim, mantida entre 1939 e 1955. Nestes anos, o departamento produtor de bens de consumo não duráveis conservou-se na liderança das relações departamentais da economia nacional ao preservar a sua capacidade de expandir-se de forma relativamente autônoma frente ao nível de expansão dos demais segmentos produtivos. Esta capacidade, relacionando-se, como se viu, à conformação da política econômica praticada no Brasil, justificou um significativo crescimento da produção de bens não duráveis de consumo.<sup>43</sup>

A expansão relativamente autônoma da produção destes bens hierarquizava, via relações de dependência departamental, o processo de crescimento e diversificação da produção e da estrutura produtiva que tinha curso no Brasil. Estimulados pela expansão referida, os demais segmentos da produção nacional, em especial os produtores de meios de produção, realizavam um crescimento subordinado ao departamento líder.<sup>44</sup> Este crescimento subordinado, por sua

<sup>43</sup> Segundo estimativas de Wilson Cano, o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens consumo não duráveis no Brasil expandiu sua produção real entre 1939 e 1949 à taxa de 6,6%, atingindo um patamar de produção que era quase o dobro (1,9 vezes) do que se verificava no início do período. Já na década de 1950, o referido grupo de indústrias se expandiu à taxa média anual de 6,2%. Cano (1985, p. 325, tab. 30).

<sup>44</sup> É claro que as anteriormente referidas inversões estatais na produção de ferro, de barrilha e soda cáustica, de aços e aços especiais não tinham caráter subordinado no sentido decorrerem da expansão prévia dos mercados a que destinariam

vez, era suficientemente intenso para consubstanciar-se na crescente integração da malha produtiva nacional,<sup>65</sup> dando continuidade à redução relativa da necessidade de mercadorias importadas, conforme se pode verificar no Gráfico II - 3.

Contudo, tal como no primeiro sub-período da industrialização restringida (até 1938), no segundo (de 1939 a 1955), não foram superadas as insuficiências técnicas e financeiras do capital no sentido de viabilizar a internalização da produção pesada de meios de produção e, por isto, foi mantido o caráter restringido da industrialização que se processava no Brasil.

Com isto, é possível apresentar as observações finais a respeito da influência que a política econômica praticada no período de 1930 a 1955 exerceu no sentido de viabilizar e definir as relações departamentais que constituíram a dinâmica departamental da industrialização restringida. Uma vez apresentadas estas observações, se terá atingido os objetivos propostos para este item.

---

seus produtos. Pelo contrário, tratava-se de inversões cuja capacidade produtiva ultrapassava o potencial de absorção do mercado nacional e cuja finalidade primeira era justamente melhorar as condições de suprimento a nível nacional das aludidas mercadorias.

<sup>65</sup> As mesmas estimativas de Wilson Cano referidas na nota anterior, dão conta de que o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo intermediários incrementou sua produção à taxa anual média de 10,0% entre 1939 e 1949 e de 11,3%, entre 1949 e 1959. Já para o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens capital e de consumo durável, as taxas de crescimento anual foram, respectivamente, de 9,3% e 18,4%.

No capítulo primeiro (subitem 1.1.1.2), definiu-se a liderança departamental como sendo a capacidade que possuem determinados departamentos ou ramos produtivos de uma economia para gerar estímulos que, difundidos via relações interdependência, se constituem na origem das alterações do nível ou da velocidade de expansão da produção dos demais departamentos ou ramos desta mesma economia. Além disto, se disse que os referidos estímulos têm sua razão de ser na relativa autonomia que subsiste na determinação dos patamares de produção dos segmentos que assumem a posição de liderança interdepartamental. Esta relativa autonomia, por sua vez, se embasa nos vínculos que os departamentos e ramos líderes estabelecem no interior do processo de expansão capitalista em que estão inseridos.

Neste item, tomando por base a aludida definição de liderança departamental e a especificidade do crescimento econômico que se deu no Brasil a partir do início dos anos trinta, se empreendeu a caracterização das relações departamentais que então se impuseram.

A mais importante característica da dinâmica departamental brasileira no decorrer da industrialização restringida foi a liderança exercida pelo departamento produtor de bens não duráveis de consumo, mais especificamente, por seus ramos industriais. A capacidade de crescimento relativamente autônomo implícita nesta liderança advinha dos vínculos que o crescimento destes ramos mantinham com a política econômica que prevaleceu entre 1930

e 1955 - concebida para enfrentar a significativa retração das transações externas brasileiras vigente em quase todo o período.

Como se viu, o estímulo à expansão da demanda efetiva interna, a proteção à concorrência externa, a destinação da exígua disponibilidade de recursos externos para a expansão e a diversificação da malha industrial e, a partir dos anos quarenta, o barateamento dos custos das inversões efetivadas com equipamentos importados constituíram, em essência, o desenho da política econômica praticada no Brasil de 1930 a 1955.

Foi uma tal política econômica que viabilizou o crescimento relativamente autônomo dos segmentos industriais produtores de bens não duráveis de consumo que, já ao final dos anos vinte, dispunham de uma elevada e diversificada capacidade produtiva. Além disto, a própria expansão da produção de bens não duráveis de consumo tomava a forma de um aumento do volume da força de trabalho empregada que significava ainda maiores níveis da demanda interna.

Por sua vez, do crescimento relativamente autônomo da produção industrial de bens não duráveis de consumo, resultava o estímulo à expansão e, por vezes, a implantação dos segmentos produtivos subordinados da economia nacional, dentre os quais podem se incluir os diversos ramos da produção agrícola, da construção civil, dos serviços urbanos e, especialmente, da produção de meios de produção. A expansão e ou implantação dos segmentos subordinados da

economia nacional implicava numa crescente diversificação de seu aparato produtivo, realimentando as relações departamentais em exame.

Porém, não obstante a expansão e a crescente diversificação da produção de meios de produção, a insuficiência técnica e financeira do capital impedia que a diversificação do parque produtivo brasileiro fosse a ponto de internalizar a elaboração dos meios pesados de produção, ultrapassando o caráter restringido da industrialização brasileira. Aliás, não era outra a razão, que não insuficiência técnica e financeira do capital, da impossibilidade de os ramos produtores de meios de produção assumirem a liderança departamental da economia brasileira da época, tal como ocorria nos países de industrialização avançada.

Por isto, na dinâmica departamental brasileira do período de 1930 a 1955, preservou-se, em elevado grau, a dependência ao poder de compra das exportações brasileiras, o qual, apesar de reduzido, tornou o possível a expansão e a diversificação do aparato produtivo nacional.

Esta era a especificidade da dinâmica departamental da industrialização restringida brasileira, cuja abordagem consubstancia os objetivos propostos para este item. Com a industrialização restringida se impunham, de forma particular, os atributos da suficiência e da coerência do suprimento dos meios materiais necessários à reprodução capitalista no Brasil do período em questão. Além

disto, através da liderança dos ramos industriais produtores de bens não duráveis de consumo viabilizada pela política econômica descrita, a dinâmica departamental da industrialização restringida fazia valer uma particular hierarquização departamental que resultava no crescimento dos mercados disponíveis à acumulação de capital à nível nacional.<sup>44</sup>

As conclusões a que se chegou neste item, como será visto, são de fundamental importância para o desenvolvimento da próxima seção, a qual aborda as características do processo de periferização intranacional que se impôs no Brasil a partir dos anos trinta. As mesmas conclusões são também essenciais para a descrição do processo de expansão industrial periférico no Brasil de 1930 a 1955, conforme ficará claro da leitura da última seção deste capítulo.

## 2.2 - O Processo de Periferização Intranacional na Industrialização Restringida

Esta seção tem por objetivo trazer à tona determinadas especificidades do processo de periferização intranacional que vigorou no Brasil no contexto da industrialização restringida e que são de grande importância

<sup>44</sup> O tratamento em abstrato dos significados dos atributos da suficiência e da coerência do suprimento dos meios materiais necessários à reprodução capitalista bem como da hierarquização departamental em uma economia nacional foi realizado no item 1.1.1 deste trabalho.

para a continuidade deste trabalho. A apreensão das referidas especificidades, juntamente com a descrição das peculiaridades da dinâmica departamental vigente no Brasil no período de 1930 a 1955 apresentada na seção anterior, permitirá que se alcance na próxima seção a caracterização do processo de expansão industrial periférico que se impôs no Brasil nas duas décadas e meia em estudo.

O objetivo do presente seção é atingido através de dois itens. O primeiro trata de explicitar e justificar o lugar que coube às diversas economias regionais brasileiras nas relações centro/periferia incluídas no movimento nacional de acumulação de capital entre 1930 e 1955. O segundo item diz respeito à influência sobre processo de periferização intranacional decorrente da especificidade da integração do mercado brasileiro realizada nas condições que se impunham durante a industrialização restringida no Brasil.

### 2.2.1 - A Posição Cêntrica ou Periférica que Assumiram as Diversas Economias Regionais no Transcurso da Industrialização Restringida Brasileira

Para tratar da posição que as diversas economias regionais brasileiras assumiram no movimento nacional de acumulação corporificado pela industrialização restringida, de início, recupera-se o estabelecido em "O Significado do Processo de Periferização Intranacional" - subitem 1.1.2.2

desta dissertação - no que se refere à conceituação das economias regionais cêntricas e periféricas. Lá, as economias regionais cêntricas foram conceituadas como as que, em função de seu intenso desenvolvimento capitalista, contam com uma estrutura produtiva em avançado grau de integração, dispondo, por isto mesmo, de relativa independência para dar origem aos movimentos que caracterizam a dinâmica departamental a nível nacional. Já as economias regionais periféricas, ao contrário, foram definidas como as que possuem estruturas produtivas com reduzido grau de integração, fruto de um exíguo desenvolvimento capitalista. O reduzido grau de integração das economias regionais periféricas as torna incapazes para conter a capacidade de auto-estimulação características das economias regionais cêntricas, explicando o papel subsidiário assumido pelas primeiras no movimento nacional de acumulação.

O grau de integração que o desenvolvimento capitalista de uma economia regional confere a sua estrutura de produção - definido como a potencialidade de que dispõe esta estrutura para, em função da diversificação dos segmentos produtivos que a integram, suprir o processo de reprodução social da variedade dos meios materiais que lhe são necessários - é, portanto, no entender deste trabalho, o fator decisivo de sua inserção cêntrica ou periférica no movimento nacional de acumulação.

Por isto, - para justificar a posição cêntrica ou periférica das diversas economias regionais brasileiras no contexto da industrialização restringida - decorreu a necessidade de explicitar os casos em que o processo histórico anterior à década de trinta resultou na formação de estruturas produtivas regionais cujo grau de integração viabilizasse a relativa independência para a expansão que caracterizam as economias regionais cêntricas.

Como é sabido, as estruturas produtivas das mais importantes economias regionais brasileiras do final da terceira década deste século - a saber, as economias regionais de São Paulo, do então Distrito Federal e do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina - foram, via de regra, implantadas em decorrência da expansão das atividades primárias vinculadas pela ação do capital comercial ao mercado internacional.<sup>67</sup> A partir da expansão de tais atividades, se gestaram, em processos desvinculados do ponto de vista comercial, em períodos variados e de forma particular em cada economia regional, as condições

---

<sup>67</sup> No Rio Grande do Sul, igualmente, estas atividades desenvolveram-se em função das vendas, em grande parte viabilizadas pelo capital comercial, de seus produtos para fora da economia da regional gaúcha. Não obstante, os produtos vendidos dirigiam-se primordialmente, não para o mercado internacional, mas para os centros urbanos de outras economias regionais brasileiras, dentre os quais se destacam o Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Também a(s) economia(s) regional(is) de Santa Catarina, polarizada(s) por Joinville, Blumenau, Criciúma e Lagos vinculou-se (vincularam-se) preferentemente ao mercado nacional, principalmente os de São Paulo e do Rio de Janeiro.

necessárias para que a estrutura produtiva se desenvolvesse: foi tal expansão que, na maioria dos casos, propiciou o contingente populacional indispensável à ocupação territorial; que definiu a estrutura da propriedade da terra e desenvolveu as relações de produção que se tornaram dominantes; e que gerou e concentrou capitais, viabilizou a importação de equipamentos e expandiu os mercados adstritos a cada uma das economias regionais em questão.

O desenvolvimento das estruturas produtivas referidas propiciado pelas atividades agropecuárias de exportação desde as últimas décadas do século passado foi importante a ponto de se consubstanciar em um volume de inversão industrial que, em nenhum dos casos, pode ser desprezado, conforme atesta a Tabela II.7.

Contudo, é inegável que a vigorosa vinculação estabelecida em meados do século passado entre a cafeicultura paulista e o mercado internacional propiciou à economia regional de São Paulo um potencial para o desenvolvimento de sua estrutura produtiva que era ímpar no País. Tão vigorosa foi a expansão da cafeicultura bandeirante que, no período que vai até 1950, a economia regional de São Paulo não só alcançou o primeiro lugar no volume das exportações brasileiras como também, a partir dos anos vinte deste século, tornou-se responsável por algo em torno a 1/2 das vendas externas do País.<sup>66</sup>

<sup>66</sup> Já na década de 1890, São Paulo era responsável por aproximadamente 1/3 das exportações brasileiras, proporção

TABELA II-7

ÍNDICE RELATIVO PERCENTUAL EM 1919, 1939, 1949 E 1959 DAS MAIORES INDUSTRIAS REGIONAIS BRASILEIRAS E DOS GRUPOS INDUSTRIAIS QUE AS  
AS COMPUNHAM FRENTE A CONGENERE PAULISTA DE 1919

TR.	1919				1939				1949				1959			
	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	TOTAL
	66,8	46,7	66,1	62,1	186,5	174,8	335,3	188,3	260,9	298,7	719,2	283,3	390,0	643,0	2110,9	506,2
	35,0	30,6	5,8	33,2	81,1	101,5	78,8	85,7	136,4	220,4	204,9	157,5	261,4	541,4	749,6	340,0
	24,4	22,3	0,5	23,2	45,5	63,5	67,0	62,5	84,9	245,3	298,0	127,7	146,2	938,9	981,7	351,3
	24,3	9,7	8,2	20,5	64,5	18,0	3,7	52,1	106,0	45,8	8,2	89,4	131,2	123,6	45,3	127,0
	19,1	11,5	2,3	16,9	52,4	140,8	20,0	71,5	110,9	204,2	85,4	131,3	180,3	604,4	366,1	282,1
	7,8	25,7	3,1	11,9	12,7	52,3	14,5	22,0	37,0	120,8	76,3	57,2	103,2	323,9	199,9	156,2
	14,3	2,1	0,6	11,2	14,8	9,1	3,2	13,2	27,7	22,1	3,0	25,7	48,3	198,8	80,1	83,4
	4,9	10,1	0,8	5,9	17,2	26,4	26,5	19,6	32,6	92,6	82,1	47,7	66,5	211,9	260,6	106,7
TAL	196,6	158,7	87,4	184,9	477,7	586,4	549,0	504,9	796,4	1249,9	1477,1	919,8	1327,1	3585,9	4794,2	1952,9
	29,3	16,6	3,5	25,6	57,5	50,9	19,5	54,4	106,9	93,8	39,4	101,9	196,5	377,5	72,9	216,0
	225,9	175,3	90,9	210,5	535,2	637,3	568,5	559,3	903,3	1343,7	1516,5	1021,7	1523,6	3923,4	4867,1	2168,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	322,5	440,2	1491,4	384,6	728,8	1449,1	1349,3	975,6	1474,3	4160,2	22212,4	2710,3
L	325,9	275,3	190,9	310,5	857,7	1077,5	2059,9	945,9	1632,1	2792,8	5006,8	1997,3	2997,2	8083,6	27079,5	4879,2

poem o GI - Grupo de Industrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Nao Duraveis - os seguintes generos industriais: Mobiliario, Farmaceutico, Perfumaria, Textil, Vestuario, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, Editorial e Grafica.

o o GII - Grupo de Industrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediarios - os ramos: Metalurgia, Minerais Nao Metalicos, a. Papelao, Borracha, Couros Peles, Quimica e Materias Plasticas.

ente o GIII - Grupo de Industrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duraveis e de Capital - e composto por: Macã-Material Eletrico e de Comunicações, Material de Transportes, Diversas.

total significa o conjunto formado pela Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Parana, Bahia e Catarina. Valores apresentados na linha correspondente ao subtotal constituem a soma dos indices das industrias regionais citadas.

SP se refere a dados relativos ao Brasil excluindo-se Sao Paulo.

se refere a outras regioes perifericas e seus indices foram calculados pela diferenca entre BR-SP e Subtotal.

DOS DADOS: CAND. Wilson (1985). Desequilibrios regionais e concentra industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA.

a) Para o periodo 1939 a 1959, Tabela 33, Paginas 330 a 333.

b) Para 1919, os indices apresentados correspondem ao produto dos indices de 1939 pelos indices do produto real (V.T.I) disponiveis da tabela 30, Pagina 325.

Dado o vigor com que a expansão da cafeicultura paulista se efetivava, gestavam-se em São Paulo, com uma intensidade que era singular no Brasil, as condições materiais de um diversificado crescimento capitalista. Fruto do rápido crescimento das exportações, a acumulação de capital se expandia com celeridade; a imigração européia para o Brasil, concentrando-se em São Paulo,<sup>69</sup> lá assentou cerca de oitocentos e noventa mil imigrantes entre 1888 e 1900,<sup>70</sup> permitindo que a generalização do assalariamento, o progresso da urbanização<sup>71</sup> e o crescimento do mercado

que se elevou para 49,2% em 1921 e para 54,5% em 1925. No patamar de 50%, permaneceram as vendas internacionais realizadas pela economia paulista até 1950, quando passaram a perder importância no contexto das exportações realizadas pelo Brasil. No entanto, ainda em 1955, São Paulo foi responsável por 41,4% do fluxo brasileiro de exportações. Para a década de 1890, ver Topik (1987, p.97-99, tab. 7), a qual permite deduzir a importância das exportações paulistas de café relativamente ao total das exportações brasileiras. Para o período posterior, ver Cano (1977, p. 265, tab. 33).

<sup>69</sup> A concentração da imigração na economia regional paulista não se deu espontaneamente mas, em boa medida, decorreu da capacidade financeira e da disposição política do Estado de São Paulo para assumir pelo menos parte do ônus do movimento migratório. A partir de 1881, o governo bandeirante passou a financiar 50% da passagem dos colonos europeus que para lá se dirigissem. Posteriormente, desde 1885, o governo paulista não só assumiu a totalidade dos gastos com a imigração mas, também, se encarregou de contratar a importação de trabalhadores livres junto a companhias privadas. Conforme Mello (1984, p.86 e 87).

<sup>70</sup> De acordo com João Manuel, estes 890 mil imigrantes correspondiam a aproximadamente 64% de um total de 1 milhão e quatrocentas mil pessoas que chegaram ao Brasil na condição de colonos no decorrer daqueles doze anos. Ver Mello (1984, p. 123 e 124). Já Wilson Cano estima que, entre 1887 e 1930, se assentaram em São Paulo cerca de 850 mil imigrantes. Conforme Cano (1977, p.48).

<sup>71</sup> Entre 1872 e 1920, a população da capital paulista cresceu à elevada taxa de 6,3% a.a. enquanto que a maior

regional se dessem com velocidade sem par no Brasil; a produção de matérias primas industriais e de alimentos para a acrescida massa de trabalhadores, desde o início deste século, foi rapidamente diminuindo a importância relativa das aquisições de produtos agrícolas a outras economias regionais e a outros países;<sup>72</sup> extensa rede ferroviária foi implantada, reduzindo drasticamente os custos de transporte das mercadorias produzidas, o que foi de significado especial para a expansão da lavoura do café em direção ao oeste paulista.<sup>73</sup> Neste ambiente, crescia correspondentemente a oferta de serviços urbanos, envolvendo o comércio, o sistema financeiro, os transportes urbanos e o

---

cidade brasileira de então, o Rio de Janeiro, expandia seu contingente populacional em 3,0% a.a.. Já para o conjunto das capitais brasileiras esta taxa foi de 2,6% anuais. Conforme Anuário Estatístico do Brasil (1936, p.46).

<sup>72</sup> A capacidade que a economia regional de São Paulo contava ao final da terceira década deste século para suprir-se de produtos de origem agrícola destinados ao consumo popular ou à transformação industrial pode ser avaliada pelas seguintes informações. No período de 1926 a 1930, São Paulo além de empreender 2/3 da produção nacional de café, que em sua maior parte visava a exportação, levou a cabo 8,5% da produção nacional de alfafa; da produção de algodão, 7,9%; da de arroz, 33,3%; de batata, 24,3%; de farinha de mandioca, 5,1%; de feijão, 30,5%; e de milho, 20,1%. Produziu, além disto, 33,6% da produção nacional de aguardente; 15,4% da de álcool; e 5,9% da de vinhos. É importante mencionar também que, excluída a lavoura do café, em 1931, em São Paulo situou-se 23,6% da área cultivada no País. Seguiram-lhe, em dimensão da área cultivada, o Rio Grande do Sul com 18,4% e Minas Gerais com 17,5%. Conforme Anuário Estatístico do Brasil (1936, p.89-96, 103-110).

<sup>73</sup> Entre o início deste século e 1950, São Paulo disputou com Minas Gerais o primeiro lugar no que se refere à extensão da rede ferroviária em operação no Brasil, possuindo cada um dos dois estados algo em torno de vinte a vinte e cinco por cento da referida rede. Conforme IBGE (1990, p. 458, tab. 8.4).

fornecimento de energia elétrica para uso industrial. No que diz respeito a este último, pode-se dizer que, de forma diversa do que ocorria nas demais economias regionais, em São Paulo e, também, no conjunto Distrito Federal/Rio de Janeiro, já em 1920 predominava a utilização industrial de energia elétrica produzida por terceiros, indicando um significativo desenvolvimento do segmento especializado em sua produção.<sup>74</sup>

Em virtude das ímpares condições materiais para a expansão capitalista propiciadas pelo crescimento da produção cafeeira, na economia regional de São Paulo foi particularmente vigoroso o movimento de implantação e de desenvolvimento industrial que se disseminou pelas áreas mais populosas do País desde 1880. Já para o início deste século, mais precisamente, para o período posterior a 1905, há claras indicações da tendência de concentração da

<sup>74</sup> Em 1920, a economia regional de São Paulo participava com 38,2% dos estabelecimentos industriais brasileiros que contavam com o fornecimento por terceiros de energia elétrica; a economia regional formada pelo então Distrito Federal e o Rio de Janeiro detinha 32,9% dos mesmos estabelecimentos; e o Rio Grande do Sul, 6,9%. A força motriz correspondente a tal fornecimento era assim distribuída: 36,6% em São Paulo, 49,3% no Distrito Federal e no Rio de Janeiro e 1,8% no Rio Grande do Sul. Por outro lado, enquanto 28% dos estabelecimentos industriais paulistas eram servidos por energia elétrica produzida por terceiros, esta mesma proporção se situava em 50,2% na economia regional formada pelo Distrito Federal e Rio de Janeiro e em 11,8% na do Rio Grande do Sul. Finalmente, enquanto em São Paulo, 50,7% da força motriz destinada a produzir energia elétrica para estabelecimentos industriais estava instalada em terceiros estabelecimentos, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro a mesma proporção ascendia a 76,2% e, no Rio Grande do Sul, a 8,6%. (Conforme Recens. Geral BR, 1920, p. 166, 167).

indústria brasileira na economia regional de São Paulo. Estas indicações se referem ao ramo têxtil, o mais tecnificado dos ramos industriais até então implantados. As indicações referidas dão conta de que, entre 1905 e 1915, a capacidade produtiva do ramo têxtil em São Paulo expandiu-se 230%, enquanto que, no conjunto "Brasil exclusive São Paulo" e na economia regional formada pelo Distrito Federal e o Rio de Janeiro, o potencial produtivo do mesmo ramo foi acrescido respectivamente em 75% e 50%.<sup>78</sup> Coerentemente com esta tendência à concentração, em 1919, São Paulo foi responsável por, aproximadamente, 1/3 da produção industrial brasileira, como se pode verificar na Tabela II.7.

Contudo, o caráter particularmente vigoroso da implantação e do desenvolvimento da indústria paulista não estava relacionado somente ao seu porte mas, também e principalmente, à crescente diversificação ou à elevação do grau de integração que nela tinha curso. Como é sabido, em São Paulo e em todo o Brasil, o movimento de implantação industrial iniciado ao final do século passado privilegiou durante muitas décadas os ramos produtores de bens não duráveis de consumo. Não obstante, é preciso reconhecer que este mesmo movimento, já no decorrer da década de 1920 derivou, de forma concentrada na economia regional de São Paulo, numa modificação da composição dos investimentos industriais realizados no País, a qual deu origem ao que

---

<sup>78</sup> Conforme Cano (1977, p. 232, 233).

Wilson Cano denominou de "a primeira onda de inversão" em estabelecimentos produtores de bens de produção.<sup>76</sup> Esta onda de inversões incluía unidades produtoras relativamente complexas do ponto de vista tecnológico e dedicadas à produção de insumos industriais e, mesmo, de alguns bens leves de produção.

Participaram dos investimentos industriais referidos, empresas produtoras de cimento e de fibras químicas para indústria têxtil, laminadoras de metal e fabricantes de motores, de aparelhos elétricos e de equipamentos para a agricultura e para a indústria têxtil e do açúcar. Nos casos em que eram maiores as exigências de capital e de tecnologia, tais unidades produtoras foram implantadas pelo capital estrangeiro, com o que se concretizaram aplicações realizadas pela Ford, GM, Philips, International Harvester, Rhodia e outras.

Com isto, o aparato produtivo industrial de São Paulo alcançou, no limiar da década de trinta, uma diversificação e um grau de integração que não tinham similar no Brasil.<sup>77</sup> Já em 1919, antes portanto da aludida onda de inversão em bens de produção, a indústria regional de São Paulo dispunha de uma estrutura produtiva industrial

---

<sup>76</sup> Conforme Cano (1977, p. 234).

<sup>77</sup> Resumindo, era em São Paulo que se criavam as condições para uma **acumulação capitalista diversificada**: não se acumulava apenas em café mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros. Assim, **desdobrava-se o capital cafeeiro em múltiplas faces.**" (CANO, 1985, p. 61) (grifos meus).

com elevado grau de diversificação relativamente às estruturas produtivas industriais com que contavam as demais economias regionais brasileiras. A este respeito, do exame da Tabela II.7, sobressaem duas importantes observações. A primeira diz respeito ao fato de que já naqueles anos a economia regional de São Paulo levava a cabo mais da metade da produção industrial brasileira do grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável. A segunda observação mostra que, exceção feita ao Distrito Federal, em nenhuma outra unidade da Federação, a produção industrial do mesmo grupo chegava a 1/10 da verificada em São Paulo. Com a concentração em São Paulo das inversões realizadas durante a década de vinte nos segmentos de meios de produção, as diferenças existentes entre a economia regional paulista e as demais economias regionais brasileiras no que se refere à diversificação e ao grau de integração de suas estruturas produtivas devem ter aumentado significativamente.

Das observações até aqui realizadas neste item se pode extrair uma importante conclusão acerca do desenvolvimento das diversas economias regionais brasileiras do final dos anos vinte. Esta conclusão é a de que somente na economia regional de São Paulo, a acumulação de capital já era avançada o suficiente para viabilizar uma estrutura produtiva com um grau de integração capaz de produzir significativa estimulação departamental a nível regional. Nas demais economias regionais do País, a exigüidade do

desenvolvimento capitalista impunha uma estrutura produtiva muito pouco integrada. Em outras palavras, nestas economias regionais, a indústria instalada concentrava-se em alguns bens de consumo cuja produção, em sua maior parte, não era mais do que mera extensão de suas atividades primárias.

É preciso ter claro contudo que a singularidade do desenvolvimento da estrutura produtiva de São Paulo no que se refere ao seu grau de integração no início da década de 1930 se impunha apesar avanço da acumulação de capital que então vigia na economia regional formada pelo Distrito Federal e o Rio de Janeiro.

Foi nesta economia regional, especialmente no Distrito Federal, que a acumulação capitalista no Brasil mais avançou até o final do século XIX. Tal avanço da acumulação viabilizou-se pelo comércio de exportação e importação levado a cabo pelo Porto do Rio de Janeiro correspondente às atividade de mineração no século XVIII e da cafeicultura no século XIX. Além disto, por sediar o Governo Central, o Distrito Federal se beneficiava com importante parcela do gasto público.

Ao avanço da acumulação de capital correspondia a estrutura produtiva de maior porte e diversificação da economia brasileira de então: a aglomeração urbana na capital federal constituía o mais volumoso mercado regional do País e significava abundante oferta de força de

trabalho;<sup>70</sup> a viação férrea era das mais extensas do Brasil e, mais do que isto, interligava-se com as existentes em São Paulo e em Minas Gerais;<sup>71</sup> e, em conjunto, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro se utilizavam de quase metade da energia elétrica destinada a estabelecimentos industriais, denotando o avanço em que se encontrava o segmento energético daquela economia regional.<sup>88</sup>

No que se refere aos investimentos industriais, em 1907, a Guanabara detinha quase 3/5 do capital industrial instalado no Brasil (CANO, 1977, p.245). Ainda em 1919, a indústria no Distrito Federal e no Rio de Janeiro empreendia uma produção equivalente a 85% à de São Paulo. Já a atividade produtiva de seus ramos industriais predominantemente produtores de bens de capital e de consumo

---

<sup>70</sup> Em 1890, o Distrito Federal contava com uma população de mais de 522 mil pessoas, sendo que lhe seguiam em dimensão populacional as cidades de Salvador, com 205 mil habitantes, do Recife, com 111 mil, e de São Paulo, com 64 mil. Em 1900, o Rio de Janeiro possuía um contingente populacional de 691 mil habitantes e já era secundado por São Paulo que quase atingia a população de quase 240 mil pessoas. Para 1920, estas cifras se elevavam para 1.157 mil e 579 mil pessoas respectivamente. Conforme Anuário Estatístico do Brasil (1936, p.46).

<sup>71</sup> No biênio 1883/1884, o Rio de Janeiro contava com a rede ferroviária em tráfego de maior extensão no Brasil. Entre este biênio e 1905, a viação férrea fluminense foi superada pela de São Paulo e de Minas Gerais; e, entre 1919 e 1936, foi ultrapassada em extensão pela ferrovia do Rio Grande do Sul. Contudo não se pode esquecer, como se disse, que o sistema ferroviário do Rio de Janeiro e do Distrito Federal estava interligado aos de São Paulo e de Minas Gerais. Conforme IBGE (1990, tab. 8.4., p.458). Esta interligação é ainda mais importante no caso de Minas Gerais na medida em que durante muitos anos o Porto do Rio de Janeiro serviu de principal escoadouro para os produtos mineiros.

<sup>88</sup> Ver nota 7.

durável correspondia a 2/3 da verificada no congênere bandeirante.<sup>91</sup>

Não obstante, a economia regional formada pelo Distrito Federal e pelo Rio de Janeiro, desde a sexta década do século XIX, foi envolvida por um persistente processo de atrofia relativa que reduzia a velocidade de expansão de suas fontes de acumulação e de seus mercados (CAND, 1977, p.245).

A estagnação de suas fontes de acumulação se devia às próprias condições de operação da economia escravista que caracterizaram aquela economia regional até o final da década de 1880. Estas condições - além de resultarem no uso predatório da terra - de um lado, impediam um maior desenvolvimento da produção agrícola destinada à reprodução da força de trabalho e, de outro, obrigavam a que parte substancial do excedente econômico fosse acumulado sob a forma escravos. A necessidade de importação de meios de subsistência e de acumulação na compra de escravos diminuía, relativamente à cafeicultura do oeste paulista - predominantemente embasada na parceria, no colonato e no assalariamento -, os fundos disponíveis para as inversões redutoras de custo da própria economia cafeeira ou para a diversificação da estrutura produtiva no sentido de absorver progressivamente os ramos industriais.

Já o mercado regional - per se proporcionalmente reduzido dadas as relações de produção dominantes - contava

<sup>91</sup> Ver Tabela II.7.

com reduzida velocidade de crescimento em função da própria estagnação das fontes de acumulação aludida no parágrafo anterior. Além disto, o intenso movimento de crescimento e de diversificação indústria paulista deslocava, progressivamente, a indústria do Distrito Federal do importante mercado de São Paulo.

Assim, desde a sexta década do século XIX, na economia regional do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, impunha-se, em função dos próprios limites da economia escravista, uma duradoura tendência à desaceleração do processo de acumulação de capital. Mais do que isto, esta tendência à desaceleração tornou vagarosa e, mesmo, problemática a generalização das relações de assalariamento, dificultando, com isto, a superação dos problemas com os quais se defrontava aquela economia regional.

Desta forma, enquanto na economia regional do Distrito Federal e do Rio de Janeiro a acumulação tendia à estagnação, acelerava-se na de São Paulo. Em vista disto, a primeira destas economias regionais foi ultrapassada pela segunda no que diz respeito ao montante e à diversificação do processo de acumulação de capitalista que empreendiam. Por esta razão, em 1919, a indústria em São Paulo, com larga vantagem, superava, em dimensão e diversificação, à situada no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Ainda mais importante, é o fato de o Distrito Federal não ter sido capaz - apesar do avanço da acumulação de capital com que contava - de acompanhar a economia regional de São Paulo no

que se refere à onda de inversões em bens de produção que nela teve lugar no decorrer dos anos vinte.<sup>92</sup>

Pela insuficiência no que se refere à implantação dos segmentos produtores de meios de produção, a estrutura produtiva da economia regional do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, ainda que de porte muito maior que as restantes economias regionais brasileiras que não a de São Paulo, manteve restrito seu grau de integração. Por isto, era incapaz de, já na década de trinta, justificar o estabelecimento de relações departamentais em proporção semelhante ao que era possível em São Paulo.

Pode-se agora encaminhar as conclusões a respeito da posição cêntrica ou periférica que assumiram as diversas economias regionais brasileiras no transcurso da industrialização restringida. Estas conclusões se embasam na argumentação até aqui exposta neste trabalho. Os principais pontos da referida argumentação, por motivo de clareza, são a seguir recuperados resumidamente.

Viu-se em "O Significado do Processo de Periferização Intranacional" (subitem 1.1.2.2) que as

---

<sup>92</sup> Infelizmente, não havendo censo industrial para o ano de 1930, não se dispõe de informações estatísticas que permitam aferir a perda na década de 1920 da importância da produção dos ramos industriais do Distrito Federal e do Rio de Janeiro predominantemente produtores de bens de capital e de consumo durável frente aos seus congêneres paulistas. Ainda assim se pode deduzir da Tabela II.7 que a proporção entre a produção destes mesmos ramos estabelecidos no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, de um lado, e de São Paulo, de outro, foi de 66,6% em 1919 e 27,0 % em 1940. Esta redução deve ter acontecido em boa medida no decorrer da primeira até 1930.

economias regionais cêntricas diferenciam-se das periféricas principalmente pelo elevado grau de integração que o desenvolvimento capitalista regional confere às suas estruturas produtivas. Apoiadas em aparatos produtivos portadores de elevado grau de integração, as economias regionais cêntricas são capazes de originar movimentos de expansão (ou de retração) relativamente autônomos que, englobando as economias regionais periféricas, constituem a outra face da dinâmica departamental a nível nacional: em tal movimento expansivo, as economias regionais cêntricas e periféricas empreendem um crescente volume de trocas que tomam a forma de mercados e suprimentos inter-regionais cada vez maiores e mais diversificados. Nestas trocas, as economias regionais cêntricas concentram-se na oferta de bens manufaturados, especialmente aqueles cuja produção é mais exigente de tecnologia e capital. Por sua vez, as economias regionais periféricas vendem sobretudo produtos primários ou industriais cuja elaboração se dê através de processos de produção pouco complexos, geralmente destinados à reprodução da força de trabalho ou a servir de matérias primas nos estabelecimentos industriais.

Já o capítulo segundo introduz na análise as especificidades da industrialização restringida brasileira. Em primeiro lugar para assumir como verdadeiras e importantes para esta dissertação as proposições segundo as quais, a partir de 1930, se impôs no Brasil um particular processo de acumulação de capital a nível nacional, a

industrialização restringida. Este processo, de acordo com as mesmas proposições, apoiava-se numa estrutura produtiva que, embora tivesse atingido importante grau de diversificação, não havia ainda internalizado a produção de bens pesados de produção. Das características da estrutura produtiva, das restrições ao comércio internacional e da política econômica então vigentes, derivava uma específica dinâmica departamental cuja liderança localizava-se no departamento produtor de bens não duráveis de consumo, especialmente em seus ramos industriais.

Em segundo lugar, a introdução das especificidades da industrialização restringida teve por finalidade destacar que, ao início dos anos trinta, somente uma economia regional brasileira, a de São Paulo, dispunha de uma estrutura produtiva significativamente integrada a ponto de viabilizar, através das relações departamentais, a produção de parte importante dos meios produção necessários à expansão capitalista.

Se é verdade como se viu na primeira seção deste capítulo que a estimulação departamental para a expansão do produto social na industrialização restringida provinha da liderança do departamento produtor de bens de consumo não duráveis, também é verdade que esta estimulação não poderia subsistir sem que os demais segmentos produtivos - especialmente os de meios de produção - estivessem minimamente representados na estrutura produtiva. Na ausência destes segmentos, a expansão do produto social se

depararia com dificuldades intransponíveis referentes ao suprimento dos meios materiais e aos mercados a ela necessários. Neste sentido, se argumentou que a industrialização só pôde se impor na medida em que a diversificação do aparato produtivo nacional absorveu parcela significativa da produção de meios de produção.

Isto permite concluir que, se os segmentos que produzem tais meios instalaram-se preponderantemente em São Paulo, a estimulação departamental implícita na industrialização restringida necessariamente teria uma origem concentrada naquela economia regional. Por isto, durante a depressão iniciada em 1929, em São Paulo, diferentemente do que nas demais economias regionais, houve a possibilidade material de responder positivamente à política econômica, expandindo e diversificando ainda mais a sua estrutura produtiva.

À expansão e à diversificação da estrutura produtiva de São Paulo, correspondia um firme movimento de integração do mercado das diversas economias regionais brasileiras - até então só tenuemente vinculadas umas às outras -, em um único mercado nacional. De um lado, isto ocorria porque os mercados das demais economias regionais constituíam possibilidades adicionais de realização do produto potencial que correspondia à crescente capacidade produtiva bandeirante. Em conseqüência, como se pode verificar na Tabela II.8, no período em que vigorou a industrialização restringida, as vendas de São Paulo a

outras economias regionais cresceram firmemente, se bem que a taxas que não eram muito elevadas. De outro lado, a integração do mercado nacional se impunha porque os impulsos dinâmicos derivados da expansão da produção em São Paulo tenderam a extrapolar o espaço de sua origem concentrada, espraiando-se por todo o território nacional, sob a forma de mercados em expansão para produtos cuja produção era factível nas demais economias regionais brasileiras. O atendimento a estes mercados também se expressa na Tabela II.8, através das taxas de crescimento do volume das aquisições feitas por São Paulo a esta outras economias regionais.

Desta forma, pode-se descrever esquematicamente o conjunto de relações através das quais se impunha a periferização intranacional durante a industrialização restringida. Constituindo a única economia regional cujo desenvolvimento capitalista desembocara em significativo grau de diversificação, São Paulo também era peculiar no que se refere à capacidade de auto-estimular-se para o crescimento a partir da política econômica e das restrições ao comércio internacional então vigentes.<sup>63</sup> Por isto pode,

<sup>63</sup> O que segue nesta nota de rodapé - mesmo que já tenha ficado claro para o leitor - é de fundamental importância para evitar uma leitura equivocada do presente texto. O termo "auto-estimulação" é pertinente ao conceito de periferização intranacional e, portanto, necessariamente, vinculado às noções de dinâmica interdepartamental e de processo de reprodução do capital a nível nacional. A unidade da reprodução capitalista, na forma conceituada neste trabalho, é sempre nacional e nunca regional. A reprodução capitalista regional não constitui unidade e não contém lógica própria de expansão, trate-se de economia

TABELA 11-8  
INDICADORES DA EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL E DO PRODUTO INDUSTRIAL NO BRASIL: 1939-1968.

PERÍODO	IMPORTAÇÕES DE SÃO PAULO A OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO				IMPORTAÇÕES DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO A SÃO PAULO				CRESCIMENTO DO PRODUTO INDUSTRIAL	
	TOTAL	GENÉROS ALIMEN- TÍCIOS	MATERIAS PRIMAS	MANUFA- TURADOS	TOTAL	GENÉROS ALIMEN- TÍCIOS	MATERIAS- PRIMAS	MANUFA- TURADOS	EM SÃO PAULO	NAS DEMAIS REGIÕES
A) COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS										
1939	100,0	53,4	27,3	19,3	100,0	18,0	10,4	71,6	-	-
1951	100,0	35,0	55,0	10,0	100,0	17,0	12,0	71,0	-	-
1968	100,0	...	...	...	100,0	11,3	5,1	83,6	-	-
B) TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS E DO PRODUTO INDUSTRIAL										
1950/1939	9,4	5,2	16,5	3,0	4,5	4,0	5,9	4,4	9,8	6,2
1955/1939	7,0	4,2	11,8	2,7	3,6	3,3	4,6	3,6	...	...
1968/1950	6,1	...	...	...	10,8	8,3	5,7	11,8	9,2	7,2
1968/1955	7,6	...	...	...	14,5	11,0	7,2	16,0	...	...
1968/1939	7,4	...	...	...	8,4	6,7	5,8	9,0	9,4	6,9
C) ÍNDICES DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS E DO PRODUTO INDUSTRIAL										
1950/1939	267,6	175,4	539,0	138,6	162,6	153,6	187,6	161,3	281,0	197,0
1955/1939	294,3	192,9	592,8	152,5	177,2	167,3	204,4	175,7	...	...
1968/1950	292,6	...	...	...	536,0	422,7	270,3	748,8	492,6	353,5
1968/1955	266,0	...	...	...	583,7	388,0	248,1	687,3	...	...
1968/1939	782,9	...	...	...	1034,2	649,3	507,2	1207,6	1384,2	696,3
D) EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE SÃO PAULO E DE OUTROS ESTADOS FRENTE AO RESPECTIVO PRODUTO INDUSTRIAL (1939=100)										
1950/1939	95,2	62,4	191,8	49,3	82,6	78,0	95,3	81,9	-	-
1955/1939	...	...	...	...	...	...	...	...	-	-
1968/1950	59,4	...	...	...	179,9	119,6	76,5	211,8	-	-
1968/1955	...	...	...	...	...	...	...	...	-	-
1968/1939	56,6	...	...	...	148,5	93,3	72,8	173,4	-	-

FONTES DOS DADOS BRUTOS: a) CANO Wilson (1977). Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz. p.266-269, tab. 34,35 e 37 (Apendice Estatístico) para o valor nominal das importações e para a sua distribuição entre os agrupamentos de bens em destaque.

b) CANO Wilson (1985). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/YPEA. p.85, tab.3. para as taxas de crescimento do produto industrial.

c) IBGE (1990) Estatísticas históricas do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro. p.118, tab. 4.15; p.177, p.5.2.

NOTAS: a) Os coeficientes de distribuição percentual das importações utilizados para o cálculo do volume das importações segundo o agrupamento dos bens em 1950 e 1955 corresponde a proporção que cada um dos agrupamentos atingiu em 1951. b) Os dados relativos as taxas crescimento industrial dos períodos de 1950/1939, 1968/1950 e 1968/1939 (inseridos em B) na verdade se referem, respectivamente, as taxas dos períodos de 1949/1939, 1970/1949 e 1970/1939. Já os índices do produto industrial correspondentes (incluídos em C), foram obtidos por interpolação.

nos anos que se seguiram a 1929, dar continuidade ao seu processo expansivo. Este processo expansivo derivou na integração do mercado nacional, seja porque era crescente a necessidade sentida em São Paulo de encontrar mercados para seu potencial produtivo cada vez maior, seja porque este mesmo processo induzia ao crescimento das importações inter-regionais realizadas pela economia paulista. Finalmente, o crescimento das importações inter-regionais de São Paulo ia substituindo paulatinamente nas demais economias regionais - incapacitadas que eram para viabilizar um crescimento qualitativamente similar ao que ocorria na economia paulista - a impulsão derivada das vendas realizadas ao exterior. Com isto, após 1930, progressivamente, estas economias regionais tiveram sua expansão derivada do crescimento econômico vigente em São Paulo.

Assim, dada a diferenciação material propiciada pelo desenvolvimento capitalista nas diversas economias regionais no Brasil, a industrialização restringida brasileira, desde cedo, constituiu um quadro bem definido:

---

regional cêntrica ou periférica. Isto foi explicitado com clareza no primeiro capítulo. Desta forma, não há espaço para interpretar "auto-estimulação" como um termo que pretenda apontar auto-suficiência em qualquer economia regional, inclusive as integrantes do centro dinâmico do movimento de acumulação de capital. Nem auto-suficiência, nem esmaecimento do caráter nacional da reprodução capitalista no Brasil. Muito menos dinâmica departamental vigendo nacionalmente. Com "auto-estimulação" se quer referir simplesmente à capacidade de que dispõem as economias regionais possuidoras de estruturas produtivas muito integradas no sentido de concentrar os estímulos que dão base à dinâmica departamental que move a economia nacional, constituindo assim o seu centro dinâmico.

de um lado, uma única economia regional, a de São Paulo, com base no porte e na diversificação de sua estrutura produtiva alcançados no período anterior a 1930, assumiu o papel de centro dinâmico da acumulação de capital no País; de outro, às demais economias regionais, estruturalmente pouco diversificadas, coube o papel de integrar a periferia nacional,<sup>84</sup> cujo crescimento passou a estar progressivamente subordinado ao do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.<sup>85</sup>

Antes de encerrar este item convém ainda precisar o papel que, entre 1930 e 1955, desempenharam as exportações das economias regionais periféricas brasileiras dirigidas para o mercado internacional enquanto item da demanda efetiva destas mesmas economias. Como se pode observar na Tabela II.9, ainda no decorrer da década de 1930, das exportações totais realizadas pelo conjunto das economias

---

<sup>84</sup> " [A integração do mercado nacional no Brasil é] (...) reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do País, aumentam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão se constituindo cada vez mais de matérias primas e gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio típica de "centro-periferia". (CANO, 1977, p.235).

<sup>85</sup> "(...) seria a região de São Paulo a que poderia efetivamente **conduzir** **dominantemente** o novo padrão de acumulação e integrar o mercado nacional sob sua determinação econômica. Melhor esclarecendo, o novo padrão de acumulação de capital seria dominado pelo capital industrial e este, majoritariamente estava sediado em São Paulo; era ali onde se encontravam seus maiores interesses, seu maior mercado, sua maior capacidade de articulação intersetorial, seus maiores ganhos de escala, suas maiores economias externas, o mais bem constituído mercado de trabalho. (CANO, 1985, p. 187) (grifos meus)

regionais periféricas, aproximadamente 7/10 eram dirigidos para o mercado internacional, absorvendo a economia regional de São Paulo os 3/10 restantes.<sup>84</sup> Por isto, é inegável que, durante a industrialização restringida, o comércio internacional continuou se consubstanciando em destacado item da demanda efetiva das economias regionais periféricas brasileiras. Não obstante, o poder de indução ao crescimento que o comércio internacional propiciava para estas economias não deve ter se configurado muito intenso. Isto pela simples razão de que, durante a industrialização restringida, as exportações da periferia nacional para o exterior cresciam lentamente (2,7% a.a.). No mesmo período, as importações do centro dinâmico à periferia nacional, não obstante seu menor volume, cresciam com grande rapidez (7,0% a.a. entre 1937 e 1955), promovendo na mesma periferia a aceleração do crescimento econômico. Em vista da maior aceleração das exportações periféricas dirigidas para o centro dinâmico, estas, já no início da década de quarenta, assumiam uma dimensão que se equiparava ao volume das vendas destinadas ao exterior.

Deste modo, deve-se reconhecer como regra geral que as exportações para o mercado internacional contribuíram para a manutenção e, mesmo, para a expansão do nível da atividade econômica periférica no decorrer da

---

<sup>84</sup> Deve-se levar em conta que a Tabela II.9 toma as economias regionais periféricas em seu conjunto. Ao fazê-lo, não considera o comércio entre as economias regionais que compõem o mesmo conjunto.

TABELA II.9

DISTRIBUIÇÃO, ÍNDICES DE EVOLUÇÃO E TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO REAIS DAS EXPORTAÇÕES REALIZADAS PELO CONJUNTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PERIFÉRICAS BRASILEIRAS PARA O EXTERIOR E PARA SÃO PAULO ENTRE 1928 E 1955

PERÍODO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDO O DESTINO			ÍNDICES DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO O DESTINO			TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES COM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR APONTADO		
	PARA O EXTERIOR	PARA SÃO PAULO	TOTAL	PARA O EXTERIOR	PARA SÃO PAULO	TOTAL	PARA O EXTERIOR	PARA SÃO PAULO	TOTAL
1928	...	...	...	86,3	...	...	...	...	...
1930	...	...	...	82,0	...	...	-3,3	...	...
1935	...	...	...	86,3	...	...	6,8	...	...
1937	69,6	30,4	100,0	100,0	100,0	100,0	7,7	...	...
1939	65,0	35,0	100,0	93,3	114,7	99,8	-3,4	7,1	-0,1
1942	56,4	43,6	100,0	115,6	204,7	142,7	7,4	21,3	12,7
1943	52,0	48,0	100,0	110,3	232,7	147,5	-4,6	13,7	3,4
1947	53,7	46,3	100,0	130,7	273,8	179,8	5,9	4,2	5,1
1948	42,9	57,1	100,0	135,2	411,5	219,3	-2,5	50,3	22,0
1950	49,7	50,3	100,0	132,6	307,4	185,8	-1,0	-13,6	-8,0
1952	46,6	53,4	100,0	113,2	296,9	169,1	-7,6	-1,7	-4,6
1955	52,1	47,9	100,0	160,7	337,9	214,6	12,4	4,4	8,3
1928/55	...	...	...	242,3	...	...	3,3	...	...
1937/55	...	...	...	160,7	337,9	214,6	2,7	7,0	4,3

FONTE: CAND. Wilson(1977). Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiros.

ABREU, Marcelo(1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.

Os valores nominais relativos as exportações das regiões periféricas brasileiras para São Paulo foram obtidos em Cano(1977), Anexo Estatístico, t.34. Os dados foram deflacionados pelo Deflator Implícito das Exportações publicados em Aneu(1989) Anexo Estatístico, p. 387 a 414.

NOTA:

(...) - Valores desconhecidos

industrialização restringida brasileira. Não obstante, é indiscutível que, pela velocidade de seu crescimento, as vendas para a economia regional de São Paulo tornaram-se progressivamente mais importantes enquanto fator de determinação da demanda efetiva na periferia nacional.

#### 2.2.2 - A Integração do Mercado Brasileiro e o Processo de Periferização Intranacional na Industrialização Restringida

O objetivo do presente item é o dar continuidade à caracterização iniciada no item anterior a respeito do processo de periferização intranacional vigente no Brasil entre 1930 e 1955.

No primeiro dos dois itens, a caracterização pretendida consistiu em explicitar e justificar o lugar que coube às diversas economias regionais brasileiras no contexto das relações centro/periferia inseridas na industrialização restringida.

Já neste item, o trabalho de caracterização se consubstanciará numa descrição dos traços peculiares assumidos pelo referido processo de periferização em função das especificidades da integração do mercado brasileiro realizada nas condições que se impunham durante a industrialização restringida. Por sua vez, para descrever as

especificidades da integração do mercado nacional, será examinada a evolução do comércio entre o centro dinâmico e a periferia da economia brasileira, envolvendo três agrupamentos distintos de mercadorias: os gêneros alimentícios, as matérias primas e os produtos manufaturados.

Para tornar mais clara a exposição a ser levada a cabo neste item pode-se, de antemão, explicitar esquematicamente a cadeia de relações nela contida. Esta cadeia contém dois elos. O primeiro é o que vincula as características da industrialização restringida à especificidade da integração que unificou o mercado brasileiro no período posterior a 1930: a integração promovida por um importante crescimento do comércio inter-regional no qual as vendas da periferia para o centro dinâmico, concentrando-se em produtos de origem agropecuária, expandiam-se mais rapidamente do que no sentido inverso. O segundo elo liga a integração assim especificada às características assumidas pelo processo de periferização intranacional: uma periferização que - ao privilegiar o comércio de produtos de origem primária da periferia para o centro dinâmico em detrimento das transações que se realizavam no sentido contrário - contribuía para a estimulação das economias regionais periféricas e para complementação dos suprimentos de tais

produtos no centro dinâmico da acumulação de capital no Brasil.

É importante destacar também que, como será visto na próxima seção, a dita periferização - ao prover demanda efetiva para os produtos de origem primária das economias regionais periféricas sem, ao mesmo tempo, impor nos mercados de produtos industriais destas economias uma concorrência muito acirrada - exerceu papel fundamental no estabelecimento das peculiaridades do processo de expansão industrial periférico brasileiro entre 1930 e 1955.

Aborde-se inicialmente o primeiro elo da referida cadeia de relações, aquele que vincula às características da industrialização restringida à especificidade da integração do mercado brasileiro.

Para explicitar o conteúdo deste vínculo, é necessário mostrar porque a integração do mercado brasileiro durante a industrialização restringida se assentou mais sobre o comércio de produtos de origem agropecuária em vez de apoiar-se prioritariamente sobre a venda de produtos industriais. As razões da mais intensa aceleração do comércio inter-regional com produtos de origem primária relativamente aos produtos manufaturados consubstanciam boa parte da explicação para que as operações de vendas contidas neste comércio tenham se expandido mais rapidamente da periferia para o centro dinâmico do que no sentido inverso.

Como se viu anteriormente, a dinâmica interdepartamental da industrialização restringida prevalecente até meados da década de cinquenta encontrava seus limites na incapacidade de desdobrar-se na dinâmica que daria suporte à industrialização pesada. Na medida em que, por essa razão, não se podia contar com a grande empresa produtora de meios de produção de uso generalizado - tais como o aço, os combustíveis, e os equipamentos mecânicos e elétricos - mantinha-se o avanço da acumulação capitalista no Brasil dependente do poder aquisitivo externo com que então contava o País. Este poder contudo era muito restrito, especialmente durante os anos trinta e a maior parte dos quarenta.

Desta forma, diante da possibilidade de expandir a demanda interna a partir da dinâmica departamental discutida na primeira seção deste capítulo, deparava-se a economia brasileira com uma elasticidade muito reduzida de sua capacidade produtiva industrial. O resultado era a dificuldade generalizada para atender a demanda corrente mesmo que com super-utilização do equipamento industrial em operação.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> "(...) o crescimento da produção, em alguns setores industriais, foi feito sem o necessário aperfeiçoamento técnico e à custa da sobreutilização da capacidade instalada. A indústria têxtil, em particular, passou a operar em dois e três turnos diários, chegando a produzir em 1936, 914,5 milhões de metros de algodão, ou seja, um acréscimo de 54% em relação a 1927, com o mesmo número de teares e fusos existentes nesse ano. Daí ter a indústria têxtil chegado a 1939 tecnicamente atrasada (a importação de modernos teares era proibida, e a indústria nacional

Neste contexto de expansão da demanda e elasticidade reduzida da oferta, a concorrência entre os capitais industriais só parcialmente impunha seus efeitos. Isto era especialmente verdadeiro para o caso da competição entre empresas industriais localizadas em diferentes economias regionais. Em tais casos, na verdade, os efeitos da concorrência eram ainda mais restritos. A restrição adicional se impunha, de um lado, pelos custos correspondentes à movimentação das mercadorias entre as diversas economias regionais e, de outro, pelo ônus que representavam os impostos incidentes sobre o comércio interestadual, os quais vigoraram até o final dos anos trinta.<sup>88</sup>

Assim, a elevada utilização da capacidade instalada característica da industrialização restringida reduzia em muito a força da concorrência entre os capitais industriais das diferentes economias regionais, força esta que se via ainda mais diminuída pelos custos de movimentação

---

produzia, em escala reduzida, apenas os teares tradicionais e semi-automáticos) e, o que é mais grave, com a maior parte de seu equipamento bastante desgastada." (ABREU, apud AURELIANO, 1981, p. 131)".

<sup>88</sup> "Uma (...) barreira, institucional, era representada pela existência de impostos interestaduais que incidiam sobre o comércio de mercadorias entre os Estados." (CANO, 1985, p. 187)

"Dado que esses impostos constituíam importante parcela de arrecadação fiscal de vários estados, é compreensível que tenham permanecido em vigor até o final da década de 1930. Foram finalmente extintos a partir do exercício de 1938, com redução gradativa anual, tendo seu completo término em 1943." (CANO, 1985, p. 188)

das mercadorias transacionadas e pelos impostos interestaduais.

A reduzida força da concorrência inter-regional durante a industrialização restringida entre os capitais integrantes dos segmentos produtores de bens industriais se expressa na pequena velocidade de expansão do comércio então realizado com os mesmos bens entre o centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional e as economias regionais periféricas. Como se pode ver na Tabela II.8, durante a industrialização restringida - ou, pelo menos, no período da mesma para o qual se dispõe de informação - o comércio inter-regional com bens manufaturados entre o centro dinâmico e a periferia da economia nacional expandia-se, em ambos os sentidos, a taxas bastante reduzidas em relação ao produto industrial.

Coerentemente com isto, entre 1939 e 1950, são cadentes os índices que relacionam o valor das aquisições das economias regionais periféricas de bens manufaturados em São Paulo ao produto industrial destas mesmas economias regionais. O mesmo se verifica quando os referidos índices dizem respeito às aquisições paulistas de bens manufaturados na periferia nacional. Isto atesta o fato de que, durante a industrialização restringida, tanto no mercado do centro dinâmico como nos da na periferia nacional, era cada vez menor a participação de bens manufaturados produzidos em outras regiões ou, dito de outra maneira, que ocorria um

abrandamento da concorrência inter-regional no que se refere aos produtos industriais.

Deve-se destacar que, para as finalidades deste trabalho, é de especial interesse o fato de que as exportações paulistas de produtos industriais para a periferia nacional tenham se expandido a lentamente. Este fato corrobora a tese de que nem a economia regional de São Paulo, apesar da maior integração de seu aparato produtivo, dispunha então de uma elasticidade de sua capacidade instalada que lhe permitisse concorrer mais decisivamente no mercado nacional.

Ao se observar os dados da Tabela II.8 para o período posterior a 1955, evidencia-se, por oposição ao ocorrido no período anterior, a veracidade da proposição segundo a qual era restrita a força da concorrência inter-regional imposta pelos capitais sediados em São Paulo no mercado brasileiro de produtos manufaturados durante a industrialização restringida. Na referida tabela se vê que, a partir de 1955, as vendas paulistas de bens manufaturados para a periferia nacional passam a se expandir com grande rapidez, ultrapassando de longe a aceleração do produto industrial em todo País. Por isto, entre 1955 e 1968, quase triplicou o quociente percentual entre o valor dos produtos manufaturados em São Paulo adquiridos pela periferia nacional e o produto industrial desta mesma periferia,

indicando o intenso fortalecimento da capacidade competitiva dos produtos industriais paulistas no mercado brasileiro.

O fortalecimento da capacidade competitiva inter-regional da indústria paulista se deveu a duas razões. A primeira foi a modernização da indústria brasileira produtora de bens não duráveis de consumo, a qual ocorreu nos primeiros anos da década de cinquenta<sup>89</sup> de forma concentrada em São Paulo.<sup>90</sup> A modernização em questão se viabilizou pela retomada das importações brasileiras de bens de capital após o longo período de restrições ao fornecimento externo que vigorou desde o início dos anos trinta. Esta retomada, por sua vez, ocorreu em função de uma circunstância especial no contexto da industrialização restringida: o abrandamento da política de concessão de licenças para importação em um período em que era elevado o nível de valorização da moeda brasileira<sup>91</sup> e em que, dada a Guerra da Coreia, se generalizavam temores de um acirramento das dificuldades do abastecimento externo, similarmente ao que ocorrera durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>92</sup>

---

<sup>89</sup> A Tabela II.8 permite concluir que a expansão das exportações paulistas de produtos manufaturados para o conjunto das economias regionais periféricas foi muito lenta entre 1950 e 1955 (1,7% a.a.). Isto sugere que a modernização dos ramos produtores de bens não duráveis de consumo só maturou e ganhou expressão no comércio inter-regional brasileiro no período posterior a 1955.

<sup>90</sup> Conforme Cano (1985; 1988, p.12).

<sup>91</sup> Ver, a respeito da elevada valorização cambial do início da década de cinquenta, a exposição da política econômica apresentada no item 2.1.2 deste trabalho.

<sup>92</sup> Conforme Vianna (1989, p. 125).

A segunda razão, ainda mais importante que a primeira, foi a implantação entre 1956 e 1961, também concentrada na economia regional de São Paulo, dos ramos industriais que permitiram a superação da industrialização restringida no Brasil e a passagem à industrialização pesada, com a internalização da produção de equipamentos pesados nos segmentos de material de transportes, de material elétrico e da metal-mecânica.<sup>73</sup>

Com a concentração em São Paulo dos investimentos referidos no parágrafo anterior, a indústria da economia regional paulista, não só se tornou mais eficiente e integrada relativamente ao aparato produtivo existente na periferia mas, também, superou a incapacidade para expandir sua estrutura produtiva mais rapidamente que seu mercado e, por isto, suplantou os limites que lhe impediam de competir efetivamente em todo o mercado nacional. O resultado foi a aludida aceleração das exportações inter-regionais paulistas de produtos manufaturados com a qual se concluiu a integração do mercado nacional destes produtos. Frise-se, contudo, que a mais efetiva integração do mercado industrial brasileiro só foi possível após a modernização dos segmentos produtores de bens não duráveis de consumo e, principalmente, depois da internalização da produção pesada no País.

---

<sup>73</sup> Conforme Mello (1984, p.117 e 118) e Tavares (1986, p.119).

Assim, pode-se dizer que, dados os limites da industrialização restringida, até meados da década de cinquenta se impôs no Brasil uma reduzida elasticidade da capacidade produtiva industrial. Esta reduzida elasticidade mantinha, em um nível pouco intenso, a concorrência entre os capitais componentes da indústria das diferentes economias regionais brasileiras, inclusive os sediados em São Paulo. Desta forma, o avanço da integração do mercado nacional, até aproximadamente 1955, se fez com um reduzido crescimento do comércio inter-regional de produtos manufaturados.

Bem outra, no entanto, era a situação dos mercados de produtos agropecuários e, mesmo, de alguns produtos industriais de origem primária cujos processos de transformação fossem muito simples.

Diferentemente do caso dos produtos industriais em que prevalecia a reduzida elasticidade da capacidade produtiva, o acréscimo da produção agropecuária supunha absorção adicional quase exclusiva de terra e força de trabalho, recursos que, na maioria dos casos, eram abundantes no centro dinâmico e nas economias regionais periféricas mais desenvolvidas. Neste sentido, o potencial produtivo de mercadorias de origem agropecuária era consideravelmente elástico. Por isto, o comércio inter-regional com as mesmas mercadorias podia evoluir de acordo com o dinamismo do mercado das economias regionais importadoras, apesar dos custos adicionais relativos aos transportes dos produtos transacionados e aos impostos interestaduais.

As proposições descritas no parágrafo anterior também encontram correspondência nos dados da Tabela II.8. Nela se vê que, de uma maneira geral, o comércio de produtos com origem agropecuária - os gêneros alimentícios e as matérias primas -, se expandia mais rapidamente que as transações efetivadas com produtos manufaturados<sup>74</sup> cujo crescimento da produção era limitado pela inelasticidade da capacidade instalada dos estabelecimentos que os produziam. Além disto, verifica-se igualmente que as aquisições inter-regionais de gêneros alimentícios e de matérias eram acrescidas com menor velocidade no conjunto das economias regionais periféricas do que no centro dinâmico da acumulação de capital, onde o mercado regional se expandia com maior rapidez.

Um exame um pouco mais detido das condições que determinavam as necessidades paulistas de aquisições inter-regionais de produtos de origem agropecuária é importante para uma melhor compreensão do progresso da integração do mercado nacional dos mesmos produtos durante a industrialização restringida.

Já se disse no item anterior que, a partir da década de 1930, as diversas economias regionais brasileiras

---

<sup>74</sup> "As duas regiões [a de São Paulo e a do agregado Resto do Brasil], entre 1928 e 1950, triplicaram suas exportações inter-regionais, e o aprofundamento da industrialização, associados às restrições externas faz com que o comércio de gêneros alimentícios e de matérias primas cresça mais do que o de produtos industriais acabados, mostrando claramente o aumento do grau de interdependência e complementaridade entre as duas regiões". (CANO, 1985, p. 212)

periferizaram-se relativamente a de São Paulo, onde se concentravam os meios materiais necessários e a estimulação departamental implícita na industrialização restringida. Da concentração dos meios materiais e da estimulação departamental que ela viabilizava, resultava o particularmente vigoroso crescimento da economia regional paulista. A continuidade do crescimento econômico em São Paulo exigia matérias primas e alimentos em crescentes quantidade e diversidade, constituindo o mercado regional brasileiro para os produtos em questão que mais rapidamente se expandia.

Boa parte desses bens se originavam na própria economia regional de São Paulo, a qual, desde o início do século, processava vigorosa expansão e diversificação de suas atividades primárias. Contudo, a base de recursos naturais e o desenvolvimento da atividade agropecuária da economia paulista não poderiam viabilizar integralmente o suprimento dos alimentos e matérias primas na variedade e volume exigidos pelo processo de expansão capitalista que lá ocorria. A incapacidade da economia paulista para prover-se exclusivamente alimentos e matérias primas localmente produzidas constituiu a possibilidade de que muitos produtos de origem agropecuária oriundos das economias regionais periféricas encontrassem colocação no mercado do "pólo".<sup>78</sup>

<sup>78</sup> Dependendo da base de recursos naturais de cada região poderão ser produtos específicos como a lã, juta, carvão, babaçu, coco, borracha; em bruto ou transformados(...). Ainda poderão ser bens similares aos produzidos no "pólo", desde que a região disponha de melhor base de recursos naturais

Em função da particular rapidez da expansão capitalista em São Paulo e, conseqüentemente, do mercado que ela propiciava, as vendas de produtos de origem agropecuária efetivadas pelas economias regionais periféricas ao centro dinâmico cresciam intensamente. Em 1955, as aquisições paulistas de gêneros alimentícios na periferia foram quase o dobro das realizadas em 1939; no que se refere às matérias primas, a expansão foi muito mais rápida, tendo as compras da economia regional de São Paulo quase sextuplicado no mesmo período.

É claro que as vendas destes mesmos produtos de São Paulo para a periferia também se expandiram mas, dada a menor velocidade de expansão do mercado de consumo e, especialmente, do de matérias primas nas economias regionais periféricas, a aceleração do valor das transações foi

(por exemplo, a soja e o trigo do sul); menores custos de transportes(...), salários mais baixos não compensados por diferenciais regionais de produtividade ou ainda, por um processo artificial rebaixador de custos de inversão e/ou produção decorrente de uma política deliberada e incentivada industrialização regional, como seria mais tarde o caso do Nordeste e o do Norte". (CANO, 1985, p. p. 191 e 192) Contudo, mesmo antes de 1930, já ocorriam situações em que a expansão industrial em São Paulo estimulava a produção agropecuária das regiões periféricas. Este é o caso das importações de gado originadas de Minas Gerais e Mato Grosso para o abate nos frigoríficos instalados em São Paulo. Os três frigoríficos que lá funcionavam abateram 161.615 cabeças de gado em 1916. "Para abater nos matadouros frigoríficos, o Estado importou pelas fronteiras terrestres 150.020 bovinos em 1916(...). Tais informações permitem ajuizar da atual prosperidade da indústria pastoril de São Paulo que, embora não tenha rebanho numeroso, se está convertendo em centro de aproveitamento industrial de grandes estoques de bovinos de Mato Grosso e Minas Gerais." As informações e a citação se originam do artigo "Frigoríficos Paulistas", da "Revista do Comércio e Indústria" apud Pesavento (1980, p. 90 e 91).

bastante menor: no mesmo período, as aquisições da periferia à economia regional de São Paulo de gêneros alimentícios e matérias primas cresceram, respectivamente, algo em torno a 50% e 90%.

Assim, se pode concluir a respeito das características da integração do mercado nacional durante a industrialização restringida.

As exportações inter-regionais no sentido centro dinâmico/periferia cresciam lentamente. De um lado, tal lentidão era fruto da elevada utilização da capacidade produtiva industrial que se impunha, mesmo no centro dinâmico, durante a industrialização restringida brasileira. Em função desta elevada utilização da capacidade produtiva industrial, é natural que as transações com as mercadorias manufaturadas tenham se concentrado no âmbito regional em detrimento das vendas para outras economias regionais do País. De outro, a lentidão das exportações inter-regionais do centro dinâmico se devia ao reduzido crescimento do mercado periférico. Por isto, também no que se refere aos produtos de origem agropecuária, dos quais era elástica a capacidade produtiva, as vendas do centro dinâmico à periferia tinham pequena aceleração.

Já as vendas inter-regionais da periferia ao centro dinâmico cresciam mais celeremente. É claro que a maior celeridade não se devia a um maior potencial para exportar produtos industriais pois este era ainda menor na periferia. Contudo, os produtos de origem agropecuária -

especialmente as matérias primas - contando com um elástico potencial produtivo, podiam ser vendidos no centro dinâmico em quantidades rapidamente acrescidas em função da intensidade da acumulação que lá se processava.

Desta forma, se chega à conclusão adiantada ao início deste item, a de que a industrialização restringida operou uma específica integração do mercado nacional. A especificidade desta integração está em ela ter sido promovida através de um importante crescimento do comércio inter-regional no qual as vendas da periferia para o centro dinâmico, concentrando-se em produtos de origem agropecuária, expandiam-se mais rapidamente do que no sentido contrário.\*

Fica assim descrita a relação entre as características da industrialização restringida e a especificidade da integração do mercado nacional nos vinte e cinco anos posteriores a 1930. Esta relação consiste no primeiro elo da cadeia de relações contida na exposição que se empreende neste item relativamente à caracterização do processo de periferização intranacional vigente no Brasil naquele período. O segundo elo a ser descrito é o que aborda a relação entre a integração do mercado nacional que se acaba de caracterizar e as especificidades do processo de

\* "Nas primeiras etapas do processo de integração do mercado nacional ela ocorreu principalmente através da agricultura periférica - complementando as necessidades do pólo - e, à medida em que avançava a industrialização brasileira, atingiu também a esfera industrial do resto do País, tanto pelo fornecimento de insumos quanto pelo de alguns bens industriais". (CANO, 1981, p. 387).

periferização intranacional brasileiro no mesmo período. Ao se descrever esta relação se terá atingido o objetivo pretendido para este item.

Para tornar claro o sentido da descrição pretendida a respeito da relação entre as características da integração do mercado brasileiro entre 1930 e 1955 e o processo de periferização intranacional correspondente à industrialização restringida, convém recuperar resumidamente a conceituação apresentada no capítulo inicial relativamente ao significado geral do processo de periferização intranacional.

Viu-se no capítulo primeiro que, em termos gerais, o processo de periferização intranacional constitui a unidade do movimento nacional de acumulação de capital através da relação das partes que o compõem, as economias regionais cêntricas e as economias regionais periféricas.

Por meio desta relação, as economias regionais cêntricas - capacitadas que são para dar origem a significativa estimulação departamental e, assim, viabilizar o crescimento econômico regional relativamente autônomo - complementam o suprimento dos bens materiais produzidos por sua integrada estrutura produtiva com aquisições de mercadorias provindas da periferia, particularmente os gêneros alimentícios e as matérias primas. Além disto, adicionam, aos mercados gerados pelas trocas departamentais empreendidas no nível regional, as possibilidades de vendas que são oferecidas pela conquista do mercado periférico.

Já para as economias regionais periféricas, a mesma relação significa o provimento, através das vendas inter-regionais, da estimulação departamental que o reduzido grau de integração de suas estruturas produtivas não tem capacidade de justificar. Estimuladas por esta relação, as economias regionais periféricas empreendem uma expansão hierarquizada ao centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. Para viabilizar esta expansão, as economias regionais periféricas valem-se do centro dinâmico também para realizar a importação de grande quantidade e diversidade de meios materiais - em sua maioria meios de produção - que o aparato produtivo periférico não é capaz de produzir.

Ao abarcar a relação que reúne, de um lado, a expansão capitalista que tem lugar nas economias regionais que integram o centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional e, de outro, a que ocorre nas economias regionais periféricas, as relações centro/periferia ou o processo de periferização intranacional constituem a unidade da expansão capitalista a nível nacional.

O processo de periferização intranacional assim conceituado em termos gerais no primeiro capítulo assumiu no Brasil, entre 1930 e 1955, uma forma específica. Esta forma específica lhe era imposta pelas peculiaridades da industrialização restringida, através da particular integração do mercado nacional anteriormente descrita.

Como em todos os processos de periferização intranacional, o que teve lugar no Brasil entre 1930 e 1955 consubstanciava-se na unidade da relação entre o centro dinâmico e a periferia da economia nacional. No caso brasileiro de então, foi a economia regional de São Paulo que ocupou a posição de centro dinâmico do movimento de acumulação de capital a nível nacional, cabendo às demais economias regionais integrarem a periferia do mesmo movimento.

Na posição de centro dinâmico, a economia regional de São Paulo, como normalmente ocorre com as economias regionais que assumem esta posição, empreendia um movimento de expansão que era relativamente autônomo ao crescimento econômico que ocorria nas demais economias regionais brasileiras. Para empreender a expansão relativamente autônoma, realizava aquisições de produtos oriundos da periferia os quais, incluindo principalmente alimentos e matérias primas, viabilizavam a suplementação dos meios materiais necessários à continuidade do crescimento econômico no âmbito da economia regional paulista.

Já as economias regionais periféricas brasileiras, incapacitadas materialmente para embasarem sua expansão econômica em um processo de auto-estimulação departamental como o que ocorria em São Paulo, viabilizavam, direta ou indiretamente, a realização de grande parte de seu produto social através das importações inter-regionais realizadas

pelo centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.

Desta forma, o crescimento relativamente autônomo que, a partir da política econômica, se processava no centro dinâmico, supria-se de matérias primas e de alimentos oriundos da periferia nacional. Por suprir-se de mercadorias adquiridas nas economias regionais periféricas, isto é, por constituir mercados para estas economias, a expansão econômica do centro dinâmico acabava envolvendo-as em movimento que se tornava único para toda a economia nacional.

Contudo, até aí nada havia de específico no processo de periferização intranacional brasileiro do período 1930 a 1955. A especificidade do referido processo era verificável em, pelo menos, dois sentidos e decorria dos limites da industrialização restringida e do caráter particular que eles impunham à integração do mercado nacional de produtos industriais.

O primeiro sentido da especificidade do processo brasileiro de periferização intranacional no período em estudo é o que está referido à escassa concorrência então vigente no mercado brasileiro de produtos industriais. Foi visto ao início deste item que - em decorrência da grande dificuldade que havia no País durante a industrialização restringida para internalizar a produção pesada de meios de produção de uso generalizado - a economia brasileira deparava-se com uma elasticidade de sua capacidade produtiva

industrial que era muito reduzida diante da velocidade de expansão do mercado nacional para produtos manufaturados. Desta reduzida elasticidade da capacidade produtiva industrial frente ao mercado que lhe correspondia, resultava a super-utilização dos equipamentos em operação e impunha-se uma concorrência inter-regional muito restrita nos mercados de produtos manufaturados.

Como resultado da escassa concorrência inter-regional no mercado de produtos manufaturados, não se pode dizer que, durante a industrialização restringida, a indústria no Brasil se organizasse em ramos constituídos nacionalmente mas que, ao contrário, os mesmos, na maioria dos casos, tinham um forte caráter regional. Isto quer dizer que era principalmente do processo competitivo intra-regional que decorriam as imposições, vigentes em cada economia regional, determinantes do tamanho médio dos capitais, da produtividade do trabalho, da rentabilidade média, das taxas de expansão setoriais e etc... .

Esta situação de escassa concorrência, prevalecendo até meados da década de cinquenta, foi de grande importância para as indústrias das economias regionais periféricas brasileiras, já que as preservou de um enfrentamento mais incisivo com os capitais industriais da economia regional de São Paulo, portadores de maior capacidade competitiva. Aliás, esta foi a razão pela qual as indústrias das economias regionais periféricas não sofreram grandes percalços no seu enfrentamento com os capitais da

economia regional de São Paulo até aproximadamente 1955.™

Ao mesmo tempo em que permaneciam protegidas de uma concorrência mais intensa por parte dos capitais industriais do centro dinâmico, as indústrias das economias regionais periféricas brasileiras eram estimuladas pelo crescimento do mercado que as circundava. Este crescimento decorria do fluxo de mercadorias de origem agropecuária dirigidas não só para São Paulo, mas, também, conforme se mostrou ao final da seção anterior, para o mercado internacional. Protegidas da concorrência dos capitais do centro dinâmico e estimuladas pelo crescimento dos mercados que as circundavam, as indústrias periféricas podiam empreender um rápido crescimento de sua produção.

Os parágrafos anteriores permitem precisar em que consiste o primeiro dos sentidos da especificidade do processo de periferização intranacional vigente no Brasil durante a industrialização restringida. Este processo, como no caso geral, envolvia a estimulação da produção social na periferia a partir das aquisições realizadas pelo centro

---

™ "Ainda que os lucros tenham sido altos, dado o elevado ritmo da produção e dos preços, não puderam converter-se em acréscimo significativo da capacidade produtiva. Não é por outra razão que a indústria periférica permaneceu a salvo durante as décadas de 1930 e 1940, abalada somente a partir do início da década de 1950(...) Com a retomada das importações de bens de capital para a indústria não só se implantariam novas fábricas como também far-se-ia um parcial reequipamento, notadamente em São Paulo. A reabertura das importações permitiu também uma renovação e expansão da frota rodoviária que através da rede viária facilitou ainda mais a integração do mercado interno, estimulando assim a competição inter-regional" (CANO, 1985, p. 194 e 195)

dinâmico para suplementar os recursos materiais lá produzidos e que se faziam necessários para a continuidade do crescimento econômico. A estimulação da produção social incluía também a expansão da atividade industrial. Contudo, o específico reside no fato de que a expansão da atividade industrial periférica se dava com uma escassa concorrência imposta a partir do centro dinâmico da acumulação de capital.

Desta maneira, o processo de periferização intranacional no Brasil, como no caso geral, estimulava o crescimento industrial periférico através do comércio inter-regional de produtos de origem agropecuária. Porém, de forma específica, o referido crescimento industrial ocorria em meio a uma escassa concorrência imposta a partir do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. Esta escassa concorrência tornava mais vigoroso o crescimento da indústria na periferia.

A especificidade do processo de periferização intranacional brasileiro entre 1930 e 1955 não se reduz à escassa concorrência inter-regional de produtos industrializados e às facilidades que, em vista do reduzido nível de competição, encontravam as indústrias regionais periféricas para o crescimento. Há na dita especificidade um segundo sentido, o qual também está intimamente relacionado à quase completa ausência na estrutura produtiva brasileira dos ramos pesados de meios de produção de uso generalizado.

Este segundo sentido diz respeito à inviabilidade de o centro dinâmico prover a maior parte dos ditos meios de produção que se faziam necessários à continuidade da expansão capitalista nas economias regionais periféricas. Dadas as deficiências técnicas e financeiras do capitalismo brasileiro de então, tal como ocorria para o centro dinâmico, o suprimento da maior parte dos meios de produção em referência só poderia encontrar viabilidade no comércio internacional, que como se viu, sofreu importantes restrições durante a maior parte do período correspondente à industrialização restringida.

Por isto, a expansão do capital na periferia nacional, reproduzindo o que ocorria no centro dinâmico, encontrava dificuldades - que se adicionavam às derivadas do restrito grau desenvolvimento periférico - para o crescimento e a diversificação do aparato produtivo industrial que lhe dava suporte.

Assim, se pode finalizar este item a respeito da caracterização do processo de periferização intranacional no decorrer da industrialização restringida destacando suas duas principais conclusões.

A primeira é a decorrente do fato de que, em função das deficiências técnicas e financeiras do capitalismo brasileiro no decorrer da industrialização restringida, se impunha no Brasil branda concorrência entre os capitais das diferentes economias regionais do País. Esta branda concorrência se verificava inclusive no caso dos

capitais instalados no centro dinâmico da acumulação de capital. Nestas condições de branda concorrência, a periferização intranacional no Brasil impulsionava as economias regionais periféricas brasileiras mais desenvolvidas ao rápido crescimento industrial, o que ocorria através do estímulo derivado das exportações inter-regionais de produtos de origem primária destinadas ao centro dinâmico da acumulação de capital.\*\*

A segunda conclusão também se vincula às deficiências técnicas e financeiras do capitalismo brasileiro no decorrer da industrialização restringida. Tais deficiências redundavam, como se viu, na impossibilidade da internalização no País da produção pesada de meios de produção. De tal impossibilidade, derivava que, na maior parte dos casos, a expansão capitalista periférica contida no processo de periferização que então tinha curso no Brasil teria que se prover de meios de produção oriundos do

---

\*\* Com esta conclusão, não se quer dizer que, no decorrer da industrialização restringida brasileira, as exportações internacionais não fossem importantes enquanto determinantes da demanda efetiva na periferia nacional. Pelo contrário, como se mostrou no item 2.2.2 desta dissertação, em conjunto, ainda em meados da década de trinta, as exportações das economias regionais periféricas eram destinadas em aproximadamente 7/10 para o mercado internacional e, em apenas 3/10, para São Paulo. (Tabela II.9) Mais do que isto, ao final da industrialização restringida, as exportações internacionais ainda se situavam em um nível equivalente ao das exportações internas. Não obstante, pelo menos como regra geral, fica difícil apontar as exportações internacionais como elemento explicativo do rápido crescimento industrial que envolveu a periferia brasileira entre 1930 e 1955. Isto pela simples razão de que tais exportações cresciam lentamente: 2,7% entre 1937 e 1955.

exterior, e não do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. Nas condições de restrita capacidade para importar características do período 1930/1955, para a periferia nacional, a necessidade do provimento de meios de produção a partir do exterior redundavam em dificuldades, que, adicionalmente ao seu exíguo desenvolvimento capitalista, se opunham a uma mais intensa expansão e diversificação industrial.

Encerra-se, assim, a caracterização do processo de periferização intranacional correspondente ao período de 1930 a 1955 pretendida para esta seção do presente capítulo. No primeiro item da seção, explicitou-se e justificou-se a posição cêntrica da economia regional de São Paulo e as posições periféricas que assumiram as demais economias regionais brasileiras durante a industrialização restringida. Já neste item que ora se encerra, descreveu-se as peculiaridades do processo de periferização intranacional decorrentes das especificidades da industrialização restringida. Estas peculiaridades dizem respeito a relações centro/periferia que privilegiavam as transações inter-regionais de produtos primários para o centro dinâmico ao mesmo tempo em que impunham uma escassa concorrência inter-regional no mercado nacional de produtos manufaturados. Por isto, contribuíam de um lado para a suplementação de gêneros alimentícios e das matérias primas exigidas pela expansão capitalista na economia regional cêntrica e envolviam as

economias regionais periféricas mais avançadas em um rápido crescimento industrial.

### 2.3 - O Processo de Expansão das Indústrias Regionais Periféricas Brasileiras entre 1930 e 1955

Esta seção empreende a caracterização do processo de expansão das indústrias regionais periféricas brasileiras entre 1930 e 1955, atingindo o objetivo central do presente capítulo.

Como já se disse, a dita caracterização desempenha um importante papel no desenrolar desta dissertação, cujo objeto de estudo - o processo de expansão da indústria do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 - é abordado através de três patamares diferenciados de abstração. O primeiro patamar de abstração da abordagem pretendida se encontra descrito no capítulo inicial deste trabalho, por meio do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. O segundo patamar é alcançado nesta seção pela caracterização do processo de expansão das indústrias regionais periféricas brasileiras. Finalmente, nas conclusões, mais um patamar de abordagem será exposto, o qual, agregando as contribuições do terceiro capítulo, aborda o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul enquanto um caso particular da expansão industrial periférica no contexto da industrialização restringida brasileira.

A caracterização do processo de expansão das indústrias regionais periféricas no Brasil durante o período de 1930 a 1955 será obtida pela absorção ao nível do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica das peculiaridades do movimento de periferização intranacional correspondente à industrialização restringida descritas na seção precedente a esta.

No primeiro capítulo deste trabalho (seção 1.2) conceituou-se a dinâmica de expansão das indústrias regionais como o processo de expansão e de diversificação das mesmas indústrias. No mesmo conceito foi ainda incluída a consideração de que o processo referido, ao mesmo tempo em que corresponde a uma manifestação da espacialização da dinâmica departamental que vigia nacionalmente, assume o caráter cêntrico ou periférico dependendo do grau de integração do aparato produtivo que lhe dá base, grau este que constitui expressão do desenvolvimento capitalista regional. É cêntrico o caráter do processo de expansão e diversificação industrial quando, apoiado sobre integrada estrutura produtiva regional, é consequência da auto-estimulação desta mesma estrutura produtiva. Caso contrário - isto é, quando o processo de crescimento e diversificação de uma indústria regional não é capaz de viabilizar-se a partir da auto-estimulação de sua estrutura produtiva em função da exigüidade de seu grau de integração - a dinâmica de expansão das indústrias regionais assume o caráter periférico.

Assim, a dinâmica de expansão das indústrias regionais periféricas pode ser conceituada como uma forma particular da dinâmica de expansão das indústrias regionais, aquela que se apóia sobre um exíguo grau de integração de sua estrutura produtiva. Neste caso, como também se viu no capítulo primeiro, a dinâmica de expansão industrial possui, dentre outros, dois traços que a especificam. O primeiro traço consiste na necessidade da importação de elevada proporção dos meios de produção envolvidos no processo de expansão e diversificação industrial. Já o segundo traço se refere à impulsão para o crescimento e para a diversificação industrial embasada no vínculo que as economias regionais periféricas estabelecem com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional por intermédio das exportações inter-regionais.

A partir da conceituação da dinâmica de expansão industrial periférica, pode-se chegar à caracterização assumida por esta dinâmica no Brasil entre 1930 e 1955. Isto é feito neste trabalho através da consideração das peculiaridades que distinguem o movimento brasileiro de periferização intranacional durante a industrialização restringida descritas na segunda seção deste capítulo.

Entre os traços peculiares atribuídos ao dito movimento, três merecem destaque quando se tem em mente os objetivos desta seção. O primeiro traço do movimento de periferização intranacional brasileiro de então a ser destacado é o que se refere à rápida expansão das

exportações inter-regionais de produtos primários - especialmente de matérias primas - da periferia para o centro dinâmico. O segundo é o que se relaciona à escassa concorrência inter-regional que se impunha no mercado nacional de produtos manufaturados. Já o terceiro traço diz respeito à impossibilidade de o centro dinâmico da acumulação de capital suprir as economias periféricas com os meios pesados de produção necessários à continuidade do processo de expansão e diversificação de seu aparato produtivo industrial. Como se viu na seção anterior, enquanto o primeiro dos traços referidos derivava do vigor da expansão capitalista que tinha curso em São Paulo, os dois restantes resultavam de uma presença dos ramos encarregados da produção de meios pesados de produção muito limitada na estrutura produtiva do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional durante a industrialização restringida.

Inserida neste peculiar movimento de periferização, a dinâmica de expansão industrial das economias regionais em que prevaleciam estruturas produtivas portadoras de exíguo grau de diversificação assumiu a configuração correspondente.

Do ponto de vista do potencial de realização das mercadorias exigido pelo crescimento industrial, esta dinâmica viabilizava-se sobre tudo com a expansão dos mercados regionais derivada das crescentes exportações de produtos primários para a economia regional cêntrica,

exportações estas que progressivamente se tornavam mais importantes que as dirigidas para outros países.™™ Nestes mercados, os capitais industriais sediados em cada uma das economias regionais periféricas encontravam facilidades expansão, uma vez que era restrita a concorrência que exerciam os congêneres instalados no centro dinâmico da acumulação de capital.

Já do ponto de vista do suprimento dos meios pesados de produção necessários à dinâmica de expansão

---

™™ É claro que os mercados das economias regionais periféricas também se expandiam com as exportações internacionais e mesmo com aquelas realizadas para outras economias regionais periféricas brasileiras. De acordo com Wilson Cano, com "(...) a integração [do mercado nacional, que se dá a partir da década de trinta], a dinâmica de industrialização periférica passou a ter dois movimentos. O antigo, decorrente da manutenção das antigas atividades primárias exportadoras que continuavam a imprimir efeitos dinâmicos sobre o compartimento industrial periférico, sobre sua produção terciária e sobre a construção civil, via urbanização. O novo, determinado pelo movimento de acumulação do centro dominante nacional (...). De ambos os movimentos se expande a urbanização a qual reforça por sua vez a própria expansão agrícola e industrial periférica." (CANO, 1985 p. 304 e 305) Não obstante, é sabido que, as exportações periféricas para o mercado internacional cresceram lentamente durante a industrialização restringida. A este respeito, ver a Tabela II.9 desta dissertação. Já no que se refere ao comércio entre as economias regionais periféricas, este tendia a apresentar um dinamismo bem menor do que as exportações da periferia para o centro dinâmico, seja pela similitude de suas estruturas produtivas - compostas preponderantemente pela produção de artigos para o vestuário e para a alimentação-, seja pelo menor dinamismo dos mercados regionais periféricos decorrente da mais lenta taxa de acumulação industrial verificada na periferia nacional. Contudo, de qualquer maneira, o crescimento do comércio entre as economias regionais periféricas pode, pelo menos em parte, ser considerado como a resultante indireta da expansão capitalista do centro dinâmico, na medida em que o processo de periferização tornava estas economias periféricas mercados com um potencial cada vez maior de absorção.

industrial periférica, a viabilidade da dita dinâmica era alcançada sobre tudo através do mercado internacional. A este respeito, devem ser lembradas as dificuldades que enfrentou a economia brasileira durante a industrialização restringida para viabilizar, em níveis adequados, a importação dos meios de produção implícitos na continuidade do processo de expansão capitalista. Estas dificuldades se consubstanciaram na periferia nacional, assim como no centro dinâmico, em importante característica do processo de expansão industrial, tomando muitas vezes a forma de acentuada utilização da capacidade produtiva instalada.

Assim, durante o período de 1930 a 1955, a dinâmica de expansão industrial periférica assumiu uma particular configuração no Brasil, a configuração do processo de expansão industrial das economias regionais periféricas brasileiras no contexto da industrialização restringida. Este processo - viabilizado do ponto de vista da realização das mercadorias pelo vínculo que as economias regionais periféricas mantinham preponderantemente com os mercados de produtos primários da economia regional de São Paulo e também de outras nações - caracteriza-se por sujeitar-se a uma branda concorrência exercida pelos capitais industriais instalados no centro dinâmico, por restringir-se ao mercado adstrito à economia regional em que tinha curso e por reproduzir-se através de um exíguo fornecimento de meios de produção oriundos de outras economias nacionais.

Uma maior aproximação aos traços concretos do referido processo exigiria a consideração detalhada das características de cada uma das economias regionais periféricas brasileiras, o que está longe das pretensões de análise deste trabalho. Uma tal consideração será levada a cabo somente para o caso do Rio Grande Sul, cujo movimento de crescimento e de expansão industrial constitui o objeto de estudo da presente dissertação. Não obstante, é possível, com as estatísticas disponíveis, fazer algumas observações de caráter geral no sentido de aludir às mais amplas tendências verificadas com o desenrolar do processo que se vem de caracterizar.

Conforme se pode inferir da Tabela II.10 as indústrias das economias regionais periféricas brasileiras, envolvidas neste processo, cresceram rapidamente sob a industrialização restringida, se bem que a uma taxa menor do que a que a verificada no centro dinâmico da acumulação de capital.<sup>100</sup>

Além disto, a Tabela II.11 mostra que, no mesmo período - coerentemente com a exigüidade do fornecimento de meios pesados de produção provindos do exterior do qual dependia a industrialização restringida para ter curso - crescia lentamente a produtividade do trabalho nas

---

<sup>100</sup> Em dimensão do produto, tendo-se por referência o conjunto das economias periféricas brasileiras, a produção industrial de 1919 equivaleu a aproximadamente 1/5 da de 1949. Esta proporção que dá uma idéia da intensidade do crescimento industrial destas economias durante a industrialização restringida.

TABELA II.10

TAXAS MEDIAS REAIS DE CRESCIMENTO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DAS MAIORES INDUSTRIAS REGIONAIS NO BRASIL:  
1919/1959

REGIOES	1919/39				1939/49				1949/59				1919/59			
	GI	GII	GIII	TOTAL												
BB	5,3	6,8	8,5	5,7	3,4	5,5	7,9	4,2	4,1	8,5	11,4	6,0	4,5	6,8	9,0	5,4
RS	4,3	6,2	13,9	4,9	5,3	8,1	10,0	6,3	6,7	9,4	13,8	8,0	5,2	7,4	12,9	6,0
RJ	3,5	5,4	27,7	4,2	5,8	14,5	16,1	9,3	5,6	14,3	12,7	10,7	4,6	9,8	20,9	7,0
PE	5,0	3,1	-3,9	4,8	5,1	9,8	8,3	5,5	2,2	10,5	18,7	3,6	4,3	6,6	4,4	4,7
MG	5,2	13,3	11,4	7,5	7,8	3,8	15,6	6,3	5,0	11,5	15,7	8,0	5,8	10,4	13,5	7,3
PR	2,5	3,6	8,0	3,1	11,3	8,7	18,1	10,0	10,8	10,4	10,1	10,6	5,7	6,3	11,0	6,6
BA	0,2	7,6	8,7	0,8	6,5	9,3	-0,6	6,9	5,7	24,5	38,9	12,5	3,1	12,0	13,0	5,1
SC	6,5	4,9	19,1	6,2	6,6	13,4	12,0	9,3	7,2	9,1	12,2	8,4	6,7	7,9	15,6	7,5
SUBTOTAL	4,5	6,8	9,6	5,2	5,2	7,9	10,4	6,2	5,2	11,1	12,5	7,8	4,9	8,1	10,5	6,1
ORP	3,4	5,8	9,0	3,8	6,4	6,3	7,3	6,5	6,3	13,7	6,3	7,8	4,9	2,7	7,9	5,5
BR-SP	4,4	6,7	9,6	5,0	5,4	7,7	10,3	6,2	5,5	11,3	12,4	7,8	4,9	8,1	10,5	6,0
SP	6,0	7,7	14,5	7,0	8,5	12,7	8,9	9,8	7,1	11,4	20,3	10,8	7,0	9,8	14,5	8,6
BRASIL	5,0	7,1	12,6	5,7	6,6	10,0	9,3	7,8	6,3	11,2	18,4	9,3	5,7	8,8	13,2	7,1

FONTES: DAND, Wilson (1965). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA. p.85 e 86, tab.3. Para o cálculo das taxas relativas as linhas "SUBTOTAL" e "OIP", utilizou-se também a Tabela 5 da mesma obra.

NOTAS: 1) Compõem o GI - Grupo de Industrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duraveis - os seguintes generos industriais: Mobiliario, Farmaceutico, Perfumaria, Textil, Vestuario, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, Editorial e Grafica.

Compõem o GII - Grupo de Industrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediarios- os ramos: Metalurgia, Minerais Não Metálicos, Madeira, Papelão, Borracha, Couros e Peles, Química e Materias Plásticas.

Finalmente o GIII - Grupo de industrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duraveis e de Capital - composto por: Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transportes, Diversas.

2) SUBTOTAL corresponde ao conjunto formado pela Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina.

3) ORP se refere as outras industrias perifericas brasileiras.

4) BR-SP se refere a dados relativos ao Brasil excluindo-se São Paulo.

indústrias regionais periféricas, reproduzindo o que ocorria no centro dinâmico.

Já no que se refere à diversificação industrial, os dados da Tabela II.12 mostram ter-se imposto uma generalizada tendência de aumento da importância dos ramos predominantemente produtores de bens duráveis de consumo e de capital. Esta tendência aponta no sentido de um aumento do grau de integração da estrutura produtiva na periferia nacional, aumento que foi marcadamente mais acentuado no caso da economia regional que reúne o estado do Rio de Janeiro e o então Distrito Federal. Nesta economia regional - que, como se mostrou na primeira seção deste capítulo, era a única a ter em 1919 um desenvolvimento capitalista comparável ao que se verificava em São Paulo - a participação dos referidos ramos tendeu, ao final da industrialização restringida, a se aproximar da que então prevalecia em São Paulo.

Isto posto, pode-se finalizar a presente seção e o capítulo no qual ela se insere, fazendo uma alusão às razões que determinaram o esgotamento da dinâmica de expansão industrial periférica que se acaba de caracterizar.

Como é sabido, durante a década de cinquenta, além da modernização da indústria de bens não duráveis de consumo, foi empreendida no Brasil a implantação dos segmentos industriais pesados produtores de bens duráveis de consumo e de capital. Ambas, a modernização e a implantação,

TABELA II.11

VARIAÇÕES ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO SEGUNDO AS INDÚSTRIAS REGIONAIS E O GRUPO DE INDÚSTRIAS NO BRASIL DE 1919 A 1959

REGIÕES	PERÍODO	GI	GII	GIII	TOTAL
BR-SF	1919	1,22	2,24	2,02	1,46
"	A	0,47	2,86	0,94	1,28
BRASIL	1939	1,01	2,49	2,40	1,45
BR-SF	1939	1,91	0,72	1,62	1,60
"	A	4,68	2,22	-0,02	3,71
BRASIL	1949	3,05	1,61	0,50	2,61
BR-SF	1949	5,38	7,68	6,76	6,33
"	A	5,37	7,55	7,15	6,77
BRASIL	1959	5,47	7,63	7,83	6,77
BR-SF	1919	2,42	3,19	3,09	2,69
"	A	2,72	3,85	2,22	3,24
BRASIL	1959	2,62	3,53	3,24	3,05

ORIGEM DOS DADOS BRUTOS: CANG. Wilson (1985), Tabela 34, Anexo Estatístico, Páginas 334 a 337.

NOTAS: 1) Compõem o GI - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duráveis - os seguintes gêneros industriais: Mobiliário, Farmacêutico, Perfumaria, Têxtil, Vestuário, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, Editorial e Gráfica.

Compõem o GII - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários - os ramos: Metalurgia, Minerais Não Metálicos, Madeira, Papelão, Borracha, Couros e Fêles, Química, e Materiais Plásticos.

Finalmente o GIII - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duráveis e de Capital - composto por: Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transportes, Diversas.

2) BR-SF se refere a dados relativos ao Brasil, excluindo-se São Paulo.

TABELA II.12

## COMPOSIÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO O ESTADO DA FEDERAÇÃO E O GRUPO DE INDÚSTRIA NO BRASIL DE 1919 A 1955

IDES	1919				1939				1949				1959			
	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	TOTAL	GI	GII	GIII	
	79,8	17,0	3,2	100,0	73,6	21,0	5,4	100,0	68,4	23,9	7,7	100,0	57,2	30,0	12,8	100,0
	78,5	20,9	0,5	100,0	70,4	26,9	2,8	100,0	64,3	31,7	3,9	100,0	56,2	37,1	6,7	100,0
	78,1	21,8	0,1	100,0	68,7	27,4	3,9	100,0	49,4	43,6	7,1	100,0	30,1	61,5	8,4	100,0
	88,1	10,7	1,2	100,0	92,0	7,8	0,2	100,0	88,1	11,6	0,3	100,0	76,1	22,8	1,1	100,0
	84,1	15,5	0,4	100,0	54,5	44,7	0,8	100,0	62,8	35,3	2,0	100,0	46,5	49,6	3,9	100,0
	49,5	49,7	0,8	100,0	43,4	54,6	2,0	100,0	48,1	47,9	4,0	100,0	48,1	48,0	3,9	100,0
	95,6	4,3	0,2	100,0	83,6	15,7	0,7	100,0	80,1	19,5	0,4	100,0	42,0	55,1	2,9	100,0
	61,1	38,4	0,4	100,0	65,3	30,6	4,1	100,0	50,8	44,0	5,2	100,0	45,9	46,6	7,5	100,0
TOTAL	79,1	19,5	1,4	100,0	70,4	26,4	3,3	100,0	64,3	30,8	4,9	100,0	49,7	42,8	7,5	100,0
	84,9	14,7	0,4	100,0	77,9	21,0	1,1	100,0	78,0	20,9	1,2	100,0	64,0	35,0	1,0	100,0
SP	79,8	18,9	1,3	100,0	71,1	25,8	3,1	100,0	65,7	29,8	4,5	100,0	51,2	42,0	6,8	100,0
	74,3	22,7	3,0	100,0	62,3	26,0	11,7	100,0	55,5	33,7	10,8	100,0	39,6	35,6	24,8	100,0
GRF	78,0	20,1	1,9	100,0	67,5	25,9	6,6	100,0	60,7	31,7	7,6	100,0	44,8	38,4	16,8	100,0

FE: CAND. Wilson (1985) Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA. p.96. tab.5.

AS: I) Compreende o GI - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis os seguintes gêneros industriais: Mobiliário, Farmacêutico, Perfumaria, Têxtil, Vestuário, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, Editorial e Gráfica.  
 Compreende o GII - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários - os ramos: Metalurgia, Minerais Não-Metálicos, Madeira, Papelaria, Borracha, Couros e Peles, Química e Materiais Plásticos.  
 Compreende o GIII - Grupo de Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Duráveis e de Capital - composto por: Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transportes, Diversas.

SUBTOTAL corresponde ao conjunto formado pela Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina.

GRF se refere a outras regiões periféricas.

BR-SP se refere a dados relativos ao Brasil excluindo-se São Paulo.

concentraram-se em São Paulo.<sup>101</sup> Desta última, resultou a redefinição da dinâmica departamental da economia brasileira que, desde então, confere ao movimento de expansão capitalista no Brasil, a forma da industrialização pesada.<sup>102</sup> Por sua vez, da nova dinâmica departamental derivaram alterações nos processos a ela subjacentes de periferização intranacional e de expansão industrial das economias regionais periféricas.

No que se refere à dinâmica departamental, a modificação mais importante foi a transferência da liderança do departamento produtor de bens não duráveis de consumo para os segmentos pesados produtores de bens de consumo durável e de capital. Foram muitas as conseqüências da modificação aludida, mas aqui interessa realçar apenas uma delas. Esta conseqüência se refere ao fato de que o suprimento de meios pesados de produção exigidos para a continuidade da expansão capitalista no Brasil passou a basear-se, não nas importações, mas, preponderantemente, na produção localizada na economia regional cêntrica. Com isto,

<sup>101</sup> A concentração em São Paulo dos investimentos que deram base à modernização da indústria de bens não duráveis de consumo e à implantação dos ramos pesados de meios de produção é confirmada pelo maior crescimento da indústria regional paulista diante de suas congêneres durante a década de cinquenta (Tabela II.10). Mas indicação ainda mais significativa é a singularidade do salto que, em São Paulo, durante o mesmo período, se deu com a participação do grupo de indústrias preponderantemente produtoras de bens duráveis de consumo e de capital. Este grupo de indústrias que, em 1949, participava com 1/10 do produto industrial paulista, representava, em 1959, 1/4 do mesmo produto.

<sup>102</sup> Sobre a industrialização pesada e a dinâmica departamental a ela correspondente, ver Mello (1984) e Tavares (1975; 1986; 1978).

a expansão do capital no Brasil tornou-se muito menos dependente do fornecimento externo, derivando daí um aumento substancial da elasticidade da capacidade produtiva industrial.

Este aumento da elasticidade da capacidade produtiva industrial a partir de meados da década de cinquenta redefiniu o conjunto de peculiaridades que caracterizavam o processo de periferização intranacional brasileiro.

Desde então, o referido processo, preservando a rápida expansão das exportações de bens primários para o centro dinâmico, passou a incluir também um ainda mais acelerado incremento das vendas de produtos manufaturados do centro dinâmico para a periferia nacional, conforme se pode verificar da Tabela II.8. Não é difícil de imaginar que o acrescido fluxo de mercadorias industriais do centro dinâmico para a periferia incluía não só bens de consumo não duráveis - cuja produção já se havia disseminado significativamente em algumas economias regionais periféricas -, mas, também, os bens duráveis de consumo e os meios pesados de produção, que, como se disse, àquela época passaram a ser elaborados no Brasil.

Isto significou de um lado que a concorrência que exerciam os capitais do centro dinâmico nos mercados industriais das economias regionais periféricas

intensificou-se rapidamente.<sup>143</sup> Com a intensificação da concorrência inter-regional nos mercados industriais, os ramos produtores destes bens ganharam efetivamente o caráter nacional, alterando as possibilidades e as exigências que se apresentavam ao crescimento industrial periférico.

De outro lado, a redefinição do processo de periferização intranacional decorrente da absorção da produção de meios de produção pesados na estrutura industrial do centro dinâmico significou, para as indústrias das economias regionais periféricas, a possibilidade do suprimento de tais bens apoiar-se na produção nacional e, com isto, liberar-se de grande parte das restrições impostas pelas dificuldades do financiamento em divisas externas.

Ao novo conjunto de peculiaridades do processo de periferização intranacional no Brasil, correspondeu uma configuração alternativa da dinâmica de expansão industrial periférica, que superando a que prevalecera até meados da

---

<sup>143</sup> O aumento a partir de 1955 da competição nos mercados periféricos das mercadorias industriais produzidas em São Paulo se expressa na Tabela II.8. Nesta tabela se pode verificar que, entre 1955 e 1968, a velocidade de expansão das importações de produtos manufaturados feitas pelas economias periféricas ao centro dinâmico foi 2,784 vezes maior do que a velocidade de expansão do produto industrial das mesmas economias. Assim não é de surpreender que a década de cinquenta registre um súbito crescimento da importância assumida pela questão regional no Brasil. Isto se expressa tanto ao nível da literatura econômica quanto da prática política, a qual na década seguinte, consubstanciou-se na criação das superintendências e bancos regionais de desenvolvimento para atuar sobre as diferentes economias regionais periféricas brasileiras.

década de cinquenta, mantem conformidade com a industrialização pesada.

Pode-se, em caráter exploratório, adiantar algumas das características da nova configuração da dinâmica de expansão industrial periférica. Dentre elas, se incluem, com certeza, a efetiva concorrência no mercado nacional de produtos industriais e a potencialidade material de um elástico suprimento de meios pesados de produção, este último viabilizado pelo grau de integração alcançado na estrutura produtiva do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional com o advento da industrialização pesada.

Provavelmente, estas duas características constituem elementos explicativos essenciais das modificações que ocorreram ao nível da estrutura industrial periférica no contexto da industrialização pesada: a modernização dos ramos produtivos industriais de bens não duráveis de consumo, de longa data pertencentes às estruturas produtivas periféricas, e o avanço no que diz respeito ao grau de integração destas mesmas estruturas produtivas. Além disto, é provável também que as modificações aludidas tenham ocasionado alterações na pauta das exportações da periferia para o centro dinâmico, incluindo proporções crescentes de produtos industriais, especialmente as matérias primas. Finalmente, deve-se ter em conta a forte possibilidade de, a partir de meados da década de cinquenta, ter ocorrido uma acelerada expansão do

comércio entre as próprias economias regionais periféricas, expansão esta que constituiria expressões do crescimento dos mercados regionais e do avanço da acumulação na periferia nacional.

A caracterização da dinâmica de expansão industrial periférica no decorrer da industrialização restringida brasileira apresentada nesta seção e, de forma mais ampla, neste capítulo, deve ser considerada como o pretendido segundo patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1955, objeto de estudo desta dissertação.

### CAPÍTULO TERCEIRO

AS RAZÕES DA INSUFICIÊNCIA DA CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE  
EXPANSÃO INDUSTRIAL PERIFÉRICO NO BRASIL ENTRE 1930 E 1955  
PARÁ A ABORDAGEM DO CASO DA INDÚSTRIA GAÚCHA NO MESMO  
PERÍODO E O SUPORTE ANALÍTICO PARÁ A SUPERACÃO DA MESMA  
INSUFICIÊNCIA

O capítulo anterior, através da caracterização genérica do processo de expansão industrial periférico brasileiro no decorrer da industrialização restringida, explicitou o segundo patamar de abstração do tratamento que se dispensa ao movimento de crescimento e diversificação da indústria sul-rio-grandense entre 1930 e 1955. Este patamar é, contudo, insuficiente, para propiciar uma adequada descrição do mesmo movimento. Neste sentido, o objetivo do presente capítulo é o de oferecer o necessário suporte analítico para que, nas conclusões desta dissertação, se possa empreender a superação da insuficiência do aludido patamar de abstração.

Por três razões, o patamar de abstração alcançado no segundo capítulo se mostra insuficiente para descrever o processo de expansão industrial gaúcho entre 1930 e 1955.

A primeira razão é a de que, no segundo capítulo, a reduzida integração da estrutura industrial gaúcha ao início da industrialização restringida brasileira - essencial para afirmar a impossibilidade de esta mesma estrutura produtiva integrar o centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital - não se encontra demonstrada, mas apenas suposta. Em outras palavras, no patamar de abstração contido no segundo capítulo, a descrição dos traços da estrutura industrial gaúcha que permitiria adjetivá-la como pouco integrada não ultrapassa um conjunto de suposições genericamente aplicáveis a todas economias regionais periféricas no Brasil. Desta forma, a

própria inclusão da economia regional do Rio Grande do Sul entre as economias regionais brasileiras que integram a periferia nacional não é suficientemente justificada no segundo capítulo.

A segunda razão é a de que, no mesmo patamar de abstração, também os vínculos que deram efetividade à relação entre a industrialização restringida e o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul não são tratados em sua especificidade, mas, igualmente, resultam descritos através de uma hipótese pretensamente válida para todas as economias regionais brasileiras que sediavam estruturas industriais pouco integradas. Assim, no segundo capítulo, a afirmativa de que a indústria gaúcha assumia posição periférica no movimento nacional de acumulação de capital carece não só de comprovação empírica mas também especificidade descritiva.

A terceira razão da insuficiência do patamar de abstração contido no segundo capítulo no sentido de descrever o processo de expansão industrial rio-grandense entre 1930 e 1955 é a de que o patamar em referência não especifica os aspectos relativos ao crescimento e à diversificação industrial gaúcha no mesmo período. Por isto, no segundo capítulo, não se dispõe de uma avaliação capaz de explicitar a capacidade do mesmo processo seja para incrementar a atividade industrial no Rio Grande do Sul seja para promover a própria superação da posição periférica que envolvia a indústria gaúcha.

A intenção de constituir o suporte para viabilizar a superação das insuficiências referidas organiza a divisão do presente capítulo nas três seções que o compõem. A superação a que se está aludindo é, como se disse, a que se empreende nas conclusões desta dissertação através do terceiro patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Assim, - de modo a justificar a afirmação relativa à impossibilidade de a indústria sul-rio-grandense assumir a posição cêntrica no movimento nacional de acumulação de capital durante o período estudado - a primeira seção apresenta uma descrição da estrutura industrial gaúcha nos anos que precederam a década de trinta. Nesta descrição são realçados os traços que obrigam a qualificar a estrutura industrial sul-rio-grandense de então como pouco integrada. A mesma descrição é ainda composta por uma exposição dos motivos que levaram a estrutura em referência a chegar pouco integrada nos anos trinta deste século. Por sua vez, a segunda seção - buscando oferecer comprovação empírica e especificidade descritiva à afirmação de que a indústria gaúcha assumiu entre 1930 e 1955 posição periférica no movimento nacional de acumulação de capital - descreve, em caráter particular, as relações que então, via exportações inter-regionais, vinculavam o crescimento industrial gaúcho à industrialização restringida brasileira. Já a terceira seção, avalia o processo em exame do ponto de vista de sua capacidade para incrementar a atividade industrial ou mesmo

para redundar na superação da posição periférica da indústria gaúcha.

### 3.1 - A Indústria Gaúcha ao Início da Década de 1930 e sua Posição Periférica na Industrialização Restringida Brasileira

Conforme proposto na introdução do presente capítulo, esta seção tem por finalidade apresentar uma descrição da estrutura industrial gaúcha ao final do período que precede a industrialização restringida brasileira, descrição esta que visa a realçar e a justificar os traços que impõem caracterizar como pouco integrada a estrutura em referência. Assim fazendo, se pretende embasar a proposição de que a mesma indústria era materialmente incapaz para integrar o centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital que teve lugar no Brasil entre 1930 e 1955.

Nas seis décadas que sucederam a 1870, ocorreu uma importante transformação da economia sul-rio-grandense, transformação esta que viabilizou e condicionou a implantação e o posterior avanço do capital industrial no Rio Grande do Sul.<sup>104</sup> Esta transformação se efetivou a partir das ações mutuamente influenciadas do capital externo, do Estado e do capital comercial gestado na própria

---

<sup>104</sup> A este respeito ver Almeida (1992).

economia gaúcha. No contexto desta transformação, produziu-se significativo crescimento e diversificação da agropecuária gaúcha, especialmente na zona colonial; expandiram-se as exportações e gerou-se mercado para os produtos industriais; implantou-se um abrangente sistema de transportes ferroviários; empreendeu-se a modernização do porto de Porto Alegre e se preparou o porto de Rio Grande para a navegação de grande calado; concentrou-se capitais em mãos dos comerciantes atacadistas exportadores e importadores; acelerou-se os processos de implantação da infra-estrutura urbana e da própria urbanização, expandindo-se, com esta última, o potencial de assalariamento da força de trabalho; e finalmente, através da aplicação de capitais gerados regionalmente ou atraídos do exterior, se viabilizou o surgimento do sistema financeiro gaúcho.

Embora importante, a transformação ocorrida no Rio Grande do Sul, seguindo a regra geral no Brasil, não foi equiparável à que, concomitantemente, teve curso na economia regional de São Paulo, única economia regional brasileira a reunir as condições materiais necessárias para integrar o centro dinâmico do movimento brasileiro de acumulação de capital no período posterior a 1930.

Se as transformações que, nos sessenta anos posteriores a 1870, ocorreram nas economias regionais do Rio Grande do Sul e de São Paulo não eram equiparáveis é porque havia nas duas economias regionais diferentes potenciais de transformação. A comparação entre os volumes das exportações

sul-rio-grandenses e paulistas nas primeiras três décadas deste século constitui uma elucidativa expressão do menor potencial com que contou a economia gaúcha para empreender as transformações em questão.

A comparação em referência é elucidativa porque, como é sabido, no período anterior a 1930, em todas as economias regionais brasileiras, o crescimento econômico e, mais precisamente, a expansão do excedente social ficavam na dependência estrita do volume e do dinamismo das exportações regionais. Exercendo tal influência sobre a determinação do excedente social, as exportações de cada uma das economias regionais brasileiras delimitavam a dimensão das inversões e, mais amplamente, definiam a extensão das transformações que eram factíveis nestas economias.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> É plenamente justificável a consideração do volume das exportações como indicador do potencial de transformação de que dispunham as diversas economias regionais brasileiras nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste século. É razoável pensar que a crescentes volumes de exportações correspondiam aumentada atividade produtiva destinada obter as mercadorias que eram objeto do comércio em questão. Isto é, quanto maiores fossem as exportações, mais elevadas deveriam ser as quantidades de capital e força de trabalho empregadas e mais volumosas as estruturas de serviços urbanos e de transportes exigidas. Ainda mais importante, parece absolutamente correto pensar que, de volumes aumentados de exportações, se podiam extrair excedentes acrescidos. Assim, o volume das exportações das economias regionais brasileiras no período citado constitui um bom indicador do capital, da força de trabalho, das estruturas de serviços urbanos e de transportes, do excedente disponível e acumulável e, portanto, do potencial de transformação destas mesmas economias.

É claro que outros aspectos, além dos quantitativos destacados nesta nota, eram muito importantes para o potencial de transformação das economias regionais a que se está referindo. Entre estes aspectos está o das relações de produção que predominavam ao nível do processo produtivo.

---

Tais relações, aliás, parecem ter sido essenciais para a superação da cafeicultura do Rio de Janeiro - até 1888 apoiada no escravismo - pela do oeste paulista - desde cedo (por volta de 1870) utilizadora de "trabalho livre", sob as formas da parceria, do colonato, e do assalariamento. (Conforme, CANO, 1977, p. 38 e seg.).

As relações de produção predominantes foram também muito importantes no caso da borracha na Amazônia, onde predominava o sistema do **aviamento**. Este sistema consistia numa cadeia de agentes em que as grandes casas exportadoras, sob a forma de dinheiro e meios de produção a serem utilizados na extração da borracha, concediam créditos (aviavam) a intermediários que, por sua vez, os repassavam aos produtores diretos. Estes últimos trabalhavam como pequenos produtores independentes embrenhados na mata, extraíndo a borracha. Dado o caráter meramente mercantil da exploração da borracha na Amazônia, desta resultou escassa transformação no sentido do desenvolvimento de uma agricultura de mercado e da indústria, apesar do grande volume de exportações que a mesma exploração produziu ao início deste século. (Conforme CANO, 1977, p. 88-92).

Não obstante, no caso da exploração da borracha, mais um aspecto foi decisivo. Este aspecto é o que diz respeito ao caráter efêmero da expansão de suas exportações em contraposição à prevalência de uma tendência de crescimento mais duradoura, a qual, por exemplo, se verificou com as exportações de café. Estas últimas, apesar das oscilações de curto prazo, apresentaram, a partir de 1830, tendência secular de crescimento. Já as exportações da borracha, com incremento muito reduzido até 1887, pularam de patamar na década seguinte e, entre 1897 e 1910, contaram com um crescimento explosivo (15,5% a.a). Daí para frente, ainda na década de 1910, as exportações da borracha foram altas, se bem que se impunha fortíssima tendência à retração (-15,0% entre 1910 e 1919). A década de 1920, apesar de conter de conter alguma recuperação, nem de longe, apresentou exportações similares ao que vigira entre 1897 e 1919. (A respeito da evolução das exportações da borracha e do café, ver IBGE, 1990, tab. 6.40 e 6.43, p. 347 e 350)

Assim, a exploração da borracha na Amazônia, além de ser levada a cabo por relações de produção pouco aptas causarem transformações econômicas e sociais, contou com um período muito restrito para realizar as mesmas transformações. Na ausência das mesmas, o excedente social teria, quase que obrigatoriamente, que se converter em construções suntuárias, em importações de bens de luxo e em remessas de rendimentos para o exterior.

No entanto, mesmo levando em consideração as ressalvas contidas nesta nota, se pode dizer que a história das diferentes economias regionais no Brasil confirma a proposição de acordo com a qual, de um modo geral, o volume das exportações de tais economias no final do século passado

Além disto, a mesma comparação tem caráter elucidativo por que, como se pode observar na Tabela III - 1, a participação de São Paulo nas exportações brasileiras elevou-se de  $1/3$  a  $1/2$  do início do século a 1928. Este dado sugere que, naquela economia regional, prevaleceram condições materiais muito mais adequadas do que em qualquer outra no Brasil para realizar as transformações a que se está fazendo referência.

Desta forma, a comparação que se apresenta a seguir entre o volume das exportações gaúchas e paulistas no período de 1901 a 1928 tem um sentido específico. Este sentido é o de fornecer uma idéia da dimensão relativa dos recursos com que contou a economia regional do Rio Grande do Sul para promover as transformações que viabilizaram e condicionaram a implantação e o posterior desenvolvimento de sua indústria, tendo como parâmetro as exportações internacionais da única economia regional brasileira capaz de reunir as condições materiais necessárias para compor o centro dinâmico da acumulação de capital no decorrer da industrialização restringida no Brasil.

A dimensão das exportações gaúchas frente às de São Paulo deixa claro que era muito restrita a capacidade do Rio Grande do Sul para financiar as transformações em referência. Como também se pode ver na tabela III - 1, as exportações gaúchas para o mercado internacional oscilaram

---

e no início deste constituem um bom indicador do potencial de transformação que então havia nas mesmas economias.

TABELA III-1

Proporção das exportações externas e totais do Rio Grande do Sul relativamente  
as exportações externas de São Paulo - 1901 a 1928

ANO	Exportações					Proporção das	
	do Brasil	de São Paulo		do Rio Grande do Sul		exportações do RS em relação as de	
		Internacionais		Interna- cionais	Totais	SP	
	em contos de reis	em contos de reis	(%) das export. brasileiras	em contos de reis	em contos de reis	Interna- cionais	Totais
(1)	(2)	(3) $\frac{(2)}{(1)} \times 100$	(4)	(5)	(6) $\frac{(4)}{(2)} \%$	(7) $\frac{(5)}{(2)} \%$	
1901	860827	267717	31,1	10560	47159	3,9	17,6
1915	1042298	464865	44,6	20427	69048	4,4	19,2
1921	1709722	841183	49,2	88655	214960	10,5	25,6
1925	4021965	2191971	54,5	120582	473997	5,5	21,6
1928	3970723	2096542	52,8	167631	580723	8,0	27,7

FONTE: (1) IBGE(1990). Estatísticas históricas do Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro. p.570. tab. 11.2.  
 (2) CAND. Wilson (1977). Raízes da concentração industrial em São Paulo. 1 ed. São Paulo:  
 T.A. Queiroz. p.265. tab.33.  
 (4) e (5) DOMINGUES, Hercílio(1929). Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do  
 Sul: estudo do comércio de exportação rio-grandense. Porto Alegre: Globo. v.1.

entre 3,9 e 10,5% do montante das vendas externas realizadas por São Paulo entre 1901 e 1928. Mesmo adicionando às exportações internacionais do Rio Grande do Sul o montante de suas vendas intranacionais - montante este que assumia proporções particularmente elevadas frente às que prevaleciam nas outras economias regionais brasileiras - verifica-se que o total resultante variou no período de 1901 a 1928 de um mínimo de 1/6 a um máximo de 1/3 das exportações externas de São Paulo.

Assim se justifica a afirmativa feita anteriormente segundo a qual a transformação ocorrida no Rio Grande do Sul no período precedente à industrialização restringida brasileira, embora importante, não foi equiparável à que, concomitantemente, teve curso na economia regional de São Paulo.

A menor capacidade existente no Rio Grande do Sul no início do século para incrementar suas exportações, expressa nos parágrafos anteriores, significava menores possibilidades de solução dos problemas relativos à acumulação de capital monetário, à proletarização da força-de-trabalho, ao mercado interno, ao financiamento das matérias primas e equipamentos adquiridos do exterior, ao sistema de transporte, à infra-estrutura e aos serviços urbanos.

Por isto se pode afirmar que a importante mas restrita transformação aludida nos parágrafos anteriores, correspondeu a estrutura industrial implantada no Rio

Grande do Sul entre 1890 e 1930. Descrever as características de tal estrutura industrial de modo a ressaltar os traços que impõem qualificá-la como pouco integrada é o objetivo central desta seção cuja consecução se passa a perseguir imediatamente.

Em 1920, último ano censitário antes do início da industrialização restringida brasileira, a indústria gaúcha já havia alcançado significativo volume produção. Tal volume se expressa na Tabela III - 2 através do número de estabelecimentos industriais - quase 1.800 - e do volume da força de trabalho por ela empregada - mais de 24.000 pessoas.<sup>106</sup>

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, já em 1920, a produção industrial gaúcha se concentrava fortemente no estrato de estabelecimentos que reunia as organizações de caráter capitalista e não no que agregava os empreendimentos não-capitalistas.<sup>107</sup> Estes últimos, mesmo representando mais

<sup>106</sup> Dados mais relevantes seriam os relativos ao Valor da Transformação Industrial - VTI ou do Valor Bruto da Produção - VBP estratificados segundo o número de operários. Não obstante, o Censo Industrial não oferece tais dados.

<sup>107</sup> Em oposição aos empreendimentos não-capitalistas - caracterizados pelo emprego preponderante de mão-de-obra familiar e pelo consumo como finalidade principal da produção e, muitas vezes denominados de artesanais - os empreendimentos de caráter capitalista - embora se diferenciem pelos mais elevados níveis do emprego, da produção e da tecnologia utilizada - são definidos essencialmente pela adoção de relações de produção de assalariamento e pela busca do lucro como sua finalidade precípua. Para fins de discriminação dos dados censitários, definiu-se que não-capitalistas seriam os empreendimentos que empregavam até nove operários e, capitalistas, aqueles se utilizavam de dez ou mais trabalhadores. Tal critério de discriminação, apesar de arbitrário, tem elevado grau de acerto. A média de pessoas empregadas por estabelecimento

Tabela III-2  
Quantidade e Distribuição Percentual dos Estabelecimentos Industriais e de  
seus Operários no Brasil, em São Paulo e no Rio Grande do Sul Discriminados  
de Acordo com o Caráter e o Porte dos mesmos Estabelecimentos em 1920

Abrangência	Caráter dos Empreendimentos	Porte dos Estabelecimentos	Extratos do número de operários	Estabelecimentos		Operários	
				Número	(%)	Número	(%)
BRASIL	Não-Capitalistas	Sub-Total	até 9	10099	75,7	36126	13,1
	Capitalistas	Pequeno Porte	de 10 a 49	2413	18,1	47509	17,2
			de 50 a 99	342	2,6	23385	8,6
			Sub-Total	2755	20,7	71094	25,8
	Grande Porte	de 100 a 499	de 500 a 999	392	2,9	79172	28,7
			de 500 a 999	61	0,5	43063	15,6
			1000 e mais	29	0,2	46057	16,7
			Sub-Total	482	3,6	168292	61,1
	Sub-Total	mais de 9	3237	24,3	239386	86,9	
	Todos	Todos			13336	100,0	275512
SAO PAULO	Não-capitalistas	Sub-Total	até 9	3277	75,1	11027	13,1
	Capitalistas	Pequeno Porte	de 10 a 49	619	14,9	11922	14,2
			de 50 a 99	102	2,5	6926	8,2
			Sub-Total	721	17,4	18848	22,4
	Grande Porte	de 100 a 499	de 500 a 999	115	2,8	23535	28,0
			de 500 a 999	23	0,6	16590	19,8
			1000 e mais	9	0,2	13998	16,7
			Sub-Total	147	3,5	54123	64,4
	Sub-Total	mais de 9	868	20,9	72971	86,9	
	Todos	Todos			4145	100,0	83998
RIO GRANDE DO SUL	Não-Capitalistas	Sub-Total	até 9	1443	81,4	4708	19,1
	Capitalistas	Pequeno Porte	de 10 a 49	257	14,5	4911	19,9
			de 50 a 99	31	1,7	2239	9,1
			Sub-Total	288	16,2	7150	29,0
	Grande Porte	de 100 a 499	de 500 a 999	34	1,9	6712	27,2
			de 500 a 999	7	0,4	4913	19,9
			1000 e mais	1	0,1	1178	4,8
			Sub-Total	42	2,4	12803	51,9
	Sub-Total	mais de 9	330	18,6	19953	80,9	
	Todos	Todos			1773	100,0	24661

de 80% do número de estabelecimentos industriais gaúchos, não chegavam a ser responsáveis por 1/5 do emprego oferecido pelos mesmos estabelecimentos. Isto permite inferir que os empreendimentos de caráter capitalista, agregando proporção inferior a 20% das organizações industriais do Rio Grande do Sul, eram responsáveis por mais de 4/5 da produção levada a cabo por tais organizações.

Além disto, a distribuição da produção industrial não se dava uniformemente também no interior do estrato de estabelecimentos capitalistas. Para justificar tal afirmativa, basta dizer que entre os estabelecimentos industriais sul-rio-grandenses, os de grande porte (2,4%) abarcavam mais de 50% do emprego e, provavelmente, da produção industrial gaúcha.<sup>109</sup>

Assim, se pode concluir que, já uma década antes de iniciar-se a industrialização restringida brasileira, a produção industrial sul-rio-grandense havia alcançado

relativa ao conjunto de empreendimentos considerados não-capitalistas não ultrapassava em 1920 a 3,6 pessoas, fosse a mesma média referente ao Brasil, a São Paulo ou ao Rio Grande do Sul. A referida média sugere a adequação de qualificar o conjunto de empreendimentos em questão como não-capitalistas. Por sua vez, os demais estabelecimentos, ao empregarem mais de dez operários, dificilmente poderiam deixar de ser incluídos no estrato de organizações capitalistas.

<sup>109</sup> Similar concentração do emprego (e da produção) industrial em 1920 era observada em São Paulo e no Brasil, tanto no corte que separa os estabelecimentos não-capitalistas dos capitalistas quanto no que discrimina estes últimos em pequenos e grandes. Em São Paulo e no Brasil, contudo, eram ainda maiores as proporções do emprego (e da produção) que correspondiam às empresas capitalistas e, dentre estas, às de grande porte.

significativo volume que derivava preponderantemente da atividade exercida em estabelecimentos organizados enquanto empresas capitalistas, dentre as quais se destacavam as de grande porte.

No entanto, se o volume da produção industrial gaúcha já era significativo em 1920, este volume - coerentemente com o restrito nível de recursos com que havia contado a economia rio-grandense para promover as transformações que redundariam no surgimento de sua indústria - equivalia à pequena proporção do congênere paulista. Além disto, a mesma proporção era cadente à medida em que se tratasse de estratos de produção sucessivamente maiores. De fato, a Tabela III - 3 mostra que o emprego industrial no Rio Grande do Sul enquanto proporção do volume da força de trabalho absorvida pela indústria bandeirante cai de mais de 4/10 no estrato de empreendimentos não-capitalistas para algo em torno a 8% no agrupamento de indústrias que reúne estabelecimentos com mais de mil operários.<sup>107</sup>

Desta maneira, destaca-se que, como resultado da restrita transformação que envolveu a economia gaúcha nas seis décadas posteriores a 1870, a produção industrial sul-rio-grandense em 1920 - não obstante contasse com dimensão

---

<sup>107</sup> Aqui também, como na análise da Tabela III - 2, os dados mais relevantes seriam os relativos ao VTI ou ao VBP discriminados por estratos de estabelecimentos de acordo com o número de operários. Não obstante, como se disse, o Censo de 1920 (Recens. Geral BR, 1920) não fornece tais dados.

Tabela III-3

Dimensao Relativa Percentual do Numero de Estabelecimentos Industriais no Rio Grande do Sul e de seus Operarios diante dos Congeneres Paulistas Discriminados de Acordo com o Carater e o Porte dos mesmos Estabelecimentos em 1920

Carater dos Empreendimentos	Porte dos Estabelecimentos	Extratos do numero de operarios	Dimensao Relativa Percentual do Numero de	
			Estabelecimentos	Operarios
Naõ-capitalistas	Sub-Total	ate 9	44,0	42,7
Capitalista	Pequeno Porte	de 10 a 49	41,5	41,2
		de 50 a 99	30,4	32,3
	Sub-Total	39,9	37,9	
	Grande Porte	de 100 a 499	29,6	28,5
		de 500 a 999	30,4	29,6
1000 e mais		11,1	8,4	
Sub-Total	28,6	23,7		
Sub-Total	mais de 9	38,0	37,3	
Todos			42,8	29,4

FONTES: RESENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (1920). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; Departamento geral de Estatística. pt.1, p.274, 275, 292-295.

significativa e se concentrasse nos estabelecimentos industriais de grande porte - tinha pequena dimensão relativamente à paulista e em sua composição apresentava menor proporção da produção oriunda dos grandes estabelecimentos.

Dito isto, se pode dar um importante passo adiante na consecução dos objetivos desta seção passando diretamente à análise das questões relativas à diversificação e à integração da estrutura industrial gaúcha ao final do período precedente à industrialização restringida brasileira. Isto é feito através da constatação da pequena importância que tinham na estrutura industrial gaúcha de 1920 os segmentos industriais mais complexos da economia brasileira do início do presente século.

Considerando indicadores de utilização de energia elétrica e de complexidade tecnológica, Wilson Cano classificou os principais segmentos industriais brasileiros de 1907 em três categorias: simples, intermediários e complexos. Estes últimos incluiriam os segmentos industriais mais intensivos de energia elétrica, mais mecanizados e nos quais eram mais decisivas as economias de escala. Por suas exigências de capital, tais segmentos estariam praticamente fechados à entrada de pequenas empresas e, só em reduzida proporção, contariam com estabelecimentos de porte médio.<sup>110</sup>

<sup>110</sup> Foram consideradas pelo autor indústrias complexas aquelas que em 1907 eram "... mais sujeitas à economias de escala, a uma mecanização mais intensa..." e a um maior uso de energia elétrica... Dados estes requisitos técnicos e o montante necessário de inversão, essas indústrias

Segundo o autor, estariam incluídos entre os segmentos industriais complexos de 1907 os de fiação e tecelagem, de fabricação de papel, de cimento, de vidro, de fósforos, a siderurgia, a construção naval e os moinhos de trigo.

Aceitando como válida para 1920 a relação dos segmentos complexos da indústria brasileira de 1907 apresentada no parágrafo anterior, elaborou-se a Tabela III - 4. Esta tabela - ainda que não contenha informações sobre a produção de cimento, a construção naval e os moinhos de trigo - mostra que, comparativamente ao que ocorria em São Paulo ao início da terceira década deste século, no Rio Grande do Sul os segmentos em questão se encontravam muito pouco difundidos. Se o Rio Grande do Sul contava com 7 estabelecimentos têxteis, São Paulo dispunha de 66, produzindo vidros e cristais, haviam 4 empresas gaúchas e 8 paulistas; para a produção de fósforos e de papel e papelão que, possivelmente, inexistia no Rio Grande do Sul, haviam em São Paulo 6 e 4 empresas respectivamente. Adiciona-se a informação de que existiam no Rio Grande do Sul 4 empresas de congelação de carne enquanto que em São Paulo existiam 2 empreendimentos no mesmo segmento.

Pelo exposto no parágrafo anterior, pode-se dizer que a restrita transformação que envolveu a economia regional do Rio Grande do Sul desde as últimas décadas do século passado redundou numa estrutura industrial que, praticamente eram fechadas à entrada de pequenas empresas... e raras eram as de médio porte." Cano (1977, p. 207).

TABELA III - 4

Estabelecimentos Industriais Considerados Complexos nas Industrias de Sao Paulo e do Rio Grande do Sul em 1920

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		PERCENTUAL FRENTE AOS CONGENERES PAULISTAS		
	Em SP	No RS	Estabe- lecimen- tos	Opera- rios	Valor da Produção \$
- Fiação e tecelagem.....	54	3	5,6	6,8	6,3
- Fabricação de tecidos de la (pura e mesclada)	6	4	66,7	165,5	140,2
- Fabricação de tecidos de juta.....	3	...	...	...	...
- Fabricação de tecidos de seda.....	3	...	...	...	...
- Fabricação de vidros e cristais.....	8	4	50,0	6,8	6,2
- Fabricação de fosforos.....	6	...	...	...	...
- Fabricação de Papel e Papelão.....	4	...	...	...	...
- Congelacio de carne.....	2	4	200,0	257,7	65,2
TOTAIS.....	86	15	17,4	17,9	22,0

FONTE: RESENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (1920). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; Departamento geral de Estatística. v.5, pt.1, p.461-490.

NOTA:

(...) - Não ha registro entre as "principais industrias" brasileiras discriminadas no Censo Industrial de 1920.

frente à congênere paulista, se caracterizava não só por sua pequena capacidade de produção - a qual era ainda menor em meio aos grandes estabelecimentos industriais - mas também por uma exígua presença dos segmentos industriais complexos.

O anterior explica uma importante característica da estrutura produtiva industrial gaúcha em 1920 que diz respeito à pequena participação dos ramos predominantemente produtores de bens duráveis de consumo e de capital. Tais ramos, na medida em que tendiam a conter proporções crescentes dos segmentos industriais complexos, encontravam dificuldades para desenvolverem-se no Rio Grande do Sul durante as primeiras décadas deste século. Entende-se assim porque, no Rio Grande do Sul, a produção de bens de consumo durável e de capital não alcançava, em 1920, os 10% da congênere instalada no Distrito Federal e os 6% da sediada em São Paulo, conforme se pode ver na Tabela II - 7. Incapacitada para absorver a produção de meios de produção em proporção significativa, a estrutura industrial gaúcha permanecia pouco diversificada.

Além disso, supõe-se que, se eram grandes as diferenças entre as estruturas industriais paulista e gaúcha de 1920, ao início do processo de industrialização brasileiro em 1930, tais diferenças eram ainda maiores. A suposição se justifica porque, como se viu no item que trata da relação entre industrialização brasileira e a periferização intranacional no Brasil, durante a década de

vinte, foram implantados, quase que exclusivamente em São Paulo, muitos empreendimentos nos segmentos industriais necessários à complementação da indústria de bens de consumo em expansão. É o caso dos segmentos de cimento, de fibras químicas, de laminação de metal e da produção de motores, de aparelhos elétricos e equipamentos para as indústrias têxtil e de açúcar. O Rio Grande do Sul, como o restante do País, pouco participou das referidas inversões de complementação industrial.

Chega-se assim àquela que é talvez a mais importante diferença entre as estruturas produtivas industriais do Rio Grande do Sul e de São Paulo ao início da década de trinta.

O aspecto que se quer ressaltar não se refere ao importante fato de que em São Paulo residia o conjunto de empreendimentos industriais capaz, de longe, de levar a cabo o maior volume de produção secundária do País; e nem diz respeito à significativa circunstância de que os segmentos tecnologicamente mais sofisticados já tinham alcançado destacada concentração naquela economia regional.

Refere-se, isto sim, ao fato de que, entre os novos empreendimentos implantados em São Paulo, se encontravam empresas produtoras de meios de produção. Embora estes empreendimentos de início fossem pouco numerosos, à medida em que se multiplicaram, foram dotando a estrutura industrial paulista da capacidade de produzir os bens destinados à acumulação produtiva, isto é, se

consubstanciavam em rápida diversificação da mesma estrutura.

Assim, como se viu no capítulo segundo, ao final da terceira década deste século, ultrapassava-se, em São Paulo, os limites nos quais a acumulação produtiva significava mero crescimento da capacidade de produção. Na medida em que os ramos produtores de bens de produção se faziam progressivamente presentes, a acumulação produtiva em si passava a impor, recorrentemente e em proporções cada vez maiores, o crescimento dos volumes dos lucros, do emprego, dos salários e do mercado regional. Gestaram-se assim as condições materiais da auto-estimulação departamental em São Paulo e da dinâmica de expansão capitalista no Brasil, ainda que, como se viu no capítulo segundo, fosse esta última restringida pelas bases técnicas e financeiras do capital que prevaleciam no País. Neste contexto, as circunstâncias de uma política expansiva e de uma elevada proteção à concorrência externa tinham que se converter, necessariamente, no crescimento da produção industrial e na transformação da estrutura produtiva em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, como se viu, as transformações econômicas ocorridas no período posterior a 1870 não foram suficientemente vigorosas para viabilizar a implantação de uma estrutura industrial que contivesse em proporções significativa os segmentos produtores de meios de produção. Por isto, a indústria sul-rio-grandense, ao início da industrialização restringida brasileira permanecia pouco

diversificada e com baixo nível de integração. Na ausência dos segmentos referidos, a acumulação produtiva tinha que se efetivar com produtos oriundos de fora do Rio Grande do Sul e, por isto, não resultava, pelo menos diretamente, na expansão da massa de lucros, do emprego, dos salários e do mercado regional. Em outras palavras, integrada em reduzido nível, a indústria gaúcha permanecia materialmente incapaz de envolver a economia rio-grandense em um movimento expansivo derivado da auto-estimulação departamental.

Entende-se, desta forma, porque no processo de industrialização iniciado nos anos trinta no Brasil, em oposição ao papel de centro dinâmico da acumulação capitalista assumido por São Paulo, o Rio Grande do Sul teria necessariamente que se colocar em posição periférica.

### 3.2 - A Especificação dos Vínculos com a Industrialização Restringida Brasileira

Na introdução deste capítulo, foram explicitadas três razões que tornam insuficiente o patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955 que se desenvolveu no segundo capítulo desta dissertação. Este patamar, como se pode verificar, é o que se constitui através da caracterização da expansão industrial periférica que teve lugar no Brasil no decorrer da industrialização restringida brasileira.

O objetivo desta seção é o de oferecer suporte para a superação da segunda das três razões da aludida insuficiência. Tal razão de insuficiência é, como se disse, a que se refere à carência de comprovação empírica e de especificidade descritiva que subsistiu no segundo capítulo na própria afirmação de que a indústria gaúcha assumiu posição periférica no movimento nacional de acumulação consubstanciado pela industrialização restringida brasileira. Desta maneira, para oferecer o suporte aludido, a presente seção consiste em uma exposição que contempla, em sua especificidade, os vínculos que ligavam a industrialização restringida e o crescimento industrial sul-rio-grandense, impondo a posição periférica que envolvia o mesmo crescimento.

A exposição de caráter específico a respeito da relação entre o avanço da industrialização restringida brasileira e o crescimento industrial sul-rio-grandense que se leva a cabo nesta seção, como não poderia deixar de ser, tem como pano de fundo a descrição genérica inclusa no capítulo segundo referente ao processo de expansão industrial periférico brasileiro daquele período. Neste sentido, a mesma descrição organiza a presente seção, sendo importante inclusive, como se verá adiante, para a definição dos dois itens que a compõem. Por isto, - pretendendo tornar claros não só os objetivos desta seção mas também sua divisão nos itens que a compõem - se apresenta inicialmente

a recuperação esquemática dos aspectos da dita descrição que são pertinentes para a exposição prevista nesta seção.

Viu-se no capítulo segundo que o movimento de acumulação de capital consubstanciado na industrialização restringida brasileira se impôs tendo por centro dinâmico a economia regional de São Paulo. Deste mesmo movimento, as demais economias regionais compunham a periferia nacional. A posição singular da economia regional de São Paulo era decorrente do mais avançado grau de integração de sua estrutura produtiva ao início da industrialização restringida, grau este que constituía o resultado do ímpar desenvolvimento capitalista gestado naquela economia regional no período anterior a 1930.

Apoiada em tal estrutura produtiva e estimulada pela ação expansiva da política econômica nacional que prevaleceu no período, a economia regional de São Paulo sobrelevou os obstáculos que eram impostos à sua expansão pela crise da economia internacional nos anos trinta. A sobrelevação, como se deixou claro anteriormente, se deu através de um movimento de expansão relativamente autônomo frente às demais economias regionais brasileiras. Este movimento se embasava na auto-estimulação do já então diversificado conjunto de segmentos dos departamentos ou ramos da economia nacional situados em São Paulo.<sup>111</sup>

<sup>111</sup> Ainda que o termo "auto-estimulação" tenha sido discutido anteriormente - tanto em termos genéricos, nos subitens 1.1.2.2 e 1.2.2.1, como específicos ao caso brasileiro do período da industrialização restringida, no item 2.2.2) -, da discussão convém recuperar seguinte

Tal movimento de expansão da economia bandeirante levou à integração do mercado nacional, vinculando entre si as diversas economias regionais brasileiras, até 1930 só tenuemente ligadas umas às outras. A integração do mercado nacional, como se viu, se caracterizou por uma escassa concorrência entre os capitais industriais das diferentes economias regionais brasileiras e por um intenso crescimento do comércio intranacional de produtos de origem agropecuária. Mais precisamente, o comércio com estes produtos se expandia com maior rapidez da periferia para o centro dinâmico do que no sentido inverso, expressando o maior vigor do crescimento do mercado e da acumulação de capital em São Paulo.

Assim, a expansão relativamente autônoma em São Paulo significava para as economias regionais periféricas possibilidades crescentes de realização de suas mercadorias de origem primária, sem impor, contudo, um processo competitivo muito intenso nos mercados industriais que lhes

---

observação. A auto-estimulação foi definida como a capacidade de que dispõem as economias regionais cêntricas - no caso brasileiro, a de São Paulo - para realizar movimentos relativamente autônomos de expansão frente às demais economias regionais. No entanto, não deve tal capacidade ser entendida como a explicação última da posição cêntrica de tais economias. A capacidade de auto-estimulação das economias regionais cêntricas é ela própria explicada pelo grau de integração característico das estruturas produtivas destas economias. Este grau, por sua vez, se explica pelo desenvolvimento capitalista pretérito nelas alcançado. Desta forma, em última instância, a capacidade de auto-estimulação e a posição cêntrica ou periférica que se impõe a uma economia regional são explicadas pelo grau de desenvolvimento capitalista atingido nas mesma economias.

eram adstritos.<sup>112</sup> Estimuladas pelas exportações inter-regionais crescentes e protegidas da concorrência dos capitais industriais de outras economias regionais, as indústrias periféricas brasileiras no decorrer da industrialização restringida expandiam-se rapidamente.<sup>113</sup>

Os parágrafos anteriores realçam alguns aspectos importantes da descrição de caráter genérico relativa à expansão industrial periférica no Brasil entre 1930 e 1955 apresentada no capítulo segundo. Nos mesmos parágrafos,

<sup>112</sup> Mais uma vez é conveniente lembrar que a acumulação capitalista no Brasil tem sua unidade definida nacionalmente. Por isto, a vinculação da economia regional de São Paulo com as economias regionais periféricas brasileiras é também importante para perceber corretamente o movimento expansivo da primeira. Dentre outros motivos da referida importância, estão os mercados periféricos absorvidos pelo centro dinâmico e o suprimento de mercadorias - normalmente oriundas agropecuária - com que conta a acumulação cêntrica para ter continuidade. A este respeito, ver, deste trabalho, o sub-ítem 1.1.2.2 e a seção 2.2.

<sup>113</sup> É claro que o comércio internacional continuou a ter grande importância durante a industrialização restringida no Brasil. De um lado, por que, pelo menos desde o final dos anos trinta, as exportações internacionais voltaram a propiciar oportunidades crescentes do ponto de vista da realização das mercadorias produzidas no País, não obstante o fato de o mercado interno ter se tornado preponderante do ponto de vista do dinamismo da demanda com que contava a acumulação capitalista no Brasil. (Ver ítem 2.2.1) De outro por que, dadas as características da industrialização restringida, durante o período de 1930 e 1955, as divisas internacionais derivadas das exportações viabilizavam o suprimento de grande parte dos meios de produção necessários à continuidade da acumulação capitalista no Brasil. Neste sentido, se pode dizer que as atividades produtivas ligadas às exportações brasileiras no período em estudo exerciam grande parte das funções que o departamento produtor de meios de produção cumpre nas economias nacionais que dispõem de estruturas produtivas efetivamente integradas. O fornecimento de meios de produção provindos do exterior se impunha nacionalmente, envolvendo, com certeza, a expansão capitalista que se processava tanto na economia regional cêntrica como nas periféricas.

Propositadamente, dá-se destaque à vinculação genérica entre a expansão econômica no centro dinâmico, o crescimento das exportações inter-regionais no Brasil e o desenvolvimento industrial que então tinha lugar nas economias periféricas brasileiras.

É, mais precisamente, esta vinculação, descrita com a especificidade que corresponde ao caso gaúcho, que se pretende expor nesta seção.<sup>114</sup> Sendo tal o alvo da presente seção, se justifica a organização da mesma nos dois itens cujos objetivos se apresenta a seguir. O primeiro deles visa a um exame da relação existente entre o avanço da industrialização restringida brasileira e o crescimento das exportações inter-regionais gaúchas. Já o segundo se dedica a descrever a ligação entre o crescimento das mesmas exportações e o acréscimo do produto industrial sul-riograndense durante a industrialização restringida brasileira. Apoiado na consecução dos dois objetivos que se vem de enunciar, o segundo item tem ainda por finalidade explicitar a relação entre o avanço da industrialização restringida brasileira e o processo de expansão industrial gaúcho no período correspondente.

---

<sup>114</sup> A descrição da vinculação referida bem como a organização dos dados que lhe sustenta foram publicados originalmente em artigo destinado à verificação das hipóteses a serem utilizadas nesta dissertação a respeito do assunto. Ver Almeida (1991).

### 3.2.1 - A Industrialização Restringida Brasileira e as Exportações Inter-regionais Sul-rio-grandenses

O objetivo deste item é o de examinar a relação existente entre o avanço da industrialização restringida brasileira e o crescimento das exportações inter-regionais sul-rio-grandenses, comprovando a mesma relação empiricamente e descrevendo-a em sua especificidade.

A idéia central que perpassa o presente item é a de que o avanço da industrialização restringida brasileira, ocorrendo a partir dos estímulos derivados da expansão relativamente autônoma que se processava no centro dinâmico da acumulação de capital, fazia expandir o mercado nacional e, com isto, impunha o intenso crescimento que caracterizou a evolução das exportações inter-regionais gaúchas no período em estudo. Este crescimento, conforme se pode verificar na Tabela III - 5, foi a tal ponto intenso que, no período de 1928 a 1955, sextuplicou as exportações inter-regionais sul-rio-grandenses.

Para os fins da exposição que se apresenta neste item, divide-se em diretos e indiretos o conjunto dos efeitos do avanço da industrialização restringida brasileira sobre as exportações inter-regionais gaúchas.

Os efeitos que se qualifica como diretos se referem à indução ao crescimento que a expansão relativamente autônoma da economia regional de São Paulo

TABELA III-5

TAXAS MÉDIAS ANUAIS E ÍNDICES DO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL: 1928 A 1955.

PERÍODO	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO PERCENTUAL	ÍNDICES DE CRESCIMENTO NO PERÍODO (INÍCIO DO PERÍODO=1,00)
1928/1939	4,3	1,59
1939/1950	7,8	2,29
1950/1955	11,4	1,72
1928/1955	7,0	6,21

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920-41-42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre, DEE.

NOTA: Valores corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

significava para o próprio mercado bandeirante e, daí, para as exportações gaúchas dirigidas para o mesmo mercado.

Como se viu no capítulo segundo, o crescimento econômico que se processava na economia paulista entre 1930 e 1955 exigia acrescidas importações junto às economias regionais periféricas brasileiras. As aquisições bandeirantes de mercadorias produzidas no Rio Grande do Sul não fugiram à regra. Pelo contrário, da observação da Tabela III - 6, pode-se inferir que o crescimento econômico em São Paulo durante a industrialização restringida resultava diretamente em um vigoroso incremento de mercado também para as exportações sul-rio-grandenses dirigidas para a economia paulista.

Contudo, através dos efeitos diretos que se vem de referir no parágrafo anterior, só é possível explicar a evolução de uma parcela das exportações inter-regionais sul-rio-grandenses entre 1930 e 1955, a parcela dirigida para a própria economia paulista. Esta parcela, como se destaca da observação da Tabela III - 7, apesar de sua elevada e crescente importância entre as vendas inter-regionais gaúchas, não chegou a atingir no período estudado aos 4/10 do fluxo de comércio a que se está aludindo.

Por isto, além dos efeitos diretos, há que considerar também os efeitos indiretos que a expansão relativamente autônoma da economia regional de São Paulo impunha sobre as exportações inter-regionais gaúchas.

TABELA III-6

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL E DAS IMPORTAÇÕES  
INTER-REGIONAIS DE SÃO PAULO JUNTO A PERIFERIA NACIONAL E AO  
RIO GRANDE DO SUL: 1928 A 1955

(%)

PERÍODO	CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES		
	CRESCIMENTO INDUSTRIAL	INTER-REGIONAIS DE SÃO PAULO	
	EM	ORIUNDAS DA	ORIUNDAS DO
	SÃO PAULO	PERIFERIA NACIONAL	RIO GRANDE DO SUL
1939/1928	...	...	6,7
1950/1939	9,8	9,4	9,3
1955/1939	...	7,0	10,5
1955/1928	...	...	8,9

FONTES: a) Para o crescimento industrial de São Paulo: CANG. Wilson, Desequilíbrios regional industrial no Brasil: 1930-1970, Global/IPEA, p. 85 e 86.

b) Para as exportações oriundas do conjunto da periferia nacional, Tabela II - 9.

c) Para as exportações oriundas do Rio Grande do Sul: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS EXPORTAÇÕES 1920-41-42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955), Porto Alegre, DEE.

d) Como deflator, foi utilizado o Deflator Implícito do PIB.

NOTA: A taxa de crescimento da indústria paulista que se apresenta nesta tabela e, na verdade, correspondente ao período de 1939 a 1949.

TABELA III - 7

Distribuição Percentual das Exportações Gauchas para  
Outros Estados - 1928/1955

ANOS	SP	DF e RJ	PE e BA	PR e SC	DEMAIS ESTADOS	TOTAL
1928	21,7	40,0	11,7	3,2	23,4	100,0
1929	22,0	44,5	19,7	3,9	9,9	100,0
1930	20,0	48,5	18,9	3,8	8,9	100,0
1931	20,2	46,7	18,7	4,3	10,0	100,0
1932	16,4	49,2	17,7	4,3	12,5	100,0
1934	19,0	45,3	20,2	4,5	11,0	100,0
1935	21,3	37,3	20,7	4,0	16,8	100,0
1936	30,0	38,9	16,1	4,9	10,1	100,0
1937	32,3	36,4	11,6	3,8	15,9	100,0
1938	27,1	40,6	15,8	7,0	9,5	100,0
1939	28,0	42,0	14,1	6,6	9,4	100,0
1940	28,5	41,6	14,4	5,8	9,7	100,0
1941	31,7	40,0	12,6	6,5	9,3	100,0
1942	33,8	38,3	11,0	8,1	8,7	100,0
1943	37,8	35,6	10,5	9,6	6,4	100,0
1944	33,7	37,0	13,4	10,1	5,9	100,0
1945	32,1	36,7	12,6	10,5	8,0	100,0
1946	31,0	35,2	13,0	10,9	9,8	100,0
1947	28,6	39,5	10,9	11,7	9,3	100,0
1948	29,4	38,0	10,9	12,5	9,2	100,0
1949	31,7	34,2	11,2	13,3	9,6	100,0
1950	32,7	33,3	10,8	13,2	10,0	100,0
1951	31,6	31,1	10,4	15,5	11,4	100,0
1952	29,0	29,7	12,4	15,3	13,6	100,0
1953	33,0	29,7	10,0	13,0	14,2	100,0
1954	35,2	28,6	8,2	16,1	11,9	100,0
1955	35,0	30,6	9,7	13,9	10,7	100,0

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920-41-42-44-45-53  
(1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre, DEE.

NOTA: O ano de 1933 não consta por incoerência dos dados que descrevem a distribuição das exportações internas gauchas.

Estes efeitos, assim como os diretos, derivavam do crescimento econômico que tinha lugar em de São Paulo. No entanto, desta feita, estavam relacionados, não ao crescimento do mercado bandeirante, e sim ao incremento da demanda nas demais economias regionais periféricas brasileiras que não a gaúcha.

O que se acaba de dizer pode ser melhor explicitado da seguinte forma. No contexto do processo de periferização intranacional correspondente à industrialização restringida brasileira, à expansão relativamente autônoma no centro dinâmico da acumulação de capital, correspondia crescentes volumes de aquisições realizadas junto às economias regionais periféricas, as quais eram sobretudo compostas por produtos oriundos da agropecuária, beneficiados ou não. (Seção 2.2, Tabela II - B). Os acrescidos volumes destas aquisições estimulavam o crescimento do produto urbano e industrial na periferia nacional, do que resultava a expansão dos mercados contidos nas mesmas economias (Seção 2.3). Finalmente, como se pretende demonstrar neste item, o assim incrementado potencial de mercado das economias regionais periféricas derivava na expansão das exportações gaúchas dirigidas para tais economias. Desta forma, vinculavam-se, indiretamente, a expansão relativamente autônoma no centro dinâmico da acumulação de capital e as exportações inter-regionais sul-rio-grandenses.

Para a descrição dos efeitos indiretos da industrialização restringida brasileira sobre as exportações inter-regionais gaúchas, é de grande importância a relação aliada no parágrafo anterior entre o incremento dos mercados regionais periféricos no Brasil e as mesmas exportações. Por isto, vale a pena apresentar o exame que corrobora tal relação.

As exportações internas do Rio Grande do Sul não se distribuíam equitativamente as entre as diversas economias regionais brasileiras no período estudado. Pelo contrário, como se pode constatar na Tabela III - 8, as vendas inter-regionais do Rio Grande do Sul se concentravam decisivamente nas exportações realizadas para o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Pernambuco, para a Bahia, para Santa Catarina e para o Paraná. Mesmo entre as exportações dirigidas para as economias regionais citadas, havia grande desigualdade de participação, já que a economia regional do Distrito Federal e do Rio de Janeiro e a de São Paulo em conjunto absorviam mais de 60% das exportações internas sul-rio-grandenses.

Não é difícil de entender que a desigualdade da distribuição das exportações internas gaúchas derivava da diferenciação existente entre os volumes dos mercados das economias regionais que integravam a economia brasileira. Esta diferenciação, por sua vez, expressava a diversidade inter-regional relativa ao porte da atividade produtiva urbana, especialmente a industrial. Neste sentido, a

TABELA III - B

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS REGIONAIS BRASILEIRAS IMPORTADORAS DE MERCADORIAS ORIUNDAS DO RIO GRANDE DO SUL E DA EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES GAUCHAS PARA ESTAS MESMAS ECONOMIAS ENTRE 1919 E 1959

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA							PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RS							
ANOS	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL
1919	27,6	32,2	3,6	6,6	1,9	3,8	100,0	38,8	21,6	9,7	14,1	2,9	1,0	100,0
1939	23,1	40,7	1,4	5,5	2,1	2,3	100,0	42,0	29,0	6,3	7,7	3,3	3,3	100,0
1949	20,6	46,9	1,3	4,5	2,4	2,9	100,0	34,2	31,7	4,5	6,7	7,1	6,1	100,0
1959	17,6	55,6	1,7	2,6	2,2	3,2	100,0	27,0	37,6	3,3	4,7	10,3	7,2	100,0

TAXAS REAIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL							TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DAS EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RS							
PERÍODO	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL
1939/19	5,0	6,7	0,6	4,5	5,7	2,9	5,4	6,3	7,2	3,6	2,7	6,5	12,3	5,8
1949/39	6,8	10,6	7,7	6,3	10,1	10,8	8,5	5,9	9,4	4,3	6,6	16,7	15,0	8,0
1959/49	8,8	10,3	12,1	3,2	8,0	10,1	8,9	5,5	9,5	4,8	4,3	11,5	9,4	7,8
1959/19	6,4	8,6	5,1	4,6	7,4	6,6	7,1	6,1	8,6	4,2	4,2	10,5	12,5	7,1

ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (1919=1,00)							ÍNDICES DAS EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RS (1919=1,00)							
ANOS	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL	DF+RJ	SP	BA	PE	SC	PR	BRASIL
1919	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1939	2,63	3,65	1,12	2,41	3,03	1,76	2,88	3,37	4,02	2,03	1,71	3,50	10,25	3,11
1949	5,09	9,98	2,36	4,46	7,94	4,52	6,58	5,95	9,87	3,11	3,23	16,38	41,48	6,74
1959	11,83	26,67	7,36	6,10	17,10	12,93	15,46	10,76	26,86	5,18	5,14	54,11	111,26	15,43

FONTE: a) Para a Indústria: CANO, Wilson (1985). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA.

b) Para as exportações internas do Rio Grande do Sul de 1919: DOMINGUES, Hercílio (1929). Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul: estudo do comércio de exportação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, v.1 de 1939 e 1949; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS EXPORTAÇÕES 1920-41-42-44-45-83 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre: DEE.

d) Como deflator para os valores das exportações gaúchas, foi utilizado o Deflator Implícito do PIR.

NOTA: Os dados referentes as exportações internas gaúchas do ano de 1959 são na verdade de 1960.

distribuição não equitativa das exportações internas sul-rio-grandenses correspondia ao largo espectro da distribuição da atividade industrial e urbana pelo território nacional. De fato, na Tabela III - 8, se pode observar uma importante correspondência entre o volume do produto industrial de cada uma das economias regionais brasileiras e o montante das importações por elas realizadas ao Rio Grande do Sul.

A argumentação do parágrafo anterior justifica a suposição de que as exportações gaúchas dirigidas para cada uma das economias regionais brasileiras evoluíam de acordo com a dimensão industrial assumida por estas mesmas economias no decorrer do tempo. Tal suposição encontra confirmação empírica nos gráficos derivados da Tabela III - 8 (Gráficos III - 1, de A a G). Nestes gráficos, se vê claramente que, entre 1919 e 1959, o produto industrial das economias regionais observadas se relacionou positivamente com as exportações gaúchas para elas dirigidas.

Também se percebe da observação da Tabela III - 8 que, além da velocidade de expansão industrial, a distância do Rio Grande do Sul às economias regionais destinatárias foi importante para a definição da velocidade de expansão das vendas gaúchas para estas economias. Neste sentido, foram privilegiadas as exportações para Santa Catarina e o Paraná em detrimento das destinadas para as economias

TABELA III - 10

ÍNDICES DA EVOLUÇÃO REAL DO PRODUTO DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E DAS  
DAS EXPORTAÇÕES INTERNAS, EXTERNAS E TOTAIS NO RIO GRANDE DO SUL:  
1919/1959

1919=1.000

ANOS	Produto Industrial do RS (VTI)	Exportações Internas	Exportações Externas	Exportações Totais
1919	1.000	1.000	1.000	1.000
1939	2.584	3.109	1.983	2.639
1949	4.752	6.736	2.175	4.832
1959	10.253	13.085	2.881	8.826

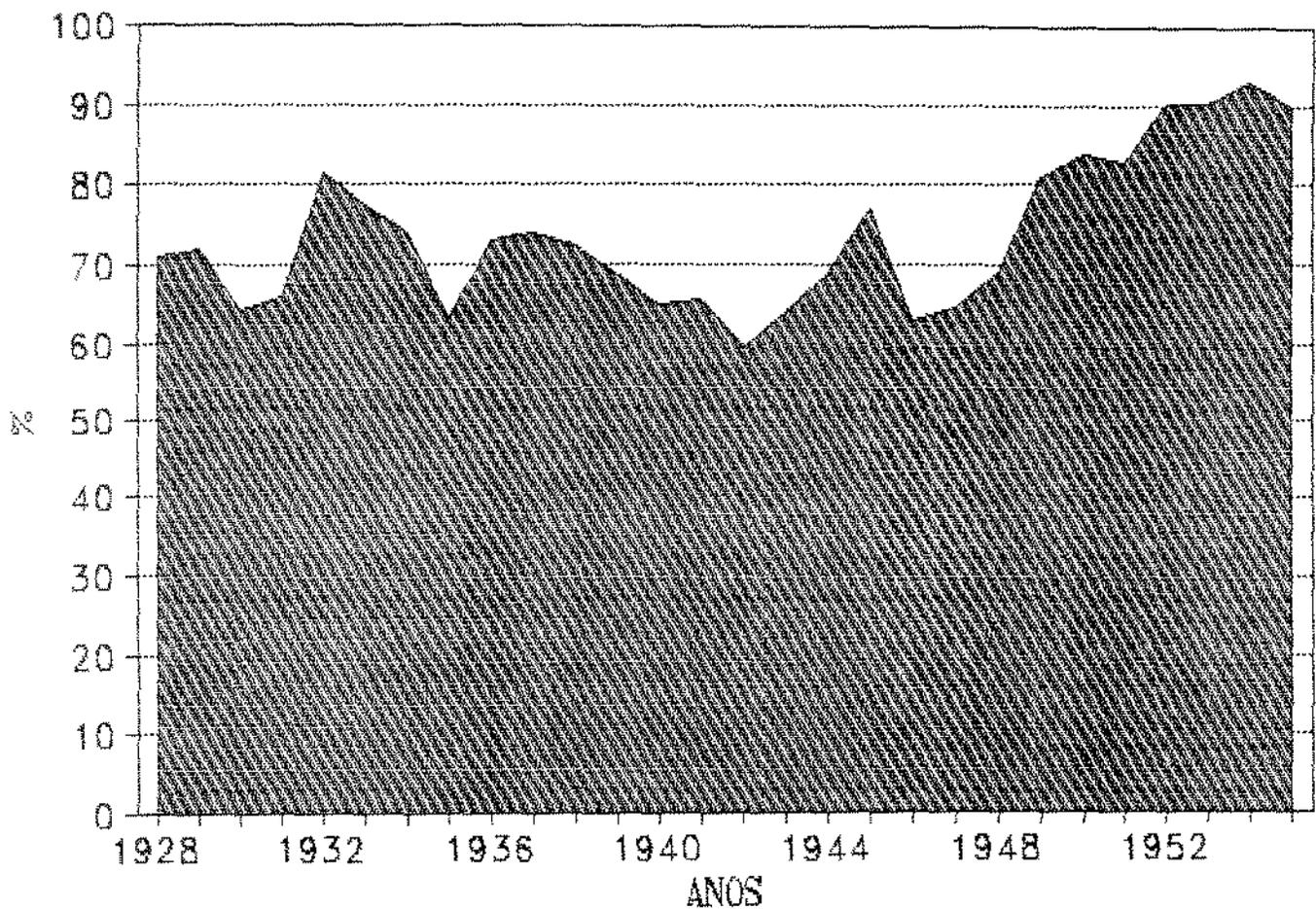
FONTES: a) índices corrigidos do Produto na Indústria de transformação (VTI): CANO, Wilson.(1985) Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Global. p.325, t.30.

b) Valores nominais das exportações do Rio Grande do Sul de 1919; DOMINGUES, Hercílio.(1929). Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul; estudo do comércio de exportação riograndense. Porto Alegre: Globo. v.I de 1939 a 1949, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO, 1920-1941, 1947-1950, 1953-1955, (1942, 1951, 1958). Porto Alegre: DEE. 1959, Exportação - Comércio Interno, D/M/VT.

c) Para corrigir as exportações gaúchas, foi utilizado o Deflador Implícito do PIB.

GRÁFICO III-5

# EXPORTACOES DO RS PARA OUTROS ESTADOS PARTIC. NAS EXPORT. TOTAIS (1928/1955)

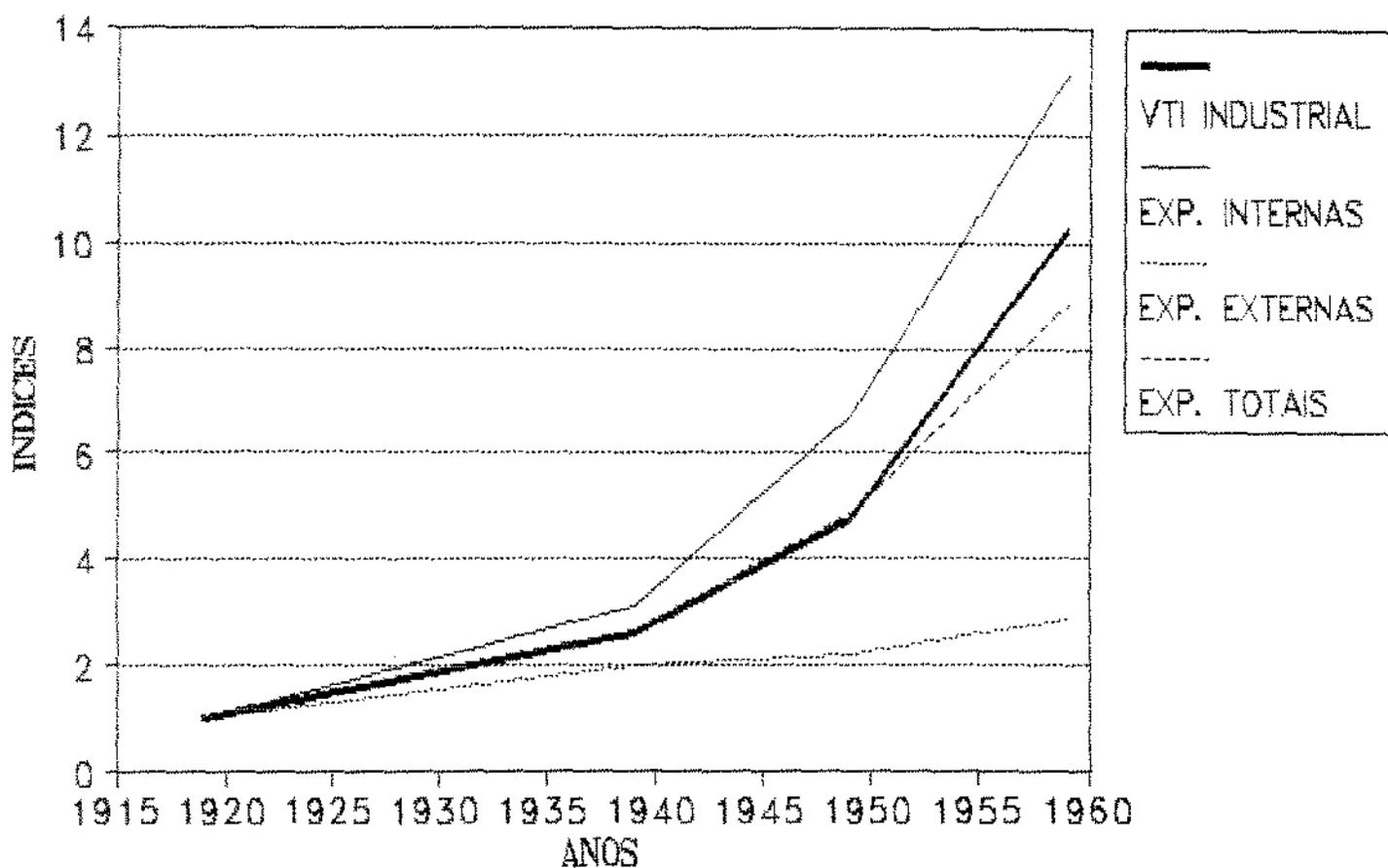


FONTE: TABELA III-11

GRÁFICO III-4

# INDUSTRIA E EXPORTACOES NO RS: 1919/59

INDICES DE EVOLUCAO (1919=1,000)

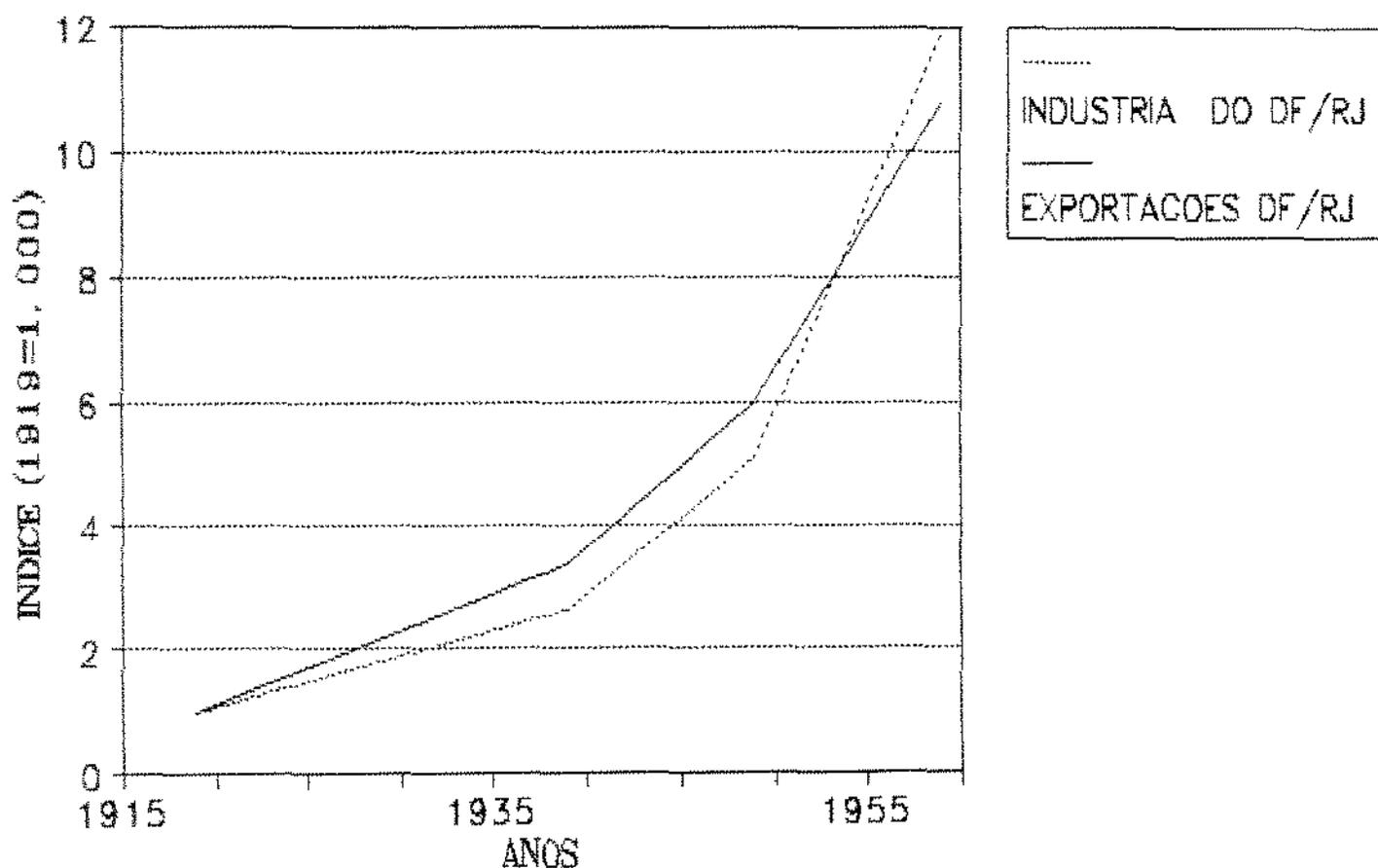


FONTE: TABELA III-10

GRÁFICO III-1.X

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DO DF/RJ E MERCADO PARA O RS

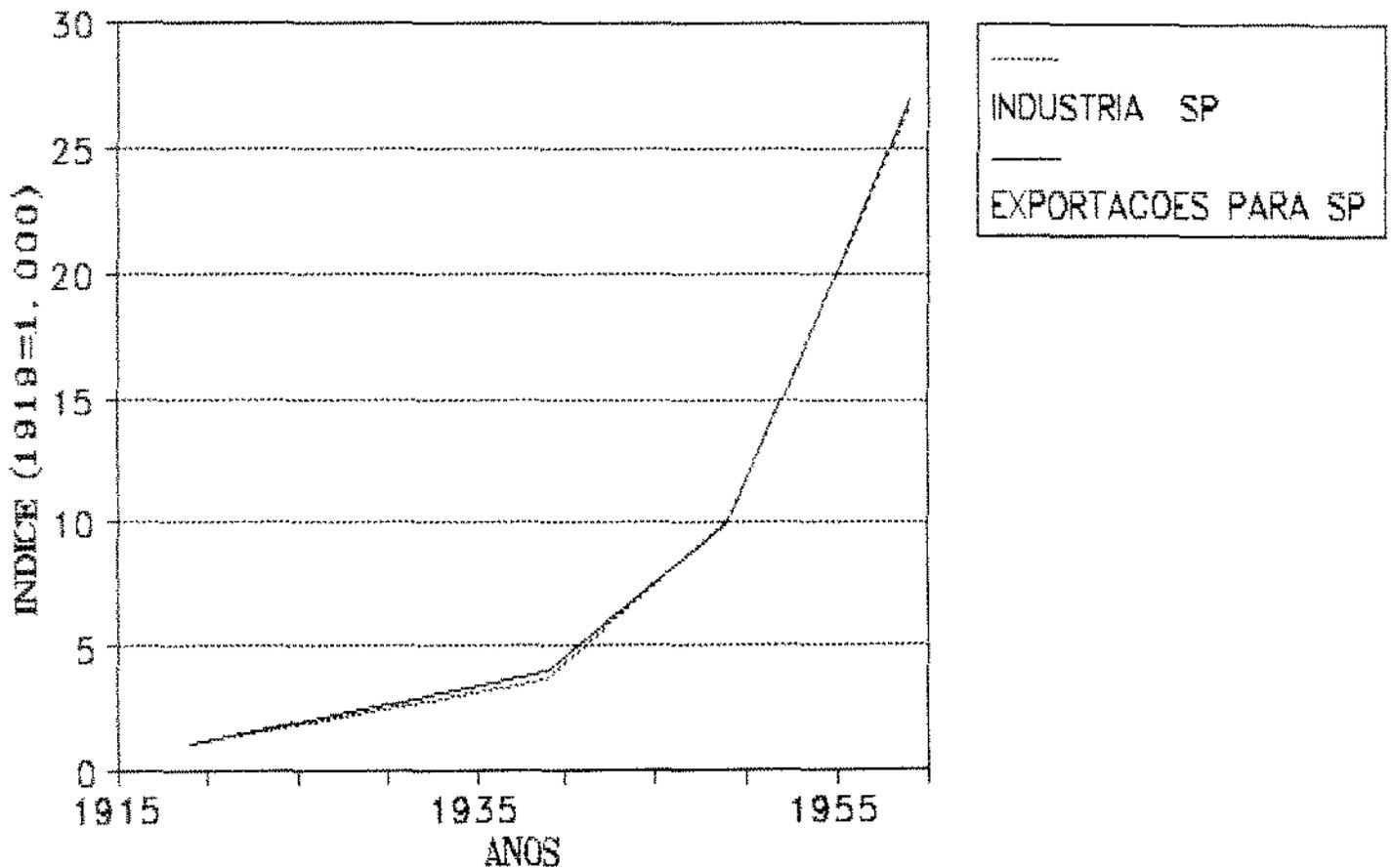


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.B

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DE SP E MERCADO PARA O RS

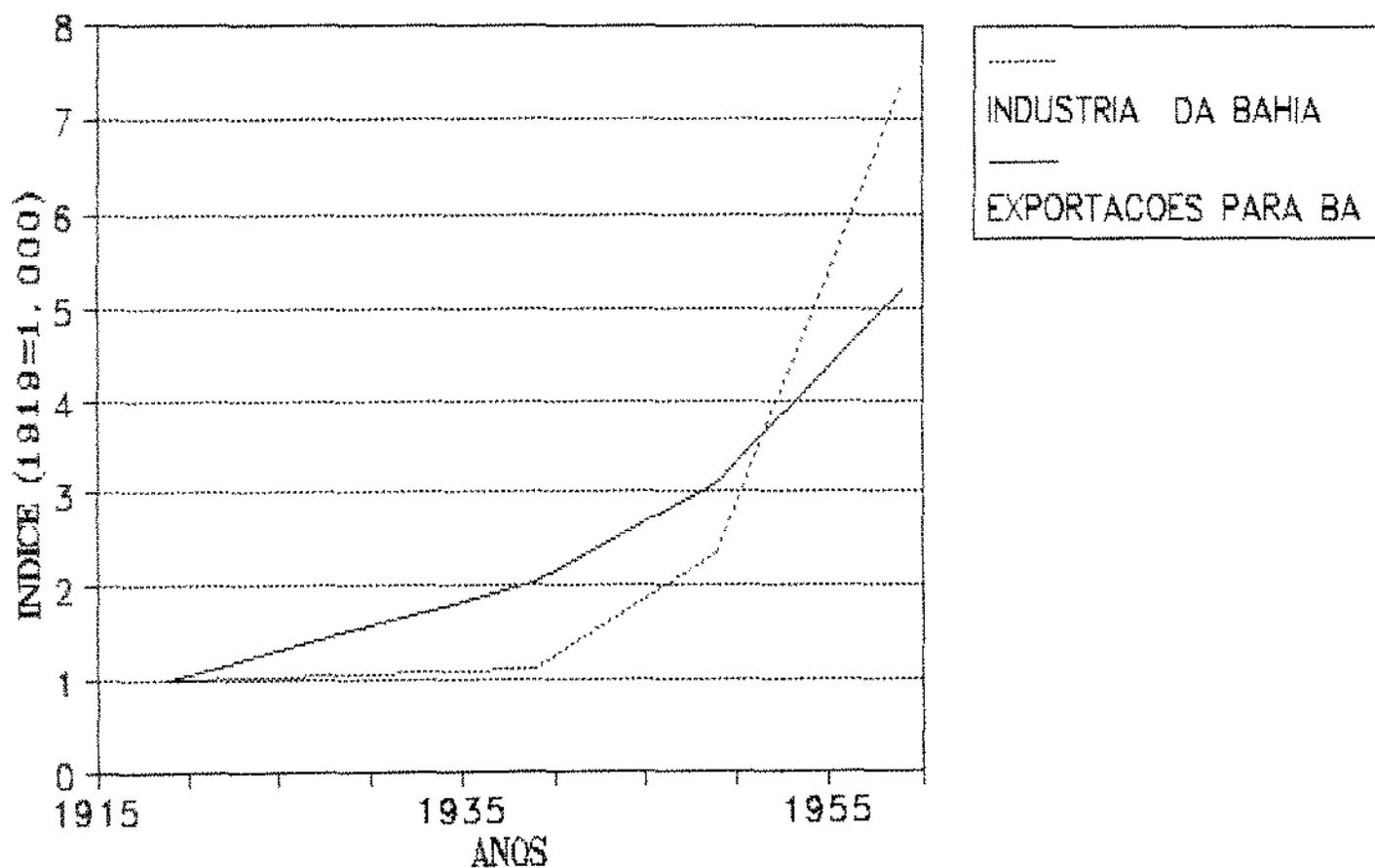


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.C

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS: 1919/1959

## INDUSTRIA DA BAHIA E MERCADO PARA O RS

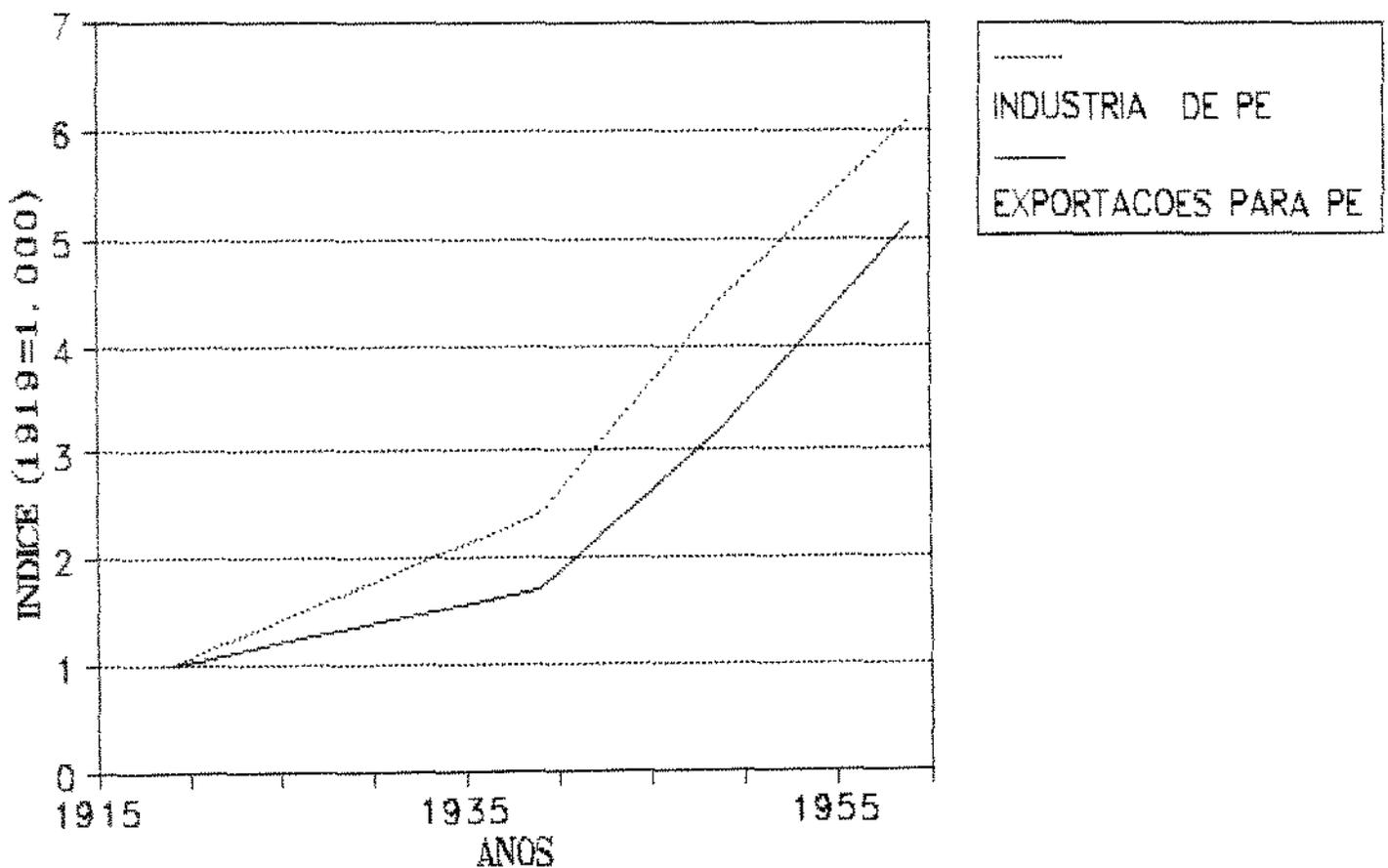


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.D

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DE PE E MERCADO PARA O RS

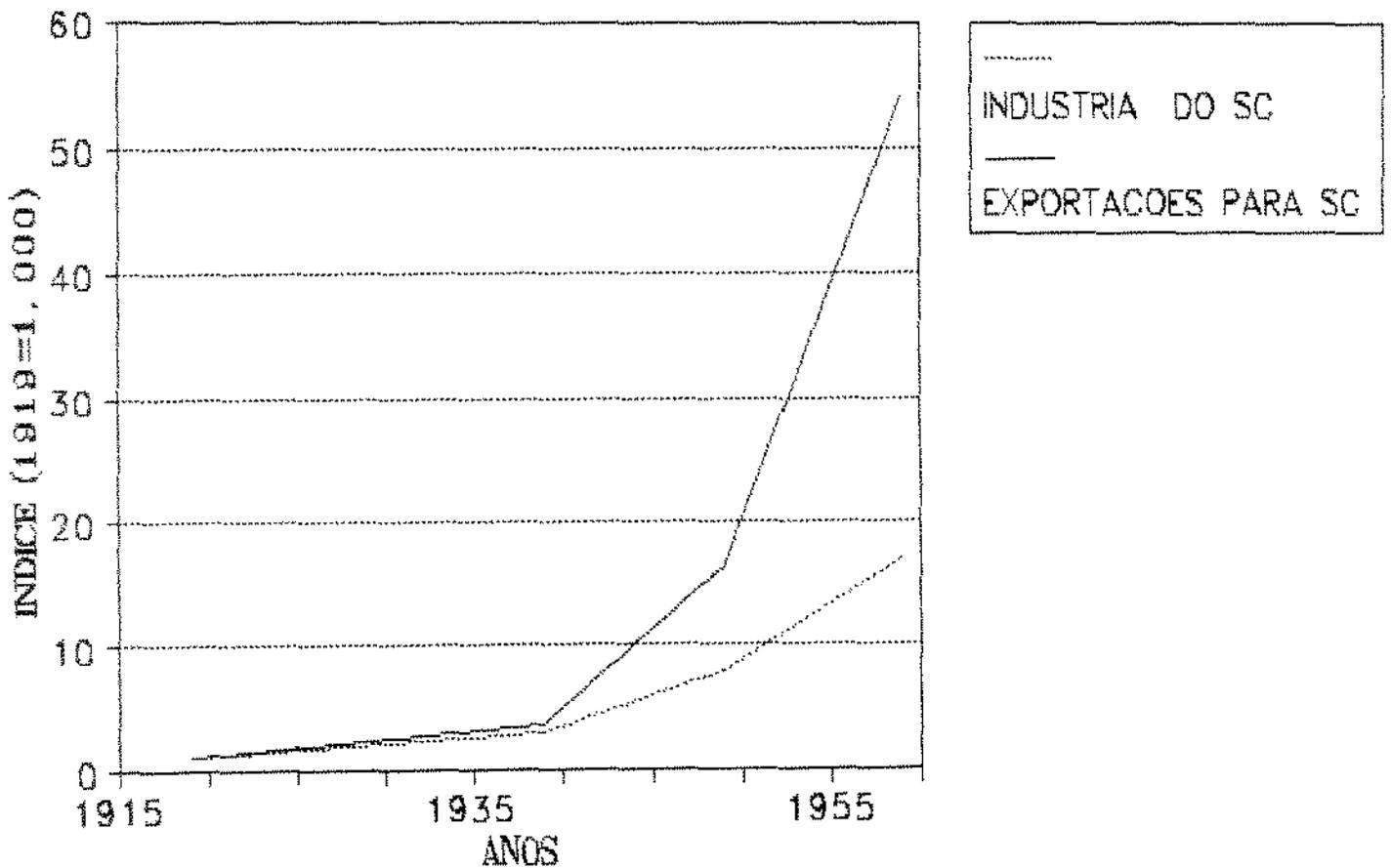


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.E

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DE SC E MERCADO PARA O RS

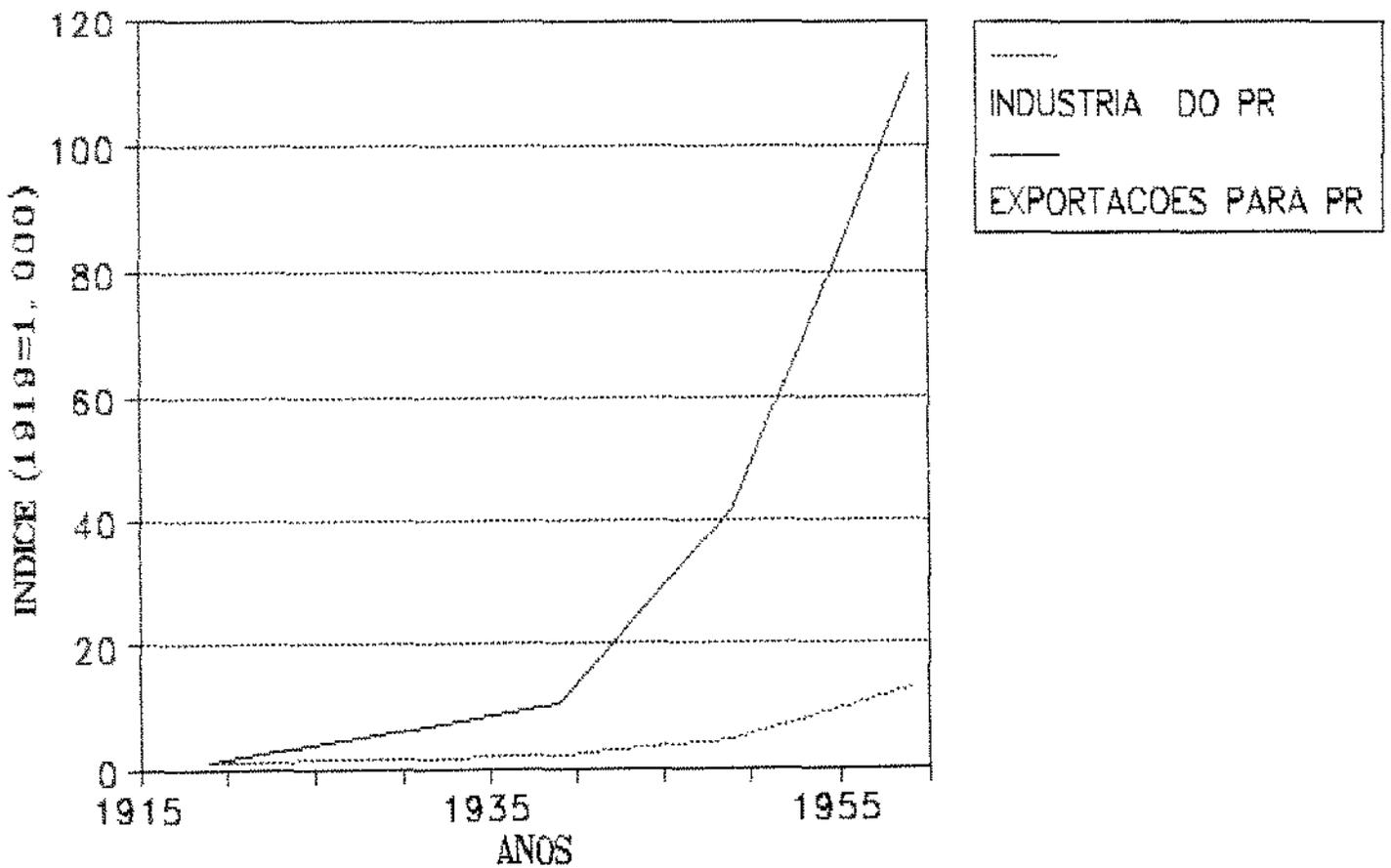


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.F

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DO PR E MERCADO PARA O RS

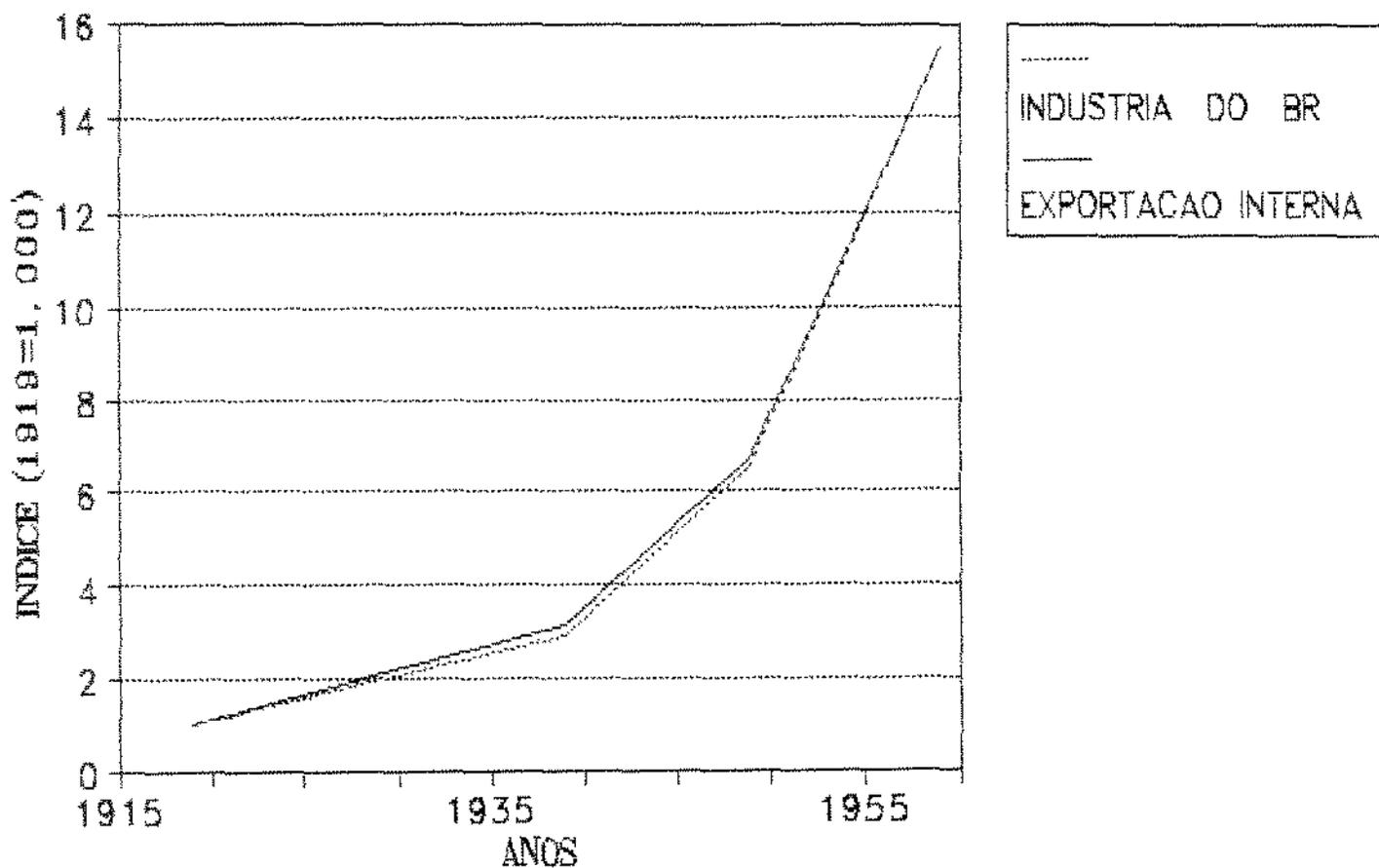


FONTE: TABELA III-8

GRÁFICO III-1.G

# EXPORTACOES INTERNAS DO RS:1919/1959

## INDUSTRIA DO BR E MERCADO PARA O RS



FONTE: TABELA III-8

regionais mais distantes, especialmente, a Bahia e Pernambuco.<sup>115</sup>

De qualquer forma, a conclusão mais importante que deriva do exame até aqui realizado dos dados das exportações gaúchas dirigidas para outras economias regionais periféricas é a de que se justifica pensar na existência durante o período em estudo de uma cadeia de relações causais que hierarquizava o produto industrial de cada economia regional brasileira frente aos mercados que lhes eram contíguos e estes mercados, diante das exportações gaúchas dirigidas para as mesmas economias.

Contudo, é importante não esquecer que, como se fez questão de relembrar ao princípio deste item, o produto industrial de cada uma das diversas economias regionais periféricas brasileiras se submetia, no contexto da industrialização restringida no Brasil, à expansão relativamente autônoma que então se processava em São Paulo. Por isto, a descrição da cadeia de relações causais explicitada no parágrafo anterior só se completa na medida em que se admite que referida expansão constitui seu primeiro elo. Assim, durante a industrialização restringida brasileira, encadeavam-se de forma hierarquizada, a expansão relativamente autônoma da economia regional paulista, o

<sup>115</sup> A este respeito, além da atividade produtiva urbana, especialmente a industrial, e das distâncias entre o Rio Grande do Sul e o destino das mercadorias exportadas, há que considerar também a maior ou menor coincidência entre a estrutura produtiva agro-pecuária sul-rio-grandense e os hábitos alimentares nas diversas economias regionais brasileiras.

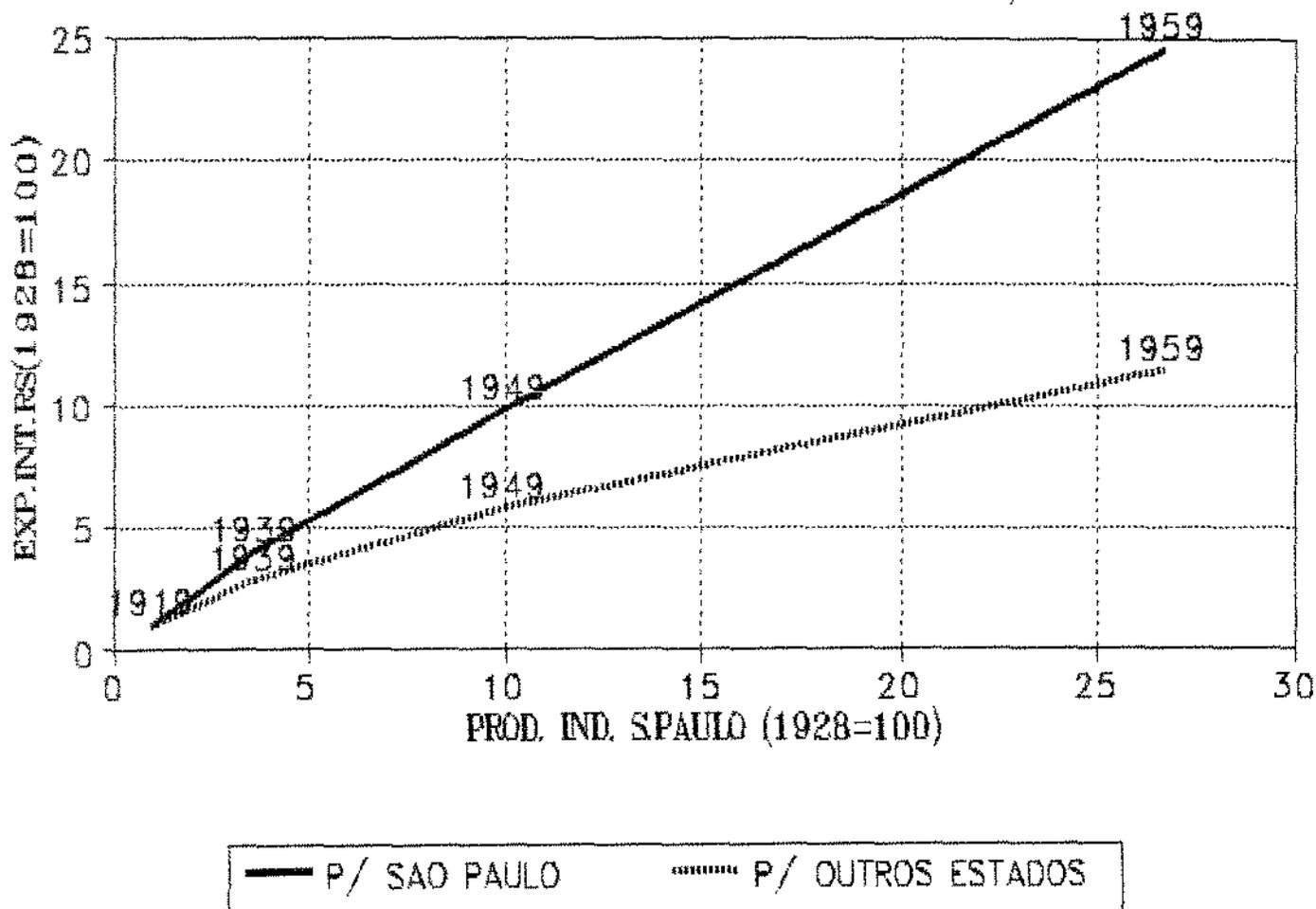
produto industrial das diversas economias regionais periféricas, os mercados que lhes eram contíguos e as exportações gaúchas destinadas às mesmas economias.

A cadeia de relações aludida no parágrafo anterior descreve a vinculação indireta entre o avanço da industrialização restringida brasileira e as exportações sul-rio-grandenses do mesmo período para as demais economias regionais periféricas brasileiras. A confirmação empírica de tal vinculação se tem no Gráfico III - 2, que mostra que, de fato, a evolução do produto industrial paulista - importante expressão da expansão relativamente autônoma que tinha lugar no centro dinâmico da acumulação de capital no Brasil - se relacionava positivamente com as exportações inter-regionais gaúchas para as demais economias regionais periféricas brasileiras.<sup>116</sup>

<sup>116</sup> É importante chamar atenção para outra conclusão a que se chega a partir da cadeia de relações causais que, entre 1930 e 1955, vinculava o crescimento do produto industrial de cada economia regional brasileira, os mercados adstritos a estas economias e as exportações gaúchas para elas dirigidas. Esta conclusão se refere à redistribuição das exportações internas do Rio Grande do Sul que ocorreu durante a industrialização restringida brasileira, conforme se pode observar na Tabela III - 7. Se percebe através das mesmas relações porque as economias regionais portadoras de mais intenso crescimento industrial - São Paulo, Santa Catarina e Paraná - empreendiam importações ao Rio Grande do Sul que se expandiam mais rapidamente do que as aquisições efetivadas pela economias regionais cuja aceleração industrial era menor. Com isto se explica a redistribuição das exportações internas do Rio Grande do Sul através da disparidade inter-regional de crescimento industrial no Brasil entre 1930 e 1955. No contexto desta redistribuição, a economia regional formada pelo Distrito Federal e o Rio de Janeiro perdeu a posição de mais importante mercado interno do Rio Grande do Sul, posição esta que passou a ser ocupada pela economia paulista.

GRÁFICO III-2

# INDICES DAS EXPORT. INTERNAS DO RS E DO PRODUTO INDUSTRIAL DE SP: 1919/1959



FONTE: TABELA III-9

Tabela III-9

INDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E  
EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RIO GRANDE DO SUL  
ENTRE 1919 E 1959

(1919 = 1.000)

ANOS	INDICES		
	DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	DAS EXPORTAÇÕES GAUCHAS PARA SÃO PAULO	PARA OUTROS ESTADOS
1919	1,000	1.000	1.000
1939	3,648	4,021	2,657
1949	9,976	9,869	5,871
1959	26,667	24,524	11,465

FONTES: a) Para os índices da produção industrial em São Paulo: CAND, Wilson (1985). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970. Global/IPEA.

b) Para as exportações internas do Rio Grande do Sul de 1919: DOMINGUES, Hercílio (1929). Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul: estudo do comércio de exportação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, v.1 1939 a 1949: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS EXPORTAÇÕES 1920-41, 42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre, DEE, 1959: Exportação- Comércio Interno, D/M/VT.

c) Como deflator para as exportações gaúchas, foi utilizado o Deflator Implícito do PIB.

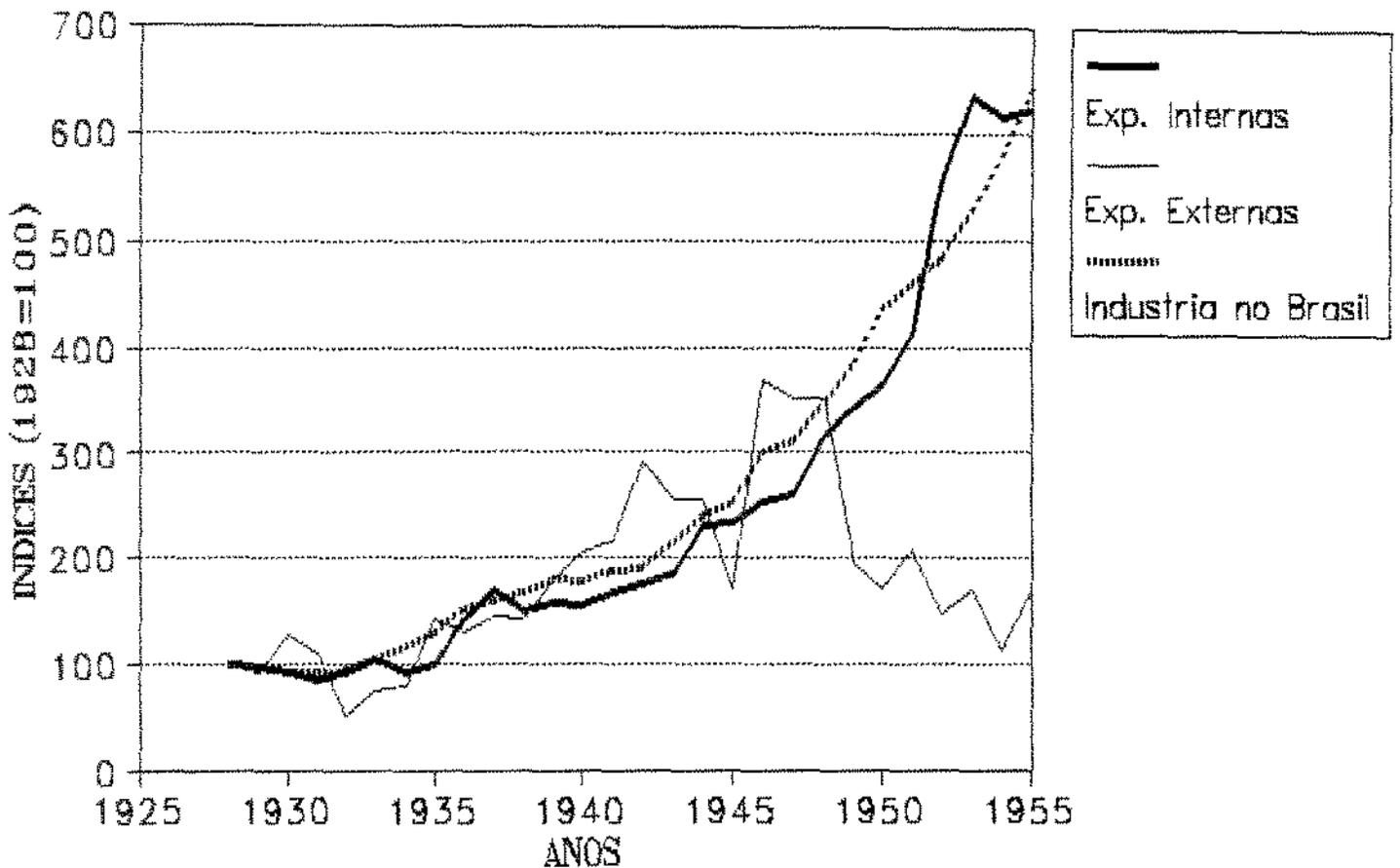
Ao início deste item mostrou-se que, durante a industrialização restringida, a expansão econômica no centro dinâmico da acumulação de capital impunha diretamente o crescimento das exportações inter-regionais gaúchas. Agora se acaba de mostrar que a mesma expansão também tinha por consequência induzir indiretamente o acréscimo continuado das vendas de mercadorias gaúchas para outras economias regionais periféricas. Desta maneira, tem-se como conclusão deste item que o avanço da industrialização restringida no Brasil se constituía na principal razão da intensidade do crescimento das exportações internas gaúchas no período estudado. Considerando a evolução do produto industrial brasileiro como um indicador adequado do vigor com que se dava o avanço da industrialização restringida, tem-se no Gráfico III - 3 a confirmação empírica da referida conclusão. Neste gráfico, se vê que o produto industrial brasileiro e as exportações internas do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 cresceram de forma quase que coincidente.

### 3.2.2 - As Exportações Inter-regionais Gaúchas e o Crescimento Industrial no Rio Grande do Sul

No item anterior se buscou descrever, para o caso específico do Rio Grande do Sul, a relação existente entre o avanço da industrialização restringida brasileira e o crescimento das exportações inter-regionais. Neste item, se tem com objetivo explicitar os vínculos que se impunham

GRÁFICO III-3

## EXPORTACOES DO RIO GRANDE DO SUL E PRODUCAO INDUSTRIAL NO BRASIL:1928/55



FONTE: TABELA III-11

entre o crescimento das mesmas exportações e o acréscimo do produto industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Com isto, se terá oportunidade de completar a exposição de caráter específico da relação entre a industrialização restringida brasileira e o processo de expansão industrial gaúcho previsto neste item.

Ao completar a referida exposição, será alcançado o objetivo da presente seção. Como se disse, este objetivo é o de oferecer suporte para que, na quarta seção deste capítulo, se empreenda a superação de uma específica razão da insuficiência do patamar de abstração relativa ao processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. A razão da insuficiência a que se está aludindo é a relativa à carência de comprovação empírica e de especificidade descritiva que subsistiu no segundo capítulo na própria afirmação de que a indústria gaúcha assumiu posição periférica no movimento consubstanciado pela industrialização restringida brasileira.

Já se viu neste trabalho que a indústria gaúcha, dado o exíguo grau de integração propiciado à sua estrutura produtiva pelo desenvolvimento capitalista pretérito sul-rio-grandense, era, ao fim dos anos vinte deste século, incapaz de realizar um movimento de expansão industrial relativamente autônomo ao crescimento do mercado de outras economias, pertencessem eles a outras economias regionais brasileiras ou a outras economias nacionais. A incapacidade aludida estava relacionada, como se disse, à impossibilidade

material de, em condições de exígua diversificação da estrutura produtiva, se impor no Rio Grande do Sul a auto-estimulação departamental implícita no dito movimento de expansão industrial relativamente autônomo.

Uma vez aceito que a exígua integração da estrutura produtiva industrial propiciada pelo desenvolvimento capitalista pretérito no Rio Grande do Sul derivava na impossibilidade de um movimento expansivo embasado auto-estimulação departamental, torna-se fácil entender que o crescimento da indústria gaúcha no período 1930/55 se viabilizava através dos mercados de exportação com que contava a economia sul-rio-grandense. A relação entre o crescimento industrial e as exportações gaúchas é claramente confirmada pelo exame do Gráfico III - 4.

Se as exportações gaúchas eram tão importantes para o crescimento industrial no Rio Grande do Sul do período 1930/55, entre elas, havia larga predominância das dirigidas para outros estados brasileiros. O predomínio das exportações internas do Rio Grande do Sul, o qual pode ser constatado no Gráfico III - 5, precede em muito a década de 1930.<sup>117</sup> Não tendo conseguido expandir mais

<sup>117</sup> Por exemplo, no período que vai de 1901 a 1930, as vendas inter-regionais gaúchas participaram em média com 73,4% das exportações totais sul-rio-grandenses. Esta percentagem seria maior não fosse o curto ciclo de exportação de carne congelada gaúcha para os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Os dados brutos para o cálculo da participação média das exportações internas sul-rio-grandenses entre 1901 e 1930 são de Hercílio Domingues e foram publicados em "Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul: estudo do comércio da exportação rio-grandense" de 1929. Estes dados foram

significativamente as exportações para o mercado externo, o Rio Grande do Sul, desde meados do século passado, vendia importante volume de produtos para os mercados das então pouco diversificadas economias regionais do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco e da Bahia. Por isto, desde que as vendas para outras economias regionais ou outros países se tornaram importantes para o Rio Grande do Sul, as exportações internas sul-riograndenses, como regra geral, superaram a 2/3 das mesmas vendas. Neste sentido, merece destaque o fato de que o predomínio referido se constitui em notável peculiaridade da economia gaúcha dentre as mais importantes economias regionais brasileiras até os anos cinquenta deste século. O caráter peculiar de tal predomínio é amplamente aceito, tendo, inclusive, servido de base à conhecida tese de ter ocorrido no Rio Grande do Sul um "precoce desenvolvimento voltado para dentro" da economia nacional.<sup>118</sup> O predomínio em questão só deixou de ser peculiar a partir da década de cinquenta quando, as exportações internas superaram as internacionais na maioria das economias regionais brasileiras.<sup>119</sup>

Resultava da peculiar predominância indicada que as exportações totais gaúchas tendiam a oscilar de acordo reunidos e sistematizados por Renato Dalmasco, da Fundação de Economia e Estatística.

<sup>118</sup> Conforme Castro (1972, p. 42 a 47).

<sup>119</sup> Conforme Cano (1985, p. 181).

TABELA III-11  
 Exportações do Rio Grande do Sul segundo o seu destino e  
 Produção Industrial Brasileira: 1928/1955

Anos	Exportações Gauchas			Produção Industrial no Brasil		
	Índices da Evolução (1928 = 100)	Composição Percentual segundo o Destino		Índices da Evolução da Indústria de Transformação		
	para outros estados	para exterior	totais	para outros estados	para Exterior	(1928 = 100)
1928	100,0	100,0	100,0	71,1	28,9	100,0
1929	97,8	93,8	96,6	72,0	28,0	97,8
1930	93,6	128,1	103,6	64,3	35,7	91,2
1931	86,6	111,3	93,7	69,7	34,3	92,3
1932	95,1	52,7	82,9	81,6	18,4	93,6
1933	106,5	75,9	97,7	77,6	22,4	104,6
1934	92,2	80,0	88,7	74,0	26,0	116,2
1935	99,4	143,3	112,1	63,1	36,9	130,0
1936	142,5	129,4	138,7	73,1	26,9	152,4
1937	170,7	145,8	163,5	74,3	25,7	160,6
1938	151,6	143,9	149,4	72,2	27,8	166,6
1939	158,9	179,0	164,7	68,6	31,4	182,1
1940	155,5	206,4	170,2	65,0	35,0	177,1
1941	166,6	215,5	180,7	65,6	34,4	188,5
1942	174,7	292,0	208,6	59,6	40,4	191,1
1943	184,1	256,5	205,0	63,9	36,1	216,9
1944	230,3	255,8	237,6	68,9	31,1	240,1
1945	233,9	171,9	216,0	77,0	23,0	253,3
1946	253,7	368,9	286,9	62,9	37,1	300,2
1947	281,4	352,5	287,7	64,6	35,4	310,1
1948	316,3	350,9	328,3	69,0	31,0	348,2
1949	344,4	196,3	301,6	81,2	18,8	386,6
1950	363,4	170,8	307,8	84,0	16,0	435,6
1951	413,6	208,6	354,4	83,0	17,0	458,7
1952	556,9	147,1	438,6	90,3	9,7	484,4
1953	636,2	171,7	502,2	90,1	9,9	529,5
1954	616,1	112,3	470,7	93,1	6,9	578,7
1955	623,5	170,2	492,7	90,0	10,0	643,0

FONTE: a) Para as exportações gauchas: ANUARIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO - 1920-41-42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre: DEE.

b) Como deflator das exportações gauchas, foi utilizado o Deflator Implícito do PIB.

com as variações das vendas destinadas para outras economias regionais brasileiras. (Gráfico III - 6) Deste modo, conforme é corroborado pelo Gráfico III - 4, eram principalmente as exportações inter-regionais as responsáveis pela impulsão da indústria gaúcha ao crescimento de sua atividade produtiva.

Estas exportações inter-regionais se concentravam fortemente em produtos primários. A confirmação de tal assertiva se tem na Tabela III - 13 que apresenta a composição da pauta das exportações internas do Rio Grande do Sul considerando os vinte grupos de produtos mais representativos da mesma pauta no período de 1939 a 1947.<sup>120</sup> Dentre estes grupos de produtos, os compostos por mercadorias destinadas a servir de alimentação humana e de matérias primas industriais (classes II e III) não só eram quase sempre oriundos da agropecuária como também participavam com aproximadamente 80% do volume das vendas para outras economias regionais brasileiras. Um olhar mais aproximado mostraria que, na composição das exportações internas sul-rio-grandenses, tinham maior peso as mercadorias cuja produção o Rio Grande do Sul contava com consideráveis vantagens competitivas no mercado nacional decorrentes de fatores de ordem natural ou histórica. Da agricultura, provinham principalmente o feijão, o arroz, o

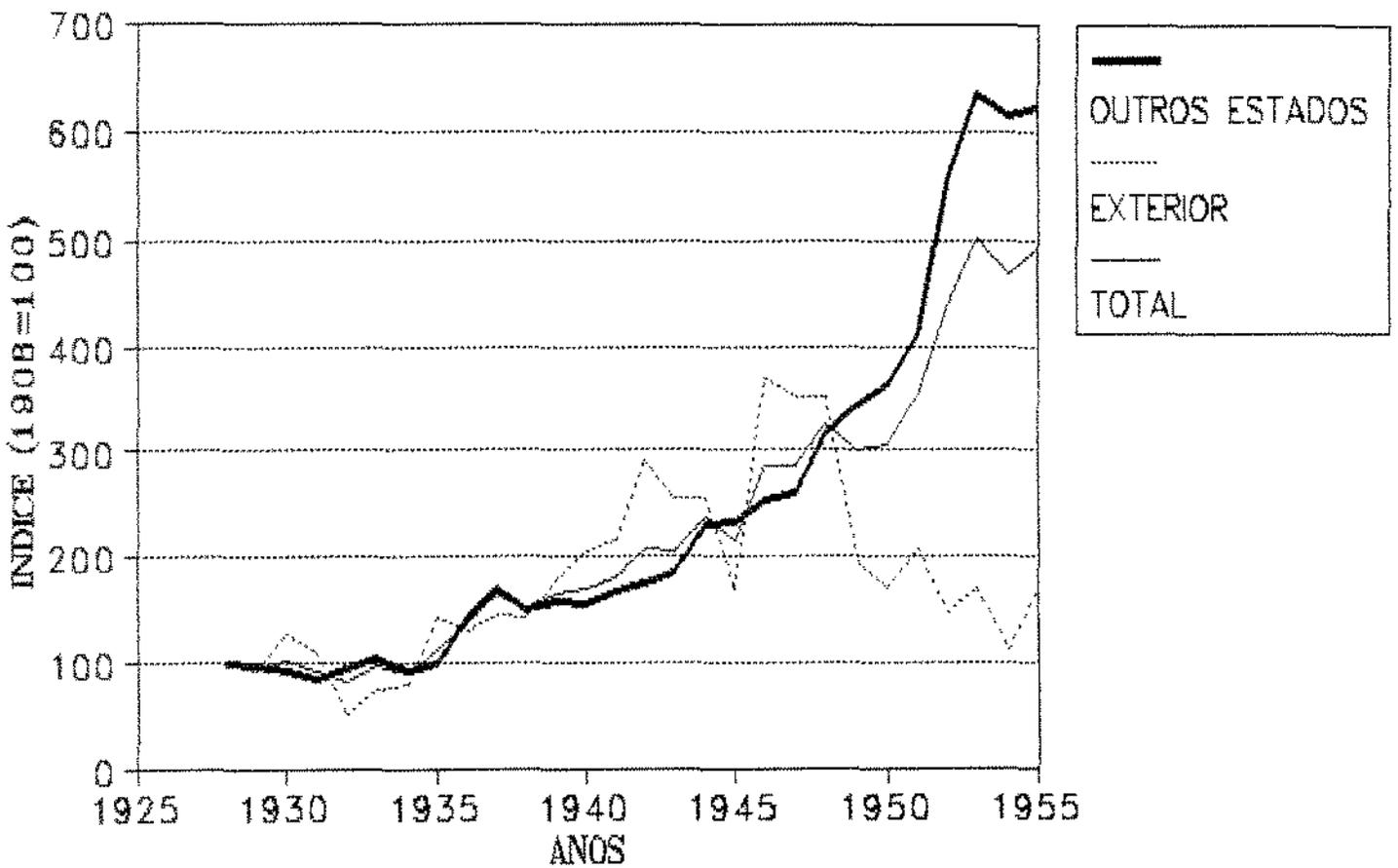
---

<sup>120</sup> Estes produtos abarcavam aproximadamente 90% das exportações internas sul-rio-grandenses do mesmo período.

GRÁFICO III-6

# VOLUCAO DAS EXPORTACOES DO RS: 1928/55

## MERCADO INTERNO, EXTERNO E TOTAL



FONTE: TABELA III-11

TABELA III-12

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES  
GAUCHAS: 1913 A 1972

PERÍODO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES GAUCHAS					
	INTERNAS				EXTERNAS	TOTAL
	P/ SP	P/ DF e RJ	P/ OUTRAS ECONOMIAS e PERIF.	SUB-TOTAL		
1913-28	16,4	21,3	25,1	62,8	37,2	100,0
1928-55	35,6	27,4	31,9	94,6	5,2	100,0
1955-72	24,5	6,1	32,3	63,0	37,0	100,0
1913-72	26,7	11,2	32,0	69,9	30,1	100,0

FONTES: a) Para 1913, DOMINGUES, Hercilio(1929). NOTAS SOBRE A evolução econômica do Rio Grande do Sul: estudo do comércio de exportação rio-grandense. Porto Alegre, Globo, v.1.

b) Para 1928 e 1955, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE EXPORTAÇÃO 1920-41 e 1953-55 (1942, 1958). Porto Alegre, DEE.

c) Para 1972, Exportação - Comércio Interno - D/M/VT.

d) Como deflator das exportações gauchas, foi utilizado o Deflator Implícito do PIB

fumo e os vinhos.<sup>121</sup> Da pecuária, se originavam sobretudo as exportações de carne bovina e suína (congelada, em conserva, ou salgada), de banha, de toucinho, de graxa, de lã e de couros e peles preparados ou curtidos.<sup>122</sup> Adicionando aos produtos citados, as vendas relativas às manufaturas tanto da lã (tecidos, roupas e cobertores) e como de couros e peles (calçados), cujas matérias primas se originavam precipuamente na pecuária gaúcha, vê-se que as exportações internas do Rio Grande do Sul compunham-se aproximadamente em 9/10 de produtos de origem primária, transformados ou não, produtos estes para os quais se contava com considerável vantagem competitiva no Rio Grande do Sul.

O que foi até aqui exposto neste item permite concluir a respeito dos vínculos existentes entre o crescimento das exportações internas sul-rio-grandenses e o acréscimo do produto industrial no Rio Grande do Sul.

Foi dito inicialmente que, em função do restrito desenvolvimento capitalista pretérito, a estrutura industrial gaúcha contava no início da industrialização restringida brasileira com um grau de integração que era muito exíguo para viabilizar o crescimento da economia regional a partir da auto-estimulação dos segmentos

---

<sup>121</sup> A partir de meados da década de quarenta se tornam progressivamente importantes as exportações inter-regionais de trigo.

<sup>122</sup> Também o carvão em alguns anos chegou a ser significativo na pauta de exportações sul-rio-grandenses para outros estados brasileiros. Contudo, no período analisado como um todo, sua participação é muito baixa.

TABELA III-13

COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RIO GRANDE DO SUL SEGUNDO A CLASSE E A SUB-CLASSE DOS PRODUTOS SELECIONADOS, 1939 A 1947

DISCRIMINAÇÃO DOS VINTE MAIS IMPORTANTES GRUPOS DE PRODUTOS SEGUNDO A CLASSE E A SUB-CLASSE DE PRODUTOS (1)	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES GAUCHAS EM					ORDEM (2)
	1939	1941	1943	1945	1947	
TOTAL DA PARTICIPAÇÃO DOS VINTE PRIMEIROS PRODUTOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
CLASSE II - MATERIAS PRIMAS	17,1	24,2	26,5	26,3	17,4	
Sub-classe - De origem animal						
Corpos graxos de origem animal e produtos de sua dissociação.....	1,8	2,1	2,3	2,2	1,2	15
Couros e peles (preparados ou curtidos).....	2,6	3,7	6,3	6,4	3,0	8
Sub-classe - De origem vegetal						
Vegetais proprios para medicina, industrias e outros usos (3)....	6,3	6,0	4,2	7,7	6,9	6
Corpos graxos de origem vegetal e produtos de sua dissociação....	1,5	2,6	2,9	3,0	1,7	13
Sub-classe - De origem textil e sintetica						
La, seda e outros texteis de origem animal (4).....	4,9	9,8	10,8	6,9	4,5	4
CLASSE III - PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO E FORRAGEM	65,5	56,8	48,1	53,6	63,7	
Sub-Classe - De origem vegetal						
Bebidas (5).....	5,7	7,7	7,6	6,6	6,4	5
Cereais, hortaliças, legumes e seus produtos (6).....	24,6	22,9	15,1	16,4	15,6	1
Outros produtos vegetais(SCIII-1).....	4,9	2,2	3,1	3,7	4,7	10
Sub-Classe - De origem animal						
Produtos de matadouros e caca (7).....	15,9	14,0	11,3	15,5	16,7	2
Produtos de pesca.....	1,7	1,8	2,4	2,6	2,2	14
Produtos animais nao classificados(SCIII-2) (8).....	12,6	8,3	8,6	8,8	18,1	3
CLASSE IV - MANUFATURAS	17,4	19,0	25,4	20,1	19,0	
Sub-Classe - De origem animal						
Manufaturas de peles e couros (9).....	4,4	4,3	5,5	5,1	4,9	7
Sub-Classe - De origem vegetal						
Grupos excluidos de manufaturas de origem vegetal(SCIV-2).....	1,3	1,4	1,5	1,4	1,6	16
Sub-Classe - De origem vegetal						
Manufaturas de ferro, aço e suas ligas.....	2,9	4,3	3,6	1,8	1,7	12
Sub-Classe - De texteis e materias-primas sinteticas						
Manufaturas de algodao.....	0,6	1,0	1,1	1,4	1,3	17
Manufaturas de lá e seda (10).....	2,5	2,3	3,8	3,9	3,2	11
Sub-Classe - Manufaturas Diversas						
Obras de cutelaria e accessorios, ferramentas, utensilios diversos;	0,0	0,0	1,8	1,2	1,3	18
Outras maquinas e aparelhos nao classificados.....	0,7	0,5	1,2	0,8	1,3	19
Varios artigos(SCIV-6).....	4,5	4,1	5,6	3,7	2,7	9
Grupos excluidos(SCIV-6).....	0,6	1,1	1,2	0,8	1,0	20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ANUARIO ESTATISTICO 1920-41, 1941-43, 1945-47 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre: DEE.

NOTAS: 1) A CLASSE I - ANIMAIS VIVOS - nao atingiu valores significativos no periodo abrangido por esta tabela;  
2) Esta coluna mostra a ordem dos produtos segundo o seu volume medio nos anos apontados; 3) Principal produto: fumo em folha;  
4) Principais produtos: las de varios tipos; 5) Principais produtos: vinhos, especialmente tintos em barris; 6) Principais produtos: arroz, feijao e farinha de mandioca; 7) Principais produtos: charque, carne suina salgada, carne suina e bovina congelada e carne suina em conserva; 8) Principais produtos: bacba suina, toucinhos, e graxa bovina; 9) Principais produtos: calcados de

produtivos nela contidos. Neste sentido, a indústria no Rio Grande do Sul só poderia expandir-se à base das exportações inter-regionais ou internacionais levadas a cabo pela economia regional gaúcha. O exame dos dados pertinentes ao assunto confirmam que, de fato, a indústria no Rio Grande do Sul crescia no período de 1930 a 1955 de forma vinculada às exportações sul-rio-grandenses.

Por sua vez, estas exportações realizavam-se com a preponderância das vendas dirigidas para outras economias regionais no Brasil. A referida preponderância, constituindo notável peculiaridade no contexto brasileiro de então, conferia grande peso das vendas inter-regionais gaúchas na determinação da evolução das exportações totais sul-rio-grandenses. Por isto, se pode dizer que, do ponto da realização das mercadorias produzidas, a expansão da indústria gaúcha no período estudado se viabilizava preponderantemente através das exportações inter-regionais empreendidas pela economia sul-rio-grandense.

Além disto, é preciso ter presente que as exportações internas da economia regional sul-rio-grandense eram compostas, em elevada proporção, por produtos agropecuários nos quais o Rio Grande do Sul contava com considerável vantagem competitiva de ordem natural ou histórica no mercado nacional. Sendo assim, a relação entre as exportações internas sul-rio-grandenses e o crescimento industrial no Rio Grande do Sul se consubstanciava, sobretudo, por meio da produção agropecuária. Dito de outra

forma, as mesmas exportações, através do estímulo à produção primária, incrementavam o mercado adstrito à economia gaúcha e o acréscimo deste induzia a indústria sul-rio-grandense à expansão.

A argumentação exposta no parágrafo anterior, é confirmada pela Tabela III - 14. Nesta tabela se vê que - pelo menos no período estudado para o qual se dispõe de informações - as exportações internas sul-rio-grandenses tinham grande peso frente à renda interna gerada na agricultura, na indústria e no conjunto da economia gaúcha. Além disto, a mesma tabela corrobora a tese de que a indústria crescia estimulada pela expansão das exportações internas do Rio Grande do Sul.<sup>123</sup>

Uma vez explicitados os vínculos que se impunham entre o crescimento das exportações internas sul-rio-grandenses e o acréscimo do produto industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955, se pode, reunindo as conclusões do item anterior às deste, completar a exposição de caráter

---

<sup>123</sup> A este respeito, é bom chamar atenção para algo que parece desmentir a tese em referência. Trata-se do fato de que, de acordo com a Tabela III - 14, entre 1939 e 1947, as exportações do Rio Grande do Sul cresceram mais de 60% enquanto que o produto da indústria gaúcha permaneceu praticamente estagnado. É preciso ter presente no entanto que, provavelmente, o baixo nível de crescimento da indústria gaúcha apontado pela tabela decorre de alguma precariedade dos dados utilizados. Tal precariedade, se de fato existente, consiste em uma superestimação do nível da renda interna gerada pela indústria gaúcha em 1939 ou em uma subestimação deste mesmo nível em 1947. O que leva a pensar assim são os dados dos censos industriais de 1939 e 1949. De acordo com os mesmos dados, naquela década, a indústria gaúcha empreendeu considerável expansão: 83,9% do VTI e 73,1% do emprego. (Conforme CANO, 1985, p.325, tab.30).

TABELA III-14

INDICADORES REFERENTES AS EXPORTAÇÕES INTERREGIONAIS E A RENDA INTERNA GERADA NA AGRICULTURA, NA INDÚSTRIA E NA ECONOMIA GAÚCHAS: 1939-1955

ANOS	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1947=100)			DIMENSÃO RELATIVA PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES INTERNAS DO RIO GRANDE DO SUL			
	das Exportações do RS para outros Estados Brasileiros	da renda gerada na agricultura gaúcha	da renda gerada na indústria gaúcha	da renda interna total gaúcha	frente a renda interna da agricultura gaúcha	frente a renda interna da indústria gaúcha	frente ao total da renda interna gaúcha
1939	60,7	77,8	98,2	81,8	40,3	95,7	15,3
1947	100,0	100,0	100,0	100,0	51,6	154,7	20,7
1948	121,0	99,3	122,9	103,4	62,9	152,3	24,2
1949	131,7	107,9	142,3	113,8	63,0	143,2	23,9
1950	139,0	109,3	164,0	120,3	65,6	131,1	23,9
1951	158,2	99,6	158,1	116,1	82,0	154,9	28,1
1952	213,0	113,9	196,1	134,6	96,5	168,1	32,7
1953	243,4	147,2	209,6	152,7	85,4	179,6	32,9
1954	235,7	142,5	218,8	153,3	85,4	166,7	31,8
1955	238,5	176,0	223,8	177,5	70,0	164,9	27,8

FONTES: a) Para as exportações inter-regionais do Rio Grande do Sul: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1930-41-42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre: DEE.

b) Para a renda interna gerada na agricultura, na indústria e na economia gaúchas, ver "Estatísticas Básicas: Contas Nacionais do Brasil - atualização", publicado em Fundação Getúlio Vargas: CONJUNTURA ECONÔMICA (1971). Rio de Janeiro: FGV, v.25, n.9, Vol. 28, n.9, 1971. Rio de Janeiro.

c) Como deflator, foi utilizado o Deflator Implícito do PIB: ABREU, Marcelo (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus. (Anexo estatístico).

específico pretendido nesta seção a respeito da relação entre a industrialização restringida brasileira e o processo de expansão industrial gaúcho no período referido.

Foi visto nos parágrafos precedentes a este que, entre 1930 e 1955, as vendas inter-regionais gaúchas, compostas sobretudo por produtos de origem agropecuária em que Rio Grande do Sul dispunha de consideráveis vantagens competitivas no mercado nacional - tais como o feijão, o arroz, o fumo, os vinhos, as carnes bovina e suína preparadas de diversas maneiras, os couros e outros produtos de origem animal -, predominavam largamente entre as exportações totais sul-rio-grandenses, impondo-lhes o seu vigoroso ritmo de crescimento. Ao se expandirem vigorosamente, tais exportações dinamizavam o mercado da economia regional do Rio Grande do Sul e, através dele, induziam a indústria gaúcha ao crescimento.

A seu turno, como se viu no primeiro item desta seção, as referidas exportações internas gaúchas se expandiam absorvendo parte do crescimento do mercado nacional. Este crescimento, conforme se deixou claro na oportunidade, derivava do avanço da industrialização restringida no Brasil, o qual se expressava através da expansão industrial relativamente autônoma no centro dinâmico e induzida nas economias regionais brasileiras periféricas.

Por isto, se pode concluir que a expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955 vinculava-se

intimamente ao avanço da industrialização restringida brasileira via exportações inter-regionais, as quais, além de crescerem com rapidez, eram compostas principalmente de mercadorias de origem agropecuária em que Rio Grande do Sul contava com importante vantagem para competir no mercado nacional. Com isto, se considera que se dispõe do necessário suporte para que, nas conclusões desta dissertação, se empreenda a superação da insuficiência da abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 no que diz respeito à carência de comprovação empírica e de especificidade descritiva relativa à afirmação de que a indústria gaúcha assumiu posição periférica no movimento consubstanciado pela industrialização restringida brasileira.

### 3.3 - Os Aspectos Particulares do Crescimento e da Diversificação Industriais Gaúchas no Período Estudado

Com esta seção se pretende constituir o suporte para a superação da terceira razão da insuficiência do patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955 exposto no segundo capítulo desta dissertação.

A terceira razão da insuficiência referida é, conforme explicitado na introdução deste capítulo, a relativa à não especificação dos aspectos que dizem respeito às potencialidades do processo de crescimento e de

diversificação industrial gaúcha no mesmo período. A não especificação aludida resulta em que, o segundo capítulo, se ressinta de uma avaliação capaz de explicitar a capacidade do processo em estudo seja para incrementar a atividade industrial no Rio Grande do Sul seja para promover a própria superação da posição periférica que envolvia a indústria gaúcha.

O dito nos parágrafos anteriores justifica a divisão desta seção em dois itens. O primeiro deles avalia o processo em exame do ponto de vista de sua capacidade para incrementar a atividade industrial no decorrer da industrialização restringida brasileira. Já o segundo item, coloca em relevo os limites do processo em questão para promover a diversificação da atividade produtiva a ele subjacente e, assim, redundar na superação da posição periférica que então ocupava indústria gaúcha no contexto do movimento nacional de acumulação de capital.

### 3.3.1 - O Crescimento Industrial Sul-rio-grandense entre 1930 e 1955

O crescimento industrial no Rio Grande do Sul no decorrer da industrialização restringida no Brasil foi bastante intenso, equiparando-se à expansão que, concomitantemente, envolveu o conjunto das indústrias regionais periféricas brasileiras. Como se pode observar na Tabela III - 15, as indústrias regionais periféricas brasileiras em seu conjunto assim como a do Rio Grande do Sul isoladamente quase quintuplicaram o volume de seu produto industrial entre 1919 e 1949.

O intenso crescimento expresso no parágrafo anterior envolveu tanto os estabelecimentos de caráter não-capitalista quanto os organizados como empresas capitalistas, fossem estas últimas de pequeno ou de grande porte. Isto é confirmado pela Tabela III - 16 quando se toma as evoluções do número de estabelecimentos e da quantidade de operários como indicativas do movimento progressivo do produto industrial sul-rio-grandense no período estudado.<sup>124</sup>

Embora intenso em termos absolutos, o crescimento da indústria no Rio Grande do Sul no período em referência

---

<sup>124</sup> A estratificação dos estabelecimentos em empreendimentos não-capitalistas e capitalistas utilizada nesta seção da presente dissertação se baseia conceitualmente nas definições de tais empreendimentos apresentadas na primeira seção deste capítulo. Há contudo que realçar que no censo de 1950, cada um dos estratos de estabelecimentos tem por extremo superior 1 operário a mais do que no censo de 1920.

TABELA III-15

INDICES DO PRODUTO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL, EM SÃO PAULO, NO RIO GRANDE DO SUL E NO CONJUNTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PERIFERICAS BRASILEIRAS: 1919/1959.

(1919 = 1.0)

INDUSTRIAS REGIONAIS	1939	1949	1959
BRASIL	3,0	6,4	15,7
SÃO PAULO	3,8	9,8	27,1
BR-SF(1)	2,7	4,9	10,3
RIO GRANDE DO SUL	2,6	4,8	10,3

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: CANO, Wilson(1983). Desagregação regional e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA. p.325. tab.30.

NOTA: (1)"BR-SF" significa Brasil exclusive São Paulo.

TABELA III-16

ÍNDICES RELATIVOS A 1949 DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DO NÚMERO DE SEUS OPERÁRIOS E DIMENSÃO PERCENTUAL DESTES ÍNDICES FRENTE AOS CORRESPONDENTES A INDÚSTRIA DE SÃO PAULO: BRASIL, BRASIL EXCLUSIVO SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL (1919 = 1,0)

Variável	Caráter	Porte	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (*)	ÍNDICES EM TERMOS ABSOLUTOS				DIMENSÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE EM RELAÇÃO AO MESMO ÍNDICE NA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO		
				BRASIL	SÃO PAULO	BR-SP	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL (1/2 X 100)	BR-SP (3/2 X 100)	RIO GRANDE DO SUL (4/2 X 100)
				1	2	3	4	5=	6=	7=
				6,9	6,0	7,3	7,7	114,7	121,4	127,6
			até 9	7,3	5,6	8,0	8,1	129,3	143,4	144,5
	Capitalista	Pequeno	de 10 a 49	6,1	7,8	5,5	6,1	77,5	69,8	77,4
		Porte	de 50 a 99	6,3	8,2	5,5	7,8	77,0	67,2	94,7
			Sub-Total	6,1	7,9	5,5	6,2	77,4	69,4	79,2
ESTABELECIMENTOS		Grande	de 100 a 499	4,9	6,9	4,1	4,0	71,9	60,2	58,7
		Porte	de 500 a 999	4,0	4,5	3,7	2,0	69,2	62,6	44,2
			1000 e mais	4,6	6,8	3,6	5,0	67,7	53,1	73,8
			Sub-Total	4,8	6,5	4,1	3,7	73,9	62,4	57,2
		-	mais de 9	5,9	7,6	5,3	5,9	77,2	68,9	77,4
				4,6	5,8	4,1	4,1	79,8	71,0	69,7
			até 9	4,3	3,8	4,6	4,2	113,8	119,9	110,8
	Capitalista	Pequeno	de 10 a 49	5,6	7,7	4,9	5,7	72,8	63,7	73,5
		Porte	de 50 a 99	5,6	7,4	4,8	6,4	75,3	65,1	86,3
			Sub-Total	5,6	7,6	4,9	5,9	73,7	64,2	77,5
OPERÁRIOS		Grande	de 100 a 499	4,5	6,3	3,8	3,3	72,5	60,8	53,5
		Porte	de 500 a 999	3,5	3,8	3,3	1,8	91,3	85,8	46,7
			1000 e mais	4,6	6,6	3,8	5,6	70,4	57,5	85,2
			Sub-Total	4,3	5,6	3,7	3,0	76,8	65,7	52,8
		-	mais de 9	4,7	6,1	4,1	4,0	76,6	66,4	65,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RESENSEAMENTO GLOBAL DO BRASIL (1920). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; Departamento Geral de Estatística, tab.20; CENSO INDUSTRIAL DE 1950, Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul (1955, 1956, 1957). Rio de Janeiro, IBGE, tab. 27.

NOTA: A extratificação dos estabelecimentos industriais de acordo com o número de operários constante nesta coluna e a apresentada no Censo Industrial de 1920. Como tal discriminação se aproxima muito da encontrada no Censo de 1950 - até 10 operários; de 11 a 50 operários; de 51 a 100; de 101 a 500; de 501 a 1000; e mais de 1000 operários - considerou-se, no cálculo dos índices pretendidos, não haver diferença nas duas discriminações.

se deu em velocidade reduzida relativamente à expansão industrial que se verificou em São Paulo. Enquanto a indústria sul-rio-grandense não chegou a quintuplicar sua atividade produtiva, o produto industrial de São Paulo tornou-se quase dez vezes maior do que era ao início dos trinta anos que sucederam a 1919.

Ademais, destaca-se que a menor intensidade do crescimento industrial gaúcho em termos relativos a que se está referindo na verdade dizia respeito aos estratos de estabelecimentos industriais de natureza capitalista. Isto é o que se verifica quando se observa as evoluções do número de estabelecimentos e da quantidade de operários discriminando os mesmos estabelecimentos por seu caráter não-capitalista ou capitalista. De fato, como se pode observar na Tabela III - 16, a atividade industrial não-capitalista entre 1919 e 1949 se expandiu mais rapidamente no Rio Grande do Sul do que em São Paulo. Já no âmbito de dos empreendimentos de natureza capitalista, se deu o inverso, com a atividade produtiva industrial se expandindo muito mais rapidamente na economia de São Paulo.

Mais do que isto, no interior do estrato de empreendimentos organizados como empresas capitalistas, a rapidez relativa do incremento do número de estabelecimentos e do emprego industrial sul-rio-grandenses era decrescente à medida que o porte dos empreendimentos considerados fosse sucessivamente maior. Nos estratos de maior porte, a velocidade de expansão do emprego industrial em São Paulo

durante o período apontado foi, aproximadamente, o dobro do que no Rio Grande do Sul.

Assim, se pode dizer que, em termos absolutos, a indústria gaúcha apresentou considerável potencialidade de expansão durante a industrialização restringida brasileira. Não obstante, em termos relativos ao crescimento industrial de São Paulo, a expansão da indústria no Rio Grande do Sul foi limitada. O mais limitado crescimento industrial sul-rio-grandense constituía, na verdade, uma expressão da menor potencialidade vigente no Rio Grande do Sul no que diz respeito à expansão da atividade industrial de caráter capitalista, o que era especialmente verdadeiro para os estabelecimentos de maior porte.

Em vista da menor potencialidade gaúcha para o crescimento industrial nos estratos de maior porte, a expansão da indústria capitalista no centro dinâmico e na economia regional periférica do Rio Grande do Sul se dava com uma disparidade crescente entre suas estruturas produtivas. Mais precisamente, a estrutura produtiva industrial capitalista sul-rio-grandense não só crescia mais lentamente que a sua congênere paulista mas, também, este crescimento se materializava com uma participação dos estabelecimentos de grande porte que era inferior e decrescente relativamente à participação dos mesmos estabelecimentos verificada em São Paulo.

A menor potencialidade gaúcha para expandir a atividade industrial de caráter capitalista, especialmente

entre os estratos de estabelecimentos de maior porte, como se viu na primeira seção deste capítulo, não constituía novidade do período da industrialização restringida. Ao contrário, a ela preexistia, decorrendo do menos vigoroso movimento de transformação da sociedade gaúcha diante da paulista na segunda metade do século passado. Um tal movimento de transformação da sociedade rio-grandense redundava, desde o início da implantação industrial no Brasil, em importantes desvantagens no que diz respeito principalmente ao mercado regional, à infra-estrutura urbana e de transportes, ao setor bancário, à população potencialmente assalariável e à acumulação prévia de capital. Expresso de forma alternativa, já no período anterior à industrialização restringida brasileira, as condições materiais para a implantação e o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul não eram tão adequadas como as prevalecentes em São Paulo.

Em correspondência a estas condições materiais, se implantou no Rio Grande do Sul a partir de 1890 uma estrutura produtiva industrial de caráter capitalista que desde então demonstrava grande dificuldade de expandir-se tão rapidamente como a sua congênere em São Paulo. Esta dificuldade era notoriamente maior nos casos de empreendimentos industriais de maior porte, isto é, aqueles cuja implantação e operação era mais dificultada pela menor adequação material a que se fez referência. Isto significava que, a cada momento, a acumulação capitalista industrial em

São Paulo podia fluir com maior celeridade, contribuindo, desta forma, para o alargamento das desvantagens materiais sul-rio-grandenses no que tange à mesma acumulação nos momentos posteriores.

A diferenciação crescente gestada desde meados do século passado no que se refere às condições materiais vigentes em São Paulo e no Rio Grande do Sul para absorção de inversões industriais, como não poderia deixar de ser, adentrou o período correspondente à industrialização restringida brasileira e nele assumiu importância decisiva. É esta diferenciação que explica por que, no período posterior a 1930, como se viu anteriormente, a evolução das estruturas produtivas das duas economias regionais as tornavam progressivamente díspares não só do ponto de vista de sua dimensão mas também da sua composição quanto ao porte dos estabelecimentos industriais que as compunham.

### 3.3.2 - A Diversificação da Indústria Gaúcha no Transcurso da Industrialização Restringida Brasileira

Uma vez que, no item anterior, se tenha caracterizado o processo de expansão da indústria sul-rio-grandense entre 1930 e 1955 do ponto de vista da intensidade do crescimento industrial nele contido, há, neste item que examinar o mesmo processo colocando em relevo as suas potencialidades e limites para promover a diversificação da atividade produtiva a ele subjacente.

Examinar as potencialidades e os limites referidos é de grande importância para este trabalho. Explique-se as razões de tal importância.

Por repetidas vezes nesta dissertação, viu-se que as estruturas produtivas das diferentes economias regionais atingem um elevado grau de integração quando dispõem da potencialidade material para reproduzir em escala crescente a maior parte dos meios necessários para a expansão capitalista, isto é, quando é avançada a diversificação destas mesmas estruturas produtivas. Viu-se também que as estruturas produtivas caracterizadas por um elevado grau de integração, ao levar a cabo a reprodução dos meios materiais necessários à expansão capitalista, empreendem um intenso movimento de trocas intra e interdepartamentais que toma a forma de crescentes mercados que viabilizam a dita expansão do ponto de vista da realização das mercadorias produzidas. Por serem capazes de reproduzir grande parte dos meios materiais implícitos na reprodução capitalista e disporem da capacidade de auto-estimulação dos mercados a elas subsidiários, as economias regionais possuidoras de estruturas produtivas muito integradas reúnem os requisitos necessários para empreenderem o crescimento econômico relativamente autônomo e, assim, fazerem parte do centro dinâmico acumulação de capital em nível nacional.

Em oposição, as economias regionais que contam com estruturas produtivas pouco diversificadas ou com reduzido grau de integração não estão preparadas materialmente para

produzir mais do que uma pequena porção da variada gama dos meios materiais implícitos na expansão capitalista. Por isto, as trocas intra e interdepartamentais gestadas no interior destas economias são pouco significativas para consubstanciarem-se no crescimento do mercado regional. Dada a pequena importância que têm as trocas departamentais para justificar o acréscimo dos mercados adstritos às economias regionais em referência, este acréscimo fica na dependência das exportações realizadas por tais economias. Em muitos casos, o acréscimo a que se está referindo deriva do crescimento das exportações inter-regionais ocasionado direta ou indiretamente pela expansão econômica no centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. Nestes casos, diz-se que a expansão das economias regionais pouco diversificadas assume posição periférica no interior da economia nacional em que estão inseridas.

Com isto, se pode precisar a importância de, neste item, avaliar a capacidade demonstrada entre 1930 e 1955 pela indústria do Rio Grande do Sul para promover a diversificação de sua atividade produtiva.

Caminhar decisivamente no sentido de uma diversificação mais intensa de sua estrutura produtiva industrial ou na direção da elevação do grau de integração desta mesma estrutura significaria mais do que absorver importante parcela da produção dos meios materiais necessários à reprodução capitalista; representaria também avançar de forma relevante no sentido da auto-estimulação

departamental que redundaria na superação da própria relação centro/periferia.

Por isto, a descrição levada a cabo neste item a respeito das potencialidades e dos limites que caracterizaram o avanço da diversificação da atividade industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 é de grande importância pois viabiliza o entendimento acerca das razões que impuseram a preservação da posição periférica da indústria e da economia rio-grandense no período estudado.

Para avaliar a intensidade com que se deu a diversificação da indústria no Rio Grande do Sul durante a industrialização restringida brasileira foi necessária a escolha de um indicador adequado para este fim, o qual foi denominado de coeficiente de diversificação industrial. O indicador escolhido deveria ser capaz de mostrar a evolução da proporção do produto industrial correspondente aos segmentos integrantes do departamento produtor de bens de capital. A suposição da adequação de um tal indicador para descrever a intensidade da diversificação industrial gaúcha se apóia na especificidade da implantação da indústria no Brasil: uma forte concentração inicial da estrutura industrial na produção de bens de consumo sucedida paulatinamente por um processo de diversificação que significava a absorção progressiva da produção de bens de capital.

Infelizmente, como é sabido, a organização dos censos industriais no Brasil dificulta enormemente o cálculo

do coeficiente de diversificação industrial tal como ele foi definido no parágrafo anterior. Para superar esta dificuldade, o mesmo coeficiente foi redefinido sob duas formas alternativas que se aproximam da desejada. A primeira, disponível para os anos censitários, consiste na proporção em que participavam as indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável no total do valor da transformação industrial.<sup>125</sup> Já a segunda, disponível somente para o ano de 1949, se constitui na participação percentual conjunta dos gêneros metalúrgica, mecânica, material elétrico e material de transporte no valor da produção de toda a indústria. Esta segunda forma do coeficiente de diversificação industrial, apesar de disponível para um único ano, conta com a vantagem de tornar possível a discriminação dos estabelecimentos envolvidos de acordo seu caráter - não-capitalista ou capitalista - e o seu porte - pequeno ou grande.<sup>126</sup> Além disto, ao incluir a produção oriunda da metalúrgica, abrange

<sup>125</sup> Esta proporção foi obtida em Cano (1985, p. 96). Ver também as notas metodológicas contidas no Apêndice Estatístico da mesma obra.

<sup>126</sup> O Censo de Industrial de 1920 (Recens. Geral BR, 1920), em sua Tabela XX, apresenta o número de estabelecimentos e de operários empregados segundo os estratos de pessoal ocupado e o segmento industrial a que pertenciam os mesmos estabelecimentos. Não obstante, a segmentação da indústria apresentada no censo de 1920, se diferenciando em muito da que consta do censo de 1950, não apresenta informações discriminadas pelos gêneros industriais da metalúrgica, da mecânica, de material de transporte e de material elétrico. Isto, a menos que se buscasse reorganizar os dados de 1920, impossibilita o cálculo do coeficiente de diversificação na segunda forma definida.

segmentos que, tais como a siderurgia, são responsáveis pela oferta de insumos indispensáveis à produção de bens de capital e, que por isto, desempenharam destacado papel na diversificação industrial porque passou a economia brasileira no decorrer da industrialização restringida.

Antes de iniciar o exame das potencialidades e dos limites da diversificação indústria no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955, é ainda importante dizer que o exame em questão é levado a cabo tendo como base de comparação a diversificação atingida na indústria regional de São Paulo no mesmo período. A razão de fixar a indústria bandeirante como base de comparação reside em que, como já foi postulado muitas vezes neste trabalho, no Brasil, somente em São Paulo a diversificação industrial avançara a ponto de dar lugar a uma estrutura produtiva cujo grau de integração fosse capaz de justificar a expansão relativamente autônoma da economia regional na qual se inseria. Desta forma, o exame da diversificação industrial no Rio Grande do Sul exposto neste item tem o caráter de uma análise que busca verificar os limites que impunham à indústria gaúcha para absorver as condições materiais que levassem à expansão relativamente autônoma ou, dito de outra forma, à superação de sua posição periférica.

Foi rápido o avanço da diversificação da indústria no Rio Grande do Sul durante a industrialização restringida brasileira. Isto se constata na Tabela III - 17, a qual mostra que o coeficiente de diversificação industrial sul-

rio-grandense, calculado segundo a primeira das duas formas alternativas apontadas, se elevou de 0,5% em 1919 para 3,9% em 1949, durante um período em que, como se fez referência anteriormente, o valor da transformação industrial no Rio Grande do Sul foi quase quintuplicado.

Se foi rápida a elevação do coeficiente de diversificação industrial no Rio Grande do Sul durante a industrialização restringida brasileira, o patamar por ele alcançado ao final dos anos quarenta ainda era muito reduzido frente ao mesmo coeficiente calculado para a indústria bandeirante. Nela, em 1949, o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo duráveis e de capital participava com quase 11,0% de um montante que era mais do que o sêxtuplo do total do valor da transformação industrial rio-grandense de então.

Por isto, há que se reconhecer que, comparativamente com a indústria paulista, a diversificação industrial gaúcha era ainda muito restrita nos anos finais da industrialização restringida brasileira.

A conclusão de que a indústria gaúcha ainda no final da industrialização restringida brasileira se encontrava em situação de restrita diversificação produtiva exige não só maior precisão em sua enunciação como também a explicitação das razões que impuseram tal situação.

A maior precisão exigida para a enunciação da conclusão em referência diz respeito à necessidade de especificar os estratos em que a restrita diversificação era

TABELA III-17

COEFICIENTE DE DIVERSIFICAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
NO BRASIL (BR), EM SÃO PAULO (SP), NO BRASIL EXCLUSIVE  
SÃO PAULO (BR-SP) E NO RIO GRANDE DO SUL (RS)  
DE 1919 A 1959.

(% do VTI)

REGIÕES	1919	1939	1949	1959
RS	0,5	2,8	3,9	6,7
BR-SP	1,3	3,1	4,5	6,8
SP	3,0	11,7	10,8	24,8
BRASIL	1,9	6,6	7,6	16,8

FORTE: CANO, Wilson (1985). Desequilíbrios regionais e concentra-  
ção industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPCA. p.96,  
tab.5.

NOTA: O coeficiente de diversificação industrial apresentado nesta tabela se define como a proporção que participam as indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis no valor da transformação industrial. Este coeficiente foi obtido em..... CANO, Wilson, 1985, Tabela 5. p. 96, onde consta como a percentagem do valor da transformação industrial cabida ao grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo duráveis e de capital - EIII. De acordo com o autor, compoem o grupo III os generos industriais Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transportes e Indústrias Diversas. Ver Notas Metodológicas do Apêndice Estatístico da Obra citada, especialmente as páginas 319 a 321.

decisiva. Para atender a tal necessidade, a Tabela III - 18 apresenta, para o ano de 1949, os coeficientes de diversificação industrial gaúcho e bandeirante - agora expressos em sua segunda forma alternativa antes explicitada -, discriminando os estabelecimentos da indústria segundo o seu caráter e o seu porte.

Vê-se na Tabela III - 18 que, como seria de esperar, as limitações a uma maior difusão da produção sul-rio-grandense de bens de capital não devem ser procuradas entre os estabelecimentos de caráter não-capitalista, já que os coeficientes de diversificação industrial para estes estabelecimentos no Rio Grande do Sul (0,6%) e em São Paulo (0,8%) - e no Brasil também (0,6%) - além de muito reduzidos eram muito próximos. Contudo, entre os empreendimentos de caráter capitalista, a situação era bem diversa. Neste estrato, não só os níveis alcançados pelo referido coeficiente em 1949 no Rio Grande do Sul (5,8%) e em São Paulo (14,5%) eram muito mais elevados como também era substantiva a diferença entre os mesmos. Esta diferença, no entanto, sendo reduzida entre os empreendimentos capitalistas de pequeno porte, incluía coeficientes de diversificação muito díspares nos estratos que reuniam as empresas capitalistas de maior dimensão no Rio Grande do Sul (3,0%) e em São Paulo (10,4%). Tão grande era a diferença que ela, por si só, explica, quase que integralmente, a disparidade então existente entre os referidos coeficientes

TABELA III-18

COEFICIENTE DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO O CARATER E O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS NO BRASIL, EM SAO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL EM 1949.

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO			COEFICIENTE DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL		
O CARATER	O PORTE DE ACORDO COM O NUMERO DE OPERARIOS		BRASIL	SAO PAULO	RIO GRANDE DO SUL
Naó-capitalista	Sub-Total	ate 10	0,6	0,8	0,6
Capitalista	Pequeno	de 11 a 50	1,8	2,4	1,8
		de 51 a 100	1,2	1,6	1,0
	Sub-Total		3,0	4,0	2,8
	Grande	mais de 100	8,1	10,4	3,0
	Sub-Total	mais de 10	11,1	14,5	5,8
Todos os estabelecimentos			11,7	15,2	6,4

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul (1955, 1956, 1957). Rio de Janeiro: IBGE, tab.27.

NOTA: Os coeficientes de diversificação que nesta tabela se apresenta para cada um dos estratos de estabelecimentos industriais se definem como uma determinada razão percentual. O denominador desta razão equivale a soma do valor da produção nos generos metalurgica, mecanica, material de transportes e material electrico obtida em cada um dos estratos referidos. Já o seu denominador corresponde ao valor total da produção industrial.

para os conjuntos das indústrias gaúcha (6,4%) e bandeirante (15,2%).

Desta forma, confere-se maior precisão à conclusão de que era restrita a diversificação da indústria gaúcha ao final da industrialização restringida brasileira se, à restrição em questão, é atribuído o significado de a mesma constituir sobretudo o resultado da dificuldade sul-riograndense em absorver a produção de bens de capital e de seus insumos levada a cabo por estabelecimentos capitalistas de grande porte.

Contudo, como se disse, a conclusão em referência, além de precisão, exige a explicitação das razões que impunham a restrita diversificação da estrutura industrial gaúcha no período estudado. Tal explicitação, como já deve ter ficado claro, passa pela justificação da dificuldade aludida no parágrafo anterior que a tinha indústria sul-riograndense para absorver estabelecimentos de grande porte nos segmentos industriais que reuniam a produção de bens de capital e seus insumos.

Para a generalidade dos segmentos industriais gaúchos, assim como no caso particular dos segmentos produtores de bens de capital e seus insumos, a dificuldade prevalecente no Rio Grande do Sul durante a industrialização restringida brasileira para absorver estabelecimentos industriais de grande porte derivava do exíguo grau de desenvolvimento capitalista regional herdado do período anterior a 1930.

Um tal grau de desenvolvimento capitalista foi o resultado do restrito potencial de transformação prevalecente no Rio Grande do Sul entre 1870 e 1930, conforme exposto na seção 3.1 deste capítulo. Em decorrência deste potencial de transformação, em relação à economia regional de São Paulo, apequenavam-se as possibilidades gaúchas de solução dos problemas relativos à acumulação de capital monetário, à proletarianização da força de trabalho, ao crescimento do mercado interno, ao financiamento das matérias-primas e equipamentos que deveriam ser adquiridos do exterior e à infra-estrutura de serviços urbanos e de transportes. Por isto, o mesmo potencial de transformação se consubstanciou em uma estrutura produtiva que tinha dificuldades para absorver estabelecimentos industriais de grande porte.

As dificuldades gaúchas para absorver estabelecimentos industriais de grande porte, como se pode ver no item 3.3.1, não foi superada durante a industrialização restringida brasileira, apesar do rápido crescimento industrial sul-rio-grandense daquele período. A incapacidade para superar a dificuldade em referência se deve, é claro, à preservação das características materiais do período anterior. Assim, em termos gerais, ainda em meados década de cinquenta, se mantinha pequena a potencialidade gaúcha para absorver estabelecimentos industriais de grande porte.

Não obstante, pelas razões que se explica nos próximos parágrafos, nos segmentos produtores de bens de capital e de seus insumos, o exíguo desenvolvimento capitalista sul-rio-grandense impunha dificuldades ainda maiores.

Em primeiro lugar, porque, ainda que no Rio Grande do Sul a demanda por mercadorias de consumo fosse capaz de viabilizar certa difusão de empresas de grande porte produtoras de tais mercadorias, o mercado gaúcho disponível para os grandes empreendimentos produtores de bens de capital e de seus insumos era muito reduzido, pelo menos quando comparado com o correspondente mercado em São Paulo.

Isto se percebe quando se confronta os mercados para os mesmos bens e seus insumos em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Pode-se dizer que os mercados de bens de capital e de seus insumos gerados no interior de uma economia regional correspondem, a grosso modo, a uma pequena fração do produto industrial destas mesmas economias. Ora, no decorrer da industrialização restringida brasileira, o produto industrial gaúcho situava-se em torno de  $1/5$  do valor da transformação da indústria paulista.<sup>127</sup> Assim, não há como esperar que, em volume, o mercado sul-rio-grandense para bens de capital e seus insumos ultrapassasse em muito a  $1/5$  da demanda em São Paulo pelos bens e insumos em

<sup>127</sup> Como se percebe na Tabela II - 7, a produção industrial gaúcha, enquanto percentagem da congênera paulista, correspondeu a 33,2% em 1919, a 22,3% em 1939 e a 16,1% em 1949.

referência. Tão reduzido era o mercado gaúcho que o mesmo só em poucos casos viabilizava a implantação de estabelecimentos industriais de grande porte produtores de bens de capital e de seus insumos.<sup>128</sup>

Em segundo lugar, em função do exíguo desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, as dificuldades para absorver os grandes estabelecimentos industriais produtores de bens de capital e seus insumos eram maiores porque estes, diferentemente do que ocorria nos demais segmentos, se deparavam com a necessidade de adquirir elevada proporção de suas matérias primas em outras economias regionais ou no mercado internacional.

A produção de bens não duráveis de consumo - de elevada importância na estrutura industrial gaúcha - provia-se em larga medida de matérias primas originadas da própria agropecuária sul-rio-grandense.<sup>129</sup> Por isto, neste caso, o suprimento de matérias primas para os grandes estabelecimentos industriais não era encarecido pelos impostos de importação ou ainda pelos custos de transportes

---

<sup>128</sup> Em 1949, existiam no Rio Grande do Sul apenas 21 estabelecimentos industriais de grande porte pertencentes ao agregado formado pela metalúrgica, pela mecânica, por material elétrico e por material de transportes. Já em São Paulo, eram 162 os estabelecimentos que, concomitantemente, existiam com as mesmas características. No total das indústrias gaúcha e paulista, existiam então respectivamente 145 e 850 estabelecimentos industriais de grande porte. Conforme Censo Industrial 1950: Paulo e do Rio Grande do Sul (1956; 1957, ttab. 27).

<sup>129</sup> é o caso, por exemplo, das carnes frigorificadas ou em conserva, dos vinhos, dos calçados e dos tecidos de lã.

implícitos na movimentação de mercadorias por longos percursos.

No entanto, situação muito diferente se colocava para os estabelecimentos de grande porte integrantes dos segmentos destinados a produzir bens de capital e seus insumos. No caso destes estabelecimentos, em sua maior parte, o suprimento de matérias primas teria de provir de outros estabelecimentos industriais pertencentes ao próprio segmento produtor de bens de capital e de seus insumos. Como a implantação do segmento em questão se encontrava significativamente atrasada no Rio Grande do Sul pois era reduzida a diversificação industrial gaúcha, o suprimento de matérias primas só se viabilizaria adequadamente através das importações oriundas de outras economias regionais ou do mercado internacional, com o que o referido suprimento seria necessariamente onerado pelas correspondentes despesas tarifárias e de transportes.

Ainda no que se refere à dificuldade para implantar empreendimentos de grande porte no Rio Grande do Sul nos segmentos que englobam a produção de bens de capital e de seus insumos, há que destacar os obstáculos derivados do limitado desenvolvimento capitalista rio-grandense no que diz respeito à geração comercial de energia elétrica, ou seja, aquela que é gerada em um segmento produtivo especializado em sua produção.

Como é sabido, embora a atividade industrial possa evoluir com a utilização de energia produzida ao nível dos

TABELA III - 19

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DA ENERGIA ELÉTRICA ADQUIRIDA PARA FINS INDUSTRIAIS E NO TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL SEGUNDO O CARÁTER E O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS: BRASIL, SÃO PAULO, E RIO GRANDE DO SUL EM 1949.

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO		TODAS AS CLASSES E GÊNEROS: METALÚRGICA, MECÂNICA, MAT. ELÉTR. E MAT. DE TRANSPORTE				
CARÁTER	PORTE	Energia Elétrica Adquirida em mil-kwh	Valor da Produção (cr\$1000)	Energia Elétrica Adquirida em mil-kwh	Valor da Produção (cr\$1000)	
BR:	Naó-capitalista	Sub-Total ate 10	13,0	18,9	3,7	5,0
	Capitalista	Pequeno de 11 a 50	15,6	20,5	0,0	15,6
		de 51 a 100	8,4	9,5	6,7	10,0
		Sub-Total	24,0	30,0	16,8	25,7
	Grande	mais de 100	63,0	51,1	79,6	69,3
	Sub-Total mais de 10	87,0	81,1	96,3	95,0	
TODOS OS ESTABELECIMENTOS		100,0	100,0	100,0	100,0	
SP:	Naó-capitalista	Sub-Total ate 10	6,8	7,3	2,1	3,0
	Capitalista	Pequeno de 11 a 50	7,9	8,5	5,9	9,6
		de 51 a 100	4,5	4,2	3,7	6,5
		Sub-Total	12,3	13,1	9,7	16,1
	Grande	mais de 100	38,1	26,2	44,0	41,7
	Sub-Total mais de 10	50,5	39,3	53,6	57,8	
TODOS OS ESTABELECIMENTOS		57,3	46,6	55,7	60,9	
RS:	Naó-capitalista	Sub-Total ate 10	0,4	1,8	0,2	0,4
	Capitalista	Pequeno de 11 a 50	0,7	2,5	0,4	1,3
		de 51 a 100	0,3	1,2	0,3	0,8
		Sub-Total	1,0	3,7	0,7	2,1
	Grande	mais de 100	1,5	3,1	1,6	2,2
	Sub-Total mais de 10	2,5	6,8	2,3	4,3	
TODOS OS ESTABELECIMENTOS		3,0	8,6	2,5	4,7	

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul (1955, 1956, 1957). Rio de Janeiro: IBGE. tab.27.

TABELA III - 20

PREÇO E PROPORÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ADQUIRIDA DE TERCEIROS NA INDÚSTRIA E NO AGREGADO FORMADO PELA METALÚRGICA, MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAL DE TRANSPORTE NO BRASIL, EM SÃO PAULO E NO RIO GRANDE DO SUL: 1949

DISCRIMINAÇÃO	PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA ADQUIRIDA (Cr\$ NOMINAIS/Kwh)			PERCENTAGEM DO CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA QUE FOI ADQUIRIDA DE TERCEIROS (%)		
	BR	SP	RS	BR	SP	RS
INDÚSTRIA	0,29022	0,25463	0,72042	79,6 (81,1)	93,7 (91,8)	65,7 (63,3)
METALÚRGICA, MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO E DE TRANSPORTE	0,27703	0,26306	0,74914	94,1 (82,7)	99,9 (100,0)	91,5 (89,2)

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul (1953, 1956, 1957). Rio de Janeiro: IBGE, tab.30.

(\*) Os valores entre parênteses expressam proporções calculadas a partir das quantidades de energia elétrica adquirida enquanto que os demais expressam a relação em valor monetário.

próprios empreendimentos que a utilizam, o desenvolvimento de um segmento produtivo especializado na produção de energia elétrica reduz significativamente os custos de implantação e de operação dos mesmos empreendimentos. Por isto, o desenvolvimento da produção comercial de energia elétrica constitui importante pré-requisito para o rápido crescimento industrial.

Em conseqüência da reduzida capacidade gaúcha para produzir energia elétrica em caráter comercial, os empreendimentos industriais sul-rio-grandenses no decorrer de 1930 a 1955 se viam obrigados à produção para o consumo próprio de elevada proporção da eletricidade que utilizavam, incorrendo na majoração dos custos de implantação e de operação de seus estabelecimentos. Em 1949, por exemplo, a produção para o consumo próprio elevou-se a 1/3 do total da energia elétrica utilizada para fins industriais no Rio Grande do Sul. Enquanto isto, em São Paulo, a relação entre a produção de energia elétrica para o consumo próprio e o total desta energia insumida pela indústria paulista foi inferior a 1/10.

Desta forma, deve-se ter presente que, durante a industrialização restringida brasileira, a produção comercial de energia elétrica sul-rio-grandense não só era cara e limitada frente a que era oferecida em São Paulo mas, também, e, principalmente, escassa diante das necessidades da indústria gaúcha. Em outras palavras, a expansão

industrial no Rio Grande do Sul se via limitada pelo atraso da produção comercial gaúcha de energia elétrica.

Se havia escassez de energia elétrica no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955, esta escassez era diferentemente sentida nos diversos segmentos da produção industrial. Para os gêneros da indústria sul-rio-grandense nos quais se concentra a produção de bens de capital e de seus insumos - os gêneros da metalúrgica, da mecânica, de material elétrico e de material de transportes -, a escassez de energia elétrica deve ter representado um obstáculo maior à expansão do que para os demais gêneros. Isto por que, em função das características técnicas da produção nos gêneros nominados, a dependência ao fornecimento comercial de energia elétrica se impunha muito mais rigidamente do que no restante da indústria. Esta maior rigidez se expressa na Tabela III - 20, a qual mostra que, se no conjunto da indústria gaúcha mais de 1/3 da energia elétrica utilizada tinha origem na produção para o consumo próprio, no agregado formado pela metalúrgica, pela mecânica, por material elétrico e por material de transportes, a produção de eletricidade para o consumo próprio situava-se em torno de 10%. Com tal dependência ao fornecimento comercial de energia elétrica, a atividade produtiva nos gêneros industriais onde se concentra a produção de bens de capital e de seus insumos era severamente limitada pela escassez do mesmo fornecimento.

Portanto, pode-se dizer que a escassez de energia elétrica que vigorava no Rio Grande do Sul durante a industrialização restringida brasileira constituía um obstáculo mais potente à expansão da produção de bens de capital e de seus insumos do que ao crescimento do conjunto da indústria gaúcha.

É claro que a restrição à produção de bens de capital e de seus insumos derivada da escassez de energia elétrica se consubstanciava em maior limitação nos estratos produtivos que mais intensamente dela se utilizavam. A observação da Tabela III - 21 mostra de forma clara que no Rio Grande do Sul - assim como em São Paulo e no Brasil - a intensidade de utilização de energia elétrica nos gêneros da metalúrgica, da mecânica, de material elétrico e de material de transporte não só era maior que no restante da indústria gaúcha como também era crescente à medida em que se considera estratos de estabelecimentos sucessivamente maiores.

Desta forma, é possível concluir que, se a escassez de energia elétrica constituía um obstáculo mais potente ao desenvolvimento da produção de bens de capital e de seus insumos do que para os demais segmentos industriais sul-rio-grandenses, opunha resistências ainda maiores quando se tratasse da produção dos mesmo bens e insumos por grandes estabelecimentos industriais.

Assim, eram muitos os obstáculos que se opunham durante a industrialização restringida brasileira à

TABELA III-21

TAMANHO MEDIO DOS ESTABELECIMENTOS (VBP/EST) E UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA POR ESTABELECIMENTOS (E/EST) E POR UNIDADE DE VALOR DA PRODUÇÃO (E/VBP) NA INDUSTRIA E NO ABRIGADO FORMADO PELA METALURGICA, PELA MECANICA, POR MATERIAL ELETRICO E POR MATERIAL DE TRANSPORTES SEGUNDO O CARATER E O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS ENVOLVIDOS: BRASIL, SAO PAULO E RIO GRANDE DO SUL EM 1949.

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO		TODAS AS CLASSES E BENSERES			METALURGICA, MECANICA, MAT. ELETR. E MAT. DE TRANSPORTE					
DO CARATER	DO PORTE	VBP/EST em cr\$ 1000	E/EST em cr\$ 1000	E/VBP em kWh por cr\$ 1000	VBP/EST em cr\$ 1000	E/EST em cr\$ 1000	E/VBP em kWh por cr\$ 1000			
BR	Naó-capitalista	Sub-Total	ate 10	297,3	4,1	13,7	315,8	6,0	25,3	
	Capitalista	Pequeno	de 11 a 50	1850,5	28,0	15,1	1884,9	41,5	22,0	
			de 51 a 100	6227,9	109,4	17,6	5581,9	128,4	23,0	
			Sub-Total		2382,0	37,9	15,9	2543,8	57,0	22,4
		Grande	mais de 100	29551,3	725,5	24,6	33422,1	1318,5	39,5	
		Sub-Total	mais de 10	5657,0	120,8	21,4	7806,3	272,0	34,8	
		TODOS ESTABELECIMENTOS		1284,3	25,6	19,9	3581,1	123,1	34,4	
SP	Naó-capitalista	Sub-Total	ate 10	450,6	8,3	18,5	385,5	9,1	23,6	
	Capitalista	Pequeno	de 11 a 50	2518,9	44,7	17,7	2121,7	45,2	21,3	
			de 51 a 100	7075,2	149,1	21,1	6640,2	130,9	19,7	
			Sub-Total		3180,3	59,8	18,8	2930,3	60,5	20,7
		Grande	mais de 100	36398,4	1058,3	28,9	35635,9	1290,1	36,2	
		Sub-Total	mais de 10	8148,3	208,2	25,6	8676,8	276,6	31,9	
		TODOS ESTABELECIMENTOS		2210,2	54,0	24,4	4190,7	131,8	31,5	
RS	Naó-capitalista	Sub-Total	ate 10	179,5	0,8	4,7	201,4	2,8	14,0	
	Capitalista	Pequeno	de 11 a 50	2271,4	12,8	5,6	1364,9	15,6	11,4	
			de 51 a 100	7183,2	35,3	4,9	3524,5	45,3	12,9	
			Sub-Total		2927,6	15,8	5,4	1767,3	21,2	12,0
		Grande	mais de 100	25153,5	247,3	9,8	14765,5	367,3	24,9	
		Sub-Total	mais de 10	4690,3	36,3	7,4	3267,1	61,1	18,7	
		TODOS ESTABELECIMENTOS		746,1	5,1	6,8	1376,0	25,2	18,3	

implantação e à expansão da atividade produtiva de grandes estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul pertencentes aos gêneros da indústria onde normalmente se localiza a produção de bens de capital e de seus insumos. Os referidos estabelecimentos, para a sua implantação e para a expansão de sua atividade produtiva, tinham que enfrentar as dificuldades que o restrito desenvolvimento capitalista sul-rio-grandense impunha genericamente a todos os segmentos da produção industrial.

Neste sentido, os estabelecimentos industriais gaúchos de grande porte vinculados à produção de bens de capital e de seus insumos, da mesma forma que aqueles estabelecimentos pertencentes a outros segmentos, deparavam com dificuldades relativas à acumulação de capital monetário, à proletarianização da força de trabalho, ao crescimento do mercado interno, ao financiamento das matérias-primas e equipamentos adquiridos do exterior e à infra-estrutura de transportes e de serviços urbanos.

Contudo, nos segmentos vinculados à produção de bens de capital e seus insumos, o restrito desenvolvimento capitalista resultava em dificuldades ainda maiores: o mercado regional para seus produtos assumia dimensões particularmente pequenas; o custo de seus insumos era encarecido pelas despesas tarifárias e de transportes decorrentes da generalizada necessidade de adquiri-los em outras economias regionais ou no mercado internacional; e, finalmente, a produção comercial de energia elétrica no Rio

Grande do Sul, da qual os estabelecimentos em referência demonstravam grande dependência, era, além de cara, muito reduzida.

Em vista do exposto, não é difícil entender que, no Rio Grande do Sul, a produção dos grandes estabelecimentos pertencentes aos gêneros da metalúrgica, da mecânica, de material elétrico e de material de transporte, enquanto proporção da congênere paulista, fosse ainda ao final da década de quarenta mais reduzida que o era o conjunto dos empreendimentos de grande porte da indústria gaúcha. Isto é confirmado pela Tabela III - 22 que mostra as dimensões relativas do total da indústria e do agregado formado pelos gêneros nominados diante das congêneres paulistas, discriminando as informações segundo o porte e o caráter dos estabelecimentos. Nesta tabela se vê que, tanto no conjunto da indústria quanto no referido agregado, a dimensão relativa do valor da produção industrial sul-riograndense é cadente à medida em que se eleva o porte dos estabelecimentos considerados. No entanto, no segundo caso, a proporção em exame se situa sempre num patamar mais reduzido, não alcançando no estrato de grandes estabelecimentos capitalistas a ínfima percentagem de 6% do valor da produção industrial paulista dos gêneros que englobam a elaboração de bens de capital e de seus insumos.

Assim, se pode concluir que as dificuldades materiais para implantação de grandes estabelecimentos industriais resultantes do exíguo desenvolvimento

TABELA III - 22

DIMENSÃO RELATIVA PERCENTUAL EM 1949 DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SUL-RIOGRANDENSE FRENTE A CONGÊNERE PAULISTA NA INDÚSTRIA. NO AGRUPADO FORMADO PELOS GÊNEROS INDUSTRIAIS METALÚRGICA, MECÂNICA, MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAL DE TRANSPORTE E NOS DEMAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS DISCRIMINADA SEGUNDO O CARÁTER E O PORTE DOS ESTABELECIMENTOS.

DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO		TODOS OS GÊNEROS	METALÚRGICA, MECÂNICA, MAT. ELETR. E MAT. DE TRANSPORTE	OUTROS GÊNEROS	
O CARÁTER	O PORTE				
Não-Capitalista	Sub-Total	ate 10	22,2	14,1	22,6
Capitalista	Pequeno	de 11 a 50	30,5	13,5	33,2
		de 51 a 100	31,6	11,7	36,0
		Sub-Total	30,9	12,8	34,1
	Grande	mais de 100	11,8	5,4	13,2
	Sub-Total	mais de 10	17,7	7,4	19,9
	Todos		18,4	7,6	20,3

FORNTE: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil, São Paulo, Rio Grande do Sul (1955, 1956, 1957). Rio de Janeiro: IBGE, tab.27.

capitalista no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 - se impusessem elas a toda indústria gaúcha ou somente aos segmentos produtores de bens de capital e seus insumos - restringiam a produção dos mesmos bens e, com isto, eram responsáveis também pela preservação do baixo coeficiente de diversificação industrial que se constata entre os estabelecimentos industriais de grande porte no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, no conjunto da indústria gaúcha. (ver Tabela III - 18)

Com isto é possível recuperar resumidamente os argumentos até aqui expostos neste item no sentido de apontar a reduzida diversificação industrial gaúcha ao final da industrialização restringida brasileira e explicitar as razões que a determinaram.

Ao início da industrialização restringida brasileira, o Rio Grande do Sul contava com uma estrutura produtiva industrial com restrito grau de integração. Tal grau de integração resultou das especificidades aludidas na primeira seção deste capítulo relativas à formação histórica sul-rio-grandense e, mais especificamente, à implantação industrial que lhe correspondeu no período de 1890 a 1930.

Nas duas décadas e meia posteriores a 1930, a indústria gaúcha, vinculada de forma periférica à expansão da economia nacional, multiplicou diversas vezes o volume de seu produto e elevou consideravelmente o coeficiente de diversificação de sua estrutura produtiva. Contudo, o patamar alcançado por este coeficiente ao final do período

estudado denotava que então a indústria gaúcha, comparativamente à paulista, era ainda muito pouco diversificada.

A mais reduzida diversificação alcançada pela estrutura produtiva industrial gaúcha frente à paulista em meados da década de cinquenta não resultou só da restrita integração com que a indústria sul-rio-grandense adentrara aos anos trinta. Ela foi consequência também da menor potencialidade existente ainda entre 1930 e 1955 no Rio Grande do Sul para absorver a produção de bens de capital e de seus insumos levada a cabo por estabelecimentos industriais de grande porte. A este respeito não é demais destacar ainda uma vez que o desnível entre os coeficientes de diversificação industrial gaúcho e paulista em 1949 tinha sua origem quase que integralmente explicada pela diferença que prevalecia entre os mesmos coeficientes no estrato de estabelecimentos capitalistas de grande porte.

É verdade, como se demonstrou no primeiro item desta seção, que a menor potencialidade referida não era algo que dissesse respeito exclusivamente à produção de bens de capital e de seus insumos. Pelo contrário, o exame dos dados censitários do Rio Grande do Sul e de São Paulo permitiu concluir que as dificuldades para absorver estabelecimentos industriais de grande porte se impunham generalizadamente para toda a indústria gaúcha. O menor desenvolvimento capitalista sul-rio-grandense - expresso sobretudo nas desvantagens relativas ao mercado regional, à

infra-estrutura urbana e de transportes, ao setor bancário, à população potencialmente assalariável e à acumulação prévia de capital monetário - oferece a explicação central para tais dificuldades.

No entanto, as dificuldades derivadas do menor desenvolvimento capitalista, ainda que generalizáveis para toda a indústria gaúcha, eram mais sentidas no âmbito dos gêneros industriais onde se concentra a produção de bens de capital e de seus insumos. O exíguo desenvolvimento capitalista resultava em dificuldades adicionais para a absorção de grandes empreendimentos nos gêneros produtores de bens de capital e de seus insumos porque, tal desenvolvimento significava para os empreendimentos em questão, mercados excessivamente reduzidos, encarecimento do suprimento de grande proporção de suas matérias primas e rigidez da oferta de energia da qual os mesmos empreendimentos tinham grande dependência, a energia elétrica produzida em caráter comercial.

Assim, pelas razões que se acaba de recuperar resumidamente, se manteve restrito o grau de integração da estrutura produtiva gaúcha durante a industrialização restringida brasileira, apesar do significativo crescimento industrial que teve lugar no Rio Grande do Sul no mesmo período. Por sua vez, o restrito grau de integração da estrutura produtiva sul-rio-grandense não só impossibilitava a produção de grande parte dos meios materiais necessários à expansão capitalista mas, também, como se disse

anteriormente, impedia que no Rio Grande do Sul avançasse de forma relevante a auto-estimulação departamental que poderia redundar na superação da própria relação centro/periferia.

Com isto, se considera terem sido tratadas as três razões da insuficiência relativa à caracterização genérica do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 apresentada no capítulo segundo desta dissertação, atingindo-se o objetivo previsto para este capítulo. O tratamento de tais razões da insuficiência referida foi empreendido nas seções que compõem o presente capítulo. Neste sentido, a primeira seção objetivou realçar os traços que permitem adjetivar a estrutura industrial existente ao final da terceira década deste século no Rio Grande do Sul como pouco integrada, justificando, com isto, a inclusão da economia regional gaúcha entre as economias regionais que integravam a periferia da economia nacional no decorrer da industrialização restringida brasileira. Já a segunda seção, contribuiu para o tratamento das mesmas insuficiências ao descrever, em caráter específico, os vínculos que deram efetividade à relação entre a industrialização restringida brasileira e o desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul a ela correspondente. Finalmente, esta seção dedicou-se a dois aspectos adicionais que, necessariamente, devem ser considerados na descrição do processo de expansão industrial sul-rio-grandense durante o período estudado. O primeiro se refere à intensidade e às características do crescimento da indústria gaúcha entre

\*

1930 e 1955. A seu turno, o segundo aspecto relaciona-se à constatação e a explicitação das razões de porque, não obstante o significativo crescimento industrial, a indústria sul-rio-grandense ao final da industrialização restringida brasileira permanecia pouco integrada e, portanto, incapaz de superar a sua posição periférica no contexto da acumulação de capital a nível nacional.

Com base no tratamento das insuficiências aludidas no parágrafo anterior, pode-se, nas conclusões desta dissertação, formular a descrição do terceiro e último patamar de abstração da abordagem ao processo de expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955.

## CONCLUSÕES

A DESCRIÇÃO INTEGRADA DO PROCESSO DE EXPANSÃO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1930 E 1955 NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA BRASILEIRA

Nestas conclusões se tem por objetivo apresentar o terceiro e último patamar de abstração do tratamento que, na presente dissertação, se dispensa ao processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Para tanto, inicialmente, são condensadas em uma descrição integrada as contribuições até aqui discutidas neste trabalho. Dos capítulos primeiro e segundo, se recupera os dois patamares iniciais de abstração da abordagem que se empreende relativamente ao processo que constitui o objeto de estudo desta dissertação. Este patamares são os descritos através da conceituação de dinâmica de expansão industrial periférica (capítulo primeiro) e da caracterização assumida por esta dinâmica no contexto da industrialização restringida brasileira (capítulo segundo). À descrição oferecida pelos dois patamares aludidos são integradas as contribuições discutidas nas três seções que compõem o último capítulo. Com a integração de tais contribuições se alcança o terceiro e último patamar de abstração relativo ao processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. As contribuições discutidas nas três seções do terceiro capítulo às quais se fez referência são as relativas aos traços que caracterizavam a estrutura produtiva industrial sul-rio-grandense nos anos que precederam a década de trinta, traços estes que impunham à indústria gaúcha a posição periférica que lhe coube no decorrer da

industrialização restringida brasileira (primeira seção); as referentes às relações que, via exportações inter-regionais, vinculavam o crescimento industrial gaúcho e o movimento de expansão do capital a nível nacional entre 1930 e 1955 (segunda seção); e, finalmente, aquelas que dizem respeito às potencialidades e aos limites do processo de expansão da indústria no Rio Grande do Sul para promover o crescimento da atividade industrial ou, mesmo, para superar a posição periférica que lhe cabia (terceira seção).

Para integrar em uma única descrição as contribuições referidas, optou-se pelo procedimento de recuperar o que nelas há de essencial. Com tal procedimento tem-se a oportunidade de mostrar como as referidas contribuições, ao serem sucessivamente superpostas umas às outras, vão desenhando, em patamares de abstração diferenciada, o objeto de estudo desta dissertação. Assim, realiza-se um movimento descritivo que, partindo de elevado nível de abstração, vai se enriquecendo à medida em que as características concretas do mesmo objeto são progressivamente absorvidas.

Encaminhe-se o procedimento indicado. O primeiro patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 foi apresentado no capítulo inicial através do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica. Esta dinâmica foi lá conceituada como o movimento contido na dinâmica departamental de uma economia nacional, o qual se refere à

expansão e à diversificação das indústrias regionais que, em decorrência do restrito desenvolvimento capitalista da economia regional em que se situam, se caracterizam por um exíguo grau de integração de suas estruturas produtivas. Da exigüidade de integração de tais estruturas produtivas, derivam, como se viu, dois traços que distinguem a dinâmica de expansão industrial periférica: a necessidade de importação de elevada proporção dos meios de produção que lhe são implícitos e a impulsão para o crescimento e para a diversificação industriais embasada nos vínculos que as economias regionais periféricas mantêm, via comércio inter-regional, com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional.

O conceito de dinâmica de expansão industrial periférica possui grande utilidade para explicitação das características essenciais do movimento de crescimento e diversificação industrial nas economias regionais em que é exíguo o grau de diversificação da estrutura produtiva. Contudo, o mesmo conceito se revela insuficiente quando, além das características essenciais, se pretende explicitar as especificidades de um particular processo de expansão industrial periférico, como é o caso do que teve lugar no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Para suprir parte da referida ineuficiêcia do conceito de dinâmica de expansão industrial periférica na explicitação das especificidades do processo de crescimento e diversificação industrial gaúcho no período em estudo,

elaborou-se o capítulo segundo. A contribuição deste capítulo para os objetivos da presente dissertação foi a de apresentar uma descrição de caráter genérico relativa ao movimento de crescimento e diversificação das indústrias regionais periféricas brasileiras entre 1930 e 1955. A descrição empreendida no segundo capítulo - a qual mostra que a expansão industrial periférica no Brasil durante as duas décadas e meia que se seguiram a 1930 assumiu a particular configuração correspondente à industrialização restringida brasileira e à dinâmica departamental a ela subjacente -, cumpre neste trabalho o papel de se constituir no segundo patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul no período em estudo.

Com este segundo patamar de abstração, a abordagem ao mesmo processo ganhou contornos mais definidos. Em primeiro lugar porque, através dele, se explicita que - enquanto um caso particular da dinâmica da expansão industrial periférica no Brasil - o processo de crescimento e diversificação da indústria no Rio Grande do Sul se viabilizava preponderantemente por meio das possibilidades oriundas do crescimento das exportações inter-regionais de produtos primários decorrentes do acréscimo continuado do mercado no centro dinâmico da acumulação de capital no Brasil, a economia regional de São Paulo.

Obviamente, o potencial de realização de produtos industriais em cada uma das economias regionais periféricas

dependia também do volume das exportações que as mesmas faziam para o mercado internacional e para o restante da periferia nacional. Não obstante, para o conjunto das economias regionais periféricas brasileiras, como se viu, as vendas para o mercado internacional cresceram lentamente durante a industrialização restringida. Assim sendo, só em pequena escala, estas vendas podem explicar o crescimento dos mercados regionais necessários à expansão industrial periférica brasileira durante o período em estudo. Já o comércio entre as economias integrantes da periferia nacional tinha ele próprio seus limites estabelecidos pelas exportações que cada uma das economias regionais periféricas destinavam ao centro dinâmico ou ao mercado internacional. Neste caso, não poderia o comércio entre a própria periferia constituir em explicação última do incremento do potencial de realização que está subjacente na expansão industrial que nela ocorria.

Em segundo lugar, os contornos mais definidos se devem ao fato de o mesmo patamar de abstração viabilizar a percepção de que o processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul, assim como das demais economias regionais periféricas brasileiras, tinha sua configuração especificada, em grande proporção, por traços decorrentes das peculiaridades da dinâmica departamental subjacente à industrialização restringida. Entre estes traços se incluem a branda concorrência inter-regional exercida pelos capitais industriais instalados no centro dinâmico, o caráter

regional da expansão industrial periférica e a preponderância do fornecimento a partir do mercado internacional da elevada proporção de meios de produção que são necessários à continuidade da acumulação regional periférica.

Desta forma, através do patamar de abstração apresentado no segundo capítulo, a expansão industrial no Rio Grande do Sul durante o período em estudo passou a ser vista não só como o movimento de uma estrutura produtiva industrial que, em função do restrito desenvolvimento capitalista regional, contava com exíguo grau de integração e que, por isto, ficava sujeita, de um lado, às possibilidades de importação de elevada proporção dos meios de produção que lhe eram implícitos e, de outro, aos impulsos para o crescimento e para a diversificação subjacentes aos vínculos direta ou indiretamente mantidos com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional. À visão do mesmo movimento, se adicionou as características de ser ele envolvido pela especificidade da industrialização restringida brasileira. Esta, tendo por centro dinâmico da acumulação de capital a economia regional de São Paulo, impunha o caráter regional da expansão industrial periférica, a branda concorrência com os capitais instalados no centro dinâmico e a aquisição no exterior da elevada proporção dos meios de produção que normalmente são necessários à continuidade da expansão industrial periférica.

Com os contornos mais definidos do segundo patamar de abstração, ficou enriquecida a descrição do processo de expansão industrial do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Contudo, como se disse ao início do último capítulo, remanesceram no referido patamar de abstração pelo menos três razões que ainda mantinham insuficiente a dita descrição.

A primeira razão da insuficiência é a relativa à ausência de fundamentação na afirmação de que, em razão do restrito desenvolvimento capitalista sul-rio-grandense no período que antecede à década de 1930, a estrutura industrial gaúcha ao início da industrialização restringida brasileira contava com exíguo grau de integração. Devesse destacar que esta afirmação é essencial para justificar a proposição de que a indústria sul-rio-grandense não reunia as condições materiais necessárias para integrar o centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital do período de 1930 a 1955.

Para superar esta razão da insuficiência em discussão, mostrou-se na primeira seção do terceiro capítulo que as transformações econômicas ocorridas no período posterior a 1870 no Rio Grande do Sul não foram suficientemente vigorosas para viabilizar a implantação de uma estrutura industrial que contivesse em proporções significativas os segmentos produtores de meios de produção. Por isto, a indústria sul-rio-grandense, ao início da

industrialização restringida brasileira, permanecia pouco diversificada e com baixo nível de integração.

Integrada em reduzido nível, a indústria gaúcha restava materialmente incapaz para envolver a economia do Rio Grande do Sul em um movimento expansivo derivado da auto-estimulação departamental. Fundamentada a afirmação de que era restrita integração produtiva da estrutura industrial gaúcha, alcançou-se fundamentação também para a proposição segundo a qual - em oposição ao papel de centro dinâmico assumido pela economia regional de São Paulo - a indústria e a economia no Rio Grande do Sul só poderiam vincular-se de forma periférica no movimento consubstanciado pela industrialização restringida brasileira.

Alcançada a fundamentação da proposição aludida, a segunda seção do terceiro capítulo passou a tratar de outra razão da insuficiência da caracterização genérica do movimento de crescimento e diversificação das indústrias regionais periféricas brasileiras para descrever o processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Esta razão é, como foi assinalado, a de que a mesma caracterização, justamente por seu caráter genérico, carece das necessárias comprovação empírica e especificidade descritiva no que se refere à própria proposição de que, de fato, a indústria gaúcha assumiu posição periférica no movimento nacional de acumulação de capital do período em estudo.

No sentido de dar suporte à superação da razão de insuficiência referida no parágrafo anterior, a segunda seção do último capítulo apresentou uma descrição alternativa à caracterização genérica da relação entre a industrialização restringida brasileira e o processo de expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955. Esta descrição se diferencia da primeira pelo caráter específico a ela subjacente. Desta forma, se pode alcançar as referidas comprovação empírica e especificidade descritiva.

A descrição de caráter específico em alusão tem como suposto a proposição anteriormente discutida de que a indústria gaúcha, pelo restrito grau de integração que lhe propiciara o desenvolvimento capitalista gaúcho até o final dos anos vinte, estava impossibilitada de promover o seu crescimento e o da própria economia regional sul-rio-grandense a partir de um movimento calcado na auto-estimulação departamental dos segmentos da economia nacional sediados no Rio Grande do Sul.

Se o restrito grau de integração da estrutura produtiva industrial sul-rio-grandense impedia que, durante a industrialização restringida brasileira, o crescimento da indústria gaúcha se desse a partir da auto-estimulação departamental, a segunda seção do último capítulo mostra que são muito fortes as evidências de que o mesmo crescimento se viabilizava pela expansão do mercado regional

decorrente do rápido incremento das exportações inter-regionais do Rio Grande do Sul.

Como também se viu na mesma seção, as exportações em questão - em grande parte compostas de produtos oriundos da agropecuária gaúcha, tais como o feijão, o arroz, o fumo, os vinhos, as carnes bovina e suína preparadas de diversas maneiras, os couros e outros produtos de origem animal - tinham seu incremento viabilizado pelo intenso acréscimo do mercado nacional durante o período estudado. Este acréscimo, por sua vez, tinha lugar tanto nas economias regionais periféricas como no centro dinâmico da acumulação de capital. Contudo, tivesse lugar nas economias regionais periféricas ou no centro dinâmico da acumulação de capital, o acréscimo de mercado a que se está fazendo referência derivava preponderantemente da expansão relativamente autônoma que processava em São Paulo.

Assim, a segunda seção do último capítulo dá conta da especificidade descritiva e da comprovação empírica que são necessárias à superação da segunda razão da insuficiência contida na descrição de caráter genérico do processo de expansão industrial sul-rio-grandense apresentada no segundo capítulo. A partir da seção aludida, se pode afirmar que, tal como se tinha estabelecido de forma genérica anteriormente, a indústria do Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1955 viabilizava seu crescimento se colocando - via exportações inter-regionais de produtos oriundos da agropecuária sul-rio-grandense - em posição

periférica à expansão relativamente autônoma que tinha lugar no centro dinâmico da acumulação de capital.

Finalmente, a seção que encerra o terceiro capítulo procurou oferecer o suporte necessário para a superação da terceira razão da insuficiência da descrição genérica empreendida no segundo capítulo a respeito do processo de crescimento e diversificação industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Tal razão de insuficiência é, como já foi explicitado, a que se refere às potencialidades e aos limites do processo de expansão da indústria no Rio Grande do Sul para promover o crescimento da atividade industrial ou, mesmo, para ultrapassar a posição periférica que a vinculava ao movimento nacional de acumulação de capital.

A este respeito foi visto que, em termos absolutos, a indústria gaúcha entre 1930 e 1955 não só multiplicou várias vezes a dimensão de sua produção (quase cinco vezes entre 1919 e 1949) mas também elevou significativamente o coeficiente de diversificação de sua estrutura produtiva (de 0,5% em 1919 para 3,9% em 1949).

Não obstante, tanto no aspecto do crescimento da produção industrial quanto no da evolução da diversificação da estrutura produtiva que o embasava, os avanços alcançados pela indústria gaúcha foram restritos se comparados com o que ocorreu na congênera paulista. Deve-se destacar que as restrições ao crescimento e à diversificação industrial resultavam da maior dificuldade prevalecente no Rio Grande

do Sul para absorver a produção industrial de caráter capitalista, especialmente aquela levada a cabo pelos empreendimentos industriais de grande porte. Esta dificuldade, por sua vez, tomavam forma sobretudo nas desvantagens relativas ao mercado regional, à infraestrutura urbana e de transportes, ao setor bancário, à população potencialmente assalariável e à acumulação prévia de capital monetário, expressando o menor desenvolvimento capitalista que se verificava no Rio Grande do Sul desde meados do século passado.

Desta maneira, a última seção do terceiro capítulo contribui para os objetivos desta dissertação ao mostrar que o processo de expansão da indústria no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955 continha suficiente potencialidade para fazê-la crescer e diversificar-se significativamente. Não obstante, é muito importante realçar que as dificuldades referidas no parágrafo anterior, sendo explicadas pelo exíguo desenvolvimento capitalista sul-rio-grandense, constituíram os limites do mesmo processo. Limitada por tais dificuldades, a indústria gaúcha não só se expandiu mais lentamente que a congênera paulista mas, ainda mais importante, foi incapaz de superar a restrita diversificação com a qual adentrou no período correspondente à industrialização restringida brasileira. Preservada a restrita diversificação, isto é, conservado o reduzido grau de integração da estrutura industrial sul-rio-grandense, manteve-se a indústria gaúcha durante a industrialização

restringida brasileira não só materialmente impedida para a produção de grande parte dos meios materiais necessários à expansão capitalista mas, também, incapacitada de promover a auto-estimulação departamental que poderia redundar na superação da própria relação centro/periferia.

Isto posto, se pode alcançar o terceiro patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955.

Este patamar de abstração, assim como o segundo, descreve a expansão industrial no Rio Grande durante a industrialização restringida brasileira como um processo que, dados o restrito desenvolvimento capitalista regional e a exígua diversificação industrial a ele correspondente ao início dos anos trinta, de um lado, se sujeitava às possibilidades de importação de elevada proporção dos meios de produção que lhe eram implícitos e, de outro, e de outro ficava na dependência dos impulsos para o crescimento e para a diversificação subjacentes aos vínculos direta ou indiretamente mantidos com a expansão do centro dinâmico da acumulação de capital a nível nacional, a economia regional de São Paulo. Além disto, o mesmo processo, pelas contingências que lhe eram impostas pela especificidade da industrialização restringida brasileira, se caracterizava por sua abrangência regional, pela branda concorrência com os capitais instalados no centro dinâmico e pela aquisição no exterior da elevada proporção dos meios de produção que

normalmente são necessários à continuidade da expansão industrial periférica.

Contudo, o terceiro patamar de abstração foi enriquecido relativamente ao segundo através da absorção das contribuições discutidas no último capítulo.

O referido patamar de abstração é mais rico que o anterior porque, em primeiro lugar, nele se encontra fundamentada a afirmação genericamente estabelecida no segundo capítulo, de acordo com a qual, ao início da industrialização restringida brasileira, a estrutura produtiva industrial sul-rio-grandense, em razão do exíguo desenvolvimento capitalista regional até então alcançado, era pouco diversificada, isto é, contava com restrito grau de integração. Justificada tal afirmação, se pode concluir que, efetivamente, a indústria gaúcha e a economia do Rio Grande do Sul não reuniam os requisitos materiais necessários para integrar o centro dinâmico do movimento nacional de acumulação de capital que teve início na década de trinta no Brasil.

O enriquecimento a que se está referindo se deve também à superação do caráter genérico de outra afirmação contida no segundo patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial no Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955. Esta afirmação, complementar à primeira, é a de que a indústria gaúcha de fato, vinculou-se de forma periférica ao movimento consubstanciado pela industrialização restringida brasileira. Neste sentido, a

segunda seção do terceiro capítulo confirma a dita afirmação através de uma análise de caráter específico que mostra que a indústria do Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1955 viabilizava seu crescimento se colocando - via exportações inter-regionais de produtos oriundos da agropecuária sul-rio-grandense - em posição periférica à expansão relativamente autônoma que tinha lugar no centro dinâmico da acumulação de capital, a economia regional de São Paulo.

Porém, o terceiro patamar de abstração da abordagem do processo de expansão industrial sul-rio-grandense entre 1930 e 1955 é mais rico que o segundo não só porque confirma as afirmações a seu respeito de caráter genérico aludidas nos parágrafos anteriores. Sua maior riqueza se deve também ao fato de que é capaz de mostrar as potencialidades e os limites do processo de expansão da indústria no Rio Grande do Sul durante o período estudado.

Assim, com o terceiro patamar de abstração, se entende que o referido processo continha suficiente potencialidade para fazer a indústria sul-rio-grandense crescer e diversificar-se significativamente.

Se entende também que, não obstante tal potencialidade, a expansão industrial gaúcha durante a industrialização restringida brasileira esbarrava nos limites que lhe apunham o exíguo desenvolvimento capitalista prevalecente no Rio Grande do Sul, os quais sobretudo tomavam a forma de desvantagens relativas ao mercado regional, à infra-estrutura urbana e de transportes, ao

setor bancário, à população potencialmente assalariável e à acumulação prévia de capital monetário.

Incapaz de superar tais limites, a indústria gaúcha se expandia mais lentamente que a congênere paulista e não pode superar a restrita diversificação que a caracterizava ao início da industrialização restringida brasileira. Por isto, ainda em meados dos anos cinquenta, era reduzido o grau de integração de sua estrutura produtiva. Mantinha-se assim a indústria gaúcha entre 1930 e 1955 não só materialmente impossibilitada de levar a cabo a produção da maior parte dos meios materiais necessários à expansão capitalista mas, também, inabilitada para promover a auto-estimulação departamental que levaria à superação da própria relação centro/periferia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA EM GERAL

- ABREU, Marcelo de P. (1975). A dívida externa Pública do Brasil: 1931-43. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, v.5, n.1, p.37-88.
- ABREU, Marcelo de P. (1989a). Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930/1945 In: - A ordem do progresso - cem anos de política econômica - 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.
- ABREU, Marcelo de P., (1989). A ordem do progresso: cem anos de política econômica - 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.
- ACCURSO, Cláudio F. (1982). Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Ensaio FEE, Porto Alegre: v.3, n.1, p. 41-77.
- ACCURSO, Cláudio F., CANDALL, Arthur, VERAS, Arnaldo, I. (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- ALMEIDA, Pedro F. C. (1989). Acumulação de capital a nível nacional e dinâmica das indústrias regionais: exposição preliminar de uma hipótese de interpretação genérica. Porto Alegre. (versão preliminar)
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1991). Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-1974. Ensaio FEE, Porto Alegre: v.12, n.2, p.349-383.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.13, n.2, p. 26.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de, LIMA, Rubens S. (1983) Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 151-166.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de, LIMA, Rubens S. (1986). Notas sobre a estrutura da indústria de bens de capital do Rio Grande do Sul, Ensaio FEE, Porto Alegre: v. 7, n.1, p. 83-103.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de, MARCANTONIO, Roberto S., LIMA, Rubens S. (1986). A indústria gaúcha de bens de capital: avanços e constrangimentos. Porto Alegre: FEE.

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS EXPORTAÇÕES 1920-41-42-44-45-53 (1941, 1943/1945, 1947, 1955). Porto Alegre: DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1936). Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, v. 2.
- AURELIANO, Liana M. (1981). No limiar da industrialização. São Paulo: Brasiliense.
- BANDEIRA, Pedro S. (1988). O Rio Grande do Sul e as Tendências da Distribuição Geográfica do Crescimento da Economia Brasileira: 1940-1980. Porto Alegre: FEE.
- BANDEIRA, Pedro S., GRUNDLING, Nilton A. (1988) O Crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo. Porto Alegre: FEE.
- BESKOW, Paulo R. (1984). A formação da economia arroeira do Rio Grande do Sul. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.4, n.2, p.55-84.
- CANO, Wilson (1981). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. (xerox)
- CANO, Wilson (1983). Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, Renata. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. v.2, p.241-255.
- CANO, Wilson (1985). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Global/IPEA.
- CANO, Wilson (1977). Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz.
- CANO, Wilson (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930. (xerox).
- CARRION JUNIOR, Francisco (1981). RS: política econômica & alternativas. 2.ed., Porto Alegre: Mercado Aberto.
- CASTAN, Nelson (1983). Em busca de um paradigma da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.4, n.1, p.175-190.
- CASTAN, Nelson, TARGA, Luiz R. P., coord. (1983). A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre: FEE.
- CASTRO, Antonio de B. (1972). 7 Ensaio sobre a economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- CENSO INDUSTRIAL 1950: Rio Grande do Sul (1957). Rio de Janeiro: IBGE.

- CENSO INDUSTRIAL 1950: São Paulo (1956). Rio de Janeiro: IBGE.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1971). Rio de Janeiro: FGV, v.25, n.9.
- COSTA, Achyles B., PASSOS, Maria C. (1987). Crescimento e crise da indústria gaúcha: 1959-85. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 3-20.
- DIAS, José R. Souza (1981). A E. F. Porto Alegre - Uruguaiana e a formação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudos dos transportes no Brasil meridional: 1866 a 1920. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (xerox)
- DINIZ, Clélio C., LEMOS, Maurício B. (1986). Mudança no Padrão Regional Brasileiro: determinações e implicações. Análise Conjuntural, Curitiba: IPARDES, v.8, n.2, p.42, fev.
- DRAIBE, Sônia (1985). Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ECO, Umberto (1986). Como se faz uma tese. 3. ed. São Paulo: Perspectiva.
- EINLOFT, Cláudio (1982). A crise gaúcha. Vária Sócio-econômica, Porto Alegre: FEE, n.1, p.7-10.
- EINLOFT, Cláudio (1982). Ainda a questão regional. Informativo do Economista, Porto Alegre: Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, nov.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1959). Rio de Janeiro: IBGE, v.34.
- FAJNZYLBER, Fernando (1976). A empresa internacional na industrialização da América Latina. In: SERRA, José, coord. América Latina: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FISHLOW, Albert (1978). Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, v.2, n.6.
- FONSECA, Pedro D. (1985). A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. Estudos Econômicos, São Paulo, n.2, p.263-289, mai/ago.
- FRANCO, Gustavo H. B. (1989). A Primeira Década Republicana. In: ABREU, Marcelo de P., org. A ordem do progresso: cem

- anos de política econômica: 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.
- FRAQUELLI, Jane A. (1979). A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do Estado e a criação do Sindicato arrozeiro. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio. RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- FRITSCH, Winston (1979). Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de P., org. À Ordem do Progresso: cem anos de política econômica: 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). Análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre. (25 Anos de economia gaúcha, v.4).
- FURTADO, Celso (1980). Formação Econômica do Brasil. 17. ed. Nacional.
- GROS, Denise B. (1986). Os industriais gaúchos e o Estado Pós-64. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.6, n. 2, p.141-169.
- HOBSSBAWM, Eric. J. (1981). A Era das Revoluções: 1789-1848. 3.ed., Paz e Terra.
- IBGE (1990). Estatísticas Históricas do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, v.3.
- JALFIN, Anete (1991). Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma aborgagem da indústria vinícola rio-grandense. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 229-244.
- KALECKI, Michal (1977). Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec.
- KALECKI, Michal (1977a). As equações marxistas de reprodução e a economia moderna. In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec.
- KALECKI, Michal (1977b). Esboço de uma teoria do ciclo econômico. In: Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec.
- KALECKI, Michal (1980). Kalecki: Economia. São Paulo: Ática.
- KALECKI, Michal (1983). Teoria da dinâmica econômica. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).
- KEYNES, John M. (1983). A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).

- LAGEMANN, Eugênio (1985). O banco pelotense & o sistema financeiro regional. Porto Alegre: Mercado Aberto. (Coleção Documenta, n. 19).
- LAGO, Luiz A. C. (1989). A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre': 1967/1973. In: ABREU, Marcelo P. de, org. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana: 1899/1989. Rio de Janeiro: Campus.
- LAPOLLI, Jayme N. (1988). Tendências à Especialização e Peculiaridades da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul, São Leopoldo: UNISINOS. (xerox).
- LESSA, Carlos (1981). Quinze anos de política econômica. Campinas: UNICAMP/Brasiliense.
- LOVE, Joseph (1975). O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva.
- MARX, Karl (1980). O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELLO, João M. C. de (1984). O capitalismo tardio. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.
- OHLWEILER, Otto A. (1982). Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ensaio FEE, v. 3, n. 1, p.5-40.
- ORENSTEIN, Luiz, SOCHACZEWSKI, Antônio C. (1989). Democracia com desenvolvimento: 1956/1961. In: ABREU, Marcelo P. de, org. A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana: 1899/1989. Rio de Janeiro: Campus.
- PESAVENTO, Sandra J. (1980). República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: IDEL.
- PESAVENTO, Sandra J. (1982). História do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PESAVENTO, Sandra J. (1983). RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- POSSAS, Mário L. (1983). Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz G. M., COUTINHO, Renata. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. v.2.
- PRESSER, Mário Ferreira (1978). O desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-1975. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado em Economia). xerox

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL (1920). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura Indústria e Comércio; Departamento Geral de Estatística.

REICHEL, Heloísa (1978). A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1919-1930. Porto Alegre: Mercado Aberto.

REZENDE, André L. (1989). Estabilização e Reformas: 1964/1967. In: ABREU, Marcelo P. de, org. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1899/1989. Rio de Janeiro: Campus.

ROCHE, Jean (1969). A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo.

SANTOS, José V. T. dos (1978). Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec.

SCHILLING, Paulo R (1982). Trigo. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.3, n.1, p.107-136.

SERRA, José (1982). Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. Revista de Economia Política, São Paulo: Brasiliense, v.2, n.6.

SERRA, José (1982a). Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra: a crise recente. Revista de Economia Política, São Paulo: Brasiliense, v.3, n.7.

SILVA, Elmar Manique da (1979). Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sérgio, org. "RS: economia & política". Porto Alegre: Mercado Aberto.

SILVA, Sérgio (1981). Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega.

SINGER, Paul (1977). Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. ed. São Paulo: Nacional.

SINOPSE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (1939). Porto Alegre: DEE.

SOUZA, Enéas (1983). Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 167-174.

SOUZA, Enéas (1986). Estado Nacional, estado regional: as ligações perigosas. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.7, n.2, p.41-50.

- SOUZA, Enéas (1984). Economia gaúcha: objeto contraditório. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.4, n.2, p.165-178.
- SUZIGAN, Wilson, VILLELA, Annibal V. (1973). Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- TARGA, Luiz R. P. (1982). Ensaio sobre totalidade econômica. Porto Alegre:FEE. (Teses, n.3)
- TARGA, Luiz R. P. (1984). A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 161-164.
- TARGA, Luiz R. P. (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: a eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.147-158.
- TARGA, Luiz R. P. (1989). Comentário sobre os paradigmas da economia gaúcha. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.351-354.
- TAVARES, Maria da C. (1972). Auge e declínio do processo de substituição de importações. In: TAVARES, Maria da C. (1972). Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- TAVARES, Maria da C. (1975). Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar. In: TOLIPAN, Ricardo. A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar.
- TAVARES, Maria da C. (1978). "Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira". Rio de Janeiro: UFRJ. (xerox).
- TAVARES, Maria da C. (1986). Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2. ed. Campinas: UNICAMP. (Originalmente apresentada em 1975 como tese de livre docência à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ).
- TEJO, Limeira (1982). "Contribuição à crítica da economia rio-grandense". Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.79-108.
- TOPIK, Steven (1987). A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro:Record.
- VIANNA, Sérgio B. (1989). Duas tentativas de estabilização: 1951- 1954. In: ABREU, Marcelo P. de, org. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1899/1989. Rio de Janeiro: Campus.

VIANNA, Sérgio B. (1989). Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo P. de, org. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1899/1989. Rio de Janeiro: Campus.